

EDU SILVESTRE DE ALBUQUERQUE

**OS DONOS DA TERRA E DO CRÉDITO PÚBLICO NOS  
CAMPOS MERIDIONAIS BRASILEIROS**

**(O USO DOS FUNDOS PÚBLICOS DO BRDE PELA ELITE  
CAMPEIRA DO PAMPA GAÚCHO E DOS CAMPOS GERAIS  
PARANAENSES)**

Florianópolis

2007

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

**Edu Silvestre de Albuquerque**

**Os donos da terra e do crédito público nos campos meridionais brasileiros**

**(o uso dos fundos públicos do BRDE pelas elites campeiras do pampa  
gaúcho e dos Campos Gerais paranaenses)**

**Or. Idaleto Malvezzi Aued**

**TESE DE DOUTORADO**

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, fevereiro de 2007.

## AGRADECIMENTOS

Em especial ao orientador Dr. Idaleto Malvezzi Aued, pela determinação e sucesso alcançado quando optou por evitar que 'fosse lançada a criança junto com a água do banho' depois dos eventos que culminaram no fracasso do "socialismo real". Aos colegas geógrafos Miguel Matias Utzig Muller (homenagem póstuma), João Claudino Tavares (UFMA), Dr. Alcindo de Sá (UFPE) e Maria Teresinha Marcon, pelo senso de equipe que deveria estar presente em todos os Programas de Pós-Graduação. Ao economista MSc. Maurício Mocelin, funcionário público exemplar do BRDE, pelo fornecimento dos dados primários fundamentais para o andamento desta tese. Ao editor e historiador Dr. Joaci Pereira Furtado, pelas obras indicadas e apoio de sempre. Aos colegas professores do Departamento de Geografia da UEPG Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha e Dr. Leonel Brizola Monastirsky, pelo material cedido. Aos professores da Banca de Qualificação Dr. Álvaro Heidrich (UFRGS) e Dr. Ewerton Vieira Machado (UFSC), pelas contribuições com elementos críticos relevantes. Lamentavelmente registro que recebi bolsa de estudos da CAPES, via UEPG, apenas no último ano do doutoramento, o que espero não vire a regra na pós-graduação. Espero também que, no andamento da construção da democracia neste País, os órgãos de caráter público (como o BRDE) não aleguem mais sigilo para qualquer tipo de informação do interesse público.

[...] o apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária, e a renda fundiária supõe propriedade fundiária, que determinados indivíduos sejam proprietários de determinadas parcelas do globo terrestre.

MARX, O Capital, 1867, p.727.

Partimos dos pressupostos da economia nacional. Aceitamos sua linguagem e suas leis. Supusemos a propriedade privada, a separação de trabalho, capital e terra, igualmente do salário, lucro de capital e renda da terra, da mesma forma que a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca etc. A partir da própria economia nacional, com suas próprias palavras, constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (Macht) e à grandeza (Grösse) de sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário (Grundrentner) desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura, e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade.

MARX, Manuscritos Econômico-Filosóficos, 1844, p.79.

Nós que aqui estamos por vos esperamos.

Titulo do filme de Marcelo Masagão, 1999.

## RESUMO

A idéia do atraso ou arcaísmo das elites campeiras do Brasil Meridional, sustentada no binômio latifúndio – pecuária extensiva, aparece disseminada em trabalhos acadêmicos, na literatura e na mídia, influenciando o próprio curso das políticas de desenvolvimento regional. Contudo, defendemos a tese da modernidade das elites campeiras na forma da precoce politização do desenvolvimento regional, traduzida em distintas formas de barganha junto aos diversos níveis político-administrativos. A metodologia enfatiza a materialidade como condicionante da evolução das sociedades campeiras sulistas, presente na precoce inserção no mercado mundial e nas constantes modernizações do processo produtivo. Atualmente, o principal foco das elites campeiras meridionais reside no acesso privilegiado aos fundos públicos das instituições de fomento regional. Para tanto, “desconstituímos” os capitais aplicados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) na Campanha Gaúcha e nos Campos Gerais do Paraná, no período de 2001 a 2004, objetivando evidenciar a continuidade da reprodução das elites campeiras e da exclusão social na região.

**Palavras-chave:** metodologia científica; história regional comparada; geografia regional; modernização econômica; políticas públicas.

## RÉSUMÉ

L'idée du retard ou l'archaïsme des élites champêstres du Brésil Méridional, soutenue dans la binôme grand propriété - élevage du bétail extensif, apparaît disséminé dans des travaux académiques, dans la littérature et dans la presse, influençant le propre cours des politiques de développement régional. Néanmoins, nous défendons la thèse de la modernité des élites champêstres dans la forme de la précoce politisation du développement régional, traduite dans distinctes formes de troc près des divers niveaux des administratives. La méthodologie souligne la matérialité mange condition de l'évolution des sociétés champêstres sudistes, cadeau dans la précoce insertion dans le marché mondial et dans les constants modernisations du processus productif. Actuellement, le principal foyer des élites champêstres méridionales habite dans l'accès privilégié aux fonds publics des institutions d'encouragement régional. Pour de telle façon, se chercher "déconstituer" les capitaux appliqués par la Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE) en la Campanha Gaúcha et dans les Campos Gerais do Paraná, dans la période 2001-2004, objectivant prouver la continuité de la reproduction des élites régionaux et de l'exclusion sociale dans la région.

**Mots-clé: méthodologie scientifique; histoire régionale comparée; géographie régionale; modernisation econômica; politiques publiques.**

## ABSTRACT

The idea of the delay or archaism of the economics elites of Southern Brazil, supported in the great country properties and extensive creation, appears spread in academic works, literature and the media, influencing the proper course of the politics of regional development. However, we defend the thesis of that the modernity of the regional elite inhabits in the precocious politicalization of the regional development, translated in distinct forms of together bargain to diverse levels administrative. The methodology emphasizes the materiality as determination of the evolution of the southern societies, present in the precocious insertion in the global market and the constant modernizations of the productive process. Actuality, the main focus of the southern economics elites inhabits in the privileged access to government securities of the institutions of regional promotion. For in such a way, "decomposition method" the capitals applied for the Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) in the Campanha Gaúcha and the Campos Gerais do Paraná, in the period of 2001 the 2004, objectifying to evidence the continuity of the reproduction of the regional elites and the social exclusion in the region.

**Word key: scientific methodology; compared regional history; regional geography; economic modernization; public politics.**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Mapa de localização da faixa de campos naturais do Estado do Paraná .....	36
FIGURA 2 – Mapa de localização dos Campos Gerais paranaenses .....	38
FIGURA 3 – Mapa dos municípios integrantes dos Campos Gerais paranaenses .....	39
FIGURA 4 – Mapa de localização da Campanha gaúcha .....	41
FIGURA 5 – Mapa dos municípios integrantes da Campanha gaúcha .....	42

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Condição do produtor por município da Campanha gaúcha -1995 .	72
TABELA 2 – Condição do produtor por município dos Campos Gerais paranaenses - 1995 .....	73
TABELA 3 – Participação na produção primária do Rio Grande do Sul – 1948/1981 .....	83
TABELA 4 – Grupos de área por município da Campanha gaúcha - 1995 .....	100
TABELA 5 – Grupos de área por município dos Campos Gerais paranaenses - 1995 .....	102
TABELA 6 – Distribuição da população abaixo da linha de pobreza em municípios selecionados com mais de 80 mil pessoas – Rio Grande do Sul - 1996/97 .....	104
TABELA 7 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) da Campanha gaúcha - 2000 .....	105
TABELA 8 – Valor adicional industrial por operário para os principais municípios do interior do Paraná - 1998/99 .....	111
TABELA 9 – Distribuição do valor adicional pela indústria de transformação nas principais Microrregiões Homogêneas do Paraná - 1975/1995 .....	112
TABELA 10 – Investimentos programados nos complexos industriais do Paraná - 1995/1997 .....	113
TABELA 11 – Distribuição da população com renda insuficiente nos maiores municípios do interior do Paraná – 1970/1991 .....	114
TABELA 12 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos Campos Gerais paranaenses - 2000 .....	115
TABELA 13 – População do Rio Grande do Sul segundo a condição social – 1780/1887 .....	127
TABELA 14 – Exportações do Rio Grande do Sul (em contos de réis) – 1861 e 1894 .....	140
TABELA 15 – Distribuição espacial das aplicações (1930-31) e dos depósitos (1931) do Banco Pelotense .....	144
TABELA 16 – Distribuição do emprego e da produção industrial por Macroregiões e Unidades Federativas – 1985/2000 .....	159
TABELA 17 – Distribuição relativa do PIB por Macroregiões e Unidades Federativas selecionadas - 1959/1990 .....	162
TABELA 18 – Produtividade silvícola em países selecionados .....	165
TABELA 19 – Distribuição das operações de crédito entre UFs selecionadas - 2000 .....	190
TABELA 20 – Valor total contratado ao BRDE por setor de atividade – Região Sul - 2001/2004 .....	192

TABELA 21 – Valor total contratado ao BRDE por setor de atividade – Campos Gerais paranaenses - 2001/2004 .....	193
TABELA 22 – Valor total contratado ao BRDE por setor de atividade – Campanha gaúcha - 2001/2004 .....	194
TABELA 23 – Valor dos investimentos, financiamentos, despesas e receitas por município da Campanha gaúcha - 1995 .....	195
TABELA 24 – Valor dos investimentos, financiamentos, despesas e receitas por município dos Campos Gerais paranaenses – 1995 .....	196
TABELA 25 – Contratações por porte do mutuário - Região Sul - 2001/2002 ..	197
TABELA 26 – Contratações por porte do mutuário – Campos Gerais paranaenses - 2001/2004 .....	198
TABELA 27 – Contratações por porte do mutuário - Campanha gaúcha - 2001/2004 .....	199
TABELA 28 – Participação das cooperativas no crédito contratado ao BRDE na Campanha gaúcha - 2001/2004 .....	204
TABELA 29 – Participação das cooperativas no crédito contratado ao BRDE nos Campos Gerais paranaenses - 2001/2004 .....	205
TABELA 30 – Uso do solo por pastagens e lavouras nos municípios dos Campos Gerais paranaenses – 1995 .....	223
TABELA 31 – Uso do solo por pastagens e lavouras nos municípios da Campanha gaúcha – 1995 .....	224
TABELA 32 - Estabelecimentos com uso de assistência técnica por município da Campanha gaúcha – 1995 .....	225
TABELA 33 - Estabelecimentos com uso de assistência técnica por município dos Campos Gerais paranaenses - 1995 .....	225
TABELA 34 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setores da economia – Municípios dos Campos Gerais - 2001 .....	226
TABELA 35 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setores da economia – Municípios dos Campos Gerais - 2002 .....	227
TABELA 36 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setores da economia – Municípios dos Campos Gerais - 2003 .....	228
TABELA 37 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setores da economia – Municípios dos Campos Gerais - 2004 .....	229
TABELA 38 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setor da economia – Municípios da Campanha gaúcha – 2001 .....	230
TABELA 39 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setor da economia – Municípios da Campanha gaúcha – 2002 .....	231
TABELA 40 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setor da economia – Municípios da Campanha gaúcha – 2003 .....	231
TABELA 41 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setor da economia – Municípios da Campanha gaúcha – 2004 .....	232
TABELA 42 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios dos Campos Gerais – 2001 .....	232
TABELA 43 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios dos Campos Gerais – 2002 .....	233

TABELA 44 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios dos Campos Gerais – 2003 .....	234
TABELA 45 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios dos Campos Gerais – 2004 .....	235
TABELA 46 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios da Campanha gaúcha – 2001 .....	236
TABELA 47 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios da Campanha gaúcha – 2002 .....	237
TABELA 48 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios da Campanha gaúcha – 2003 .....	238
TABELA 49 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios da Campanha gaúcha – 2004 .....	238

### LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Projetos de termelétricas de biomassa (casca de arroz) na região do Pampa gaúcho -2006 .....	90
QUADRO 2 – Bancos sediados no Rio Grande do Sul durante a República Velha (1889-1930) .....	143
ESQUEMA 1 – O BRDE e as operações de crédito à agricultura familiar .....	188

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AGEFLOR – Associação Gaúcha de Empresas Florestais
- ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia
- APLs – Arranjos Produtivos Locais
- BASA – Banco da Amazônia
- BCB – Banco de Crédito da Borracha
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
- CIERGS – Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
- CODESUL – Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul
- COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FARSUL – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
- FEE – Fundação de Economia e Estatística / RS
- FGV – Fundação Getúlio Vargas
- FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
- FINAME – Fundo Nacional de Modernização Industrial
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FUNDOPEM – Fundo Operação Empresa
- IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

INTEC – Instituto Biotecnológico de Produção Vegetal  
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento  
IRGA – Instituto Rio Grandense do Arroz  
IR – Imposto de Renda  
ITR – Imposto Territorial Rural  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MODERFROTA – Programa de Modernização da Frota de Tratores  
Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras  
MODERAGRO – Programa de Modernização da Agricultura e  
Conservação de Recursos Naturais  
MIN – Ministério da Integração Nacional  
MST – Movimento dos Sem-Terra  
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OGMs – Organismos Geneticamente Modificados  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PRR – Partido Republicano Rio-Grandense  
PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento das Cooperativas  
PROPFLORA – Programa de Plantio Comercial e Recuperação de  
Florestas  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RECOOP – Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária  
RECONVERSUL – Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da  
Metade Sul do Rio Grande do Sul  
SECEX – Secretaria de Comércio Exterior  
SISBOV – Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação do Origem  
Bovina e Bubalina  
SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia  
SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

SUDECO - Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDESUL - Superintendência para o Desenvolvimento do Sul

VCP – Grupo Votorantim Celulose e Papel

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1. MATERIALISMO DIALÉTICO E GEOGRAFIA .....</b>	<b>45</b>
1.1. A teoria do conhecimento no materialismo dialético .....	45
1.2. Desenvolvimento da metodologia da desconstituição do capital .....	48
1.3. A unificação campo-cidade e a superação do mito arcaísmo versus moderno .....	53
1.4. Estado, sociedade e capital .....	60
1.5. A natureza do espaço e a ciência geográfica .....	66
<b>2. RENDA DA TERRA, DESENVOLVIMENTO TÉCNICO E EXCLUSÃO SOCIAL .....</b>	<b>71</b>
2.1. A renda da terra .....	71
2.2. Mercado mundial e métodos de produção locais .....	74
2.2.1 Capital circulante, cooperação social e renda da terra .....	76
2.2.2. A modernidade técnica da produção nos campos sulistas .....	82
2.2.3. O complexo agroindustrial-financeiro e a renda da terra .....	86
2.3. Meio natural, técnica e cooperação social .....	92
2.4. Propriedade privada, renda e miséria social .....	99
2.4.1. Propriedade industrial, automação e ociosidade dos trabalhadores ..	108
<b>3. A HISTÓRIA DO USO DO PODER PÚBLICO PELA ELITE CAMPEIRA SULISTA .....</b>	<b>117</b>
3.1. A geohistória dos campos sulistas: da pecuária aos projetos de industrialização .....	119

3.1.1. A apropriação privada dos campos sulistas e a crise de produção e de mercado de trabalho .....	119
3.1.1.1 A organização do mercado de trabalho e a crise da produção .....	129
3.1.2. A industrialização seletiva da "metade sul" gaúcha .....	132
3.1.3. A vez da industrialização dos Campos Gerais paranaenses .....	149
3.2. A atual reorganização do território brasileiro e a inserção das elites campeiras meridionais .....	157
3.2.1. E disse o capital: "Faça-se as florestas!" .....	164
3.2.2. Os clusters industriais e agroindustriais .....	169
<b>4. O CONSÓRCIO ESTADO – ELITES CAMPEIRAS NAS AÇÕES DO BRDE .....</b>	<b>172</b>
4.1. A emergência de uma estrutura de planejamento nos campos sulistas .....	179
4.2. As "novas" concepções estratégicas do BRDE para o século XXI .....	185
4.2.1. As ações do BRDE no período do "boom" do agronegócio .....	191
4.2.2. Os donos do crédito público (BRDE) nos campos meridionais.....	195
4.3. Planejamento regional e dinâmica capitalista .....	201
4.4. O Processo de diferenciação regional através das políticas públicas "sociais" do BRDE .....	203
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>208</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>212</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>223</b>

## INTRODUÇÃO

O famoso literato José Martiniano de Alencar nos legou a obra *O Gaúcho* (1870) – considerada um dos marcos inaugurais da literatura romântica brasileira de cunho regional –, escrita essencialmente com base em relatos e no imaginário. O mistério de como um cearense que nunca estivera em terras gaúchas lograra pioneiramente enaltecer as virtudes do *gaúcho* e antes mesmo da própria literatura regional sul-rio-grandense, talvez se desfaça se considerarmos que pôde “beber” das semelhanças existentes com aquele outro tipo social que tinha geograficamente tão próximo de si, afinal igualmente forjado da lide com a pecuária extensiva nas grandes fazendas (latifúndios) do sertão nordestino<sup>1</sup>.

O que a literatura da época não pudera alcançar, porque ainda presa aos ideais românticos em base regional-nacional, foram os outros tipos sociais semelhantes ao gaúcho sul-rio-grandense, mas cujos domínios territoriais se estendem para além de nossas fronteiras, já nos limites dos países hispano-americanos, e conhecidos genericamente por *gauchos*. Tal empreitada literária exigiria a assimilação da idéia de Pampa Sul-Americano fundamentalmente enquanto unidade geoeconômica do mercado mundial, superando o sentimento de alteridade derivado da concepção geopolítica das fronteiras nacionais que cortam a região<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup>Desde o mestrado na Universidade de São Paulo, a exatos dez anos, mantenho vivo na memória comentário do professor Dr. Armen Mamigonian, de que ainda estaria por ser feito um estudo comparativo entre os tipos sociais sertanejo e gaúcho. E ainda que em sua abordagem metodológica o professor Armen considerasse sertanejos e gaúchos como pertencentes a formações sociais distintas, chamava sabiamente atenção para suas realidades regionais tão próximas em virtude do mesmo tripé latifúndio, pecuária extensiva e domínio oligárquico (inclusive com as similitudes entre o coronelismo e o caudilhismo).

<sup>2</sup>Não apenas a literatura, mas também as políticas de planejamento regional para essa vasta área subcontinental deveriam partir da reflexão sobre as experiências históricas de desenvolvimento econômico de ambos os lados das fronteiras. É verdade que alguns esforços vem sendo cristalizados nesse sentido, caso das já paradigmáticas *Jornadas de História Regional Comparada*, que se realizam desde 2000, em Porto Alegre, sob a coordenação da Fundação de Economia e Estatística (FEE/RS). Evento que reúne pesquisadores sociais de diversas especialidades provenientes do Brasil, Uruguai e Argentina (principalmente das províncias de Corrientes, Santa Fé, Entre Ríos, Córdoba e Misiones), que não por coincidência corresponde à base territorial do antigo projeto republicano e federalista de *Jose Artigas*.

De fato, o vasto domínio dos campos naturais pampeanos, que se estende por terras argentinas, uruguaias e sul-brasileiras, e a disseminação da grande propriedade pecuarista, produziram uma “paisagem” semelhante por toda essa região fronteiriça em que pesem as variações edafo-climáticas locais e as especificidades culturais e históricas de cada povo<sup>3</sup>. Essa visão macro-espacial é descrita pelo historiador Eric Hobsbawn nas obras *A Era das Revoluções (1981)* e *A Era do Capital (1979)*, que cobrem o agitado período histórico de 1789 a 1875, quando o capitalismo triunfa politicamente e consolida a organização de verdadeiro espaço mundial.

Ao leitor ainda não inteiramente convencido, talvez auxilie uma sucinta caracterização das regiões platinas de Salto (Uruguai) e da bacia do Saladero (Província de Buenos Aires, Argentina), igualmente voltadas para a pecuária praticada extensivamente e no sistema de grande propriedade, e cuja herança é também a ampliação do enorme fosso social que separa quem tem acesso à riqueza de quem está dela alijado. A exclusão social nessas regiões se manifesta nos elevados índices de miserabilidade, piores mesmo que as respectivas médias nacionais, e no efeito devastador do êxodo rural. É significativo que o Departamento de Salto apresente densidade demográfica de apenas 8,3 hab/km<sup>2</sup> (1996), bastante abaixo da média uruguaia de 18 hab/km<sup>2</sup>, e mesmo inferior aos 10,4 hab/km<sup>2</sup> da média do interior do país, reflexo da “*explotación ganadera del tipo extensivo, caracterizado por un claro predominio del sistema del latifundio*”, e que tem levando a uma situação mesmo de decréscimo de sua população rural nas últimas décadas (AGUILAR, 1987, p.45).

De forma análoga, para J. Sábato (1980, p.17) a explicação da crise social e econômica do pampa argentino encontra-se no monopólio latifundiário, considerado verdadeiro óbice ao desenvolvimento regional: “*En suma, la*

---

<sup>3</sup>Embora a historiografia oficial brasileira destaque o papel pioneiro da Região Sul do Brasil na formação de um mercado interno pelo fornecimento de animais de transporte e de subprodutos da pecuária às regiões de mineração das Minas “Gerais” e cafeeicultoras fluminenses, desde cedo as regiões campeiras sulistas destacaram-se também enquanto produtoras de mercadorias para a exportação, principalmente couro e erva-mate.

*concentración de la propiedad en manos de los grandes terratenientes pampeanos no sólo era la causa del estancamiento productivo de la región sino también, y mas importante, (...) de la sociedad argentina.”*

Extensas áreas da Região Sul do Brasil também se inserem nessa dinâmica platina representada pela paisagem original de campo naturais associada ao binômio pecuária extensiva – latifúndio<sup>4</sup>. A concentração fundiária nessa região se estendeu no tempo para áreas do Rio Grande do Sul (o Pampa e os Campos de Cima da Serra), do Paraná (os Campos de Lapa e de Jaguariaíva<sup>5</sup>), de Santa Catarina (os Campos de Lages e de Curitibanos), e até de São Paulo (os Campos de Itapetininga) se considerados os antigos limites regionais. Os domínios de campos naturais sul-brasileiros possibilitaram o desenvolvimento do “complexo pecuarista”, das primeiras indústrias de porte (charqueadora, ervateira, madeireira, frigorífica), das primeiras redes de circulação regional (o “Caminho dos Tropeiros” aberto na década de 1870, e a integração ferroviária regional completada em 1904), e até a expansão da agricultura mecanizada nas áreas mais planas.

Contudo, se essas áreas campeiras meridionais foram as mais “luminosas” (SANTOS, 1994) no processo de geração de riqueza em seus respectivos estados em dado momento do passado, já de longa data passam por profunda desvalorização sócio-territorial que se desdobra em vários planos:

---

<sup>4</sup>Existe importante bibliografia diferenciando as áreas de mata das áreas de campo no Brasil Meridional, como o estudo pioneiro de L. Waibel (1979) que associa esses quadros paisagísticos a determinados padrões fundiários e étnicos. Desde então, diversos trabalhos acadêmicos sobre o tema passaram a observar a correlação entre áreas de campo e grande propriedade, e áreas de mata e pequena propriedade, ainda que muitas vezes resvalando por perigosas determinações causais.

<sup>5</sup>Os municípios dos Campos de Lapa e dos Campos de Ponta Grossa formam, praticamente, a região conhecida por Campos Gerais. Os Campos de Jaguariaíva geralmente ficam de fora desse recorte territorial por representarem domínio de vegetação de campo cerrado, diferenciando-se, portanto, da paisagem dos campos limpos presentes nas duas primeiras áreas.

- *desvalorização social*: as elevadas taxas de miséria urbana e rural nas regiões campeiras são determinadas pelo excedente de trabalhadores em face das reduzidas necessidades locais do processo produtivo;
- *desvalorização política*: a perda de representatividade política dos municípios das regiões de campo sulistas, sobretudo causada pelo êxodo rural, ocorre tanto em favor de outras regiões de seus respectivos estados quanto de outras unidades federativas (a “metade sul” gaúcha viu sua participação no total da população gaúcha decrescer de 53,8% em 1890 para 31,13% em 2000);
- *desvalorização produtiva*: resultado do fechamento de indústrias que realizaram sua potencialidade histórica de valorização, do elevado grau de ociosidade do capital fixo principalmente em indústrias tradicionais, e da perda de valor relativo dos produtos comercializados, todos efeitos localizados da concorrência inter-capitalista;
- *desvalorização ecológica*: são inúmeros os problemas sócio-ambientais regionais, tais como: a) o processo de avanço da arenização ou "desertificação" que transformou em solos estéreis quase um quarto da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (Zero Hora, 02.06.1999); b) o desmatamento quase total já na primeira metade do século passado das manchas de florestas mistas de araucária nos Campos Gerais paranaense pela avidez da indústria madeireira; c) os flagelados das freqüentes inundações das áreas de várzea do pampa gaúcho (produto tanto das ocupações irregulares da planície de inundação do rio Uruguai quanto do uso agrícola intensivo do solo ao longo de sua bacia hidrográfica e que provoca a erosão e o assoreamento).

Essa observação dos eventos locais a partir de suas relações com a materialidade produzida em escalas mais amplas não é exclusiva às regiões campeiras meridionais brasileiras nem novidade na história. Com efeito, desde o clássico *A Ideologia Alemã* (1845), de Karl Marx, até as obras mais recentes do

geógrafo Milton Santos (1994; 1996), está presente a idéia de que a materialidade do mundo repercute por todos os lugares através de formas econômicas, culturais e políticas específicas. Por assim dizer, não existe “aldeia” que não contenha o movimento do mundo, seja pela positividade (presença local) ou negatividade (ausência local) dos elementos materiais. Desta forma, a correta compreensão dos processos de desvalorização sócio-territoriais envolvendo as regiões campeiras exige a apreensão da materialidade do mundo, onde mesmo os traços de negatividade (ausência) refletem possibilidades históricas esgotadas para eventos locais, caso do tecido produtivo herdado que se desvaloriza diante da nova materialidade construída em outros lugares.

Quando se discute nesta tese a modernidade da elite campeira a opção foi por deixar de lado o resgate da vasta discussão sociológica de modernidade simplesmente por uma questão de coerência do método seguido, e que estaria aviltado em se prendendo a categorias analíticas. A expressão “modernidade” será referida simplesmente de modo a preservar seu tratamento na igualmente vasta produção de K. Marx: a partir do estágio de desenvolvimento das forças produtivas (universais e globais já em sua época) e de suas formas de propriedade correspondentes.

É disseminado nas sociedades campeiras meridionais o sentimento de que a atual "crise regional" é produto do abandono pelo mercado e pelo Estado, e que sua superação depende da retomada dos investimentos produtivos. Ao insistir nessa argumentação, as elites econômicas regionais esperam reforçar suas reivindicações nas políticas públicas supostamente “corretivas” das “desigualdades inter-regionais”.

A crítica das sociedades locais ao processo de diferenciação regional contido no movimento do capital é interpretada pelo pensamento liberal como “tomada de consciência regional”<sup>6</sup> quanto ao aparente “atraso econômico e social”

---

<sup>6</sup>Para o jurista espanhol Ferrando Badia (1986, p.157), a “consciência regional” emerge do apelo popular dos regionalismos, visando do poder público:

“a) “Asegurar una mejor adecuación de la acción estatal a las necesidades y características locales; b) Realizar un mayor acercamiento de los ciudadanos al Estado (...); c) Promover, a través

em relação a outras regiões<sup>7</sup>. Em verdade, esse procedimento ideológico esconde por detrás da vaga noção de “*consciência regional*” todos os antagonismos sociais advindos da distribuição desigual da riqueza gerada no interior do próprio processo produtivo local e a partir de suas articulações com o processo mais amplo de acumulação capitalista. Denunciando a visão liberal das reivindicações regionais, Alain Lipietz (1994, p.27) chamou de “*armaduras regionais*” essas “*articulações de relações sociais que não dispõem de um aparelho de Estado completo, mas onde se regulam, entretanto, as contradições secundárias entre as classes dominantes*”<sup>8</sup>.

Em verdade também certas aplicações do modelo althusseriano de “modos de produção articulados” interpretam o processo de diferenciação regional enquanto “desenvolvimento desigual”, ainda que, no limite, correndo o risco de atribuir uma autonomia regional inexistente ou de diferenciar as regiões entre “menos capitalistas” e “mais capitalistas”. Para Diniz Filho (2002), os geógrafos marxistas voltados para a análise regional, citando Edward Soja e Alain Lipietz, perderam demasiado tempo na tentativa de extrapolar a teoria do valor de Marx

---

*de una más justa distribución de la renta nacional, el mejoramiento de las condiciones económicas, sociales y culturales de las regiones atrasadas.”*

<sup>7</sup>Ao analisar a aparência fenomênica da escala regional, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2001, p.126) destacou que “*se a região não existisse como espaço estigmatizado, como 'província' definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao 'centro', quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência(.)*”.

<sup>8</sup>Na ciência geográfica multiplicaram-se conceitos de região destacando elementos identitários de natureza política e/ou cultural, e que acabam dotados de uma “objetividade” capaz inclusive de influenciar no recorte das regiões de planejamento. É nesse sentido que Rogério Haesbaert (1995, p.322) define região como “*(...)um território estruturado frente ao Estado-nação (em escala intranacional, portanto), base ao mesmo tempo de uma identidade cultural e de uma representação política relativamente autônoma (ou em busca desta autonomia)*.” E também Wanderley Messias da Costa (1992, p.210), quando afirma que a região é uma “*forma de apropriação de um grupo social sobre o espaço, seja simbólica (cultural) e/ou jurídico-política*”.

A presente tese não tem por objetivo criar outro conceito de região, contentando-se com o uso do termo para delimitar as áreas de estudo caracterizadas pelo domínio dos campos naturais, da grande propriedade rural e das elites campeiras. Em outras palavras, a região é aqui entendida como fenômeno indissociável do processo de diferenciação regional.

para as relações comerciais internacionais e inter-regionais na forma de "teoria das trocas desiguais" e de "transferências geográficas de valor"<sup>9</sup>.

Acrescentaria que foram exatamente essas abordagens "mecanicistas" que fizeram com que os conceitos formulados pela geografia crítica fossem rotulados de apriorísticos e reificadores da forma regional, disseminando dicotomias ("regiões desenvolvidas/centrais" versus "regiões exploradas/periféricas") tão caras justamente aos teóricos liberais ("regiões modernas" versus "regiões atrasadas"). No final das contas, tais abordagens "marxistas" são igualmente incapazes de desmascarar a construção da ideologia do progresso ou do desenvolvimentismo regional defendidas em nome dos interesses das elites econômicas ditas "periféricas".

É assim que também se dissemina nas sociedades campeiras meridionais o culto ao progresso, mesmo que a realidade tenha que ser posta do avesso, uma vez que a alarmante concentração de renda e a alta miserabilidade características dessas regiões foram produto justamente do progresso capitalista anterior.

A presente tese lança as "luzes dos holofotes" para a compreensão da importância das **políticas de desenvolvimento**<sup>10</sup> para a **reprodução da sociedade regional** especialmente daqueles segmentos de maior poder econômico e político. Afinal, em estudo clássico sobre o planejamento econômico brasileiro no período entre as décadas de 1930 e 1970, o sociólogo Octávio Ianni (1977, p.4) nota que

(...) o exame dos conteúdos ideológicos e práticos da política econômica governamental pode esclarecer a

---

<sup>9</sup>Diniz Filho (2002) nos lembra a semelhança da idéia das "trocas desiguais" de Alain Lipietz com o mecanismo de "transferência de excedente" utilizado por Francisco de Oliveira para explicar o suposto atraso nordestino em relação ao Sudeste.

<sup>10</sup>Na definição da ciência política, as políticas públicas referem-se à relação entre governo e sociedade civil (cidadãos, instituições e empresas) através de normas, discurso e recursos financeiros e de pessoal, capazes de efetivar determinados objetivos de interesse público e social (desenvolvimento regional, crescimento populacional, erradicação do analfabetismo, etc). Em sua fase operacional estabelece um campo de ação social envolvendo atores governamentais e não-governamentais (VIANA, 1996).

maneira pela qual se organizaram, funcionam e transformam as relações de dominação (política) e apropriação (econômica) na sociedade brasileira.

Diversas “engrenagens” dos mecanismos de reprodução social já são velhas conhecidas dos estudiosos de geografia agrária e do desenvolvimento regional. Num primeiro movimento, o sistema de crédito público e privado acaba imprimindo nova lógica norteadora da concorrência entre os produtores rurais, beneficiando sempre mais os grandes produtores agrícolas e as agroindústrias. Num segundo movimento, os bancos e o Estado acabam se apropriando de parte substancial das rendas dos produtores contratantes de empréstimos (taxa de juros) e das terras daqueles que forem incapazes de saudarem a hipoteca fundiária (assinada como garantia do empréstimo bancário).

Contudo, esses mecanismos de reprodução social ainda permanecem demasiado genéricos quando se observa a particular complexidade do uso do crédito público nos campos meridionais brasileiros, por dois motivos básicos:

- 1) os grandes proprietários rurais também se apropriam de uma fatia significativa do crédito pela ativação da produção ou através da extração da renda fundiária;
- 2) o Estado é mais permeável que os bancos privados às influências políticas de grupos sociais mobilizados sob o discurso regional.

**O monopólio do acesso ao crédito público e privado** é hoje determinante na definição de elite campeira, onde as políticas e fundos públicos assumem caráter cada vez mais central na redistribuição da renda regional e, conseqüentemente, na própria recomposição da estrutura social regional. Isso significa que a relação entre Público e Privado determinado pela expansão da base de crédito implica que certos segmentos sociais formados por granjeiros (orizicultores) e cooperados (de médio e grande porte), dentre outros, também podem ingressar nas fileiras das elites campeiras, ainda que, na prática, nem todos adquiram condições políticas e econômicas para esse salto.

Nas condições de maior concorrência na arena de disputa social pelos fundos públicos, a atualização do argumento da “ausência de Estado e de capital” para justificar os problemas econômicos e sociais dos campos meridionais brasileiros adquire importância redobrada. Da mesma forma, seu irmão gêmeo, o argumento da “mentalidade conservadora e atrasada” do homem pampeano, é sempre repostado por sua funcionalidade classista ao justificar a mobilização de novos fundos públicos para a modernização ou reconversão produtiva regional.

A bandeira da retomada do desenvolvimentismo regional, ao deslocar a responsabilidade para o Estado e para o mercado, acaba por isentar os grandes proprietários de responsabilidade histórica (e presente) na geração da pobreza e da miséria nos campos meridionais; ao mesmo tempo em que retira um “segundo coelho da cartola” ao afirmar a necessidade da continuidade do processo histórico de transferência de crédito público e privado para esses mesmo atores sociais.

A modernidade nos campos meridionais aparece historicamente na forma de atualização técnica (convivendo com “rugosidades” determinadas por formas rudimentares de produção) e inserção na economia-mundo, mas o fulcro central da presente tese é que a precoce “politização” do processo de desenvolvimento econômico regional - manifestada atualmente na **disputa de fundos públicos** - constitui outro claro indicador dessa **modernidade** do processo produtivo “regional” e de suas **elites econômicas tradicionais** ao longo do tempo.

Para desfazer o mito do atraso campeiro e demonstrar esse caráter ideológico do desenvolvimento regional, essa tese principal se ramifica em quatro proposições que visam esclarecer os determinantes das políticas públicas de desenvolvimento das regiões campeiras meridionais:

1ª) as políticas públicas com ênfase ou impacto no desenvolvimento regional são fundamentais para garantir a viabilização da extração da renda da terra e do lucro pelas elites campeiras;

2ª) os fundos públicos direcionados às regiões campeiras meridionais também possibilitam a apropriação da renda regional por segmentos dos trabalhadores rurais e pequenos produtores, cooperados ou individualmente, aprofundando a diferenciação interna da própria classe trabalhadora;

3ª) o êxito da agenda desenvolvimentista regional depende do convencimento da opinião pública acerca da viabilidade das proposições de (re)ativação da produção regional com emprego e renda para todos;

4ª) o sucesso institucional das políticas de desenvolvimento regional é determinado por sua capacidade de recompor a estrutura social regional, o que somente é possível jogando para o futuro as desigualdades sociais ampliadas contidas nos novos investimentos realizados.

A capacidade de influenciar nas políticas públicas tem representado mecanismo histórico fundamental para a articulação da elite campeira do Brasil Meridional ao mercado mundial. E ainda que a finalidade nem sempre seja diretamente produtiva, essa vinculação entre Política (fundos públicos) e Economia (mercado) exige da ação governamental que não se realize independentemente do processo de produção de mais valia, espécie de pré-condição à manipulação da realidade econômica e social pelas políticas públicas.

Assim, representa pressuposto das políticas públicas que o poder público se veja constrangido a orientar quantias sempre crescentes de recursos para manter os níveis de emprego e da atividade produtiva regional, da mesma forma que já é fato antecipado que logrará apenas produzir de modo ampliado a decomposição da estrutura social regional. Inevitavelmente, a crença regional no “desenvolvimento econômico” e na “melhora da renda”, quando confrontada com o mundo real, se transmuta na desilusão da ampliação da apropriação diferenciada da renda regional.

A captura do poder público pelas elites campeiras meridionais remete aos períodos colonial e imperial, e de certa forma antecipam o que seria a tônica do discurso político de todas as elites regionais “periféricas” particularmente a partir do regime republicano, ao clamarem por privilégios fiscais e de acesso ao crédito público federal. Na medida em que se consolidava a industrialização concentrada no Sudeste do país, as “regiões periféricas” passavam a contar com agências de desenvolvimento regional e instrumentos fiscais (isenções de tributos federais e fundos públicos constitucionais) fundamentalmente para os casos do Nordeste, Norte e Centro-Oeste<sup>11</sup>.

Visando recuperar o terreno perdido em relação às políticas públicas de desenvolvimento regional promovidas pelo governo federal, os Estados sulistas criaram no início da década de 1960 o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), esperando contar com a transferência de recursos públicos federais. Ainda que a antiga reivindicação política regional de criação de um fundo constitucional específico não tenha vingado<sup>12</sup>, o Banco Nacional de

---

<sup>11</sup>As políticas públicas de desenvolvimento regional contemplaram o Nordeste com justificativa na necessidade de tornar menos dramático o quadro de pobreza endêmica regional, e foram posteriormente estendidas ao Centro-Oeste e Norte com base no discurso geopolítico de ocupação dos “vazios demográficos”. Em suma, a velha idéia de que as “regiões periféricas” ficaram à margem do desenvolvimento capitalista, e que essa ausência explicaria as carências regionais.

<sup>12</sup>Esta proposta sofre bloqueio das bancadas regionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste no Congresso Nacional, que alegam que os indicadores sociais sulistas continuam acima da média nacional e que a região tende cada vez mais a participar do “polígono industrializado”.

Com efeito, o economista Clélio Campolina Diniz (1995) identificou no interior do Centro-Sul uma área poligonal que abrigaria as cidades de maior crescimento industrial do país nas últimas décadas, delimitada pelos eixos Belo Horizonte – Uberlândia – Londrina/Maringá – Porto Alegre – Florianópolis – São José dos Campos – Belo Horizonte. Conforme relato do próprio pesquisador, sua inspiração foi o conceito de “campo aglomerativo” de Carlos Roberto Azzoni, que identificou que a dispersão da indústria a partir da Grande São Paulo era limitada pela distância e acessibilidade (custos de transporte). Ver AZZONI, C. R. A lógica da dispersão da indústria no estado de São Paulo. In: Estudos Econômicos, n° 16, 1986.

A questão foi também trabalhada pelo geógrafo Milton Santos, que identificava no Centro-Sul brasileiro (expressão originalmente formulado por Francisco de Oliveira) a formação de uma “Região Concentrada” a partir da elevada densidade das infra-estruturas: “*Construídas com dinheiro público, essas infra-estruturas aprofundaram o uso seletivo do território, deixando excluídas ou depreciadas a maior parte da economia e da população*” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 140).

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem ampliado significativamente o repasse de recursos ao BRDE nos últimos anos.

De modo efêmero, a chamada “metade sul” gaúcha (que inclui o pampa, as missões e o litoral sul do estado) contou com estatuto especial por parte do governo federal durante o Segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso<sup>13</sup>. O Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul (Reconversul) entrou em operação em 1996, com repasses do BNDES ao Banrisul e agências locais do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Em sua primeira etapa, foram aplicados R\$ 277 milhões para a geração de cerca 13.000 empregos indiretos e apenas 3.000 diretos, uma gota d’água em face aos índices de desemprego da região<sup>14</sup>.

Com a posse do novo governo de Luis Inácio "Lula" da Silva, o Reconversul é encerrado sob alegação da necessidade de uma profunda reengenharia nas instituições de planejamento regional no âmbito do recém-criado Ministério da Integração Nacional (MIN)<sup>15</sup>. Na prática, as ações federais diretas na “metade sul” gaúcha ficaram reduzidas a alguns poucos projetos pilotos, desenvolvidos de

---

<sup>13</sup>O presidente cumpria, apesar do retardo, promessa de campanha de dar especial atenção aos problemas econômicos enfrentados pelo Rio de Janeiro e pela “metade sul” gaúcha, esta última sua velha conhecida desde os trabalhos acadêmicos que desenvolveu sobre a escravidão no Brasil Meridional.

<sup>14</sup>O prazo dos empréstimos do Reconversul era de até 8 anos, com 2 de carência (para projetos de fruticultura o prazo era estendido para 12 anos, com 6 de carência), e taxas de juros de apenas 1%. Os cerca de 3 mil projetos financiados se concentraram nas atividades de orizicultura, pecuária de corte/frigoríficos, ovinocultura, conservas, fruticultura de clima temperado (cítricos e videiras), pesca, suinocultura (associada as culturas de arroz e milho), olericultura, laticínios, desenvolvimento florestal e infra-estrutura. Setorialmente, os financiamentos foram direcionados para a indústria (59%), agropecuária (23%) e comércio e serviços (18%) (Balanço Anual de 1999. Gazeta Mercantil). A segunda etapa, prevista para ser encerrada em 2003, previa investimentos de outros R\$ 400 milhões.

<sup>15</sup>Contraditoriamente, as denúncias de corrupção e de desvio de recursos envolviam apenas as Superintendências para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Nordeste (SUDENE). E justamente essas foram as recriadas em 2001 por Medidas Provisórias, agora chamadas de Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). Para o Centro-Oeste estudos foram desenvolvidos no governo federal visando criar uma agência equivalente; mas para o Sul a atual organização institucional do MIN inclui apenas um Departamento de Programas das Regiões Sul e Sudeste, cujas atribuições são *"implantar, acompanhar e auxiliar as ações de desenvolvimento social na faixa de fronteira, no âmbito da Região Sul"*. Disponível em <<http://integracao.gov.br>>. Acessado em 05.10.2005.

forma isolada e com montantes irrisórios de recursos<sup>16</sup>. Em contrapartida, no ano de 2005 os repasses do BNDES para a formação dos fundos do BRDE ultrapassaram pela primeira vez a marca histórica do US\$ 1 bilhão, efeito direto da abundância de crédito em mãos do governo federal.

Elege-se nesta tese como estudo de caso o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul por seu papel destacado no financiamento de projetos de desenvolvimento econômico por toda a Região Sul nas últimas décadas. Em virtude do grande volume de dados para análise, a opção recaiu sobre um recorte temporal abrangendo os dois últimos anos (2001-2002) do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e os dois primeiros anos (2003-2004) do governo de Luís Inácio "Lula" da Silva (PT), uma vez que o chefe do Executivo tem a prerrogativa de escolha do presidente do BNDES, principal fonte de recursos da instituição regional pesquisada; e assim também se espera elaborar uma base de comparação, ainda que restrita, entre dois governos que se afirmaram ideologicamente tão distintos.

A coleta de dados foi justamente a etapa que apresentou maiores dificuldades, em razão do caráter sigiloso das informações patrimoniais e financeiras atribuído ao cadastro dos mutuários do BRDE. Se considerada também a inviolabilidade das declarações de renda (IR) e sobre a propriedade rural (ITR), nota-se a existência de um verdadeiro "aparato jurídico" destinado a impossibilitar por parte da sociedade civil qualquer rastreamento detalhado sobre a

---

<sup>16</sup>Em 2003, o MIN realiza experiência piloto na Mesorregião da Metade Sul Gaúcha, destinando módicos R\$ 1,2 milhão para projetos de florestamento. No ano seguinte, o ministério destina R\$ 5 milhões para programas de florestamento e fruticultura, mas distribuídos entre a metade sul gaúcha, o vale do rio Acre, o alto Solimões e outras áreas da chamada Grande Fronteira do Mercosul. No mesmo ano é assinado protocolo de cooperação entre o MIN e o BRDE para a realização de atividades de desenvolvimento no pampa gaúcho, no âmbito do Plano de Ação para a Metade Sul do RS.

A criação da Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul foi iniciativa do senador Pedro Simon, através do Projeto de Lei nº 315, de 2003, abrangendo 98 municípios gaúchos "*para efeitos de articulação da ação administrativa da União e do Estado do Rio Grande do Sul*" (SIMON, 2004, p.405). Conforme o próprio senador, a intenção é dar mais um passo na direção de uma emenda constitucional para que a região também seja incluída nos fundos públicos constitucionais de desenvolvimento regional.

apropriação privada da riqueza social neste país, mesmo que viabilizada a partir do uso de recursos públicos. Entretanto, a possibilidade de cruzamento de dados não-individualizados, como por município e por porte do mutuário, obtidos junto ao BRDE permitiu traçar um perfil razoável acerca dos contratantes de crédito público.

No período pesquisado também os governos dos estados sulistas experimentaram rotatividade determinada pelas urnas. No período 2001-2002 o Rio Grande do Sul era governado por Olívio Dutra (PT), e o Paraná por Jaime Lerner (PFL). E no período 2003-2004, os governos gaúcho e paranaense passaram para as mãos de Germano Rigotto (PMDB) e Roberto Requião (PMDB), respectivamente. É preciso destacar que os governadores sulistas se revezam na presidência do CODESUL – Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul –, órgão decisório encarregado de formular os rumos estratégicos da autarquia interestadual do BRDE.

Os governos estaduais também guardam importância na formulação de políticas públicas regionais ou com efeitos sobre o desenvolvimento regional<sup>17</sup>. Esse é o caso da Lei Estadual nº 8.575, de 1988, do governo gaúcho que instituiu o “Fundo Operação Empresa” (Fundopem), restituindo em determinados casos até 75% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) a ser recolhido pelas

---

<sup>17</sup>O governo gaúcho na gestão do também peemedebista Antônio Britto (1995-98) decidiu criar uma secretaria especial para a “metade sul”. O primeiro secretário da pasta, João Gilberto Lucas Coelho, enfatizou a necessidade de priorização da reconversão geral da atividade econômica regional (citando beneficiamento do granito, fruticultura, expansão da vinicultura) e de modernização das existentes (Balanço Anual de 1999. Gazeta Mercantil).

As eleições colocam o governo gaúcho nas mãos da oposição e, efetivamente, a administração do petista Olívio Dutra (1999-2002) faz questão de substituir a secretaria pelo Gabinete da Metade Sul, e passa-se a criticar a insuficiência de recursos e de incentivos fiscais por parte do governo federal (leia-se Reconversul). A realização da reforma agrária na “metade sul” do estado, com previsão de assentar 8 mil famílias de sem-terra, foi a principal promessa do recém empossado governo estadual (Zero Hora. 5.09.1999).

Em outubro de 2003 é a vez do governo de Germano Rigotto instalar a Agência de Fomento da Fronteira Oeste, com a promessa de disponibilizar linhas de financiamento com prazos e juros diferenciados para projetos de reestruturação da economia dos 13 municípios da região. Na ocasião, Rigotto declarou que o próximo desafio do governo estadual seria a reativação dos frigoríficos de Santana do Livramento e Dom Pedrito. Na prática, foi o grupo privado Friboi que anunciou em 2005 a intenção de investir num grande abatedouro em São Borja (RS), para atender a crescente demanda do mercado internacional de carnes.

empresas investidoras. Apesar das alterações da Lei Estadual nº 11.028, de 1997, esse fundo estadual de apoio ao desenvolvimento econômico foi mantido pelos governos seguintes<sup>18</sup>.

O geógrafo Álvaro Heidrich (2000) constatou que dos US\$ 5,240 bilhões em investimentos privados atraídos pelos programas Fundopem e Nosso Emprego, até março de 1998, apenas 4,69% ou modestos US\$ 246 milhões foram destinados à “metade sul” gaúcha, onde responderam por 7,73% dos empregos gerados no estado, ainda assim aquém dos indicadores apurados para a região norte gaúcha com 14,09% dos investimentos e 25,3% dos empregos.

Em 2006 inaugurou-se também parceria do governo gaúcho com o Banco Mundial (Bird) para fins de desenvolvimento regional através do RS Desigualdades. O Programa prevê investimento total de US\$ 300 milhões para impulsionar ações propostas pelos Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) de regiões “menos desenvolvidas”, caso do Corede da Campanha.

As ações do governo paranaense no período da pesquisa não diferiram daquelas implantadas pelo governo gaúcho. O Decreto nº 246, de 2003, trazia regras mais claras para a concessão de incentivos e benefícios fiscais para empresas que viessem a se instalar ou expandir as atividades no estado, inclusive zerando as alíquotas de ICMS para micro e pequenas empresas. No mesmo ano, o Decreto nº 1.465, conhecido por Programa Bom Emprego, estabelecia faixas de dedução de ICMS segundo a localização dos novos investimentos, de modo a beneficiar os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M). O Decreto nº 2.914, de 2004, estendia os benefícios fiscais do Programa Bom Emprego aos chamados Arranjos Produtivos Locais (APLs), definidos como

---

<sup>18</sup>A. Heidrich (2000) aponta o nascedouro do novo sistema de incentivos fiscais do Estado gaúcho na tomada de consciência teórica no interior do próprio governo sobre a necessidade de transição da matriz agropecuária para a de industrialização dinâmica. O pesquisador destaca o papel da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul e do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (sistema Fiergs-Ciergs) junto ao governo gaúcho para criação de sistema de incentivos fiscais, alegando passo estratégico para que a economia do estado não perdesse a corrida pela atração de investimentos produtivos.

aglomerações de empresas localizadas numa mesma microrregião homogênea e que se articulam em torno de uma mesma especialização produtiva.

Recentemente o governo do Paraná criou a Agência de Desenvolvimento Regional (ADR), no momento em fase de estruturação pelo interior do estado. E em 2005, o município de Francisco Beltrão (PR) através da associação comercial do sudoeste paranaense firma convênios para sediar escritório local da ADR e também do BRDE, este último representando o primeiro posto avançado do banco no estado do Paraná e na Região Sul. O escritório do BRDE em Francisco Beltrão está diretamente ligado à Agência de Curitiba, e com funções de divulgação e triagem das propostas de pedido de financiamento na região. No ano seguinte Londrina e Toledo também ganharam escritórios do BRDE, dentro da estratégia de interiorização da instituição no estado do Paraná.

Para a compreensão do complexo processo de reprodução social em especial nas regiões campeiras meridionais, a **metodologia** empregada é a da **decomposição (desconstituição) do capital**, pormenorizada no primeiro capítulo. Por certo, outras matrizes teórico-metodológicas compartilham do esforço de sistematização capaz de auxiliar na apreensão da sociedade campeira meridional em seus complexos movimentos, relacionando de forma positivista (causa-efeito) ou dialética (múltiplas determinações) suas dimensões econômica, política e cultural. Contudo, cada vertente de pensamento estabelece sua própria hierarquia e grau de autonomia (absoluta ou relativa) entre os fatos constituintes da vida social.

Esse debate em absoluto é externo à comunidade geográfica, que nas últimas décadas experimentou a (re)valorização da perspectiva culturalista através do resgate do estudo paradigmático de Max Weber (1904-1905) e das recentes obras de geografia cultural como a de Paul Claval (2001): aqui o complexo sistema de determinações recíprocas tende a privilegiar o viés cultural diante dos fenômenos econômicos e políticos. De forma semelhante ocorre com a geografia política, através do resgate dos clássicos de Friedrich Ratzel (*Politsch Géographie*,

de 1882) ou da mais recente e crítica “geografia do poder” da Escola Francesa representada nos trabalhos de Paul Claval (1979) e Claude Raffestin (1980). Essas óticas distintas não representam em si abordagens menos enriquecedoras nem superiores, tão-somente formulações diferenciadas sobre os fenômenos sociais investigados.

Mas a escolha conscientemente assumida neste trabalho parte do entendimento de que a produção material das vidas dos homens representa a dimensão fundamental das relações sociais, e que apenas decompondo essa materialidade (o capital) podemos apreender a natureza das relações sociais enquanto totalidade em movimento. É justo destacar que a ciência geográfica também se lançou com força nesse campo ao resgatar os clássicos de Karl Marx e Friedrich Engels através do engajamento da “geografia crítica” principalmente entre as décadas de 1970 e 80.

As críticas exageradas e incompletas quanto à suposta supervalorização do *Homo economicus* pela filosofia marxista (MORIN, 2003; 2004), de certa forma repercutem também no debate quanto aos rumos da ciência geográfica. São exageradas porque, primeiro, a busca incessante do lucro permeia a sociedade não por uma idéia ou vontade dos materialistas dialéticos, mas por ser esta a lógica de organização emanada do capitalismo, e segundo, porque a transformação dessa sociedade desigual no sentido da autonomia efetiva dos homens passa inevitavelmente pela resolução de suas questões materiais mais prementes, salvo que se queira destruir junto com o *Homo economicus* o próprio *Homo sapiens* e seu projeto de civilização. Finalmente, a crítica esboçada é incompleta porque incapaz de perceber o sentido específico da obra marxista *O Capital* no contexto do plano geral da filosofia marxista que vai se descortinando através de obras como *O Rendimento e suas fontes*, *Os Manuscritos Econômicos-Filosóficos* e *A Ideologia Alemã*.

A construção da tese exigiu o reexame das obras sobre desenvolvimento regional de forma a incluir os estudos mais consagrados realizados especialmente por geógrafos (SMITH, 1988; LIPIETZ, 1988) e economistas (ABLAS, 1985; CANO, 1985). Mas é a partir de estudos mais recentes (SANTOS, 1996; ARROYO, 2003; AUED, 2002) que se percebe com maior clareza a real dimensão das solidariedades regionais num mundo em que as solidariedades territoriais estabelecidas pela produção capitalista confundem (articulam) fronteiras e escalas. No Brasil, a análise regional centra-se em estudos de caso referentes:

- a) ao Nordeste: onde destaca a utilização ideológica e política do fenômeno periódico da seca pelas elites regionais (CASTRO, 1992; MORAES, 2002-2003) e também sua inserção dependente na economia nacional (ANDRADE, 1988; OLIVEIRA, 1981);
- b) ao regionalismo gaúcho: enfatizando a construção de uma identidade cultural e política de base latifundiária (HAESBAERT, 1988; GOLIN, 1983) e sua mobilização ideológica como forma de barganha política junto ao poder central (LOVE, 1977; OLIVEN, 1988);
- c) a Amazônia: com enfoque ecológico e geopolítico a partir da atuação predatória de grandes grupos econômicos (BECKER, 1990; OLIVEIRA, 1991)<sup>19</sup>.

O traço comum dos estudos regionais é que privilegiam as escalas macrorregional e estadual; deixando, portanto, uma indesejável lacuna bibliográfica em relação àquelas escalas intermediárias entre o lugar e as

---

<sup>19</sup>Com efeito, a exclusão social se agrava mesmo nas regiões pecuaristas pioneiras do Pará, onde o prematuro fechamento da fronteira agropecuária pela monopolização da terra representou a expansão da miséria entre ex-garimpeiros e trabalhadores rurais. Conforme Roberto Santos (1979) e Luiz Osiris da Silva (2002), a concentração fundiária promovida pelas políticas de incentivo fiscal e de crédito do governo federal, via SUDAM e Banco da Amazônia, estaria na raiz do aumento da pobreza e das tensões e conflitos no campo na região, particularmente no pólo pecuarista do Sul paraense.

unidades federativas (Estados) ou macrorregionais (IBGE)<sup>20</sup>. A economista Áurea C. Breitbach (2004) também constata essa necessidade de estudos mais aprofundados a partir de abordagens microrregionais para o caso brasileiro, no que parece ser corroborada por teóricos das políticas públicas de desenvolvimento como Guimarães Neto (1997, p. 84):

Diante das mudanças que ocorreram e das quais resultou uma grande diferenciação das sub-regiões no interior das grandes regiões brasileiras, as políticas de desenvolvimento devem adequar-se a cada sub-região, atendendo às suas exigências próprias; ora enfatizando a maior disponibilidade de infra-estrutura, ora a inovação tecnológica e a sua difusão em segmentos específicos, ora a formação, capacitação e treinamento da força de trabalho, ora a reestruturação produtiva de sub-regiões críticas.

Nesta tese se deseja contribuir para o preenchimento dessas lacunas quanto à dimensão microrregional, embora buscando outras estratégias que as citadas linhas acima para compreender a reprodução das sociedades campeiras no contexto do movimento da economia mundial. O terreno não se apresenta de todo virgem porque alguns passos já foram dados principalmente para o caso gaúcho, como na demonstração da vinculação entre interesse econômico e identidade territorial na análise do discurso regionalista voltado à apropriação do espaço público (HEIDRICH, 2000), e na hipótese levantada acerca do papel do crédito estatal na reprodução das elites pecuaristas dos "campos de cima da serra", no planalto médio gaúcho: "*para que o capitalista monopolize o território e a renda da terra paga pela sociedade*" (RUCKERT, 2003, p.198).

Para compor a área de estudo da tese foi necessário operar uma seleção de apenas duas áreas dos campos meridionais brasileiros: a Campanha gaúcha e

---

<sup>20</sup>Contribui também a idéia reinante no pensamento político brasileiro de que o planejamento deva ocorrer fundamentalmente a partir das grandes regiões brasileiras, mesmo que:

"(...) *inadequada a referencia reiterada à escala macrorregional como escala espacial predominante nos processos econômicos, sociais e políticos, dadas as transformações no padrão de crescimento da economia brasileira e frente ao processo de globalização, que redefine as formas de inserção das economias locais e regionais no mercado internacional, trazendo maior heterogeneidade interna às regiões e rompendo com especificidades intrínsecas.*" (LAVINAS & MAGINA, 1995, p.31).

os Campos Gerais paranaenses. A primeira, por sua importância evidente na história brasileira. Para a segunda, contribuíram os vínculos pessoais profissionais e comunitários iniciados quando do ingresso como professor efetivo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR): ainda recordo da surpresa inicial quando me deparei com a valorização na história local do antigo "Caminho dos Tropeiros", trilha que cruzava a extensa faixa de campos naturais desde o Rio Grande até São Paulo e que seria fundamental na construção da própria identidade paranaense (Ver Figura 1)<sup>21</sup>.

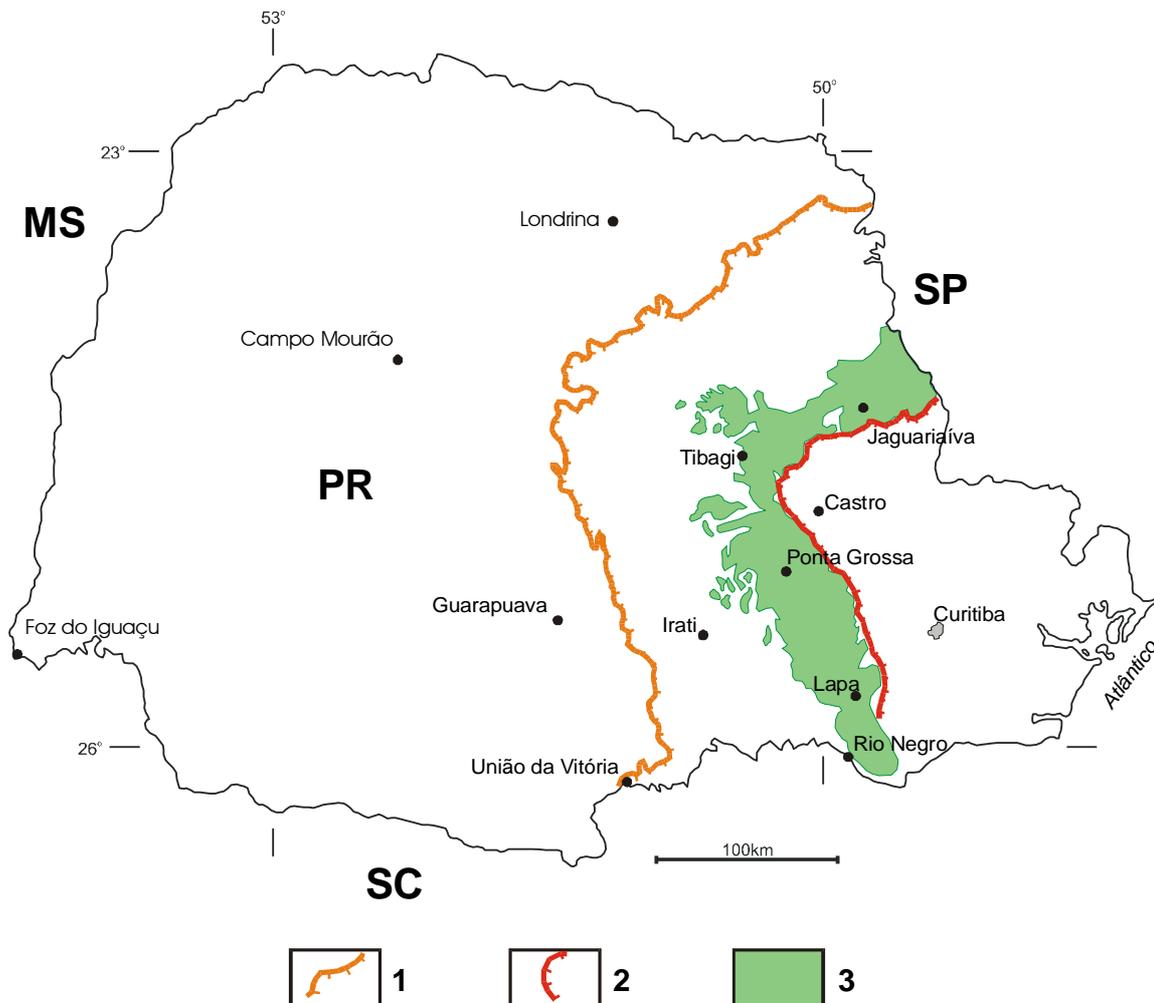
Dos campos meridionais brasileiros, os Campos Gerais sem dúvida estão entre as áreas que sofreram maior transformação paisagística, onde as pastagens representem “apenas” 24,41% do solo utilizado contra 32,09% para as lavouras, o que bem atesta o incrível avanço das culturas de grãos nas últimas décadas (Ver Tabela 30 dos Anexos).

---

<sup>21</sup>Em outros trabalhos abordo a questão da formação da identidade regional gaúcha e paranaense. Ver ALBUQUERQUE, E. S. Aspectos geográficos e o papel da solidariedade institucional na construção da identidade regional paranaense. In: **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, vol. 8, 2002. Ver ALBUQUERQUE, E. S. O Estado-região do Rio Grande do Sul: análise do discurso oficial (e do não oficial) do regionalismo gaúcho. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, nº23, 1998.

A idéia central trabalhada nos artigos citados é de que os aparelhos de estado regionalizados, em condições de autonomia constitucional, tendem a contribuir para a formação de uma forte identidade político-cultural em torno de suas respectivas jurisdições administrativas. Ver também ALBUQUERQUE, E. S. O resgate da Geografia Regional por meio de um conceito político de região. In: **GEOSP**, São Paulo, vol. 9, 2001. pp. 63-77.

**FIGURA 1 – Mapa de localização da faixa de campos naturais do Estado do Paraná**



Legenda: 1: Escarpa da Serra Geral; 2: Escarpa Devoniana; 3: extensão original dos campos naturais no Segundo Planalto Paranaense (modificado de MAACK 1948 e 1981).

Org. Mário Sérgio de Melo/UEPG.

No Paraná a distribuição das áreas de campo, grosso modo, cruza o estado numa linha sul-norte; sendo que nos Campos Gerais paranaenses a paisagem de campo dividia espaço originalmente com as florestas mistas<sup>22</sup>. Aliás, esse verdadeiro mosaico paisagístico ocorre por todo o interior do chamado Paraná Tradicional - definição predileta de muitos "historiadores paranistas"<sup>23</sup> -, que inclui, além dos Campos Gerais, os "Campos de Guarapuava", a zona litorânea e a Serra do Mar.

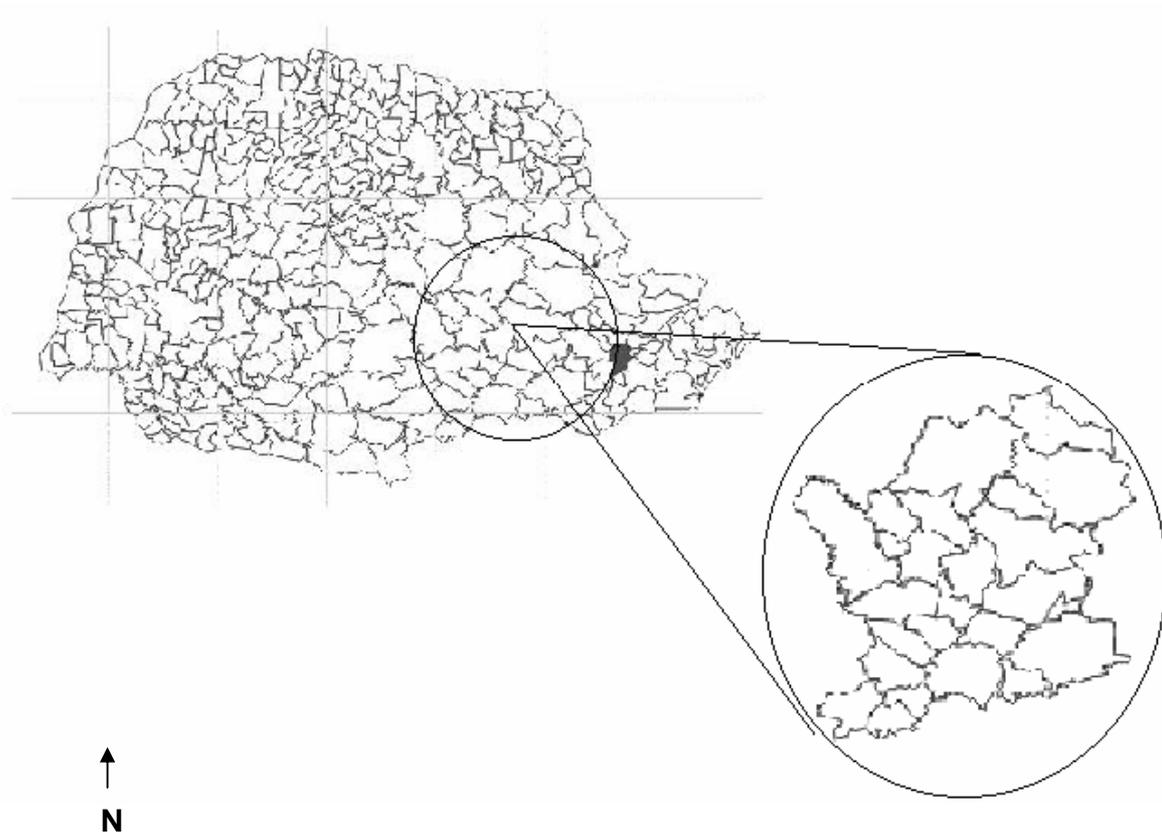
A delimitação dos Campos Gerais paranaenses foi realizada com base no recorte territorial adotado pelo Departamento de Geociências, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - principal centro universitário de ensino e pesquisa da região -, por sua vez amparado nos seguintes critérios: a) presença de campos naturais; b) identidade histórica do tropeirismo; c) influência da UEPG (Ver Figuras 2 e 3).

---

<sup>22</sup>A expressão "*Campos Gerais do Paraná*" foi consagrada por Reinhard Maack (1950), ao defini-la como uma zona fitogeográfica natural de campos limpos, matas galerias e capões isolados de floresta ombrófila mista, com a ocorrência do pinheiro de araucária. Predominam as paisagens de campo, com suaves ondulações de relevo, diferenciada em relação às demais regiões do estado. Analogamente ao caso gaúcho, também nos Campos Gerais paranaenses fixou-se pioneiramente o luso-brasileiro em sistema de grande propriedade, contrastando com a ocupação das áreas de mata pelo imigrante europeu não-ibérico no sistema de pequena propriedade.

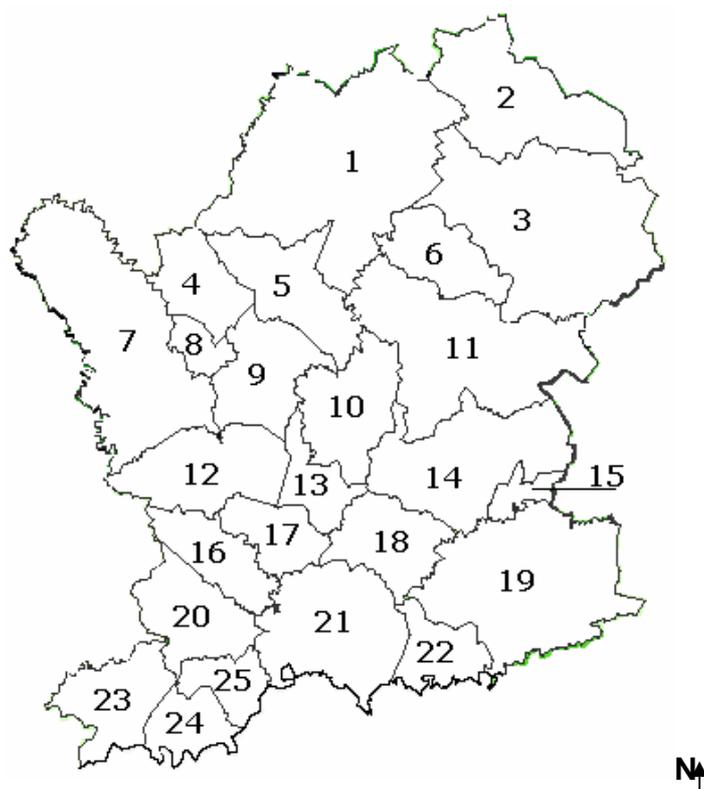
<sup>23</sup>O termo "historiadores paranistas" é usualmente empregado no estado do Paraná para designar historiadores ou autodidatas dedicados ao estudo da evolução social e territorial paranaense.

**FIGURA 2 – Mapa de localização dos Campos Gerais paranaenses**



Org.: ARAUJO JR., O./PROEX-UEPG.

**FIGURA 3 – Mapa dos municípios integrantes dos Campos Gerais paranaenses**



- |                        |                      |                         |
|------------------------|----------------------|-------------------------|
| 1. Tibagi              | 2. Piraí do Sul      | 3. Castro               |
| 4. Ivaí                | 5. Ipiranga          | 6. Carambeí             |
| 7. Prudentópolis       | 8. Guamiranga        | 9. Imbituva             |
| 10. Teixeira Soares    | 11. Ponta Grossa     | 12. Irati               |
| 13. Fernandes Pinheiro | 14. Palmeira         | 15. Porto Amazonas      |
| 16. Rio Azul           | 17. Rebouças         | 18. São João do Triunfo |
| 19. Lapa               | 20. Mallet           | 21. São Mateus do Sul   |
| 22. Antonio Olinto     | 23. União da Vitória | 24. Paula Freitas       |
| 25. Paulo Frontin      |                      |                         |

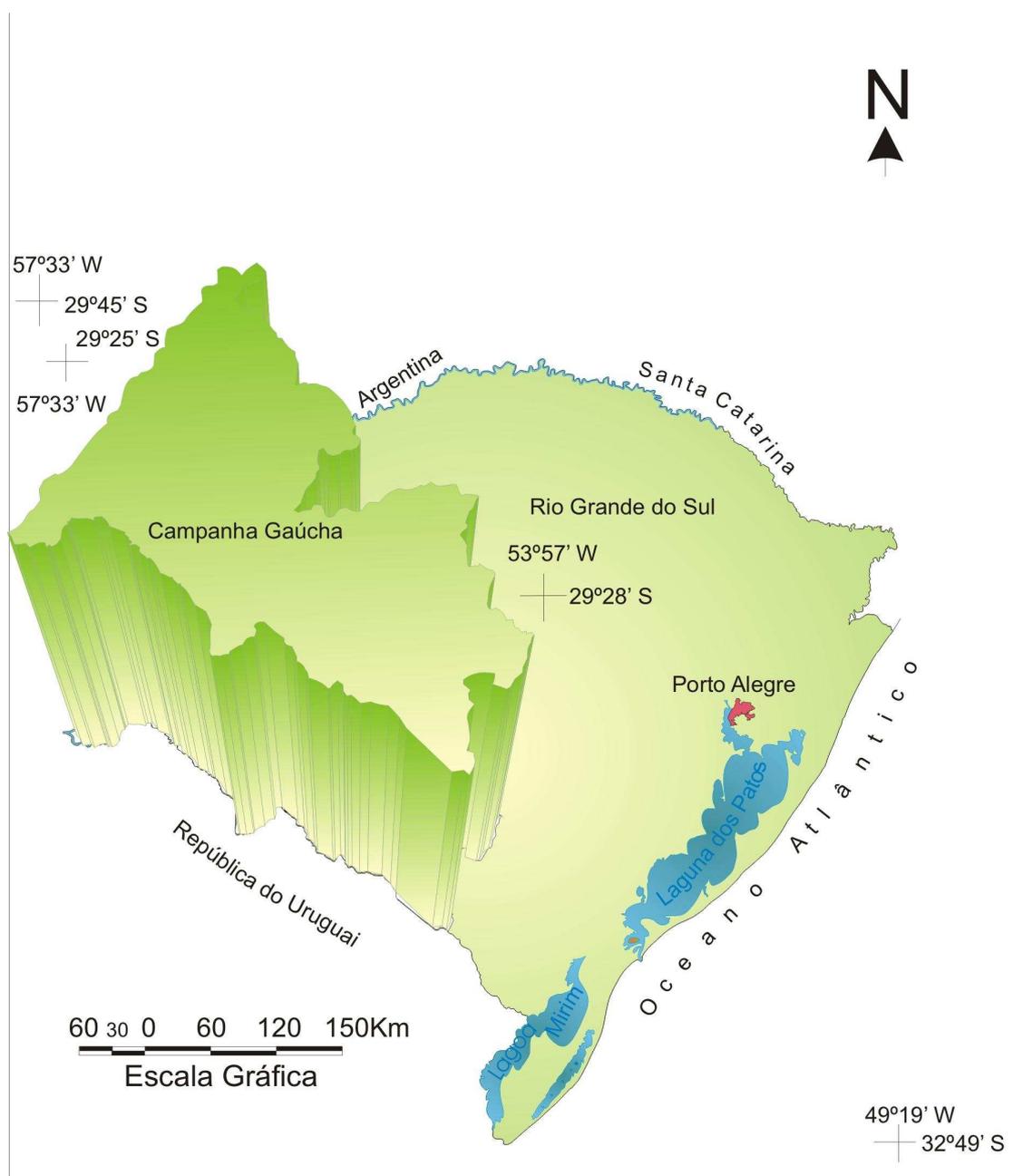
Fonte: Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.  
Org.: ARAUJO JR., O./PROEX-UEPG.

No Rio Grande do Sul, a diferenciação entre áreas de mata e de campo corta o estado em praticamente duas metades relativamente simétricas<sup>24</sup>, resultando no que técnicos do governo estadual e a imprensa têm definido por “metade sul” gaúcha que abarca todo o vasto domínio de campos ao sul da BR-290. Em verdade, haveria a importante exceção dos “campos de cima da serra”, localizados na “metade norte” do estado, mas que em razão da descontinuidade territorial para com as áreas de campo mais ao sul acaba integrando regionalizações sempre em separado. Para a Campanha gaúcha, o Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE apurou que 76,76% das áreas agrícolas utilizadas ainda permaneciam ocupadas por pastagens (Ver Tabela 31 dos Anexos). O recorte territorial definido para a Campanha seguiu regionalização oficial do IBGE (Ver Figuras 4 e 5).

---

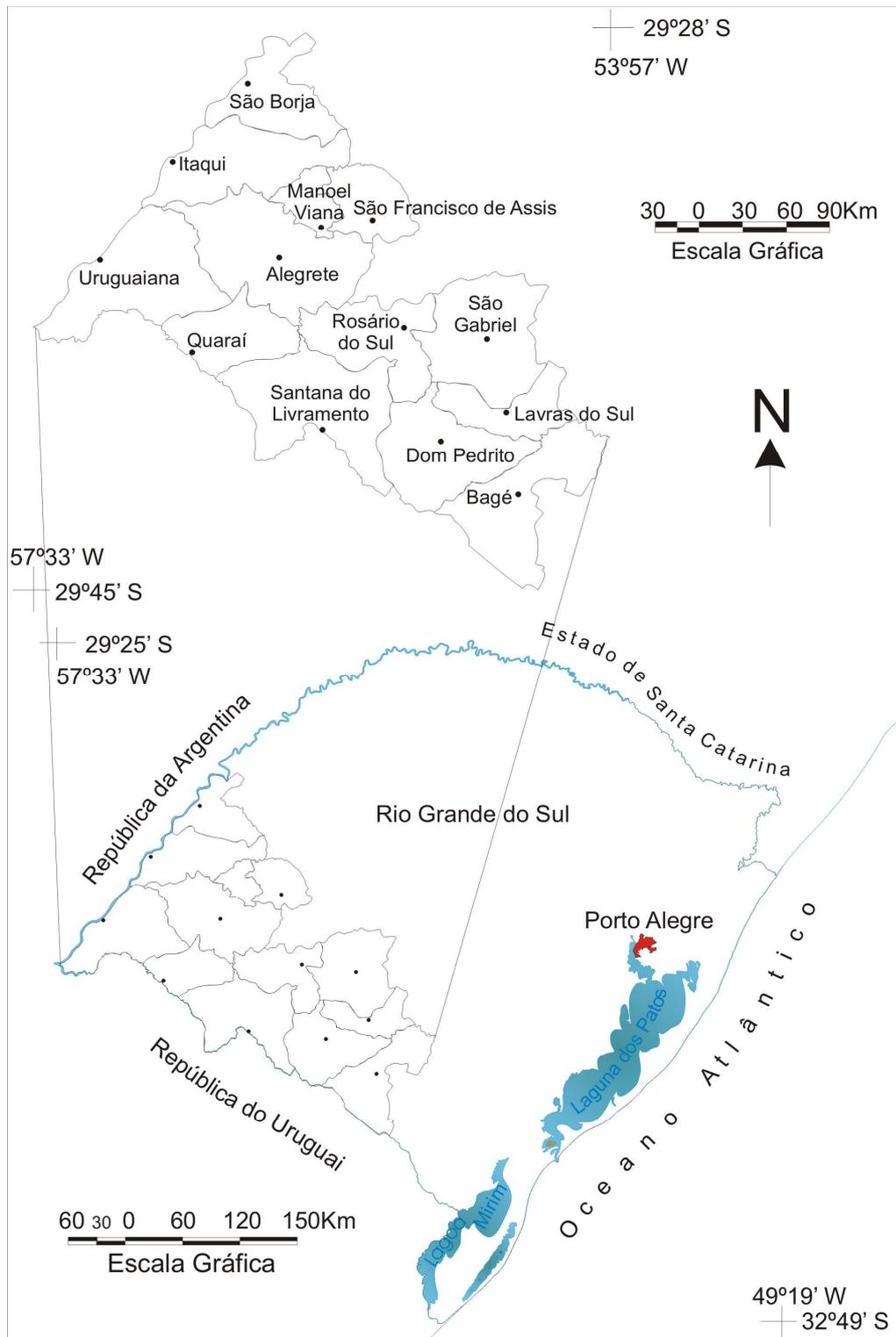
<sup>24</sup>Outro clássico é o trabalho de Nilo Bernardes (1962-1963), em que diferencia a paisagem gaúcha entre áreas de campo e áreas de mata. Também Rodrigues (1989) encontrou no Rio Grande do Sul duas “regiões” culturais: a pastoril latifundiária (de povoamento luso-brasileiro) e a agrícola minifundiária (de povoamento ítalo-germânico e seus descendentes). De fato, essa divisão encontrava correspondente histórico nos “gêneros de vida” que distinguiam os gaúchos da metade norte do estado (descendentes de italianos e alemães) dos gaúchos luso-brasileiros da metade sul.

FIGURA 4 – Mapa de localização da Campanha gaúcha



Orga. Isabel Camponogara.

**FIGURA 5 – Mapa dos municípios integrantes da Campanha gaúcha**



Orga. Isabel Camponogara.

Desta forma, as áreas de estudo selecionadas apresentam dimensões territoriais e demográficas mais próximas que aquelas de outras propostas de regionalização: são 26.388 km<sup>2</sup> para os Campos Gerais paranaenses e 61.998 km<sup>2</sup> para a Campanha gaúcha, e população estimada para os Campos Gerais de 849.571 e de 758.030 para a Campanha (dados de 2005)<sup>25</sup>. Além disto, é preciso lembrar que qual fosse o recorte territorial adotado, o pesquisador das regiões campeiras estará sempre obrigado a realizar certas inferências entre as diversas regionalizações e escalas<sup>26</sup>.

Apesar da tese permanecer circunscrita a esses dois estudos de caso parece perfeitamente aceitável extrapolar muitas das características econômicas, ambientais, sociais, culturais e políticas para as demais áreas dos campos meridionais brasileiros e do pampa sul-americano, afinal compartilham não apenas de elementos históricos em comum como basicamente dos mesmos problemas sociais e políticos. Não é a exultação do único, mas exatamente a recorrência desses traços comuns a esse “mar verde” da imensidão pampeana que nos interessa neste estudo!

A estrutura de tese está disposta de forma que o capítulo inicial apresenta uma proposta de resgate da filosofia materialista dialética e do método de desconstituição do capital, esperando contribuir ao entendimento da lógica geral que preside o ordenamento territorial, objeto tão caro à ciência geográfica. O recurso à mediação a partir dos “nexos” ou “conexões geográficas” também aparece esboçado, ainda que se reconheça a necessidade de incorporar novas reflexões no sentido de amadurecimento da proposta.

No capítulo segundo é examinada a configuração de redes técnicas estruturantes nos Campos Gerais paranaenses e no pampa gaúcho, destacando-

---

<sup>25</sup>Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 05.01.2006.

<sup>26</sup>Concordamos com o geógrafo Yves Lacoste (1974), quando este afirma que é preciso escolher os diferentes espaços de conceituação para uma investigação geográfica completa, uma vez que planos superpostos não podem ser representados numa única escala.

se as infra-estruturas de transportes e de inovação tecnológica aplicada ao setor agropecuário. Mas provavelmente o mérito do capítulo reside no desvelamento de uma série de estratégias levadas a cabo pelas elites campeiras meridionais para financiar as constantes modernizações produtivas (além-fazendas) necessárias para a manutenção de sua inserção competitiva no mercado.

O capítulo terceiro, pensado em dado momento como apêndice, foi incorporado ao corpo da tese inicialmente apenas com o intuito de atender ao argumento da Banca de Qualificação, atenta para a reconstituição do histórico das relações entre Estado e atores privados nas regiões campeiras sulistas. E de fato, assim demonstra-se que as estratégias de barganha política das elites campeiras junto aos respectivos aparelhos de Estado regional e ao poder central vêm desde os tempos imperiais e prossegue por todo o período republicano, quando então a “política das armas” transmuta-se em “política do consenso” como legitimadora de seus interesses particularistas. Ainda, os argumentos levantados no capítulo permitem que se vislumbre futuros diálogos com os colegas da história regional e da economia regional comparada, que ainda “bebem de largos goles da fonte” do materialismo histórico.

Finalmente, no quarto e último capítulo, o poder público é apreendido a partir das ações do BRDE para as regiões de campo sulistas. A oferta de crédito público é entendida no contexto do sistema financeiro em geral, demonstrando-se mecanismo fundamental para a reprodução ampliada do capital e da estrutura social regional. O que parece não ter vez nas políticas públicas desenvolvidas pelo banco é a superação dos históricos problemas produtivos regionais e, principalmente, do quadro social particularmente dramático vivenciado nos campos meridionais brasileiros.

## 1. MATERIALISMO DIALÉTICO E GEOGRAFIA<sup>27</sup>

A concepção de teoria social crítica na Geografia e ciência afins nasceu e apresentou seu desenvolvimento inicial fortemente em torno da dialética materialista, esta reduzida à aplicação de categorias analíticas. As recentes e inovadoras leituras da produção social do espaço, elaboradas por pesquisadores como E. Soja, D. Harvey e M. Santos, estabeleceram novo patamar para uma teoria social e espacial crítica, capaz de efetivamente avançar no sentido do projeto de autonomia do homem. Contudo, esse avanço teórico não foi derivado da negação dos pressupostos marxistas, e sim de uma certa concepção mecanicista de marxismo na qual gravitaram geógrafos e outros cientistas sociais particularmente nas décadas de 1970 e 1980. Justamente, novos avanços da ciência geográfica que possam contribuir com o projeto de autonomia do homem devem incorporar novos esforços de releitura da obra marxista que reconstituam o método dialético materialista conforme sua formulação original.

O fracasso do modelo socialista assentado na ideologia do trabalho e do Estado nacional não pode servir de óbice ao resgate da vasta produção marxista no sentido de sua perspectiva emancipatória. Nesse sentido, permanecer nas leituras de Marx como cientista social do século XIX, amparada em apenas alguns capítulos de *O capital* (e sua transformação em categorias analíticas), representa deixar de lado sua rica perspectiva filosófica capaz de, ao transcender sua época, elaborar o até hoje mais coerente projeto de emancipação do homem.

### 1.1. A TEORIA DO CONHECIMENTO NO MATERIALISMO DIALÉTICO

Uma das premissas geográficas mais importantes na atualidade é de que o entendimento da organização territorial, em quaisquer de suas escalas, deve partir do reconhecimento de uma totalidade material (produtiva e social) global e

---

<sup>27</sup> Este capítulo também pode ser consultado na forma de artigo em: AUED, I. M.; ALBUQUERQUE, E. S. O método da desconstituição do capital e a Geografia. *Terra Livre*, São Paulo, n. 24, 2005, pp. 43-60.

universal. Por sua vez, a existência de forças produtivas mundializadas traz ao menos duas outras implicações para a ciência geográfica moderna. A primeira, de que as interpenetrações e contradições entre os fenômenos econômicos, sociais, políticos e culturais, ao se manifestarem no espaço geográfico, apresentam uma diferenciação territorial explícita; o que reafirma a existência de um objeto científico geográfico. A segunda, de que o materialismo dialético, e não o materialismo histórico, representa recurso teórico-metodológico suficiente para estabelecer a lógica da organização territorial no presente:

Enquanto teoria do conhecimento, **O capital** evidencia o processo pelo qual o homem se apropria da realidade por meio da ciência. Nesta, os fenômenos só podem ser conhecidos após os elementos de sua constituição terem sido explicitados em sua plenitude. Assim, o modo de produção capitalista só pode ser apreendido quando atinge seu estágio mais desenvolvido, maduro. No momento em que todas as características componentes da sociedade burguesa estão manifestadas, K. Marx pode se apropriar delas. Daí que o pensamento marxista é apresentado como a abstração capitalista se fazendo teoria." (Aued, 1999, p.110).

Portanto, o pensamento marxista afirma a unidade entre o processo de conhecimento e o real, identidade possível justamente quando do momento de desenvolvimento ou maturação dos fenômenos: "após explicitar todos os seus elementos é que o pensamento pode reconstruir fenômenos estudados como abstração". (AUED, 2002, p.24)<sup>28</sup>. Contudo, afirmar a unidade entre realidade e totalidade (SANTOS, 1982) não significa considerar o conceito de espaço geográfico como idêntico ao de processo de globalização, ainda que na atualidade ocorra uma profunda interpenetração entre ambas as noções.

Antes é preciso dizer acerca de outro aspecto fundamental depreendido da perspectiva marxista sobre o processo de conhecimento, o de que não há

---

<sup>28</sup>O marxismo afirma a primazia do presente porque representa o tempo da prática ou ação social, o que traz inclusive a possibilidade de constante resignificação de eventos do passado até então não plenamente elucidados.

Já em 1797 a teoria do atualismo de Hutton afirmava que "*o presente é a chave do passado*", pois através do conhecimento das relações processuais evidenciadas pelos diferentes ambientes pode-se entender as condições - como as climáticas - de formação dos depósitos sedimentares preservados pela geomorfologia. (TRAGTENBERG, 1982 apud CASSETI, 1999, p.77-78). Ver TRAGTENBERG, N. **Ecologia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 1982.

distinção, em essência, entre as ciências naturais e sociais. É significativo que o “método da desconstituição” opere, ainda que de modo limitado porque parcial, no próprio desenvolvimento das ciências positivas, cujo maior avanço só pôde ocorrer quando da descoberta das estruturas fundamentais da matéria (o átomo, no século XIX, e o DNA, em 1953). Atualmente, a “decomposição” ou “desconstituição” da matéria tem permitido avanços espetaculares também no campo das ciências biológicas. Com efeito, a materialidade criada pela natureza ou pelo homem exige, na essência, o mesmo processo de decomposição ou desconstituição para que se alcance sempre novas rupturas do edifício do mecanicismo.

Analogamente, as ciências econômicas e sociais experimentaram maiores avanços metodológicos no sentido da compreensão da natureza da sociedade burguesa justamente quando da descoberta dos mecanismos de formação e reprodução do capital, o que foi alcançado somente quando todos os traços básicos da materialidade da sociedade burguesa estavam explicitados ou maduros (AUED, 2002). O capital, ao se apresentar como fenômeno teórico e empiricamente maduro, pôde então se mostrar inteiramente “nu” aos cientistas sociais capazes de avançar na desconstituição ou decomposição de seus elementos constituintes.

E assim, o leitor agora poderá compreender porque afirmamos que a apreensão do movimento da sociedade na produção do espaço não exige que se percorra a mesma trilha da história (materialismo histórico), afinal o próprio desenvolvimento da história burguesa demonstra que desde o momento em que o capital alcança sua maturidade o real avanço no sentido da compreensão de sua natureza decorre sempre de um movimento do pensamento a partir do presente, único tempo em que estão postos todos os seus elementos constituintes<sup>29</sup>. Assim como ao estudarmos a estrutura atômica não precisamos retornar ao século XIX, o mesmo ocorre quando nos propomos a estudar o movimento do capital.

---

<sup>29</sup>Curiosamente, perdura uma já longa tradição nos cursos de ensino superior de geografia de exigir das monografias de conclusão de curso, para os mais distintos objetos de pesquisa, um desnecessário e repetitivo capítulo sobre a história municipal; sagrado esforço que acaba geralmente redundando em evidente desperdício de tempo e papel.

Para a ciência geográfica de matriz marxista, o processo de desconstituição do capital experimentou uma experiência pioneira com a obra *Por uma Geografia do Poder*, de Claude Raffestin (1980), com a proposta de entendimento das relações sociais econômicas, e também culturais e políticas, a partir do mesmo elemento fundamental: a realização da mais-valia pela categoria histórica do trabalho. Nessa abordagem, mesmo uma instituição milenar como a Igreja Católica era “decomposta” enquanto capital fixo (os templos) e capital variável (os fiéis). Mais recentemente, Aued (1999; 2002) propôs abordar a desconstituição do capital a partir do capital que tem o dinheiro por mercadoria (MARX, 1862), vulgarmente conhecido como capital financeiro; e cujas implicações territoriais procuramos averiguar nesta tese.

## **1.2. DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DA DESCONSTITUIÇÃO DO CAPITAL**

O início do século XIX afirmava a possibilidade de apreensão da natureza do capital principalmente a partir de sua forma operante industrial. Com efeito, o caráter revolucionário da técnica embutido na forma maquinaria trazia potencialmente a tendência da crescente substituição de trabalho vivo por trabalho morto. A realidade empírica estava confinada ao processo de formação da mais-valia no processo industrial (AUED, 1999), posto que os empreendimentos capitalistas eram ainda eminentemente individuais e de natureza francamente nacional. O sujeito histórico e o sujeito filosófico se mesclam no pensamento marxista exatamente porque a fábrica aparecia como o elemento central da organização do sistema capitalista.

No transcurso do século XX, a apreensão da natureza do capital transcende amplamente os limites empíricos da fábrica, ao se consolidarem por todos os domínios econômicos os elos sociais de produção em detrimento de qualquer empresa ou tarefa individual (AUED, 1999). Trata-se da formação de verdadeira mais-valia global (SANTOS, 1997a), cimento da articulação das forças produtivas fixadas territorialmente ao mercado mundial e ao sistema financeiro mundial. É

esse o sentido da afirmação de que o capital financeiro – o capital que tem o dinheiro como mercadoria – alcança, também enquanto elemento empírico universal, a libertação ou superação das condições de produção (AUED, 1999)<sup>30</sup>.

A ciência geográfica, em sua face descritiva moderna, igualmente passou a investir esforços no sentido da aplicação do conceito de redes (algo análogo ao conceito de sistemas de engenharia), na busca da compreensão dos padrões de distribuição dos “fixos” territoriais nas condições de domínio crescente dos “fluxos”<sup>31</sup>. Apreendidas criticamente, as noções de sistemas de engenharia ou redes geográficas – bem como a de “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1994)<sup>32</sup> -, representam uma espécie de “mapeamento” ou fotografia de um determinado instantâneo do movimento de reprodução ampliada do capital financeiro, em sua capacidade de transplantar territorialmente unidades produtivas completas e moldar quaisquer relações de trabalho locais.

Quando David Harvey (1993, p.266) apresentou o conceito de “*regime de acumulação flexível*”, quis dar exatamente sentido teórico a essa enorme gama de formas de extração de mais-valia reunidas pelo capital financeiro, em sua capacidade de redesenhar sucessivamente a geografia planetária:

Surgem novos conjuntos industriais, por vezes a partir do quase nada (como os vários vales e planícies do silício), mas com mais freqüência a partir de alguma mistura preexistente de habilidades e recursos. A “Terceira Itália” (Emilia-Romagna) se baseia numa mistura particular de

---

<sup>30</sup>A superação dialética não significa um rompimento do capital financeiro para com a produção industrial e o uso de recursos naturais, mas a afirmação de uma existência com suas particulares manifestações fenomênicas. É nesse sentido que também deve ser compreendida a crescente superação do capital operante ou produtivo em relação a suas condições políticas nacionais, produto último do processo de globalização financeira (IANNI, 1993).

<sup>31</sup>Para Sposito (2001), a teoria de redes representa também a emergência de um novo paradigma geográfico capaz de competir com o tradicional paradigma da diferenciação de áreas.

<sup>32</sup>Outra característica de nosso tempo é que o “meio geográfico” enquanto infra-estrutura territorializada para a produção de mercadorias faz-se pela incorporação acelerada de ciência, técnica e informação (SANTOS, 1999). O conteúdo técnico, científico e informacional das mercadorias auxilia na compreensão do processo de esvaziamento das fábricas (no que muitos geógrafos e outros cientistas sociais se apressaram em chamar de fase do “pós-assalariamento”), ao explicar o modo pelo qual o trabalho excedente de técnicos, cientistas e “fazedores” de informação compõem a mais-valia global. Esse novo meio geográfico pode ser lido como o atual *locus* ampliado da produção capitalista, no qual a fábrica produtora de mercadorias contribui apenas com uma parte da realização da mais-valia social.

empreendedorismo corporativo, trabalho artesanal e administrações comunistas locais ansiosas por gerar empregos, e insere seus produtos de vestuário, com incrível sucesso, numa economia mundial altamente competitiva. Flanders atrai capital externo com base numa oferta de trabalho dispersa, flexível e razoavelmente habilidosa profundamente hostil ao sindicalismo e ao socialismo. Los Angeles importa os sistemas patriarcais de trabalho altamente bem-sucedidos do sudeste asiático por meio da imigração em massa, enquanto o celebrado sistema paternalista de controle do trabalho dos japoneses e de Taiwan é importado pela Califórnia e pelo sul do País de Gales. É uma história diferente em cada caso, o que dá a impressão de que a peculiaridade desta ou daquela circunstância geográfica importa muito mais que antes. Contudo, ironicamente, isso só ocorre por causa da queda de barreiras espaciais.

Sem a premissa de que os fluxos financeiros representam as forças estruturantes da produção dos fixos espaciais, a teoria de redes pode acabar induzindo a análises reificadoras das formas, reproduzindo o formalismo vivenciado pela geração de geógrafos apegados ao conceito-método de região. Em outras palavras, a quebra da rigidez dos limites conceituais da ciência geográfica tradicional não significa *per se* a superação da rigidez das próprias formas geográficas.

O grande mérito da teoria de redes é que trouxe para a ciência geográfica o debate em torno dos conceitos de informação e automatismo. Sérgio Gertel resgata o pensamento de Pierre de Latil sobre o papel da máquina na sociedade moderna: “(...) a informação é comando (o comando faz variar a execução – o sinal, fá-la variar no tempo e no espaço, (...) a máquina substitui o homem no comando de uma peça: (...) automatismo é a distribuição, pela máquina, de sua energia de comando.” (2002, p. 194). E o maior problema da teoria de redes é que enfrenta timidamente a questão das finalidades e implicações sociais da criação das máquinas e do automatismo.

O alerta quanto aos perigos contidos nas tentativas de reificação do movimento do capital (os fluxos) aparece já no texto *O Rendimento e suas Fontes* (1844), no qual Karl Marx demonstra que permanecer apenas na forma do capital enquanto dinheiro que cria mais dinheiro (D-D'), também significa reproduzir o fetiche do dinheiro como verdadeiro elo social entre os indivíduos, quando não passa de mera realização da essência genérica alienada dos homens. Como demonstram outros autores de orientação marxista (GORZ, 1995; AUED, 1999), a

fantástica capacidade de produção engendrada pela centralização de capitais e pela técnica nega crescentemente o papel do homem (trabalhador e capitalista operante) como agente de produção, afirmando a *"incompatibilidade entre a produção social e a apropriação capitalista"* (ENGELS, 1892, p.52). A geografia do capitalismo contemporâneo, portanto, apresenta não apenas uma face de fluxos financeiros e fixos produtivos, mas uma face indissociável de apropriação desigual da riqueza<sup>33</sup>.

A manutenção das operações produtivas e a incorporação de inovações tecnológicas dependem fundamentalmente do acesso ao sistema financeiro de crédito e/ou aos fundos da dívida pública. Quando K. Marx (1844, p.284) afirmava que *"o capital não é apenas resultado, mas pressuposição da produção capitalista"*, traduzia, já à sua época, a imposição do sistema financeiro aos agentes capitalistas produtores: a forma de capital a juros já continha uma dada expectativa de realização de mais-valia futura (D-M-D').

O domínio do capitalismo financeiro representa ao capitalista operante (industrial ou agrário) uma fração sempre menor da mais-valia social geral<sup>34</sup>, e a manifestação enquanto tendência de sua própria "proletarização" ou desaparecimento (AUED, 1999). A universalização do capital a juros encerra uma feroz *"luta entre o capitalista de dinheiro e o capitalista industrial (...) uma luta pela distribuição do lucro (ou pela mais-valia social geral), pela participação que, na partilha, cabe a cada uma das seções"* (MARX, 1844, p.310), capaz de produzir uma aparente *"autonomia com que as diversas partes se põem diante do processo*

---

<sup>33</sup>A Geografia se completa enquanto ciência e filosofia quando possibilita a compreensão da natureza da produção do espaço do homem para além das condições capitalistas, de modo a incluir sua busca pela emancipação enquanto ser social pleno. Para Ortega y Gasset (2002) o problema humano não se resolve por modelos abstratos como a revolução, mas reportando para as contradições sociais e territoriais atuais e, principalmente, nos caminhos para a superação dessas contradições. Acrescentaríamos que essa superação exige a universalização da materialidade positiva e o desenho de novas materialidades para a emancipação completa do ser social.

<sup>34</sup>No universo da microeconomia do burguês produtor, qualquer empreendimento privado que queira determinar as possibilidades de sucesso precisa decompor seu lucro esperado em juros e lucro individual. No primeiro se defronta com o mercado financeiro para determinar se continua se reproduzindo como capital operante, e no segundo defronta-se com a concorrência e com eventuais opções de troca de atividade econômica.

como [suas] condições" (MARX, 1844, p.311), e que em última instância permite a recriação ideológica da mística da produção e do trabalho como solução para as crises capitalistas.

A universalização do capital financeiro modifica também a natureza das relações sociais de trabalho, unificando todas as suas formas concretas pela abstração do assalariamento (AUED, 1999). A forma assalariada está, por assim dizer, contida inclusive nas relações de trabalho mais simples; todas confrontadas no processo de valorização do capital enquanto formas de extração de sobretrabalho. Essa questão será mais aprofundada logo adiante quando discutirmos as origens do capitalismo no Brasil.

Ao mesmo tempo, em seu movimento mais geral, a universalização das relações de produção capitalistas sob a égide do capital financeiro apresenta uma dimensão espacial pela negação das territorialidades produtivas existentes e pela afirmação ou recriação de outras:

A autonomização do capital financeiro permite a centralização do capital-dinheiro e sua realocação independentemente do processo de trabalho que serviu de suporte para sua constituição. A autonomização da função de engenharia permite a reprodução do capital fixo independentemente do lugar onde sua técnica foi aplicada. (C. PALLOIX apud LIPIETZ, 1988, p.36)<sup>35</sup>.

Essa espécie de contradição no movimento territorial (desterritorialização-reterritorialização) derivada da reprodução capitalista manifesta o próprio caráter criativo-destrutivo do capital, além de impedir qualquer homogeneização ou equalização das rendas regionais. Pode-se dizer que o capital, em sua forma de capital a juros, incorpora as qualidades divinas da onipresença, onisciência e onipotência anunciadas pela fé cristã: o capital é onipresente aos lugares e aos

---

<sup>35</sup>Ainda mais claramente, segundo Alain Lipietz (1988, p. 36):

*"A autonomização do capital financeiro e da função de engenharia (...) permite aos setores monopolistas controlarem a divisão espacial do trabalho entre centros de concepção e de pesquisa, centros de fabricação e centros de montagem, em função de uma repartição dos centros de aprovisionamentos e de um sistema de transportes, das reservas de mão-de-obra e dos mercados, que podem, aliás, ser preexistentes ou reorganizados."*

A obra citada é PALLOIX, C. **Les firmes multinationales et le procès d'internationalisation**. Paris, Maspero, 1973.

povos por apresentar uma condição universal, é onisciente por dominar todo o fluxo de informação necessária para seu pleno funcionamento, e onipotente porque a própria existência material de todos os homens depende de sua “boa vontade”. Paradoxalmente, o capital está sempre impossibilitado de atingir essa supraterritorialidade pretendida, sob pena de representar a destruição do mundo terreno (produtivo) e, logo, de sua própria base de acumulação.

### **1.3. A UNIFICAÇÃO CAMPO-CIDADE E A SUPERAÇÃO DO MITO ARCAICO VERSUS MODERNO**

A aplicação do método da desconstituição do capital para a compreensão da realidade brasileira exige a relativização e o questionamento do referencial teórico de gerações de intelectuais brasileiros comprometidos com a tarefa de caracterização de uma "alma especificamente brasileira", cujas amplas regiões estariam amplamente desconectadas do movimento da história universal das relações capitalistas. Afinal, a produção de mercadorias em terras brasileiras, articulada ao capital a juros, constitui-se na gênese da própria territorialidade nacional, viabilizando e estimulando a embrionária integração inter-regional pela costa marítima, vias fluviais e caminhos ou trilhas<sup>36</sup>.

Sobre a fase de ocupação das terras coloniais para além do litoral, Demétrio Magnoli (2003-2004, p.39) afirma que "*Nessa época, ao lado dos grandes interesses exportadores e dos negócios ligados ao tráfico externo e interno de escravos, erguia-se uma teia difusa de interesses e negócios associados ao intercâmbio entre as colônias brasileiras.*" Esse seria o caso, por exemplo, das charqueadas sul-riograndenses, surgidas a partir de 1780, às

---

<sup>36</sup>Nas palavras de Milton Santos (2003, p.42):

*"Apenas alguns poucos autores compreenderam que a história de um dado lugar é construída a partir tanto de elementos locais, desenvolvidos ali mesmo, como de elementos extralocais, resultantes da difusão; e que a definição de um lugar pressupõe uma análise do impacto seletivo, em diferentes épocas, das variáveis correspondentes."*

Esta consideração não impediu que Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) afirmassem que a integração nacional é produto apenas da infra-estrutura de circulação moderna; idéia que prematuramente aparece nas reflexões do autor, ao longo das décadas de 1960 e 1970, sobre os países subdesenvolvidos (SANTOS, 2003).

margens do rio Pelotas (que, por ter acesso ao mar, possibilitava a navegação de cabotagem), voltadas para o abastecimento de carne nas "Minas Gerais". Considero que a ampliação do intercâmbio de mercadorias exigia também a construção de interligações físicas terrestres, como no caso das trilhas e veredas entre o sertão pecuarista nordestino e sua zona litorânea canavieira, e do *Caminho dos Tropeiros* cruzando os três estados sulistas até o interior paulista.

Com efeito, se o capital usurário ainda guardava enorme poder nos séculos XVII e XVIII, sobretudo as classes do *Antigo Regime* no continente europeu, nas novas áreas exploradas, como o Brasil, a lucratividade advinda dos negócios produtivos agropecuários e extrativistas já indicava a superioridade histórica do capitalismo moderno em sua forma de capital a juros. O elo entre esse capital usurário europeu e o capital produtivo em terras brasileiras era dado pelo mercantilismo.

De fato, o campo brasileiro nasce como realização do projeto mercantil europeu (PRADO JUNIOR, 1945; FURTADO, 1959), organizado para atender as necessidades do mercado mundial (à época centrado na Europa Ocidental), e com a participação do capital a juros no financiamento das atividades produtivas.

Até algumas décadas atrás, permanecia acalorada discussão teórica sobre o *status* capitalista ou semi-capitalista das relações sociais de produção no campo brasileiro. Para muitos agraristas não poderíamos falar em modernização do campo brasileiro diante da pequena expansão do assalariamento. Contudo, a discussão perdeu sentido no próprio curso do desenvolvimento capitalista, todo ele marcado pela confrontação de diversas formas de extração de mais-valia pelo capital a juros<sup>37</sup>. A atual geração de brasileiros não guarda mais dúvidas quanto ao caráter moderno das relações de sociais no campo brasileiro, ao acompanhar as notícias sobre sucessivos recordes de volume e de produtividade alcançados

---

<sup>37</sup>Foi assim com as exportações de soja e a produção de trigo para o mercado interno, que experimentaram grande incremento a partir da década de 1970, inicialmente em função da reorientação da política nacional de crédito agrícola para as cooperativas de pequenos produtores rurais. E com a rápida conquista de mercados mundiais para a produção brasileira de frangos a partir da disseminação geográfica dos "contratos integrados" entre agroindústrias e pequenos proprietários familiares, base da estratégia de redução de custos de produção.

na produção agropecuária nacional, facilitados pelo crescimento da oferta de crédito bancário ao setor rural.

Em realidade, o mito da permanência do atraso das relações sociais brasileiras transcende o campo para se instalar no debate acerca da natureza do sistema político nacional. O pensamento político-social brasileiro se desenvolveu a partir de continuidades e rupturas em torno da idéia de *ethos* público, isto é, centrado no enfoque do espaço público a partir da ênfase na vida privada (LAVALLE, 2004). Assim, por exemplo, Nestor Duarte (1966, p.46) aponta que a organização privada colonial sobredeterminava a organização pública ou política: "(...)a vida social da colônia é, sobretudo, vida de relação civil, própria e exclusiva do convívio do homem com o homem e dos rendimentos e trocas estimulados pelas suas atividades particulares." Raymundo Faoro (1958) e Simon Schwartzman (1988), ao contrário, destacam que o pólo privado (os grandes proprietários de terra) aparecia subjugado pelo poder político-administrativo hierárquico e centralizado do Império brasileiro, depois transformado pelas instituições republicanas. Victor Nunes Leal, na obra clássica *Coronelismo, enxada e voto – o município e o regime representativo no Brasil*, é ainda mais enfático ao afirmar que

(...) o coronelismo não obedece a nenhuma forma de continuidade das raízes culturais; mais ainda, antes de ser expressão da força do 'ruralismo' ou do 'privatismo' na vida nacional, representa, na verdade, a decadência dos 'senhores de terra', submetidos pelo poder do Estado. (Apud LAVALLE, 2004, p.197).

Como se percebe a partir da crítica de Leal, o dilema do arcaísmo versus modernidade ocorre também no interior das ciências sociais brasileiras, que afirmam

(...) certa tradição de análise sobre o espaço público a partir da "peculiaridade" da vida privada; isto é, enquanto *ethos* engravado na mais remota história do país, nas suas determinações culturais mais profundas (...) ora condenando o que é ou deveria ser público ao personalismo, ao subdesenvolvimento e à asfixia diante da hipertrofia da vida privada, à amoralidade dos costumes, ao patrimonialismo, à incivilidade, ao familismo, à insolidariedade, à indistinção entre o público e o privado, ao clientelismo e à precarização dos direitos ou de qualquer arranjo de

normas com pretensões de universalidade – para lembrar alguns termos comuns na caracterização do espaço público no Brasil, cristalizados em obras bem conhecidas como as de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo e Nestor Duarte, mas também presentes de forma explícita em outros grandes autores do pensamento político-social brasileiro, como, por exemplo, Francisco Oliveira Vianna, Paulo Prado ou Manuel Bonfim. (...).

Com efeito, malgrado as diversas modernizações tecnológicas, econômicas e políticas que tem mudado a face do Brasil ao longo desse século, particularmente a partir dos anos 1930, a força de tal configuração cultural (...) na história lenta de um ethos "pré-moderno" (...) mostra-se vigente até hoje, com matizes e forças diferenciadas, em análises de autores como José de Souza Martins, Vera da Silva Telles, Guillermo O'Donnell, Teresa Sales ou Marilena Chauí (...). Entretanto, a coagulação desse ethos, que perpassa parte do pensamento político-social como algo implícito, corresponde à obra de Roberto da Matta, cuja análise descritiva consagrou uma etnografia da sociabilidade brasileira – do "ser brasileiro" – amplamente difundida no país e no exterior. (LAVALLE, 2004, p. 21-22).

Em verdade, a questão da interpretação da história política nacional sob o prisma da extensão do poder privado sobre as instituições estatais ou de cooptação de grupos e classes sociais pelo Estado apareceu antagonizada apenas nas condições da matriz urbano-moderno versus rural-arcaico que dominara vasta tradição nas ciências sociais brasileiras. A realidade aponta não para a determinação histórica de um ou outro "pólo", mas no sentido da compreensão das ligações estruturais estabelecidas entre os interesses particularistas dos grandes proprietários de terra e as ações do poder público colonial depois nacional. É exatamente esse o sentido da organização do monopólio comercial, das políticas de abastecimento com mão-de-obra imigrante para as fazendas cafeeicultoras e pecuaristas, e da regulação dos estoques de produção dos produtos exportáveis como o café ou do protecionismo ao charque contra a importação concorrente.

Estado e iniciativa privada se confundem na história de todas as nações modernas. É somente nesse sentido preciso de fusão entre público e privado que pode ser aceita a tese de Raymundo Faoro pela caracterização dos líderes políticos e pecuaristas da campanha gaúcha através da analogia do "sultanismo", categoria weberiana para definir o estilo de dominação que se move pela

desenvoltura da tradição. Como sintetizam Marcelo Arend e Silvio Cario (2005, p. 81):

No Império, a classe dominante local, pecuarista e charqueadora, dispunha do aparelhamento estatal e exercia seu esquema de dominação política regionalmente. Politicamente, integravam a rede “coronelista” do Partido Liberal. Essa oligarquia regional fazia política em favor de seus interesses; sua dominação era de tipo patrimonial.

Que essas interpretações de matriz culturalista representam andar em campo minado fica evidente quando os próprios Arend e Cario corroboram a idealização generalizada entre os pesquisadores sociais gaúchos de atribuir aos imigrantes europeus chegados ao estado o papel de estandartes do capitalismo e da implantação de relações sociais de trabalho modernas. Essa matriz dicotômica baseada no antagonismo entre “tradição” (a grande propriedade pecuarista da campanha) e “modernidade” (a pequena propriedade familiar dos imigrantes instalados nos vales e na “serra”) graça na proposta de historiografia regional, com desdobramentos na formulação da história econômica regional e da geografia regional.

Nessa matriz culturalista, os elementos negativos presentes na economia pecuarista gaúcha são explicados a partir de seu “atraso” em relação ao maior dinamismo apresentado pela economia agrícola e comercial dos imigrantes, quando deveriam residir justamente em sua prematura modernidade (da economia pecuarista) em relação à dinâmica do mercado mundial do segmento de carnes (do charque à carne enlatada).

Encerramos as análises de obras com *O Povo Brasileiro*, de Darcy Ribeiro (1995), onde aborda a impertinência de ver no Brasil colonial uma elite aristocrática em moldes da existente na Europa e de encontrar “luta de classes” nos trópicos. De fato, a aristocracia européia foi um fenômeno circunscrito histórica e geograficamente, mas não o fenômeno da luta de classes. Se a expectativa de juros já estava contida na produção agrícola da colônia brasileira, ainda que em caráter embrionário em relação ao capital usurário europeu, pode-se afirmar que quais fossem as formas de trabalho mobilizadas para produzir mercadorias nos trópicos (escravismo) estas já continham uma dada expectativa

de realização de mais-valia. A escravidão é a forma com que a luta de classes, um fenômeno mundial, repercute em terras coloniais brasileiras.

A ciência geográfica brasileira não passou incólume à matriz urbano-moderno versus rural-arcaico. Suas derivações expressas no conceito-método de formação sócio-espacial<sup>38</sup> e na "teoria da dualidade"<sup>39</sup> estão fundamentadas em argumentos que concebem a história a partir de "*divisões arbitrárias e estanques*", de modo a priorizar determinadas unidades territoriais em detrimento do todo, e/ou ver apenas atraso social quando em verdade todos os eventos já estão marcados "*pelo signo da mercadoria*" (FIGUEIRA & MENDES, 1977, p.11). Da mesma forma, as teses do modo de produção escravista colonial (GORENDER, 1990) e do feudalismo brasileiro parecem igualmente pecar justamente por deixarem de priorizar as conexões das relações de produção gestadas em terras coloniais brasileiras com a acumulação comercial capitalista européia.

Se de fato o contexto europeu não se aplica ao Brasil, isso se deve à necessidade do capitalismo remover os obstáculos representados por formações sociais arcaicas na própria Europa para efetivar-se, enquanto que por aqui os contatos com os modos de produção primitivos eram apenas externos e esporádicos, sem qualquer embate político (FIGUEIRA & MENDES, 1977). Esta é

---

<sup>38</sup>O conceito formação sócio-espacial (SANTOS, 1977) inspira-se nas formulações de K. Marx e F. Engels para o entendimento das peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo na Rússia enquanto formação econômica e social. O conceito miltoniano articula modo de produção (que seria a totalidade abstrata) com forma espacial (a totalidade concreta):

*"(...) o interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S., mas isso não é suficiente. É preciso definir as especificidades de cada formação, o que a distingue das outras e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações."* (SANTOS, 1977, p.12).

<sup>39</sup>A "teoria da dualidade" na versão de Ignácio Rangel (1981) opera uma espécie de fusão entre o pensamento marxista e a proposta de desenvolvimento nacional, acreditando que, na periferia, a superação da sociedade capitalista exige a expansão da burguesia nacional. Contudo, ao recriar as velhas estratégias burguesas dos países desenvolvidos, e trazer junto suas contradições específicas, nada representa de novo na história mundial (MARX & ENGELS, 1845). Sobre essa questão, interessante destacar as conclusões de Milton Santos (2003, p.18) também na década de 1970: "*O conceito de mercado limitado e, também, o de capacidade ociosa pertencem à mesma família ideológica e constituem ambos um convite aberto ao capital estrangeiro.*"

a luta de classes que não havia no Brasil (entre novas e antigas classes sociais), mas isto soa algo muito diferente de afirmar que não havia qualquer manifestação da luta de classes nos trópicos. Se camponês europeu ou escravo brasileiro, a situação social era terrível para os homens mobilizados para a produção de mercadorias: baixas longevidades, altos índices de mortalidade infantil e toda a sorte de morbidades.

A expansão das relações mercantis em terras brasileiras na forma de grandes empreendimentos agrícolas não logrou empregar diretamente homens livres assalariados, mas transformou os próprios homens em mercadorias produtoras de valor a outrem (FIGUEIRA & MENDES, 1977). Ao não dispor de um mercado de homens brancos livres, o capitalismo estimula nos trópicos a "solução" de excluir índios e negros da zona de moralidade europeia para transformá-los em propriedade privada dos senhores de terra. Esse é o grande absurdo de apresentar o rural brasileiro como *locus* do atraso econômico e social<sup>40</sup>, quando é justamente a precoce e continua modernidade econômica do campo brasileiro que explica a persistência da miséria de sua população rural e a persistência do lucro do proprietário de terras mesmo em detrimento do aumento da produção (proteção de mercados).

A miséria e a exclusão social campeiam no campo brasileiro não por conta do suposto "atraso" das técnicas produtivas ou relações de trabalho, mas porque representam exatamente a contra-face da modernização capitalista<sup>41</sup>. Para entender essa relação entre modernidade técnica produtiva e trabalho não-

---

<sup>40</sup>O mito do arcaísmo rural brasileiro foi amparado em seus respectivos tipos sociais mitificados, dos quais o personagem "jeca-tatu", criado por Monteiro Lobato, talvez seja o mais conhecido dos brasileiros. Felizmente, o processo de urbanização acelerado vivenciado pelo país tem relegado a esses mitos uma menor importância no imaginário coletivo.

<sup>41</sup>Interessante considerar o sistema de aviamento que acompanha o extrativismo do látex nos seringais amazonenses desde o século XIX. O aviamento caracteriza-se como uma rede de fornecedores e de comissários de seringueiros (pequenos comerciantes). Ainda que pesquisadores como Roberto Ribeiro Corrêa (2002) destaquem a persistência do aviamento e seus sucedâneos (posseiros, meeiros, etc.) em pleno século XX como sinal do "imobilismo social" amazônico parece indicar justamente tendência oposta, a de uma extrema racionalização do processo produtivo em face das possibilidades de lucro determinadas pelo mercado internacional e das dificuldades de acesso e produção no interior da floresta equatorial. De modo algum, a persistência de formas ou relações antigas como o aviamento significa arcaísmo ou imobilismo social.

assalariado nem preciso retornar aos engenhos de açúcar coloniais movidos pelo trabalho escravo basta observar no presente a modernização técnica das lavouras de soja tocadas por trabalho familiar (não-assalariado).

Em síntese, decompondo os capitais invertidos nos canaviais coloniais ou nos estabelecimentos sojicultores atuais chegamos aos mesmos elementos constituintes principais: a geração de mais-valia global e a miséria rural. Os campos cultivados de soja pelo trabalho familiar (incluindo o trabalho infantil) e de cana pelo trabalho escravo colonial representam ambos meras especificidades sociais histórico-territoriais na produção capitalista de mercadorias.

#### **1.4. ESTADO, SOCIEDADE E CAPITAL**

Com todo o progresso técnico incorporado ao sistema de produção de mercadorias e sua desvalorização do trabalho subsequente qual o sentido da luta de classes em nosso tempo? A resposta passa pelo fato de que a reprodução social depende cada vez mais estreitamente da articulação entre capital e Estado, e por esta singela e importante razão a luta de classes continua plenamente atual:

No sistema capitalista o excedente toma a forma do lucro, é por isto que ele não pode ser redistribuído. Para que ele se torne um fundo social, importantes mudanças econômicas e políticas se impõem. Porque "o aspecto institucional do excedente está intimamente ligado às formas específicas de organização econômica" (Tsuru, 1961, p.210) e quando se fala de organização econômica trata-se também de sistema político. (SANTOS, 2003, p.157).

Nas palavras de Octávio Ianni (1977, p.313), é preciso ter em mente que também na esfera do sistema político-administrativo nacional está em curso a divisão social do trabalho (da riqueza), "*devido à crescente diferenciação interna da sociedade brasileira*". De fato, o Estado aqui e acolá se vê na contingência de aprofundar a inserção empresarial na economia-mundo, valendo-se cada vez mais do recurso da mobilização de fundos públicos para investimentos na competitividade da infra-estrutura produtiva e no financiamento da produção. Da mesma forma, o sistema político é pressionado também no sentido de elaborar

alternativas institucionais para combater a exclusão social e buscar diminuir a diferenciação de renda entre indivíduos e territórios<sup>42</sup>.

Ao mesmo tempo cresce no seio da sociedade o sentimento de que as políticas públicas de desenvolvimento econômico e de promoção social representam meros paliativos para aliviar a crise econômica e social; de resto insuficientes diante da tendência concentradora e seletiva do desenvolvimento capitalista.

A interdependência entre Estado e capital nasce do instante em que o capital a juros tece domínio sobre o processo produtivo, confrontando os capitais operantes individuais com uma dada expectativa de lucro médio:

A baixa da taxa de lucro num determinado ramo a nível inferior à média ideal basta, se prolongada, para afastar o capital dessa esfera, ou para excluir dela o advento de novo capital numa escala média. Pois é mais o advento de novo capital adicional, do que a distribuição do que já foi investido, que equilibra a repartição do capital nas esferas particulares. (MARX, 1844, p.274).

A realização dessa expectativa de lucro dos empreendimentos individuais exige a reprodução ampliada do capital, para a qual concorre o Estado enquanto agente regulador do mercado e centralizador de capitais através de fundos públicos (formados por impostos e empréstimos do capital financeiro)<sup>43</sup>. Atualmente, a cada nova realização da mística da (re)criação da "máquina produtiva nacional" exige-se, paradoxalmente, o estreitamento dos laços que

---

<sup>42</sup>Contudo, a solução para as desigualdades sociais representa algo imensamente mais complexo que a simples "*questão da apropriação do excedente*", como propunha Milton Santos em um de seus escritos ainda na década de 1970, intitulado justamente de *Espaço e Dominação: uma abordagem marxista*: "Se o Estado não é capaz de o fazer, ele permanecerá, como atualmente na maior parte dos países, tributário das grandes empresas quanto à organização do espaço, incapaz de impor uma alternativa à estrutura da economia e de devolver à sociedade o resultado de seu trabalho coletivo." (SANTOS, 2003, p.158).

<sup>43</sup>O que aparece de forma ainda mais evidente nos períodos de crise capitalista, onde para evitar a degeneração completa da sociedade capitalista o Estado intervêm diretamente no processo produtivo, sendo apoiado pela direita e esquerda, e por patrões e trabalhadores. Estes são os casos das medidas keynesianas adotadas nos Estados Unidos quando da "crise de superprodução" (também crise de circulação, como menciona Marx no "*O capital*"); das "políticas de substituição de importações" iniciadas no período varguista; e das atuais políticas públicas de desenvolvimento tecnológico por meio de incubadoras e centros tecnológicos.

amarram o destino nacional ao capital financeiro globalizado; o que redundará na renúncia automática de parte sempre maior da soberania econômica dos Estados nacionais, bem como na implosão de sua "*malha de gestão interna*" (SOUZA, 1992)<sup>44</sup>. Novamente é o Estado que assume a função estratégica de avalista do capital financeiro ao estabelecer garantias institucionais para os investidores internacionais.

O sistema financeiro se impõe como paradigma ao desenvolvimento econômico através do padrão altamente tecnológico exigido dos novos investimentos produtivos e de infra-estrutura, somente realizáveis a partir de grandes mobilizações de capital e em muito superiores às possibilidades de um único empreendedor capitalista.

Para o sistema financeiro não importa a diferenciação entre agentes privados e estatais ou entre pequenos e grandes investidores. A própria burocracia estatal percebe essas indiferenciações inatas ao sistema de financiamento, princípio plenamente assimilado quando da própria concepção das políticas públicas de desenvolvimento territorial. Assim, a atual configuração do sistema financeiro brasileiro pôde estimular inclusive a entrada de capitais estatais europeus na privatização dos serviços de telefonia, reservando ao poder público brasileiro a tarefa de regulação do setor de telecomunicações principalmente para garantir o fluxo contínuo de financiamentos internacionais destinados à modernização do setor.

Cada novo regime de acumulação capitalista traz a ampliação em potência dos problemas econômicos e sociais em relação ao padrão anterior, pois somente alcança o dinamismo das estruturas econômicas na medida em que amplia a efemeridade de suas formas produtivas (HARVEY, 1993). A modernização da produção no novo regime de acumulação capitalista acirra as contradições fundamentais entre mundo da riqueza e mundo do trabalho, e entre trabalho passado e trabalho presente. Mais pormenorizadamente, a mecanização e a

---

<sup>44</sup>O planejamento estaria reduzido à função de viabilização de uma intromissão "*rápida e brutal do grande capital*" e, portanto, "*um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais*" (SANTOS, 2003, p.13).

automatização do processo produtivo resultam, de um lado, na ampliação da riqueza gerada socialmente e apropriada privadamente, e de outro, na maior disponibilidade de tempo ocioso entre os trabalhadores (MARX, 1867; SANTOS, 1994; AUED, 1999)<sup>45</sup>.

Atualmente, a dificuldade de incorporar trabalho ao processo produtivo é de tal monta que ninguém mais acredita na validade da proposição política do "trabalho para todos" contida nas agendas governamentais. A disseminação mundial dos programas sociais de renda mínima, equivalentes contemporâneos da esmola nas obrigações feudais, prometia desvincular o auxílio social da exigência da contrapartida moralista do trabalho, mas não consegue afirmar alternativa efetivamente universal ao caos social anunciado pelo desemprego estrutural. Os limites na geração de emprego e do subsídio social estatal demonstram a veracidade do enunciado de que os mortos cada vez mais governarão aos vivos!

Assim, o esforço político acaba consumido na procura desesperada por formas produtivas de valorização do capital julgadas capazes de mobilizar o sobretrabalho desse enorme tempo social ocioso gerado no processo de automatização da produção em condições capitalistas; enquanto que *"pelo lado dos não-proprietários dos meios de produção, a alternativa de sobrevivência, através da corrupção e da dívida pública, não lhes tem sido favoráveis, pois não integram as redes do poder social vigente."* (AUED, 2002, p.33)<sup>46</sup>.

Essa contradição capitalista inconciliável entre produção e apropriação da produção afirma as relações entre os homens apenas pelo aprofundamento da alienação e da degeneração dos indivíduos (GORZ, 1995; AUED, 2002): "O

---

<sup>45</sup>Pensamento corroborado por Robert Kurz (1993a), quando afirma que o atual padrão de acumulação capitalista dos países centrais, calcado na incorporação de ciência e tecnologia, exhibe uma limitação objetiva pela crescente desvalorização da massa da força de trabalho e da conseqüente extração de mais-valia na forma absoluta. Nesse sentido, explica-se mesmo a marginalidade relativa de regiões ou continentes inteiros, como a África, por deixarem de ter funções realmente importantes no sistema produtivo mundial (AMIN, 1992).

<sup>46</sup>A ávida disputa por fundos públicos ocorre na medida em que *"cresce a irregularidade do emprego e, finalmente, nesses últimos refúgios daqueles que a grande indústria e a grande agricultura tornaram supérfluos, a concorrência entre trabalhadores alcança seu máximo."* (MARX, 1867, p.72).

*empobrecimento da classe operária é uma noção que requer uma interpretação mais geral, no sentido do empobrecimento real do homem na sua totalidade, isto é, justamente enquanto homem que tem necessidades e capacidades.*" (MARX, 1859). E de nada parece adiantar todas as pesquisas acadêmicas direcionadas para a formulação de alternativas para viabilizar a produção e o trabalho na ordem econômica e social vigente, recomendando reestruturações econômico-territoriais através de "*sistemas produtivos territoriais*" (STORPER, 1994; COUTINHO & FERRAZ, 1995), com ênfase na inserção na economia globalizada (IANNI, 1993; BAUMANN, 1996) ou na valorização de "*padrões endógenos de acumulação*" com investimentos tecnológicos (PREBISCH, 1964; MATTOS, 1997; RUCKERT, 2001)<sup>47</sup>.

Outro dos refrões básicos dos planejadores é sua insistência em considerar essencial o papel dos empresários e dos inovadores, o que (...) proporciona uma justificativa a priori para se recorrer ao capital e aos especialistas estrangeiros. (SANTOS, 2003, p.19).

#### E sobre as chamadas tecnologias "endógenas" ou "intermediárias":

De novo outro engodo. Mudar o tamanho das indústrias não significa mudar a proporção entre os fatores, particularmente entre o capital e o trabalho. Além disto, tal solução pode significar um aumento dos custos, enquanto os mecanismos que geram dependência e pobreza permanecem intactos. (SANTOS, 2003, p.30)<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup>K. Marx (1844) já falara do desaparecimento de qualquer autonomia científica em face dos imperativos da produção de valor capitalista. Com efeito, os avanços na biotecnologia e nas pesquisas em geração de energia, dentre tantos outros exemplos, atualizam para nossa época a descoberta de que "*a ciência é a última – e depois do trabalho a mais importante – propriedade social a converter-se num auxiliar do capital*" (BRAVERMAN, 1981, p.138).

A ciência e a tecnologia ao invés de resolver acabam aprofundando as desigualdades sociais justamente porque a apropriação da riqueza que geram continua manifestando caráter privado. Além disto, vale para o meio produtivo técnico-científico o mesmo que Marx falara da maquinaria, onde "*o capital a proclama e maneja como uma potência hostil ao trabalhador*", tornando-o um "*trabalhador assalariado supérfluo*" (MARX, 1867, p.51).

<sup>48</sup>Mesmo as propostas de "reestruturação territorial" alternativas desenvolvidas por atores sociais não-hegemônicos acabam se defrontando com o sistema econômico e social vigente. Contudo, AUED e GRADE (2000) destacam na experiência dos assentamentos do Movimento dos Sem Terra e das cooperativas coletivas a prática da solidariedade e da igualdade como possibilidade de um certo rompimento com a estrutura de acumulação do capital e da exploração do trabalho, talvez prenúncio ou ensaio da negação do modo de produção capitalista ainda que em formas embrionárias.

Os esforços científicos e de planejamento no contexto da produção de valor capitalista nada mais podem fazer que jogar para um futuro breve os problemas sócio-territoriais intrínsecos ao desenvolvimento do modelo econômico-tecnológico proposto, pela incapacidade de evitar as novas diferenciações no espaço social e econômico. A idéia de "colapso da modernização" (KURZ, 1993a) aponta para essa crescente rigidez dos limites financeiros, sociais e políticos, manifestados no próprio desenrolar dos processos de modernização em economias abertas ou fechadas.

Esse processo se repete internamente aos Estados nacionais quando da formulação de propostas políticas e técnicas para a superação da diferenciação regional produzida pelo desenvolvimento econômico capitalista<sup>49</sup>. As políticas desenvolvimentistas para as regiões consideradas em "atraso relativo" como o sertão nordestino e a metade sul gaúcha visam ao combate da "desvalorização regional" causada por investimentos capitalistas passados por meio de maiores investimentos de capital no presente<sup>50</sup>. O que equivale dizer que essas políticas públicas de desenvolvimento regional portam o gene do envelhecimento precoce, isso quando já não nascem natimortas.

---

<sup>49</sup>A concretude do fenômeno regional não é uma questão tranqüila para o próprio marxismo, como em Ann Markusen (1981), quando afirmara que a existência ou não de diferenciação regional não poderia ser atribuída à lógica de acumulação capitalista, reconhecendo no limite apenas aos regionalismos.

De fato, a teoria dos lucros decrescentes afirma que em um ambiente competitivo ocorre a aproximação das taxas de lucro dos capitalistas individuais, com tendência para a queda da taxa de lucro média do sistema capitalista. Em conseqüência, o desdobramento geográfico desse movimento do capital, conforme a hipótese neoclássica da tendência de equalização da renda inter-regional, seria a homogeneização enquanto tendência do espaço nacional.

Entretanto, a continua intervenção do Estado e da difusão territorial desigual das inovações tecnológicas acabam por tornar irreal essa visão isotrópica de espaço geográfico. Assim, para G. Myrdal (1968), a existência de regiões subdesenvolvidas seria a prova de que as disparidades regionais de salários e lucros tendem a aumentar nas economias capitalistas.

<sup>50</sup>Corajosa observação de Milton Santos (2003, p. 21) realizada ainda na década de 1970:

*"A ciência regional e o planejamento eventualmente se fundiram. Hoje é praticamente impossível encontrar em periódicos especializados um artigo teórico ou mesmo uma análise sobre o espaço social visto como um todo. Qualquer consideração de natureza social é rejeitada em nome do pragmatismo, e só se tem tolerância para com o próprio planejamento. Mas quantos economistas e planejadores têm a força de caráter de admitir, como o fez J. Hillhorst, que a teoria regional do desenvolvimento não existe?"*

### 1.5. A NATUREZA DO ESPAÇO E A CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Para Idaletto Aued, o processo do pensamento geográfico no sentido da apreensão do movimento da realidade pode apresentar cinco momentos ou mediações, em que o subseqüente subsume o antecedente: 1) a Geografia Descritiva do fenômeno; 2) a Geografia Analítica do fenômeno descrito; 3) a Geografia que encontra na Crítica a possibilidade de avançar para além do fenômeno; 4) a Geografia que é Analítica, Crítica e avança no sentido do concreto pensado (materialista dialética); e 5) a Geografia que além de Analítica, Crítica e Crítica-Marxista, é transformadora do mundo (AUED & ALBUQUERQUE, 2004).

A Geografia Crítica desde Ariovaldo Umbelino de Oliveira até Milton Santos notabilizou a categoria divisão territorial do trabalho no exato momento em que o mundo do trabalho tornava-se moribundo<sup>51</sup>. Deixava escapar então a real dimensão social adquirida pela cooperação do trabalho passado, cristalizado nas máquinas-motrizes e que também "*transfere valor para o produto*" ao estimular o sobretabalho (MARX, 1867, p.19)<sup>52</sup>. O movimento de reprodução da riqueza capitalista durante a realização de cada novo esforço produtivo dispensa trabalhadores em contingente sempre ampliado, o que nega a possibilidade de mistificação da nação, região e lugar enquanto *locus* de reprodução do trabalho (AUED, 2002).

A ciência geográfica crítica também legou a compreensão da natureza da organização do espaço geográfico a partir do processo de globalização, demonstrando a essência da mais-valia global contida nos processos produtivos locais (SANTOS, 1994; 1996). Mais exatamente, a ciência geográfica foi capaz de apreender a mais-valia global enquanto pressuposto das atividades produtivas

---

<sup>51</sup>São vários os autores que consideram a diferenciação regional como produto da divisão do trabalho em uma dada formação social (LIPIETZ, 1988; SMITH, 1988; SANTOS & SILVEIRA, 2001).

<sup>52</sup>Com extrema boa vontade, a análise dos mercados de trabalho guarda validade para aquelas frações operantes do capital que dependem do preço da mão-de-obra ou de sua qualificação profissional. E ainda assim, é preciso lembrar que os custos do trabalho representaram para os países da OCDE, em fins da década de 1990, apenas de 5 a 10% dos custos de produção, ante os cerca de 25% dos anos 70 (*The Economist* reproduzido em *Gazeta Mercantil*, 27.11.97).

locais, onde "*cada lugar é um momento, sempre transitório, que se amplia ou se reduz ou modifica a relação capitalista como produtora de mais-valia.*" (AUED, 2002, p.23).

A ciência geográfica tem avançado também no sentido da compreensão das novas conexões ou "nexos territoriais" entre o capital financeiro global e os processos de reestruturação econômico-territorial, identificando a nova geografia da produção a partir dos conceitos miltonianos de "circuito espacial de produção" e "círculos de cooperação" (substitutos dos circuitos regionais de produção) e de "meio técnico-científico-informacional" (substituto dos conceitos tradicionais de meio geográfico) (SANTOS, 1994; 1996)<sup>53</sup>.

Com efeito, falar em estrutura técnica dos objetos geográficos remete para determinadas potencialidades e intencionalidades, ou para o "*conteúdo e finalidade*" dos objetos no jargão miltoniano. Opinamos que esse caminho obriga a avançar também pela desconstituição (determinação dos movimentos) do capital financeiro até chegar ao conteúdo e finalidade presentes no desenvolvimento das forças produtivas em suas formas geografizadas.

É a partir do movimento ou processo de desconstituição do capital que se pode apreender o significado da divisão territorial da riqueza e, por conseguinte, a razão da natureza técnica das novas formas espaciais. A diferenciação metodológica em relação à obra miltoniana reside justamente nesse deslocamento de percepção da totalidade centrada na categoria formação socioeconômica para uma abordagem da dinâmica do capital financeiro mundializado, desvelando suas complexas relações com os capitais operantes e territorializados (AUED & ALBUQUERQUE, 2004).

Efetivamente, a apreensão do processo de diferenciação territorial contido no movimento de reprodução capitalista não mais se restringe à categoria trabalho (AUED, 2002). Em nosso tempo, a apropriação intelectual da diferenciação

---

<sup>53</sup>Maria Adélia de Souza (1992) chama atenção para a necessidade de novas metodologias capazes de apreenderem o atual "período técnico-científico" em suas implicações territoriais, desdobrando uma visão miltoniana. Souza propunha a reavaliação dos conceitos então empregados na geografia urbana brasileira (redes, hierarquia e sistema) e avanços metodológicos através das "conexões geográficas".

territorial produzida no capitalismo seria mais precisa com a noção de divisão territorial da riqueza. Com efeito, a divisão capitalista do território cristaliza um dado instantâneo de ressignificação da hierarquia dos lugares pelo grau diferencial de valorização capitalista dos mesmos (AUED, 2002).

Aceitas essas premissas, constitui-se como campo de estudos fundamental para a ciência geográfica, a possibilidade de compreensão da valorização capitalista dos lugares a partir das potencialidades e intencionalidades do capital financeiro. A determinação do grau de valorização capitalista dos territórios ocorre através das ligações entre capital financeiro, desenvolvimento mundial-local das forças produtivas, e estratégias econômico-territoriais dos atores estatais. No caso específico da presente tese de doutoramento, optamos pela apreensão das estratégias dos atores estatais, através do conteúdo das políticas de desenvolvimento executadas pelo Estado brasileiro para as regiões campeiras meridionais, e que manifestam o germe da ampliação da diferenciação inter e intra-regional pela seletividade social e territorial ampliada contida nos novos capitais.

Se a ciência geográfica efetivamente não é um saber neutro, trata-se de pensá-la na perspectiva da emancipação do homem. Nesse sentido, a denúncia das ideologias geográficas enquanto meras "legitimadoras da ordem burguesa" (MOREIRA, 1994; MORAES, 1991) representa etapa necessária, mas incompleta. Igualmente, a constatação de que o conhecimento geográfico apresenta-se particularmente múltiplo e contraditório, resultado das próprias condições objetivas (materiais e ideológicas) da existência dos homens (CARLOS, 2002), não nos exime da enorme responsabilidade de filtrar dessa enorme gama de saberes geográficos - e compromissos ideológicos - aqueles capazes de contribuir com o processo de construção da emancipação humana. Os geógrafos não estão ou não deveriam estar compromissados com a recriação da máquina produtiva capitalista (papel da tecnocracia pública), e têm relativo grau de liberdade institucional para denunciar a mística da recriação do trabalho e da distribuição de renda como caridade pública.

Primeiro, é preciso redobrar a atenção ao fazer ciência a partir de fatores empíricos territorializados, evitando os riscos de reificação do espaço e suas escalas<sup>54</sup>, sobretudo porque nem todos os processos econômicos adquirem manifestação territorial explícita, como evidenciam as operações eletrônicas entre capitais financeiros (D-D').

Segundo, é preciso considerar que existe amplo campo de estudos para o desenvolvimento da reflexão intelectual acerca do papel da técnica no desenvolvimento das forças produtivas, nas condições de produção de valor, mas também para além destas<sup>55</sup>. O desenvolvimento das forças produtivas pela ciência e tecnologia e pelos mercados pode ser estudado pelos elementos de negatividade (novas doenças do trabalho e esquizofrenias sociais, ampliação da mais-valia relativa, desemprego estrutural, etc.), e também pelos de positividade (elevação da produtividade do trabalho social, libertação do trabalho, ampliação da capacidade de movimento, facilitação das comunicações, etc.)<sup>56</sup>, sobretudo quando pensadas a partir de rearranjos na organização social e no "meio técnico".

Da mesma forma, as reflexões sobre o significado social e as potencialidades emancipatórias dos movimentos sociais contestatórios da ordem vigente devem incorporar a questão de suas relações (e expectativas) com as

---

<sup>54</sup>Como afirma Vainer (2001, p.146):

*"O entendimento de que os processos econômicos, políticos, sociais, culturais tem dimensões escalares não pode conduzir à reificação das escalas, como se estas antecedessem e contivessem (como um receptáculo) os processos. O que temos são processos com suas dimensões escalares, quase sempre transescalares (haverá ainda hoje algum processo social relevante cuja compreensão e modificação seja possível através de uma análise ou intervenção uniescalar?)".*

<sup>55</sup>Em Marx (1867, p.294), no *O capital*, deduz-se que:

*"O sistema de produção capitalista surgido do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual baseada no trabalho próprio. Mas a produção capitalista produz, com a inexorabilidade do processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Esta não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre o fundamento do conquistado na era capitalista, a cooperação e a propriedade comum dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho."*

<sup>56</sup>Recordando K. Marx, Aued (1999, p.124) afirma que somente o reconhecimento de positivities no processo de produção capitalista de mercadorias permitem avaliar a emergência do ser social emancipado em sua forma embrionária:

*"A emancipação humana, nesse momento, se dá pela produção social da existência dos homens. Agora, o ser social advém da produção cooperativa no processo de trabalho. Provem da aplicação consciente da ciência, do progresso tecnológico, da exploração planejada do solo, da transformação do trabalho que só pode ser utilizado em comum."*

forças produtivas materiais (AUED & GRADE, 2000), e que obriga o próprio repensar do sentido de autonomia desses movimentos sociais.

Outro campo fecundo é a ressignificação histórica das experiências encerradas e em curso de "socialismo em um só país", que igualmente remetem ao exame das negatividades e positivities contidas no desenvolvimento de suas forças produtivas materiais, notadamente a técnica e a cooperação social na produção (AUED, 1996). As experiências nacionais de socialismo não lograram maior dinamismo que o verificado no desenvolvimento mundial das forças produtivas, salvo pontualmente e/ou de modo efêmero.

Em síntese, a seleção das utopias sociais no contexto do materialismo dialético passa pela reflexão sobre a nova organização social e sua materialidade correspondente, de modo a se evitar cair na tentação de reinvenção da história (e de suas mazelas).

## **2. RENDA DA TERRA, DESENVOLVIMENTO TÉCNICO E EXCLUSÃO SOCIAL**

Do conjunto da elite campeira meridional a elite latifundiária e os grandes produtores agropecuários, figuras sociais que por vezes se confundem, mereceram capítulo à parte, em razão de seu papel histórico no processo de geração de riqueza (e na produção da miséria) das regiões campeiras e de sua permanente influência política e econômica na vida regional e nacional até os dias de hoje.

A condição técnica da produção, dentro e fora dos limites da fazenda, representa um dos elementos indicativos do processo de sucessivas modernizações dessas elites campeiras. Facilmente se percebe que a condição técnica faz parte do ambiente produtivo criado pelas políticas públicas (inclusive fundos públicos) e por capitais privados, indicando o caráter promiscuo da fusão entre as esferas pública e privada.

Embora a mídia e o poder público invistam na tese da “democracia tecnológica”, como demonstra o alvoroço em torno dos programas de “inclusão digital”, o desenvolvimento técnico em condições capitalistas apresenta uma face nitidamente seletiva, aprofundando o processo de diferenciação social inclusive nas sociedades campeiras.

Ao lado do desenvolvimento técnico, a extração da renda da terra é certamente o instrumento mais recorrente de ampliação da riqueza da elite campeira meridional, e pode-se dizer que além de não ser contraditório, com freqüência “andam de mãos dadas”.

### **2.1. A RENDA DA TERRA**

É velha conhecida que a renda da terra significa a possibilidade de uso produtivo capitalista em condições de monopólio da propriedade fundiária; evidentemente resultando um constrangimento ao produtor que necessita ceder uma fração do valor acrescido (expectativa de lucro) ao proprietário fundiário (MARX, 1862). O arrendamento da terra é o caso mais freqüente de realização da renda da terra, e ocorre quando o proprietário fundiário cede temporariamente o

uso de suas terras ao capitalista agrícola em troca de pagamento em dinheiro, produto ou trabalho.

Forma histórica do desenvolvimento do capitalismo nos campos ingleses, o arrendamento sempre foi forma de extração de renda vigente nos campos meridionais brasileiros, inclusive no presente. Para a Campanha gaúcha, o Censo Agropecuário de 1995-1996 do IBGE registrava cerca de 10,48% das terras ocupadas na forma de arrendamento (Ver Tabela 1).

TABELA 1 – Condição do produtor por município da Campanha gaúcha - 1995

Município	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
Alegrete	2.162	623.844	379	78.577	49	18.808	142	9.260
Bagé	1.647	406.514	174	33.913	27	5.909	127	6.358
Dom Pedrito	1.213	383.407	210	51.761	73	25.635	52	1.572
Itaqui	675	368.521	125	52.011	6	4.593	17	1.672
Lavras do Sul	767	172.452	38	37.712	7	3.917	6	217
Manoel Viana	397	162.848	64	16.673	2	645	40	3.339
Quarai	713	238.035	86	30.253	47	9.084	33	5.531
Rosário do Sul	1.550	339.910	241	47.041	33	11.390	109	3.727
São Franc. de Assis	1.866	192.556	66	9.078	51	1.508	33	391
São Borja	923	255.613	185	37.706	31	4.820	72	389
São Gabriel	1.840	473.354	205	36.606	55	13.666	132	15.529
Santana do Livramento	1.840	561.196	180	67.017	24	11.307	110	5.934
Uruguaiana	909	516.035	237	73.832	33	23.928	30	4.248
Total regional	16.502	4.694.285 (85,97%)	2.190	572.180 (10,48%)	438	135.210 (2,48%)	903	58.172 (1,06%)

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE.

O quadro atual não é o mesmo nos Campos Gerais paranaenses, onde os programas de assentamento de imigrantes implantados na região possibilitaram a realização da renda da terra pela venda do imóvel rural. Assim, a Tabela 2 aponta o índice de apenas 0,61% das terras ocupadas na forma de arrendamento entre os municípios dos Campos Gerais. Em Ponta Grossa e municípios do entorno, onde a fixação de imigrantes agricultores foi proporcionalmente menor em relação ao tamanho da área municipal, esse índice sobe para 7,56%.

TABELA 2 – Condição do produtor por município dos Campos Gerais paranaenses - 1995

Município	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
Tibagi	1.067	237.476	145	26.379	36	4.072	64	2.596
Piraí do Sul	1.125	104.509	65	4.329	22	714	134	3.171
Castro	2.738	206.609	226	17.362	13	2.210	390	8.676
Ivaí	1.313	39.680	236	2.136	73	378	194	9.200
Ipiranga	1.142	60.601	221	5.428	14	3.957	413	3.640
Prudentópolis	6.777	160.055	332	3.934	477	2.669	370	5.970
Imbituva	1.846	59.031	275	2.349	149	2.505	199	2.039
Teixeira Soares	971	84.958	123	5.620	11	431	156	3.007
Ponta Grossa	1.268	136.073	99	11.855	16	1.234	120	7.609
Irati	2.071	62.714	214	2.747	53	542	354	5.529
Palmeira	1.341	84.016	202	10.327	14	985	230	3.670
Porto Amazonas	70	13.191	-	-	-	-	-	-
Rio Azul	1.233	33.246	80	934	92	827	216	3.905
Rebouças	1.061	26.267	240	2.656	66	574	141	2.061
São João do Triunfo	950	41.536	214	1.604	5	52	248	2.429
Lapa	2.290	118.273	160	4.151	87	1.461	413	4.664
Mallet	1.376	45.389	59	846	27	220	50	566
São Mateus do Sul	2.350	88.426	140	2.264	29	281	421	5.637

Antonio Olinto	864	28.406	53	456	4	28	109	1.252
União da Vitória	709	46.488	36	664	19	350	52	802
Paula Freitas	529	22.756	26	551	3	36	30	1.482
Paulo Frontim	902	24.936	45	618	5	27	11	148
Total regional	33.993	17.224.636 (98,8%)	3.191	107.210 (0,61%)	1.215	23.553 (0,14%)	4.315	78.053 (0,45%)

Obs.: Não disponíveis os dados dos municípios de Carambeí, Guamiranga e Fernandes Pinheiro.  
Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE.

A renda da terra de certa forma representa a antecipação uma dada expectativa de mais-valia esperada pelo proprietário fundiário e pelo produtor arrendatário, e que por sua vez é determinada pelo avanço das forças produtivas e pela possibilidade de ampliação do sobretrabalho. Como salienta José de Souza Martins (1979), ainda que a terra represente importante fator de produção não pode gerar valor ou renda sem o concurso do sobretrabalho (o trabalho capaz de acrescentar mais valia ao produto). E, por sua vez, a ampliação de sobretrabalho depende do grau de desenvolvimento das forças produtivas bem como da reorganização do tempo ocioso do trabalhador<sup>57</sup>.

Portanto, para encerrar definitivamente o debate sobre se a renda da terra é obstáculo ou não para a modernização agrícola (e das relações de trabalho) dos campos sulistas é necessário recorrer à dinâmica do mercado mundial e do desenvolvimento das forças produtivas (ciência e técnica) na agropecuária e na agroindústria regional.

## 2.2. MERCADO MUNDIAL E MÉTODOS DE PRODUÇÃO LOCAIS

No capítulo primeiro foi argumentado que a modernização do campo está posta na forma de universalidade material e, portanto, não necessariamente deva

<sup>57</sup>O jornal *Zero Hora*, de 27.12.2003, fiel defensor da "vocação agrícola" do Rio Grande do Sul, noticiava com júbilo que, para o ano de 2000, 49,6% da força de trabalho brasileira estava no meio rural, ainda que concentrando apenas 19% da popula o. Certamente uma massa gigantesca de trabalhadores ainda a disposi o da explora o capitalista!

estar presente em todas as suas dimensões em cada lugar. Essa idéia é trabalhada na obra *A ideologia Alemã*, de K. Marx (1845), ao apreender a modernidade da Alemanha pré-industrial em sua manifestação filosófica (caso dos debates políticos), enquanto a modernidade do mundo pela materialidade produtiva concentrava-se na Europa Ocidental. A mensagem clara de Marx era de que a materialidade não precisava estar posta de forma completa por todos os pontos do globo para que a modernização fosse um fenômeno universal.

Assim, se completada sua universalização, a questão da modernização somente pode aparecer hoje na forma de valorização diferencial dos lugares, como bem percebeu o geógrafo Milton Santos (2003, p. 142):

O espaço agrícola é, seletivamente, o receptáculo de dois tipos de capital: um capital novo, valorizado, que escolhe lugares privilegiados onde, ajudado pelo Estado, pode reproduzir-se melhor e mais rapidamente; e um capital desvalorizado, velho, que deve se refugiar nas atividades menos rentáveis, prejudicado ainda pela má qualidade ou mesmo pela inexistência de infra-estruturas.

A inserção das elites campeiras no processo de centralização de capitais (argumento a ser demonstrado empiricamente no capítulo terceiro) e no mercado mundial representa que a materialidade do mundo não está circunscrita apenas aos limites da fazenda pampeana gaúcha ou paranaense, fato já suficiente para rebater a tese do atraso (não-modernidade) de sua elite regional.

Nesse contexto, se a própria "cultura produtiva" e o modo peculiar de fazer política nas regiões campeiras meridionais fossem interpretados enquanto uma resposta local a essa materialidade econômica posta mundialmente, os mitos da "falta de empreendedorismo" e da "mentalidade conservadora" de frações da classe pecuarista sulista não seriam reforçados<sup>58</sup>.

A recente valorização da mercadoria "boi verde" atrelada ao desenvolvimento do mercado europeu para carnes produzidas "ecologicamente" é bastante elucidativa porque as rudimentares técnicas de manejo do gado (criação

---

<sup>58</sup>Em nosso entendimento, essa correlação entre materialidade econômica e manifestações políticas e culturais aponta para as interações entre "meio técnico-científico" e "psicoesfera" na terminologia de Milton Santos.

extensiva e em pastagens naturais) eram até a pouco consideradas evidências dessa mentalidade arcaica do pecuarista pampeano, e agora constituem justamente no fator diferencial de competitividade para a conquista de importantes nichos do mercado internacional de carnes. Demonstração empírica de que a diferenciação entre que é “atrasado” e “moderno” não passa pela abstrata discussão quanto à “natureza” do homem campeiro, mas depende das sagradas forças de mercado<sup>59</sup>.

### 2.2.1. Capital circulante, cooperação social e renda da terra

Os “nexos geográficos” que demonstram a articulação das unidades produtivas pecuaristas (fato empírico local) ao mercado mundial (fato empírico global) se traduzem na complexa infra-estrutura de circulação e de apoio técnico para produzir e movimentar a mercadoria. A valorização do capital fixo no interior da propriedade pecuarista ou agrícola é também determinada por esses investimentos infra-estruturais de circulação e técnico-científicos. Da mesma forma, a realização da renda da terra nas regiões campeiras meridionais também passa a depender crescentemente de todo esse ambiente produtivo externo à fazenda que possa sustentar a produção de valor acrescido nas atividades agropecuárias<sup>60</sup>.

O geógrafo Milton Santos propôs a periodização do território brasileiro em função do estágio do desenvolvimento técnico<sup>61</sup>; onde o domínio dos meios

---

<sup>59</sup>Processo similar ocorreu com a produção de borracha na floresta amazônica durante os séculos XIX e meados do XX. A explosão da demanda dos aliados durante a Segunda Guerra Mundial exigiu a criação do Banco de Crédito da Borracha (BCB), embrião do futuro Banco da Amazônia (BASA). O objetivo do BCB era o financiamento da modernização do extrativismo do látex e da comercialização da goma. Entretanto, a exigência de pesados investimentos em infra-estrutura acabou representando obstáculo intransponível, ainda mais diante dos níveis de produção já atingidos pelas oligarquias regionais da borracha e formas de trabalho e comercialização tradicionais (como o aviamento). Ver, a este respeito: MENDES, Armando Dias (org.). **A Amazônia e o seu banco**. Manaus: Editora Valer/Banco da Amazônia, 2002.

<sup>60</sup>Chamada pelos economistas agrários de “renda diferencial”.

<sup>61</sup>Milton Santos aponta a técnica como elemento estruturante do espaço-tempo social. O espaço geográfico seria produto da indissociabilidade dos sistemas de objetos e sistemas de ações: *“Objetos naturais e objetos fabricados pelo homem podem ser analisados conforme o seu respectivo conteúdo, ou, em outras palavras, conforme sua condição técnica, e o mesmo pode ser dito das ações, que se distinguem segundo os diversos graus de intencionalidade e racionalidade”*.

"naturais" (como no extrativismo do pau-brasil) marcaria a primeira fase; a implantação dos meios técnicos (como nos engenhos na zona da mata nordestina formadores de "arquipélagos" mecanizados) marcaria a segunda; e a universalização do "*meio técnico-científico-informacional*" para o conjunto do território nacional a terceira (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

O mérito da periodização miltoniana reside na demonstração da seletividade territorial operada pelo capital desde os primeiros momentos da produção de valor acrescido em terras brasileiras: exploração direta da natureza, exploração da natureza por meio da automação, exploração da natureza por meio do avanço científico, respectivamente. Contudo, creio que os "momentos técnicos" não estão sozinhos na construção do território brasileiro como faz crer a diferenciação entre uma suposta fase de proto-unificação do território nacional (remetendo à tese dos "arquipélagos econômicos")<sup>62</sup> e uma fase tardia de integração nacional plena.

Para Caio Prado Júnior (1945), a navegação de cabotagem e de interior representaram no período colonial o sistema de transportes capaz de estabelecer a unidade territorial brasileira pelo comércio inter-regional. Corroborar esse argumento o fato de que historicamente as relações econômicas e o efetivo populacional brasileiro concentram-se em sua fachada atlântica, evidentemente exigindo o aprofundamento dos contatos costeiros. Para as regiões interiores, a navegação fluvial permitira a ocupação da vastidão amazônica, do sertão nordestino (o "Velho Chico" é lembrado nas escolas brasileiras como o "rio da integração nacional"), do Mato Grosso (o uso do estratégico rio Paraguai

---

(SANTOS, 1999, p.20-21). O autor destaca sua inspiração no pensamento marxista: "*Segundo uma frase muito freqüentemente citada de Marx (Capital, I, p. 132, edição de M. Harnecker), 'o que distingue as épocas econômicas umas das outras, não é o que se faz, mas como se faz, e com que instrumentos de trabalho.'*" (apud SANTOS, 1999, p.46).

<sup>62</sup>A "tese dos arquipélagos econômicos" sustenta que cada região brasileira possuía vida econômica restrita a seu interior e com relações externas quase restritas aos mercados de fora do Brasil. Seu argumento resulta de uma espécie de desdobramento territorial das características dos latifúndios baseados na auto-suficiência alimentar e na especialização na monocultura de exportação.

contribuiu para produziu inclusive a famosa “Guerra do Paraguai” no século XIX), e do interior gaúcho (o sistema hídrico Jacuí – Lagoa dos Patos).

No caso gaúcho, desde 1830 havia ligação regular de barcos à vapor entre as cidades de Porto Alegre (porto fluvial), Pelotas (porto fluvial) e Rio Grande (porto marítimo), bem como até as cidades da zona colonial situadas a montante do rio-lago Guaíba<sup>63</sup>. Especificamente para o caso pampeano, a proximidade fronteira (fronteiras secas) e também a ligação da bacia do Uruguai com a bacia do Prata garantiram por longo período o “desvio de carga” (com as elites campeiras valendo-se inclusive do contrabando de fronteira) do porto de Rio Grande para seus rivais de Buenos Aires e Montevideú. Claro que similarmente aos “campos de cima da serra”, o pampa também mantinha laços comerciais com a zona colonial de São Leopoldo por meio da venda de couros e outros subprodutos do gado utilizados na produção artesanal e industrial (CESAR, 1979 apud MOURE, 1992). Contudo, os governos gaúcho e brasileiro ficaram obrigados a desenvolver toda uma infra-estrutura de transportes terrestres (por terra e depois por ferrovias) para articular essas áreas interiores do pampa gaúcho aos portos de Rio Grande e Pelotas, o que na opinião da elite campeira local justificaria subsídios governamentais nas taxas de transporte.

Nos Campos Gerais paranaenses, a navegabilidade do rio Iguaçu restringia-se ao curto trecho próximo da cidade de União da Vitória, pois na medida em que suas águas se aproximam da confluência com o rio Paraná ocorre o obstáculo de uma série de quedas d’água (MARTINS, 1899; DORFMUND, 1977)<sup>64</sup>. Restava aos Campos Gerais fomentar suas ligações terrestres com outras regiões, o que ocorreu a partir de 1770 com o Caminho dos Tropeiros ou

---

<sup>63</sup>Com efeito, Sandra Pesavento (1983) destaca as ligações econômicas entre imigrantes e pecuaristas dos “campos de cima da serra” desde os primórdios da colonização, através do fornecimento da mão-de-obra excedente da pequena propriedade familiar, da penetração da agricultura nas zonas de pecuária pelo pagamento da renda da terra, e do consumo industrial dos subprodutos do gado.

<sup>64</sup>A projetada Hidrovia do Mercosul encontra ainda hoje nesse mesmo trecho do rio suas maiores dificuldades técnicas para realizar a conexão hidroviária de São Paulo até Buenos Aires. Em realidade, a técnica para a transposição desses obstáculos naturais está desenvolvida desde fins do século XIX, mas somente recentemente com o incremento das trocas comerciais no âmbito do Mercosul foi viabilizado o investimento para trechos da Hidrovia do Tietê-Paraná.

Caminho de Viamão<sup>65</sup>, que vinha das áreas produtoras de gado no Rio Grande do Sul até as feiras de comercialização do interior paulista. Ao caminho principal conectava-se uma extensa e complexa rede de “picadas” ou “veredas” que constituíam as vias secundárias de contato comercial com as regiões mais interiores produtoras de erva-mate, unindo os rincões dos Campos Gerais à Curitiba e cidades do litoral paranaense.

O desenvolvimento do “motor a vapor” opera profunda reestruturação do “padrão espaço-tempo” (HARVEY, 1993) a partir da implantação de centenas de milhares de quilômetros de ferrovias por todo o mundo. Entre 1845 e 1875, período que Eric Hobsbawn (1979, p.81-83) chama de “era do capital”<sup>66</sup>, os fluxos comerciais mundiais experimentam grande expansão impulsionados pelo trem e pelo barco a vapor:

En 1845, el único país "subdesarrollado" de fuera de Europa que contaba con incluso dos kilómetros de línea ferroviaria era Cuba. En 1855 existían líneas en los cinco continentes, aunque das de América del Sur (Brasil, Chile, Perú) y Australia apenas se notaban. En 1865 Nueva Zelandia, Argelia, México y Africa del Sur tenían sus primeros ferrocarriles, y en 1875, mientras Brasil, Argentina, Perú y Egipto contaban con unos 2.000 kilómetros o más de vías, Ceilán, Java, Japón y hasta la remota Tahití habían construido sus primeras líneas.

A primeira ferrovia construída no país data de 1854, na região cafeeicultora fluminense, e a primeira ferrovia do pampa gaúcho (a ligação Bagé - Rio Grande)

---

<sup>65</sup>Conhecido também por Caminho das Tropas ou Estrada Geral foi aberto precisamente em 1776, para escoar o gado bovino e muar reunido nas proximidades dos campos de Viamão e das zonas produtoras do pampa até os mercados de Sorocaba (SP). O percurso das tropas durava de 3 e 4 meses, e originou diversas fazendas e povoados em áreas de campo do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e dos “Campos Gerais” do Paraná.

<sup>66</sup>O historiador ironiza a visão romanceada do processo de modernização em curso:

*"¿Cómo podemos dejar de admirar a las tropas de choque de la industrialización que los construyeron, a los ejércitos de campesinos que, frecuentemente organizados en equipos de cooperación, removían tierra y rocas en cantidades inimaginables con picos y palas, a los capataces y peones profesionales ingleses e irlandeses que construyeron líneas lejos de sus patrias, a los maquinistas y mecánicos de Newcastle o Bolton que se fueron a manejar los nuevos ferrocarriles de Argentina o de Nueva Gales del Sur?"*

*El romance de la industria, una frase cuya originalidad iban a agotar prácticamente diversas generaciones de oradores públicos y autoagasajadores publicitarios, llegando a abarcar incluso a los banqueros, los financieros y los agiotistas que se dedicaban simplemente a buscar el dinero para construir el ferrocarril." (HOBSEBAWN, 1979, p. 84-85).*

é completada entre 1881 e 1884<sup>67</sup>. A ligação ferroviária entre Uruguaiana e Porto Alegre é pouco posterior, facilitando o escoamento da produção pecuarista dos fazendeiros e charqueadores da região fronteira uruguaio-brasileira<sup>68</sup>. Os Campos Gerais paranaenses também são conectados aos trilhos quando em 1894 é prolongada a linha Curitiba - Paranaguá, primeiramente até Porto Amazonas, e depois até Ponta Grossa. E em 1904, a ferrovia construída pela inglesa *Brasil Railway Company* avança de Ponta Grossa até União da Vitória e Castro, todas localizadas nos Campos Gerais. Por assim dizer, o antigo Caminho das Tropas era agora reconstituído pelos trilhos desde Santa Maria (RS), passando por Ponta Grossa (PR), até Itararé (SP)<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup>Mesmo algumas das jovens cidades coloniais gaúchas contavam com linhas férreas. Da capital gaúcha partiam linhas férreas para as cidades coloniais de origem alemã de São Leopoldo (1874) e Novo Hamburgo (1876). E em 1910, os trilhos partindo de Porto Alegre chegavam à cidade colonial de origem italiana de Caxias do Sul; algo notável uma vez que a primeira leva de imigrantes italianos chegara ao estado apenas em meados da década de 1870.

<sup>68</sup>O geógrafo Aldomar Rückert (2001, p. 9) destaca que:

*“A principal via de vertebração do território estadual em sua região sul, a Porto Alegre-Uruguaiana, passa a ser inserida nesse quadro, passando a ser explorada por capitais belgas da Cie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil, a partir de 1905. Nesse mesmo ano, a formação da rede ferroviária, através da unificação das linhas Porto Alegre-Uruguaiana e Rio Grande-Bagé (esta implantada em 1884 pela Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company Limited), passa a compor o tronco sul.”*

O pesquisador ainda comenta o papel dos “*empréstimos a governos, que pagam elevadas taxas de juros e comissões a intermediários; igualmente, investem capitais em obras públicas, como ferrovias. Os riscos de perda nos investimentos são eliminados pela garantia de juros oferecida pelo governo brasileiro.*” (RÜCKERT, 2001, p. 9).

<sup>69</sup>O trecho da ferrovia ao sul de Santa Maria, abarcando a região do pampa gaúcho, inicialmente contou com investimentos belgas, e foi concluído com capitais norte-americanos:

*“Além disso, a integração da região norte, até então distante dos mercados consumidores centrais, necessita ser articulada ao mercado estadual e ao centro do país. Portanto, a ferrovia, no norte do Rio Grande do Sul, pode ser compreendida com base em dois momentos principais; o primeiro, o início da sua construção, de 1889 a 1903, com capitais belgas, e de 1906 a 1920, sob o domínio de capitais administrados pelo Grupo ou Sindicato Farquhar; o segundo, a partir daí até 1957, sob a administração do governo do estado do Rio Grande do Sul, pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul – VFRGS”.*

*“O governo federal, em 1905, assina acordo com o governo do estado do Rio Grande do Sul visando à unificação ferroviária, formando-se a Viação Férrea do Rio Grande do Sul. No mesmo ano, o governo federal publica decretos de arrendamento das ferrovias. Inscrevem-se duas empresas belgas do mesmo grupo: a Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil e a Compagnie Générale des Chemins de Fer Secondaire. Esta última, líder do grupo, retira-se para permitir que a Auxiliaire vença a concorrência.”* (DIAS, 1986, p.149-65 apud RUCKERT, 2001, p.12-13).

O novo padrão de circulação territorial imposto a partir das ferrovias trouxe enorme fluidez territorial (aceleração da circulação de mercadorias), aumentando as vendas das regiões campeiras, mas também estimulando as compras extra-regionais. Neste momento, cidades da zona campeira como Uruguiana e Ponta Grossa, por suas funções estratégicas em termos de logística ferroviária, atingiram provavelmente seus períodos áureos em termos de importância econômica e cultural.

Contudo, o desenvolvimento do “motor a combustão” vai representar na realidade brasileira a destronização das ferrovias em nome da construção de milhares de quilômetros de rodovias pavimentadas. A década de 1950 trazia a imposição do novo padrão oligopolista da economia brasileira, ancorada fundamentalmente na agilidade do transporte rodoviário.

A crise da pecuária e do extrativismo também contribuiria ao processo de sucateamento das ferrovias nas regiões campeiras sulistas. É apenas a partir da década de 1970, e com mais intensidade a partir da privatização da rede ferroviária federal na década de 1990, que o transporte de cargas por trilhos é novamente estimulado de forma a acompanhar a expansão da produção agrícola regional, principalmente de soja e combustível nos Campos Gerais paranaenses e de arroz no pampa gaúcho. A “Reforma do Estado” brasileiro chegou ao setor ferroviário para aproveitar a abundância de capitais das multinacionais do setor de logística (MONASTIRSKY, 2001).

Na organização da infra-estrutura de energia dos campos meridionais a deficiência na geração de energia elétrica foi compensada com a interligação ao sistema elétrico nacional. Recentemente, despontaram gigantescos empreendimentos termelétricos através de capitais externos, como na planejada terceira fase de Candiota (a partir do carvão mineral da região) e com a já implantada Usina de Uruguiana (a partir do gás natural argentino). A interligação do sistema de energia elétrica regional ao sistema de transmissão argentino também foi executada visando proporcionar uma segurança energética adicional para a região (Balanço Anual Rio Grande do Sul 2000. *Gazeta Mercantil*). Para os Campos Gerais paranaenses a situação é amplamente favorável em razão da

proximidade das linhas de transmissão que trazem a energia da usina hidrelétrica de Itaipu até Curitiba.

No que se refere ao gás natural, Ponta Grossa foi a primeira cidade paranaense fora da Região Metropolitana de Curitiba a receber ramal do Gasoduto Brasil-Bolívia (Balanço Anual Paraná 2000. *Gazeta Mercantil*). No pampa gaúcho, a cidade de Uruguaiana recebe gasoduto proveniente da Argentina que, entretanto, também enfrenta dificuldades internas quanto ao abastecimento de gás natural principalmente quando a produção de energia por hidrelétricas encontra situações climáticas desfavoráveis (baixo nível dos reservatórios).

Finalmente, na infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento técnico-científico no setor agropecuário as regiões campeiras sulistas e seus respectivos estados aparecem em destaque. Nos centros de pesquisa da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), mais de 10% dos projetos de pesquisa agrícola em 1996 foram desenvolvidos no Rio Grande do Sul. No pampa gaúcho são desenvolvidas técnicas agropecuárias e variedades de sementes cerealíferas e de frutas de clima temperado (unidades de pesquisa de Bagé e Pelotas); enquanto que o Paraná abriga centros de pesquisa em soja e trigo<sup>70</sup>. Das empresas privadas, a cervejaria Antártica mantém centro de pesquisa em cevada nos Campos Gerais paranaenses, mais exatamente na cidade de Lapa.

Percebe-se que a diferenciação das regiões agrícolas pela pesquisa reserva às regiões de campo sulistas um papel relevante, sustentáculo para a expansão e qualificação de sua produção agropecuária. Segundo Santos e Silveira (2001, p. 99-100):

---

<sup>70</sup>A partir da enorme redução da produção nacional de trigo em razão da política de importações, a Embrapa desenvolveu uma série de novos cultivares que possibilitam responder com maior produtividade às condições ecológicas do Sul do país. Contudo, a política agrícola e de integração econômica internacional do país continua inalterada.

Larocca Junior (2002) recorda do pioneirismo da Estação Experimental do Trigo (hoje pertencente ao IAPAR), criada em 1918; bem como da Fazenda-Modelo, ambas em Ponta Grossa, esta última uma iniciativa do governo federal para o melhoramento do rebanho bovino (incorporada em 1975 ao Centro Nacional de Pesquisa da Soja).

Todos esses instrumentos de trabalho colonizam o território de forma seletiva, de tal modo que os pedaços de maior densidade técnica acabam por oferecer mais possibilidades do que os menos dotados desses recursos de conhecimento(...). Por isso e paralelamente criam-se áreas mais informadas e menos informadas.

### 2.2.2. A modernidade técnica da produção nos campos sulistas

O geógrafo André Roberto Martin (1994) alerta que para as regiões que investem em alta tecnologia a associação entre pequena burguesia e “anti-modernidade” é altamente improvável. Não obstante, parte da imprensa e do meio político das regiões meridionais, particularmente no caso gaúcho, continua a reproduzir o senso comum de que a classe empresarial rural local é pouco suscetível a mudanças, com o sempre recorrente exemplo da permanência da criação de gado na tradicional forma extensiva e com técnicas rudimentares de manejo do rebanho<sup>71</sup>.

Contribui para o mito o aprofundamento da diferenciação regional das zonas campeiras com as zonas agrícolas particularmente para o caso do Rio Grande do Sul. A Tabela 3 permitiria aos mais apressados transplantar ao plano territorial o declínio da pecuária tradicional (e seu suposto “atraso” técnico) e o extraordinário avanço das lavouras comerciais ocorrido desde início do século passado, não fosse o singular aspecto de que a lavoura comercial tem ocorrido em áreas do próprio pampa gaúcho.

TABELA 3 – Participação na produção primário do RS - 1948 e 1981

<b>Tipo de uso do solo</b>	<b>1948 (%)</b>	<b>1981 (%)</b>
Lavoura empresarial	27	57
Agropecuária colonial	60	37
Pecuária tradicional	13	6

FONTE: FEE/RS e FIBGE apud MOREIRA (1982).

<sup>71</sup>Se toda a ideologia tem um fundo de verdade, o mito da falta de empreendedorismo das elites campeiras talvez resida na própria peculiaridade histórica do desenvolvimento das forças produtivas na região. A realização do lucro na atividade da pecuária bovina dependia até recentemente apenas do ciclo da natureza, que sabidamente não permite que o ciclo de reprodução do capital se complete na velocidade verificada mesmo em outros ramos agropecuários. Apesar de todos os avanços científicos, a pecuária, assim como as atividades de florestamento de *pinus* e de *eucalyptus*, desenvolve-se ainda com forte vinculação ao ritmo da natureza.

Novamente, é o desenvolvimento histórico do próprio capitalismo que jogará definitivamente essas idéias na lata do lixo. A Revista *Amanhã*, nº 195, de jan/fev de 2004, destacava que " *Já existem raças híbridas euro-indianas que produzem novilhos prontos para o abate em apenas dez meses.*" E ainda está por vir todo o avanço da engenharia transgênica na pecuária!

A produção agropecuária na “metade norte” gaúcha foi mais significativa, mas a queda da participação da “metade sul” gaúcha no setor primário foi menos acentuada do que se poderia crer inicialmente, passando de 39,11% em 1939, para 32,47% em 1990 (PROJETO RS 2010, 1997). Assim, a própria perda de importância relativa da pecuária tradicional pode ser atribuída à reconversão produtiva de áreas das grandes propriedades pecuaristas para lavouras comerciais. Com efeito, as lavouras de arroz da “metade sul” gaúcha, nos campos entre Pelotas e Santa Vitória do Palmar, foram as primeiras a se mecanizarem ainda em meados da década de 1920 (BRUM, 1988). E na década de 1970, a orizicultura avançava também pelas várzeas no coração do pampa gaúcho, estimulada principalmente pelo novo sistema técnico-produtivo e pelo sistema financeiro estatal-privado (IBGE, 1990).

Recentemente, também a revolucionária técnica do plantio direto disseminou-se pelo pampa gaúcho com a orizicultura e pelos Campos Gerais paranaenses com sojicultura, trazendo grandes ganhos de produtividade<sup>72</sup>. Assim, diante da acelerada modernização agrícola nas regiões campeiras, não resta outra saída aos defensores da tese da “mentalidade atrasada” que restringi-la à camada dos pecuaristas.

O alegado “atraso técnico” da pecuária tradicional sulista invoca fatores de ordem histórica como a “prática” dos criadores de gado pampeanos de esperar que o vento marinho depositasse sal nos campos e o relativo atraso zootécnico do gado pampeano em relação ao platino, além de fatores de ordem ecológica como a persistência da rudimentar prática da queimada para a renovação das pastagens tanto no pampa gaúcho quanto nos Campos Gerais paranaenses.

---

<sup>72</sup>A revolucionária técnica da modificação genética em breve deverá ampliar novamente a produtividade da orizicultura pampeana. Atualmente, os produtores de soja da Região Sul já empregam a tecnologia transgênica *Roundup Ready* da empresa Monsanto, num pacote que inclui a venda casada de um pesticida. E a mesma Monsanto é dona da tecnologia “tradicional” *Agroceres* de sementes de arroz.

A Monsanto cobra dos sojicultores um determinado valor (os *royalties*) sobre as sacas de soja comercializadas que contenham seus OGMs (Organismos Geneticamente Modificados). Já os produtores de soja dos Campos Gerais e das demais regiões do Paraná estão proibidos pelo governo do Estado de plantar soja transgênica. Em Ponta Grossa, a Monsanto operava em sua estação experimental testes com a plantação de trigo modificado geneticamente, que acabou recentemente sendo destruída durante protesto organizado pelo MST.

A anterior permanência de traços rudimentares na pecuária sulista pode ser explicada fundamentalmente como produto não da natureza “atrasada” do pecuarista pampeano, mas das políticas protecionistas que favoreceram a produção regional do charque e, em decorrência, da criação de gado (BRUM, 1988). As margens de lucro dos pecuaristas e charqueadores foram por longo tempo asseguradas pela via política, desestimulando parcialmente maiores investimentos na produtividade e qualidade da pecuária.

Mesmo assim, a generalização é perigosa e suscetível de apropriações ideológicas. Pois apesar das condições políticas históricas do mercado interno de carnes, um grande fazendeiro de Santana do Livramento, município encravado na Campanha, importava já entre 1871 e 1888 as primeiras matrizes da raça inglesa Durhan (também conhecida por Shorthorn), e “*A partir de 1908 os Durhans rio-grandenses começam a participar de exposições nacionais o que produziu forte efeito multiplicador entre os fazendeiros gaúchos, estimulando-os a novas e diversificadas importações.*” (VIEIRA & RANGEL, 1993, p. 35)<sup>73</sup>. É fácil perceber que a superação do atraso zootécnico em relação ao gado platino não foi construída do dia para a noite, mas fruto de longos investimentos no melhoramento genético.

Finalmente, segundo dados do Censo Agropecuário de 1995-1996 do IBGE, cerca de 38,7% dos estabelecimentos rurais dos municípios da Campanha gaúcha declararam o uso de assistência técnica contra uma média estadual de 47,8%. Índice próximo dos 38,94% verificados para os Campos Gerais paranaenses contra uma média estadual de 40,27% (Ver Tabelas 32 e 33 dos Anexos). Não é preciso explicar que a assistência técnica constitui importante elemento indicador da presença da modernização produtiva, e que a diferença de índices das regiões campeiras para com as respectivas médias estaduais parece muito pequena para se insistir na tese da “mentalidade arcaica” dos pecuaristas dos campos meridionais.

---

<sup>73</sup>A tradicionalíssima família Assis Brasil, em 1894, introduz cavalos árabes no estado, a partir de sua fazenda em Alegrete, também na Campanha.

Da mesma forma, a orizicultura do pampa gaúcho e a sojicultura dos Campos Gerais paranaenses ostentam os maiores índices de mecanização e as maiores produtividades do país (IBGE, 1990), constituindo-se em dois excelentes exemplos de definição do campo atual como fábrica sem paredes.

### 2.2.3. O complexo agroindustrial-financeiro e a renda da terra

No contexto do capitalismo monopolista do pós Segunda Guerra, ocorre fantástica expansão mundial das grandes corporações privadas geralmente de origem dos países desenvolvidos do Hemisfério Norte. Assim também as empresas agroindustriais multinacionais evoluem como complexos financeiro-industriais, espalhando unidades produtivas inclusive pelos países subdesenvolvidos e impondo nova dinâmica produtiva ao campo (BRUM,1988)<sup>74</sup>. De modo que a partir das décadas de 1960 e 70, a agricultura brasileira *“passa a se reestruturar a partir de sua inclusão imediata no circuito de produção industrial, seja como consumidora de insumos e máquinas, seja como produtora de matérias-primas para a sua transformação industrial”*. (SORJ, 1986, p.11).

É impossível deixar de recordar Nicos Poulantzas (1985), quando destaca *“a organização material do poder como relação de classe”*<sup>75</sup>, pois toda essa nova modernização agrícola foi possível aos proprietários e produtores agropecuários graças a instituição do crédito para a aquisição de máquinas e insumos agrícolas.

<sup>74</sup>Estudando a velocidade com que as redes de infra-estrutura e as grandes agroindústrias aportam nas áreas de “frentes pioneiras” do Centro-Oeste e Norte do país, Santos e Silveira (2001, p.119) concluíram que:

*“Se o movimento pioneiro de São Paulo, magistralmente descrito por Pierre Monbeig (1953, 1952, 1984) e Ari França (1956), teve o comando dos grandes plantadores, capazes de construir estradas de ferro, atrair imigrantes europeus e incorporar um maquinismo moderno, hoje as frentes pioneiras são abertas sobretudo pelas grandes empresas, com a cooperação do poder público. Como adverte Ruy Moreira (1986, pp.12,15), é o processo de modernização que explica a fronteira agrícola, e não o contrário, essa modernização significa, entre outras coisas, a introdução maciça de maquinários e produtos químicos de firmas como a Ford, Massey Ferguson, Shell, Ciba-Geigy, Bayer, Dow Chemical, Agroceres e Cargill.”*

<sup>75</sup>Contudo, o marxista Poulantzas situa a existência do Estado na divisão social do trabalho, não no contexto da divisão social da riqueza. Ainda assim consegue pioneiramente rebater o argumento liberal da separação entre esfera pública e relações de produção, ao mesmo tempo em que escapava ao reducionismo classista então em voga no marxismo. Poulantzas sai do universo fabril e demonstra as formas de penetração da luta de classes no interior do aparelho de Estado, em sua organização burocrática e em suas ações.

Como lembra Bernardo Sorj (1986, p.78), as políticas públicas tornam-se mecanismo fundamental para disseminar as novas relações de poder no campo:

O sentido fundamental das políticas públicas tem sido de articular a expansão agrícola com o complexo agroindustrial e as necessidades de abastecimento do mercado interno e as exportações, através de um conjunto de medidas, entre as quais o crédito agrícola ocupa um lugar privilegiado.

No Brasil, a inserção da agropecuária ao complexo financeiro-industrial foi reforçada com a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, que ampliava fabulosamente a oferta de “*créditos subsidiados e orientados, com assistência técnica obrigatória. Assim, exigia-se um projeto técnico para a concessão do crédito, que impunha a compra de sementes e insumos modernos*” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p.118)<sup>76</sup>. Mais especificamente para o caso da Região Sul, inclusive as regiões campeiras:

Já nos anos 70 o Paraná havia sido transformado em nova fronteira agrícola, representando 23,96% da área total e 24,39% da produção de soja. Nas décadas de 1970 e 1980, o extremo oeste paranaense e a Campanha, o oeste e o noroeste no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foram áreas de convergência de uma parcela significativa dos recursos oficiais e privados tanto para a soja quanto para o binômio soja-trigo. (FIGUEIREDO, 1985 apud SANTOS & SILVEIRA, 2001, p.128).

O Sistema Nacional de Crédito Rural representou o instrumento pelo qual o Estado logrou absorver parte da riqueza social para redistribuí-la (privadamente) no sentido de ampliar a produção agrícola e industrial (principalmente máquinas e implementos agrícolas). Nessas condições, os proprietários de terras dos campos meridionais também puderam se apropriar de parte da mais-valia social futura seja diretamente pela reativação da produção agropecuária subsidiada ou indiretamente pela extração da renda da terra através do arrendamento aos *granjeiros* (que também puderam usufruir o crédito agrícola)<sup>77</sup>. Com as culturas de

<sup>76</sup>O Sistema Nacional de Crédito Rural “estabeleceu que os bancos particulares deveriam aplicar 10% dos seus depósitos no crédito agrícola, ou canalizá-los junto ao Banco Central com juros de 7% ao ano”. (SORJ, 1986, p. 86).

<sup>77</sup>A expansão das lavouras comerciais de soja, trigo e arroz na década de 1970 pelo pampa gaúcho levava alguns geógrafos (MOREIRA & HAESBAERT, 1986; HAESBAERT, 1993) a projetarem uma retomada do crescimento econômico regional. De fato:

arroz<sup>78</sup>, trigo, milho (mercado interno) e soja (mercado externo), a agricultura comercial passa a concorrer com a pecuária extensiva por mais terras e mais crédito nas regiões campeiras meridionais.

Nessas condições, a renda da terra não representa obstáculo maior ao processo produtivo capitalista justamente por tratar-se da apropriação de um *quantum* de mais-valia social futura<sup>79</sup>. Essa fração da mais-valia que o produtor deixará de ganhar por tê-la justamente antecipado ao proprietário fundiário na forma de renda da terra pode mesmo estimular investimentos em tecnologia para elevar a produtividade e reduzir os custos de produção. O mercado tende a selecionar aqueles empreendimentos produtivos capazes de criar essa massa de mais-valia futura que satisfaça determinada expectativa de lucro de todos os agentes privados envolvidos (bancos, indústrias, produtores agrícolas e proprietários rurais).

---

*“(...) ao início dos anos oitenta, a disponibilidade de terras para a expansão da lavoura era maior no Sul – onde menos de 1/5 da área dos estabelecimentos era plantada contra quase metade no Norte – seria de esperar que essa tendência vigente no final dos anos setenta se mantivesse no decorrer da nova década”* (Projeto RS 2010, 1997, p.19).

Mas a tendência de reconversão produtiva regional não se confirma em razão do *“elevado grau de endividamento de uma parte dos produtores da região”* e também da *“crescente dificuldade para encontrar áreas que possam ser irrigadas a um custo relativamente baixo, somada ao elevado valor dos arrendamentos”* (PROJETO RS 2010, 1997, p. 31).

Segundo declaração do ex-prefeito de São Borja, Luiz Carlos Heihze, dos 289 mil produtores rurais da metade sul, 204 mil tinham problemas de dívidas junto ao Banco do Brasil (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS, 1996). O jornal *Correio do Povo*, edição de 24.03.2006, destacava levantamento do Banco do Brasil, instituição que concentra os financiamentos no setor agropecuário, que aponta em R\$ 9,02 bilhões o valor do endividamento dos produtores rurais gaúchos, sendo que R\$ 4,08 bilhões com vencimento naquele mesmo ano. E segundo o presidente da FARSUL, na mesma edição, o endividamento chegaria a R\$ 12 bilhões se computados os débitos junto aos bancos privados, quase o equivalente aos R\$ 13 bilhões estimados para a comercialização da safra gaúcha de 2006.

<sup>78</sup>Sobre as origens remotas do arrendamento no pampa gaúcho Ver FRAQUELLI, J. A. A lavoura capitalista de arroz e a crise de 1929. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. O autor destaca o papel da expansão das lavouras de arroz através do arrendamento de terras como alternativa segura de renda para os latifundiários da região.

<sup>79</sup>O mercado mundial de arroz confronta e coordena diversas formas jurídicas de capital, como o sistema de jardinagem asiático (trabalho intensivo e pequena propriedade) e o sistema de arrendamento do pampa gaúcho (mecanização intensiva e renda da terra). Ver *Grundrisse* (*“Contribuição para a crítica da economia política”*), de K. Marx.

Em certas condições, a renda da terra representa ao proprietário fundiário dos campos meridionais uma espécie de “seguro agrícola”, permitindo o melhoramento das condições de produção na pecuária ou outra atividade. Afinal, das áreas cultivadas com arroz no pampa gaúcho, cerca de 70% são através de arrendamento, e geralmente os contratos prevêm ao seu término a devolução das terras com forrageiras como azevém, trevo branco e cornichão (em média, para cada dois anos de cultivo de arroz seguem-se três anos com pecuária). Essa é a razão da defesa da renegociação da dívida dos orizicultores pampeanos junto aos bancos ser apoiada pelos proprietários pecuaristas locais, e que nos permite destacar o consórcio de interesses entre a elite campeira meridional.

Periodicamente as entidades ruralistas gaúchas retomam a bandeira da renegociação da dívida agrícola. Assim foi em março de 2006, quando arroteiros pampeanos comandaram movimento dos ruralistas para pressionar a Assembléia e o Executivo gaúchos a aprovar lei que instituía maior rigor fitossanitário para a entrada de produtos agrícolas provenientes do Mercosul. Na realidade, o objetivo implícito era barganhar junto ao Governo Federal apoio para a renegociação da dívida agrícola dos produtores rurais gaúchos (leia-se arroteiros) e ampliação da oferta de crédito público em troca da revogação da lei por seus notórios prejuízos ao processo integracionista.

No processo de divisão social da riqueza nenhuma política de desenvolvimento é neutra nos campos meridionais brasileiros. Até mesmo a aparentemente inocente questão ecológica é “encaminhada” regionalmente de modo a favorecer os grandes proprietários e produtores. Esse é o caso do uso dos rejeitos da vasta produção orizícola do pampa gaúcho, de onde emana um coro uníssono em torno de projetos de pequenas centrais geradoras de energia a partir da biomassa. Vislumbra-se a ampliação da riqueza regional pela queima de casca de arroz para fins energéticos, representando novo alento para a produção orizícola e para a extração da renda da terra.

O que era rejeito do processo produtivo pampeano (a casca de arroz) é transformado em nova fonte de lucro, demonstrando que a “bandeira ecológica” da diversificação da matriz energética brasileira e regional oculta sempre novas

possibilidades de encaminhamento da apropriação privada da renda (Ver Quadro 1). A agência de fomento gaúcha Caixa RS (com recursos do BNDES) liberou R\$ 18,6 milhões e a iniciativa privada (família Pilecco) R\$ 6,4 milhões para a construção da pequena central termelétrica de Alegrete. Essa mais recente parceria público-privada permitirá ainda a construção de uma unidade industrial para a produção de sílica a partir da casca de arroz (13 mil ton/ano de sílica a partir de 180 ton/dia de casca de arroz), utilizada como insumo na indústria de cimentos e solados. Como a estimativa é de 50 empregos diretos somados os dois empreendimentos, não é difícil calcular que cada posto de trabalho deve custar 500 mil reais.

QUADRO 1 – Projetos de termelétricas de biomassa (casca de arroz) na região do pampa gaúcho - 2006

<b>Localidade</b>	<b>Potência (MW)</b>	<b>Investimento (milhões de reais)</b>	<b>Execução</b>
São Borja	12,3	36	CCC Machinery (Hamburgo Energia)
São Sepé	12,3	36	CCC Machinery (Hamburgo Energia)
Dom Pedrito	12,3	36	CCC Machinery (Hamburgo Energia)
Alegrete	4	25	Pilecco Cia. Ltda. (Geradora de Energia Elétrica de Alegrete - GEEA)
<b>TOTAL</b>	<b>40,9</b>	<b>133</b>	-

FONTE: CORREIO DO POVO, 11.04.2006 e 18.04.2006.

Ainda nos campos meridionais, o BRDE firmou contrato com a empresa Tractebel Energia de financiamento de expressivos R\$ 50 milhões para a construção de uma usina termelétrica a biomassa em Lages (SC), esta processando resíduos da madeira. A Petrobras também anunciou em 2005 a intenção de instalar usina de biodiesel em São Mateus do Sul (PR), com custo estimado de R\$ 15 milhões e financiamento do BRDE.

Segundo o Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga)<sup>80</sup>, a produtividade média do arroz gaúcho está entre 5 e 5,5 ton/ha, chegando a cerca de 7 ton/ha nas

<sup>80</sup>O Irga é uma autarquia estadual voltada para a pesquisa e assistência técnica das lavouras de arroz gaúchas, financiada a partir de uma taxa específica sobre as vendas de arroz.

fazendas mais modernas do pampa, valor muito próximo daquele verificado nos Estados Unidos (líder mundial com 7,5 ton/ha). O aparato técnico envolvido na produção de arroz no pampa gaúcho inclui sistema de irrigação, mecanização do plantio direto de pré-germinados, colhedeiras de última geração e o desenvolvimento genético de cultivares para as condições ambientais locais. A rede de pesquisa estadual envolve laboratório do Irga, em Cachoeirinha, e laboratório do Intec (Instituto Biotecnológico de Produção Vegetal), na Universidade Regional da Campanha<sup>81</sup>.

Dos cerca de 250 mil empregos gerados na cadeia orizícola gaúcha a maioria é indireto e temporário, principalmente nas épocas de plantio e de colheita. A atividade de beneficiamento ocorre em grandes plantas industriais localizadas na própria Campanha e também em Pelotas. Por exemplo, o Engenho Coradini Ltda, na cidade pampeana de Dom Pedrito, opera com equipamentos procedentes do Japão e em sistema totalmente automatizado: "*Em nenhuma etapa os grãos são manuseados, passando apenas por máquinas mecânicas e eletrônicas.*" (O Arroz do Pampa. Informe Comercial. Zero Hora, 30.04.2004). Ocorre que sem manuseio industrial a geração de postos de trabalho é escassa, derrubando o mito de que a modernização é condição indispensável para a abertura de vagas no pampa gaúcho.

Mas a modernização econômica das regiões campeiras meridionais não se atém às lavouras de arroz e soja. O complexo agroindustrial-financeiro (primeiro com as charqueadas, depois com os frigoríficos) e a revolução técnico-científica sacudiram a própria atividade pecuarista no interior da grande propriedade e fora dela.

Quando se fala em pecuária na região é preciso considerar que os efetivos de bovinos, de eqüinos e, mais recentemente, também de ovinos<sup>82</sup>, continuam

---

<sup>81</sup>O Intec surgiu em razão da necessidade de certificação da capacidade germinativa e da pureza da semente, exigida para a comercialização de sementes e a liberação de empréstimos bancários.

<sup>82</sup>A Campanha gaúcha ostenta o maior rebanho de ovelhas do país, que até recentemente visava basicamente a produção de lã, reservando a carne de ovelha ao consumo das próprias propriedades rurais da região. Os governos estaduais têm buscado estimular através de isenções fiscais o beneficiamento industrial também da carne ovina. A Embrapa de Bagé também têm desenvolvido pesquisas para a produção de embutidos a partir da carne ovina.

experimentando os efeitos do acelerado processo de melhoramento genético. Agora o melhoramento genético não mais se faz apenas pela importação de gado de raça, mas fundamentalmente por cabanhas localizadas no próprio pampa gaúcho, que se utilizam amplamente das técnicas de inseminação artificial e de transplante de óvulos, logrando ampliar a natalidade bovina e obter animais com menor tempo de abate e maior qualidade de carnes.

O gado pampeano contém cada vez mais ciência, técnica e também informação. O rebanho bovino sulista está sendo inserido no Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov). O Sisbov exige a implantação de um anel identificador em cada animal, transformado assim num código e inserido em banco de dados, permitindo a rastreabilidade dos cortes de carne exportados até as fazendas criatórias (*Correio do Povo*, 31.08.2004). E tecnologias mais modernas já estão sendo ofertadas ao Governo brasileiro:

O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, recebeu proposta para utilização de um chip eletrônico que permitiria o rastreamento, manejo, controle e identificação bovina. O dispositivo foi apresentado pelo presidente da empresa norte-americana Digital Angel, Kevin McGrath, que mostrou-se interessado em investir na inovação no Brasil.

O equipamento referido acima pelo jornal *Correio do Povo*, edição de 27.04.2006, foi desenvolvido pela multinacional norte-americana em parceria com a Embrapa Gado de Corte e funciona através de ondas de rádio. Além de monitorar a temperatura do animal, ele também identifica sintomas de febre aftosa e outras doenças.

### **2.3. MEIO NATURAL, TÉCNICA E COOPERAÇÃO SOCIAL**

A rigor o emprego do termo meio "natural" seria hoje impróprio também para as paisagens dos campos meridionais brasileiros, pois "*Excetuando-se certos rincões do planeta, a diferenciação do espaço agrícola devido às virtualidades naturais e às técnicas utilizadas pelos grupos humanos é um dado que atualmente pertence à história*" (SANTOS, 2003, p.139). A expansão da agricultura comercial alterou significativamente a biodiversidade e a paisagem de campos naturais, mas não é a única responsável.

Dos cerca de 15 milhões de hectares de campos da Região Sul estima-se que 3 milhões apresentem significativa invasão do capim-anoni (*Eragrostis spp.*) sobre as gramíneas nativas. O capim-anoni foi trazido do continente africano na expectativa de ampliar a produtividade da pecuária regional, e acabou multiplicando-se de forma descontrolada diante das condições ambientais extremamente favoráveis, tanto que as próprias entidades ruralistas tem cobrado do governo medidas para deter o que agora consideram uma ameaça à biodiversidade dos ecossistemas de campos naturais<sup>83</sup>.

É obvio que a verdadeira preocupação dos ruralistas é tão-somente com a qualidade das pastagens para alimentação do gado, uma vez que a presença constante dos rebanhos desde o século XVIII até hoje tem representado forte pressão (alimentação e pisoteio) sobre os ecossistemas de campo da região, alterando a distribuição e a freqüência das diversas espécies naturais de gramíneas.

As classificações dos solos gaúchos indicam as melhores áreas para agricultura no planalto, enquanto que para a Campanha apontam solos pouco espessos, particularmente sobre a chamada *Cuesta do Haedo*. Essa característica natural dos solos pampeanos também tem servido de argumento para afirmar sua aptidão apenas para a pecuária extensiva (MOREIRA, 1982)<sup>84</sup>. A grande exceção regional estaria representada pelas planícies aluviais, justamente onde se desenvolve a orizicultura baseada na irrigação e na mecanização intensiva.

Que perfeito e maquiavélico encadeamento ideológico. A elite pampeana é atrasada, mas o poder público não tem outro remédio senão apoiar sua modernização diante da vocação natural dos solos da região para a pecuária extensiva. Analisando edições da revista *Sul Rural*, voltada ao agronegócio gaúcho, Álvaro Heidrich (2000, p.154) constata essa evidente contradição:

---

<sup>83</sup>Disponível em <<http://www.ruralbage.com.br>>. Acessado em 16.05.2005.

<sup>84</sup>A "metade sul" gaúcha conta com apenas 29,74% de seus solos na categoria Classe III, adequado ao uso continuado e sem restrição por lavouras, enquanto que para a "metade norte" do estado essa categoria abrange 44,72% dos solos (PROJETO RS 2010, 1997).

Contra o argumento técnico e econômico da melhor produtividade da pecuária em outros países e estabelecimentos com pastagem artificial, a pecuária extensiva é defendida no Rio Grande do Sul pela adequação da atividade agropecuária ao solo, como recurso de conservação e aproveitamento da aptidão natural dos solos (...).

Essa ideologia se repete nos Campos Gerais paranaenses, que também apresentam solos rasos, arenosos e pobres (classificados como do tipo litosólico), desfavoráveis ao desenvolvimento de plantas arbóreas salvo nas depressões ou planícies aluviais (MAACK, 1950; MELO, 2001). Embora essa correspondência entre solos e vegetação se aplique apenas em condições naturais, para Larocca Junior (2002, p.49) esses solos pobres que dominam mais de duas terças partes do segundo planalto paranaense<sup>85</sup> também entravaram “*durante mais de século o desenvolvimento local e somente veio a ser superada nos anos 70 do século XX, com o desenvolvimento de técnicas avançadas de plantio direto.*”<sup>86</sup>.

É H. Berthelmess (1998, p.20 apud CUNHA, 2003, p.37)<sup>87</sup> quem aponta corretamente que as técnicas empregadas pelos colonizadores eram inadequadas para uma ocupação agrícola mais efetiva dos solos dos Campos Gerais, pois

(...) a lavoura de arado (...) introduzido pelos imigrantes, no fim do século passado, contornou a borda da estepe, pois os pequenos arados de tração animal não possuem condições técnicas para lavrar os duros e ressequidos solos de campo onde a intrincada trama de raizame do capim barba-de-bode (*aristida palleus*) constituiu um obstáculo adicional.

---

<sup>85</sup> Apesar de pertencerem a províncias geológicas distintas, os Campos Gerais paranaenses e a Campanha guardam semelhança geomorfológica no caso da característica plana das famosas *coxilhas* gaúchas e das colinas dos Campos Gerais, representando o domínio de uma topografia suave extremamente favorável ao uso da mecanização agrícola. As semelhanças também se estendem ao clima subtropical, que permite o desenvolvimento de culturas de clima temperado, assim como amplia os riscos para culturas tropicais pela ocorrência de geadas.

<sup>86</sup> A técnica do plantio direto aparece também no pampa gaúcho como redentora ao permitir o desenvolvimento agrícola em face aos obstáculos naturais pedológicos.

<sup>87</sup> Ver BARTHELMESS, H. Estruturas agrárias. In: BALHANA, A. et al. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Curitiba: UFPR/Fac. de Filosofia, pp.139-152, 1968.

Contudo, apontar a inadequação das técnicas utilizadas pelos colonos diz muito pouco, uma vez que a ideologia da inaptidão dos solos de campos naturais para o uso agrícola continua sendo disseminada nos Campos Gerais paranaenses, valendo-se da justaposição histórica entre áreas agrícolas e áreas originais de mata<sup>88</sup>. É um mito que se propagou pelo tempo, em que pese os relatos de naturalistas como o francês Auguste Saint-Hilaire, que registra em seu diário de viagens a existência de plantações de trigo nos terrenos de campo paranaenses já no início do século XIX (YU, 1988 apud CUNHA, 2003)<sup>89</sup>.

Em manifesto enviado ao vice-presidente do Paraná, Dr. João Cândido Ferreira, em 1904, que consta no Arquivo da Câmara Municipal de Ponta Grossa, em seu Livro de Atas de 1902-1907, p. 92 e 93, é afirmada a possibilidade da agricultura nas áreas de campo desde que fosse disponibilizado adubo orgânico procedente do próprio gado bovino:

(...) manifesta a inconveniência que resulta a muitos colonos as concessões de terras situadas neste município que o Governo do Estado fez frequentemente à particulares. Assim é Exmo. Sr. que tendo alguns particulares requerido ao Governo do Estado, terrenos de campos por aforamento perpetuo na colonia Botuquara (...) cujas concessões se acham em via de legalização, consta que muitas famílias de colonos emigrarão para o Estado de Santa Catarina, caso fiquem privados desses campos para criação de gado, do que infallivelmente neccessitam afim de obterem estrumes para adubo de suas lavouras, além dos produtos lactinios que lhes dão algum resultado. (...) esses colonos estão dispostos a adquirir esses campos por aforamento ou compra. (apud PINTO & GONÇALVES, 1983, p.116).

Telmo Moure (1992, p.109) conclui da mesma forma para o caso do pampa gaúcho, apontando que foi justamente a "inexistência de associação entre

---

<sup>88</sup>Yu (1988 apud CUNHA, 2003) destaca o desenvolvimento de uma produção agrícola nas áreas de capões das fazendas de criar gado dos Campos Gerais, voltada para a auto-suficiência em gêneros como milho, feijão, mandioca, arroz e criação de porcos.

<sup>89</sup>Felizmente as áreas de mata eram mais escassas no caso pampeano. O historiador Décio Freitas (apud DACANAL, 1980), citando Paulo Xavier, destaca o emprego de escravos no cultivo de gêneros agrícolas para o consumo interno das fazendas de criar gado; fato igualmente reforçado pelos viajantes naturalistas que também percorreram a região como Ave-Lallemant (1980) e Auguste Saint-Hilaire (1974 ).

Ver XAVIER, P. A estância. In: **RS – terra e gente**. Porto Alegre, 1969.

agricultura colonial e campanha pecuarista [que] impossibilitou a utilização de esterco animal na adubagem." <sup>90</sup>

Isto se tornou realidade nos campos da região de Salto, no Uruguai, onde colonos imigrantes encontraram na fruticultura e no cultivo de hortaliças uma alternativa para a pecuária e os solos arenosos da região. Através de cultivos artesanais obtiveram toda a sorte de frutas e verduras a partir de pequenas covas cobertas com esterco e restos de vegetação para preservar a umidade e constituir um solo rico em nutrientes. O casamento entre trabalho ocioso (imigrantes) e terras ociosas (áreas depreciadas do latifúndio) em Salto demonstra que a alegada relação entre qualidade do solo e pecuária extensiva representa mera ideologia.

Parece despontar, portanto, que a fertilidade do solo dos campos meridionais não depende de fatores naturais, mas das possibilidades da cooperação social do trabalho e da evolução da técnica. Aceita tal premissa como verdadeira, são ao menos dois os desdobramentos:

- a) a cooperação social na atividade produtiva é ela própria uma técnica na forma organizacional;
- b) as possibilidades da cooperação social remetem para além dos limites contidos na organização capitalista (AUED, 1999).

É o que se depreende também da experiência concreta de cooperação social do trabalho desenvolvida no "Sistema Faxinal", que disseminou a propriedade comunal pelos Campos Gerais paranaenses. O uso comunal das terras nos "faxinais" decorre inicialmente enquanto externalidade do sistema latifundiário hegemônico, que desde a decadência da pecuária foi encontrar nas

---

<sup>90</sup>A imposição do latifúndio exportador em detrimento da pequena propriedade e de formas coletivas é a regra por todo o país, salvo em pequenos "enclaves" necessários para o abastecimento urbano. Assim, Maria Amélia Rodrigues da Silva (2002) destaca que em meio à expansão dos projetos minero-metálicos amazônicos, a então SUDAM e o Banco da Amazônia tiveram que incorporar os pequenos produtores rurais e sua "vocação" para a produção de alimentos como forma de garantir a regularidade no abastecimento público diante da expansão urbano-industrial projetada.

matas mistas de araucária novas possibilidades de lucros com o extrativismo do mate.

Para viabilizar a produção de valor acrescido nos “faxinais” (vegetação típica das matas da região) foi preciso o concurso do produtor autônomo e dos agregados constituídos por “*famílias pobres mais ou menos independentes que se agregavam às fazendas*” (YU, 1988, p.27 apud CUNHA, 2003, p.42)<sup>91</sup>. Nos interstícios econômicos e territoriais do extrativismo do mate a população cabocla (e mais tarde também parte dos imigrantes) desenvolveu um sistema comunal aproveitando as matas e os campos, e que segundo estimativas mais otimistas teria abarcado até 1/5 da área territorial paranaense quando de seu apogeu (YU, 1988 apud CUNHA, 2003). Os grandes proprietários de terras para manter trabalhadores rurais nos ervais passaram mesmo a incentivar a formação do “Sistema Faxinal”, conjugando uma economia de subsistência com o extrativismo do mate:

Essa racionalidade levou a construção de cercas coletivas que abrangessem as terras de caiva contíguas de todos da mesma localidade. Dentro do perímetro das cercas ficava definida como terras de criação ou criadouro, ao seu redor, fora das cercas, ficavam as terras de plantas ou as capoeiras. O criadouro era de uso comum e englobava as terras de caboclos, colonos e fazendeiros, sendo que cada qual participava com o que possuía. Embora a proporção de terras entre essas três categorias fosse muito desigual, o que importava era o fato da construção do criadouro trazer benefícios para cada uma delas, sem precisar em troca incorrer em grandes custos. (YU, 1988, p.37-38 apud CUNHA, 2003, p.44).

O uso comunal dos “faxinais” derivava do usufruto comum do espaço de criação de animais<sup>92</sup>, de forma a realizar a integração da criação de suínos com a

---

<sup>91</sup>O tropeirismo e o extrativismo do mate ocupavam praticamente a totalidade da mão-de-obra disponível nos Campos Gerais paranaenses, aprofundando a carestia alimentar nas cidades da região: “o impacto desagregador da economia do mate sobre a tão desejada agricultura de subsistência fazia-se sentir vigorosamente, tornando o mercado urbano um espaço de constantes conflitos.” (PEREIRA, 1996, p.28 apud CUNHA, 2003, p. 49).

Ver PEREIRA, M. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

<sup>92</sup>A suinocultura era praticada nas áreas de mata dos “faxinais”, com os animais soltos e separados das áreas de lavoura por cercas de varas de bambu. Havia dois sistemas de criação de suínos nos “faxinais”, o primeiro baseava-se nos recursos oferecidos pelo ambiente (gramíneas, frutos silvestres, pinhão de araucária), o segundo, mais comercial, complementava a alimentação com uma ração a base de milho (YU, 1988 apud CUNHA, 2003). Segundo Cunha (2003, p. 44) “O principal custo do sistema era a construção de cercas e a manutenção das mesmas. A madeira

produção agrícola e o extrativismo do mate. Contudo, as experiências de autonomia foram severamente limitadas pelo aspecto funcional da economia dos “faxinais”, na medida em que a mão-de-obra para os ervais produzia seu próprio alimento a partir do tempo ocioso. O “Sistema Faxinal” não representava ameaça à ordem jurídica rural, uma vez que restrito aos espaços marginais (áreas de mata) do latifúndio pecuarista<sup>93</sup>.

Atualmente, o mercado demonstra outra vez sua enorme capacidade de “absorver” todos aqueles elementos sociais e econômicos que se desenvolviam de forma relativamente autônoma em outras condições históricas. Emblemático desta nova fase foi o acordo de 2005 entre o Ministério da Integração Nacional e o governo gaúcho no âmbito do Plano de Ação para a Metade Sul do RS para apoiar projetos entre agricultores familiares assentados, com a liberação de R\$ 3,7 milhões para o desenvolvimento da fruticultura. Esse é o caso ainda das políticas públicas de desenvolvimento rural das regiões campeiras que fomentam alternativas ao monopólio da criação bovina, como as novas linhas de financiamento do BRDE voltadas para projetos de florestamento, ovinocultura, piscicultura e fruticultura, dentre outros.

O consórcio entre políticas públicas e agroindústrias já demonstrou sua virtuosidade no empreendimento de absorver o trabalho das famílias de pequenos produtores rurais através do *“sistema de integração (que) reúne pequenas unidades familiares, produtores de aves e suínos sob um rígido esquema normativo de assistência técnica e provimento de insumos.”* (SANTOS &

---

*necessária vinha das matas locais(...)*”. A agricultura de subsistência empregava adubo orgânico dos suínos, além da técnica rudimentar do pousio.

<sup>93</sup>Para Yu (1988, p. 101 apud CUNHA, 2003, p. 46) *“instalou-se um clima de incerteza quanto à situação dos criadouros”* quando na década de 70 passa a ser aplicada a “Lei Federal dos Quatro Fios” do Código Civil Brasileiro de 1916, permitindo aos proprietários de terras cercadas com ao menos quatro fios de arame apreender quaisquer animais que as invadissem. Ainda segundo Yu, o motivo do cumprimento tardio desta lei seria a exploração da madeira, que acarretou na destruição das fontes de alimentos dos suínos e da madeira empregada na construção das cercas. De fato, como a década de 70 traz o desenvolvimento da agricultura comercial de exportação, reforçando a propriedade privada, o “Sistema Faxinal” passa a representar ameaças.

SILVEIRA, 2001, p.159)<sup>94</sup>. E nem é preciso fugir às regiões campeiras meridionais, como demonstram a atuação de grupos como Sadia e DaGranja nos Campos Gerais, respectivamente nos segmentos de embutidos e da avicultura.

#### 2.4. PROPRIEDADE PRIVADA, RENDA DA TERRA E MISÉRIA SOCIAL

A produção da miséria social acompanhou sempre de perto a produção de riqueza nas regiões campeiras meridionais. Mesmo na época áurea da atividade ervateira nos Campos Gerais paranaenses, a escassez e a desnutrição eram comuns a se julgar pelo *“péssimo costume de comer terra em especialmente quando tirada dos ninhos de cupim (...) outras preferiam pedaços de louça de barro”*. (PAZ, 1987, p.30-31 apud CUNHA, 2003, p.49-50)<sup>95</sup>.

O monopólio da terra para a produção de riqueza traduzia-se na fome e na deficiência de nutrientes entre os trabalhadores rurais. Mas os viajantes naturalistas que cruzaram os Campos Gerais não deixaram de notar que a própria alimentação das elites campeiras deixava a desejar em nome do “deus” lucro:

Mesmo convidados muitas vezes para uma mesa farta, os viajantes não deixaram de registrar outros embaraços. Em primeiro lugar, é curioso observar que numa terra famosa pelos seus rebanhos se consumisse uma manteiga velha e rançosa vinda da Inglaterra; o queijo fosse da Holanda; a carne e o leite, caros; os ovos, raros. As hortas não eram habituais e, em certos lugares, uma refeição podia ser à base de um único alimento, como o arroz. (PAZ, 1987, p. 30 apud CUNHA, 2003, p.49).

Ao longo dos séculos a situação social dos trabalhadores permaneceu praticamente inalterada nas regiões campeiras. A apropriação da riqueza social regional continua a apresentar perfil extremamente elitizado, puxado pela pecuária

<sup>94</sup>As tecnologias desenvolvidas por grandes empresas como Embrapa e Monsanto se traduzem na eliminação do único recurso que os pequenos agricultores podem dispor em abundância no capitalismo: sua própria mão-de-obra. Mas também as tecnologias alternativas desenvolvidas no seio do movimento social como a Cooperativa dos Agricultores Assentados (Cooperal), de Hulha Negra, e o Centro de Tecnologias Alternativas ao Pequeno Produtor (Cetap), no norte gaúcho, se voltam preferencialmente para a viabilização da propriedade privada para o pequeno produtor.

<sup>95</sup>Ver PAZ, F. História e cotidiano: a sociedade paranaense do século XX na perspectiva dos viajantes. In: **História: questões e debates**. Curitiba: UFPR/Depto. História, 8 (14/15): 3-44, jul-dez. 1987.

ou monocultura praticadas em grandes unidades agrárias<sup>96</sup>. De acordo com o Censo Agropecuário de 1995-1996 do IBGE, na Campanha gaúcha a área dos estabelecimentos com 500 e mais hectares perfazia 71,67% da área total da região, um valor bem acima da média estadual de 41,66% (Ver Tabela 4).

TABELA 4 – Grupos de área por município da Campanha gaúcha - 1995

Município	Área total	Área até menos de 100 ha	Área de 100 a menos de 500 ha	Área com 500 e mais ha
Alegrete	730.487	46.443	182.850	501.194 (68,64%)
Bagé	452.694	33.682	87.582	331.430 (73,21%)
Dom Pedrito	462.320	26.250	105.963	330.107 (71,40%)
Itaqui	426.797	8.759	77.439	340.599 (79,80%)
Lavras do Sul	214.296	12.353	39.432	162.511 (75,83%)
Manoel Viana	123.504	8.872	39.647	74.985 (60,71%)
Quaraí	282.831	14.573	43.717	224.541 (79,39%)
Rosário do Sul	402.068	36.037	112.807	253.224 (62,98%)
São Francisco de Assis	203.526	41.237	75.681	86.608 (42,55%)
São Borja	298.528	16.803	79.044	202.681 (67,89%)
São Gabriel	539.158	36.961	133.658	368.539 (68,35%)
Santana do Livramento	645.453	36.457	117.177	491.819 (76,20%)
Uruguaiana	618.042	13.872	101.703	502.467 (81,30%)
Total regional	5.399.704	332.299	1.196.700	3.870.705 (71,67%)
Total RS	21.800.885	7.171.792	5.546.918	9.082.175 (41,66%)

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE.

<sup>96</sup>O Estatuto da Terra, Lei Federal 4.504, de 30.11.1964, implementava o conceito de módulo rural, definido como a área da propriedade familiar que, direta e pessoalmente explorada pelo agricultor e sua família, lhe absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico. A partir deste conceito, o Estatuto da Terra criava quatro categorias de imóvel rural: minifúndio, empresa rural, latifúndio por dimensão (imóvel rural com área superior a 600 módulos) e latifúndio por exploração (imóvel rural com área até 600 módulos que seja inexplorado ou explorado “*com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado*”) (SILVA, 1996, p.179). A letra fria da lei aplicava critérios técnicos para regular a estrutura fundiária mesmo naquelas regiões onde havia grande concentração de trabalhadores rurais sem-terra.

Adalmir A. Marquetti et alii (2005, p.111), analisando as causas das menores taxas de crescimento do pampa gaúcho na década de 1990, apontaram a correlação entre concentração da estrutura fundiária e exclusão social pelo sistema de crédito, pois

Quanto maior for a concentração da propriedade da terra, menor será a possibilidade de acesso a crédito para parcela significativa da população, elemento crucial para financiar investimentos em capital físico e humano e/ou para a própria dinâmica dos mercados<sup>97</sup>.

Nos Campos Gerais paranaenses a distribuição de terras entre os principais grupos de área apresenta menor desequilíbrio em relação à Campanha, com os estabelecimentos de 500 e mais hectares reunindo 35,7% do total de terras, índice apenas pouco superior aos 31,38% verificados no âmbito estadual (Ver Tabela 5). Essa média decorre principalmente dos índices dos municípios que passaram por importante processo de fragmentação do latifúndio por conta de projetos de colonização. Já em Ponta Grossa e na maioria dos municípios vizinhos ao norte e ao sul esse índice ultrapassa os 50% no grupo de área com 500 ou mais hectares, não coincidentemente justapondo-se ao antigo Caminho dos Tropeiros.

---

<sup>97</sup>Gerson Teixeira e Rolf Hackbart (apud CÂNDIDO, 2000), com base em dados do Censo Agropecuário de 1996 do IBGE, apontaram que somente 0,9% dos estabelecimentos rurais brasileiros com menos de 5 hectares tiveram acesso ao crédito, embora representassem 37% das propriedades rurais.

Assim, mesmo que a partir do final da década de 70 os pequenos produtores rurais tenham aumentado a participação no crédito estatal, isto tem significado apenas “*um alargamento do raio de abrangência da sujeição da renda da terra ao capital e não uma suposta democratização do crédito*” (RUCKERT, 2003, p.198).

TABELA 5 – Grupos de área por município dos Campos Gerais paranaenses - 1995

<b>Município</b>	<b>Área total</b>	<b>Área até menos de 100 ha</b>	<b>Área de 100 a menos de 500 ha</b>	<b>Área com 500 e mais ha</b>
Tibagi	270.522	20.583	64.069	185.870 (68,44%)
Piraí do Sul	112.723	21.920	26.663	64.140 (56,90%)
Castro	234.856	56.789	80.576	97.491 (41,51%)
Ivaí	51.391	31.271	12.170	7.950 (15,47%)
Ipiranga	73.625	24.408	26.330	22.887 (31,08%)
Prudentópolis	171.730	132.709	30.752	8.269 (4,81%)
Imbituva	65.986	36.048	19.064	10.874 (16,48%)
Teixeira Soares	94.016	22.020	22.381	49.615 (52,77%)
Ponta Grossa	156.773	23.111	52.286	81.376 (51,91%)
Irati	71.533	51.341	13.048	7.144 (9,99%)
Palmeira	98.997	34.016	27.494	37.487 (37,87%)
Porto Amazonas	13.190	1.295	7.606	4.289 (32,52%)
Rio Azul	38.911	31.390	6.928	593 (1,52%)
Rebouças	31.551	22.784	7.707	1.060 (3,36%)
São João do Triunfo	45.081	20.918	12.377	11.786 (26,14%)
Lapa	128.541	49.481	39.212	39.848 (31%)
Mallet	47.020	34.506	9.078	3.436 (7,31%)
<i>São Mateus do Sul</i>	<i>96.009</i>	<i>44.217</i>	<i>31.996</i>	<i>19.796</i> <i>(20,62%)</i>
<i>Antonio Olinto</i>	<i>30.143</i>	<i>18.488</i>	<i>7.630</i>	<i>4.025</i> <i>(13,35%)</i>
<i>União da Vitória</i>	<i>48.304</i>	<i>16.704</i>	<i>11.324</i>	<i>20.276</i> <i>(41,98%)</i>
<i>Paula Freitas</i>	<i>24.825</i>	<i>12.031</i>	<i>6.463</i>	<i>6.331</i> <i>(25,50%)</i>
<i>Paulo Frontim</i>	<i>25.715</i>	<i>18.040</i>	<i>2.618</i>	<i>5.057</i> <i>(19,66%)</i>
<i>Total regional</i>	<i>1.931.442</i>	<i>724.070</i>	<i>517.772</i>	<i>689.600</i> <i>(35,70%)</i>
Total PR	15.946.633	6.198.026	4.744.420	5.004.187 (31,38%)

Obs.: Não disponíveis os dados dos municípios de Carambeí, Guamiranga e Fernandes Pinheiro.

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE.

A diferenciação dos índices de concentração fundiária indica que a distribuição da riqueza é desigual também no interior das próprias regiões campeiras, e que acaba repercutindo na estrutura de consumo dos principais centros urbanos regionais. Analisando o caso pampeano, mas que pode perfeitamente ser extrapolado para a realidade dos Campos Gerais, o economista Pedro Bandeira conclui que

Ou se é relativamente rico, principalmente nesse momento inicial de industrialização e tem-se capacidade aquisitiva para consumir produtos de qualidade importados, ou se tem muito pouco poder aquisitivo e não se adquire praticamente nenhum produto industrializado. A classe média urbana dessas cidades é pequena e tem renda diretamente ligada a atividades de Estado, estando com padrões de consumo mais próximos daquela classe alta da região. Inclusive se associa muito por meio de casamentos a essa classe latifundiária. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS, 1996, p. 55).

No ano 2000, Ponta Grossa respondia por cerca de 4% do potencial de consumo paranaense para apenas 2,85% da população estadual (Balanço Anual Paraná 2000. *Gazeta Mercantil*). Ao passo que Uruguaiana, na fronteira do pampa gaúcho com a Argentina, reunia 1,3% do potencial de consumo no mesmo ano para 1,27% da população gaúcha (Balanço Anual Rio Grande do Sul 2000. *Gazeta Mercantil*). A estrutura de consumo de perfil elitista é percebida no cotidiano dessas cidades, onde veículos *off road* viraram artigos de consumo comuns entre as famílias de pecuaristas, certamente menos por seu caráter utilitário nas lides campeiras que por seu significado de *status* social, a julgar por seu uso predominantemente urbano.

No outro extremo da estrutura de consumo urbano das regiões campeiras estão os expressivos contingentes de pobres e miseráveis. Dentre os principais centros urbanos gaúchos, as pampeanas Bagé e Uruguaiana apresentavam os maiores percentuais de população abaixo da linha de pobreza no biênio 1996-97, como demonstrado na Tabela 6.

TABELA 6 – Distribuição da população abaixo da linha de pobreza em municípios selecionados com mais de 80 mil pessoas – Rio Grande do Sul - 1996/97

MUNICIPIO	% POP. ABAIXO DA LINHA DE POBREZA
Caxias do Sul	14,1
Porto Alegre	22,1
Passo Fundo	25,1
Pelotas	26,7
Santa Cruz do Sul	23,9
<b>Bagé</b>	<b>49,2</b>
<b>Uruguaiana</b>	<b>44,9</b>
Guaíba	45,4
Gravataí	30,7
Alvorada	35
Sapucaia	34,9
Canoas	31,8
Cachoeirinha	30,7

FONTE: PNAN/IBGE 96/97; IPEA/IETS. *Zero Hora*, 22.08.1999.

A miséria em Bagé e Uruguaiana é proporcionalmente mais expressiva que nas próprias cidades de mesmo porte da periferia de Porto Alegre ou da antiga “zona colonial”<sup>98</sup>. E como no período de 1985 a 2001 as desigualdades intermunicipais de renda no Rio Grande do Sul foram ampliadas: “Isso *significa dizer que, em geral, se alargou a distância entre a renda dos municípios mais ricos e a daqueles considerados mais pobres*”. (ALONSO & AMARAL, 2005, p.180). Assim, se em 1985 cerca de ¼ dos municípios da “metade sul” do estado pertencia ao quartil de menor renda *per capita* do estado, em 2000 esse índice saltava para 42,2% (ALONSO & AMARAL, 2005).

A aviltante concentração de renda no pampa gaúcho impacta diretamente no setor terciário urbano ao elevar os níveis de informalidade e estimular o contrabando de fronteira<sup>99</sup>. E de forma indireta resulta no “inchaço” das

<sup>98</sup>Em 2000, em Santa Cruz do Sul, município que reúne grandes unidades de processamento de fumo apoiadas na estrutura de pequenas propriedades familiares produtoras de fumo, esse índice era de 0,73% do potencial de consumo estadual para 1,08% da população (*Balanço Anual Rio Grande do Sul 2000. Gazeta Mercantil*). Seria de esperarmos então maior miserabilidade social neste município da “zona colonial” gaúcha que em Uruguaiana? O problema é que ocorre exatamente o contrário, com Santa Cruz do Sul reunindo 23,9% da população abaixo da linha de pobreza e Uruguaiana com ainda mais absurdos 44,9% na mesma situação (*Zero Hora*. 22.08.1999).

<sup>99</sup>Milton Santos (1979) na tese dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos destaca que as atividades do “circuito inferior” (que incluiria, dentre outras, a

administrações públicas locais e no impedimento do florescimento de uma rede de pequenas empresas locais em atividades econômicas mais dinâmicas.

Sem dúvida, a simplicidade e “rusticidade” da rede urbana pampeana são as mais claras expressões paisagísticas dessa atrofia do terciário. Ainda assim são expressões da modernidade do mundo que aparece ali tanto no consumo de uma minoria de afortunados quanto na exclusão de uma enorme massa humana de miseráveis.

O particular embrutecimento do homem pampeano é demonstrado também pelo IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), que para os municípios da região estão nos limites entre 0,803 para Santana do Livramento (posição nº 151 no estado) e 0,754 para Manoel Viana (posição nº 365 no estado) (Ver Tabela 7), atestando que além da péssima distribuição de renda, também a saúde e a educação andam mal.

TABELA 7 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) da Campanha gaúcha - 2000

Município	IDH-M	Posição no estado	Posição no país
Santana do Livramento	0,803	151	493
Itaqui	0,801	164	536
São Borja	0,798	181	614
Bagé	0,794	195	700
Alegrete	0,793	201	731
Uruguaiana	0,788	223	848
Dom Pedrito	0,783	251	991
São Gabriel	0,780	265	1.069
Quarai	0,777	278	1.144
São Francisco de Assis	0,774	286	1.211
Lavras do Sul	0,772	292	1.266
Rosário do Sul	0,769	304	1.356
Manoel Viana	0,754	365	1.755

Obs.: Total de 467 municípios no RS.

Fonte: ONU.

informalidade e o contrabando) fazem parte da acumulação do “circuito superior” da economia (as grandes indústrias, o grande comércio). Para o autor, as atividades modernas seriam justamente as criadoras desses desequilíbrios urbanos pela incapacidade de gerarem empregos na proporção necessária, resultando no refúgio dos desempregados no “circuito inferior” da economia.

Ver também, a este respeito: SANTOS, M. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2003.

Entretanto, esses indicadores socioeconômicos parecem não ser suficientes para arrefecer a rudeza dos discursos da classe ruralista pampeana contra os excluídos da terra. O presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Dr. Hugo Giudice Paz, declarava à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (1996, p.117) que *“não se pode culpar o latifúndio pela pobreza da Metade Sul, pois lá não são produzidos os sem terras e a região ainda tem capacidade de abrigar os seus filhos de forma decente”*<sup>100</sup>. Verdadeiro títere na defesa da elite campeira, o Dr. Hugo faz questão de esquecer que a "metade sul" do estado gerou fortes fluxos migratórios e lançou outro tanto de "filhos" em habitações precárias nas periferias das cidades da região ou nas áreas de risco das várzeas de rios.

Paradoxalmente, o esvaziamento demográfico regional se volta contra a própria classe política local. Em depoimento aos parlamentares gaúchos na Comissão Especial para o Desenvolvimento da Metade Sul, em 28.09.95, o então prefeito de Pelotas, Irajá Andara Rodriguez, declarava que dos 55 deputados estaduais apenas 9 eram da "metade sul", e dos 31 deputados federais gaúchos apenas 3 representavam a "metade sul" (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS, 1996). Embora o voto no Brasil não seja distrital, esses dados indicam a atual desvalorização política da região, produto direto do processo contínuo de "esvaziamento demográfico".

A estrutura social e política pampeana historicamente sempre foi extremamente fechada a qualquer idéia de fracionamento do latifúndio, o que ajuda a explicar a própria organização tardia do Movimento dos Sem-Terra (MST) na região.

Exemplos da intolerância da elite latifundiária do pampa freqüentemente ganham destaque nas manchetes da imprensa estadual e nacional. Em 1999, o

---

<sup>100</sup>De forma igualmente maquiavélica, o deputado Fetter Júnior (PPB-RS) declararia à imprensa que *“discorda da tese de que a estrutura fundiária tenha gerado problemas, já que 86% dos proprietários na região tem área inferior a 50 hectares.”* (Folha de S. Paulo. 25.07.1999). Espertamente, mas não inocentemente, o ilustre parlamentar classista levava em conta apenas o contingente de proprietários rurais e desprezava a concentração de terras em cada grupo de área.

então prefeito de Bagé, Carlos Azambuja, dirigiu discurso violento contra os que defendiam propostas de reforma agrária na região: "*No filé mignon do município não entra sem-terra. Ninguém quer ser vizinho de assentado. São uns cachaceiros, mal-intencionados e preguiçosos. Os fazendeiros vão embora, e o município fica sem o ICMS.*" (Folha de S. Paulo. 25.07.1999).

Em março de 2003, líderes ruralistas de Bagé, Dom Pedrito, Rosário do Sul, São Gabriel e Santana do Livramento organizaram caravana motorizada reunindo 500 grandes proprietários rurais para impedir a ocupação de uma fazenda da região pelo MST (Zero Hora. 17.03.2003). Efetivos em peso da Brigada Militar (força policial gaúcha) foram prontamente mobilizados para "evitar conflitos" entre ruralistas e sem-terras, em que pese a Secretaria de Justiça alegar falta de homens para realizar o policiamento preventivo nas violentas áreas periféricas dos grandes centros urbanos gaúchos. Ao mesmo tempo, a Justiça também cumpria seu sagrado papel de defesa da propriedade privada, determinando a reintegração de posse da fazenda ocupada.

Apenas alguns meses depois se arma novo conflito na região quando os ruralistas decidem interceptar a marcha de cerca de 800 sem-terra que se dirigia para São Gabriel. O MST reivindicava apenas a retomada do processo de desapropriação de uma área de 13,2 mil ha para fins de reforma agrária. As tropas de "brigadianos" foram apoiadas por cavalarianos e helicóptero e avião, além da participação de policiais federais (Zero Hora. 21.07.2003). Que admirável zelo da segurança pública pela vida humana (ou seria pela propriedade privada?) A competente e isenta Justiça novamente proferiu sentença urgente desta vez proibindo ruralistas e sem-terras de seguirem para São Gabriel, o que na prática significava atender ao objetivo dos ruralistas.

Mas retornemos ao Dr. Hugo, quando utiliza informações que alegava coletadas de técnicos franceses do centro de agricultura alternativa de Bagé e que destacariam que o custo para assentar uma família de sem-terras para produzir leite na região seria de 60 mil dólares, enquanto que os mesmos recursos canalizados para a eletrificação rural garantiriam um número de empregos notadamente superior na tradicional orizicultura (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO

RS, 1996). As condições objetivas de classe impedem que o Dr. Hugo possa enxergar qualquer atividade econômica para além do caráter privado, mesmo que nas formas consagradas pelo avanço do cooperativismo na própria Região Sul. É justamente a reprodução individual em face das condições sociais da produção e do sistema de crédito público-privado que representa um preço por demasiado elevado para a sociedade (AUED, 1999).

A proposta produtivista do Dr. Hugo, manifestada na defesa da orizicultura tecnicada, já demonstra suas limitações sociais e econômicas na própria região campeira. A expansão agrícola atrelada ao pagamento da renda da terra não logrou reverter o quadro de extrema pobreza rural e urbana, e nem deter o êxodo rural. A contínua elevação da produção e da produtividade derruba os preços do arroz e leva frações sempre maiores de produtores a declararem falência frente ao sistema bancário.

Que o “canto da sereia” do produtivismo agrícola não provoque ilusões, pois visam tão-somente o lucro individual ao invés do interesse geral da sociedade. Outra prova nesse sentido foi dada recentemente com a retomada da exportação de gado em pé para o Oriente Médio, gerando riqueza para os latifundiários da região de Bagé e Pelotas, mesmo que em prejuízo dos trabalhadores industriais e dos frigoríficos locais que através do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no RS (Sicadergs) queixam-se da crescente falta de matéria-prima para abate (*Correio do Povo, 04 de maio de 2005*).

#### **2.4.1. Propriedade industrial, automação e ociosidade dos trabalhadores**

A industrialização não concretizou a esperada ativação da produção e da força de trabalho das regiões campeiras meridionais, nem mesmo onde foi mais intensa, como no caso de Ponta Grossa.

Em termos de campos meridionais, a grande indústria desenvolveu-se pioneiramente e concentrada no eixo Rio Grande - Pelotas<sup>101</sup>, reservando para

---

<sup>101</sup>Rio Grande e Pelotas reuniam cerca de 13% do pessoal ocupado na indústria gaúcha em 1940, valor reduzido a menos de 1% em 2000. No mesmo intervalo, o Corede Sul (unidade de planejamento regional que reúne Fronteira Oeste e Campanha) despencou da segunda para a sexta posição em termos de participação do pessoal ocupado na indústria (LAUTERT, 2005).

uma ou outra cidade da Campanha algum empreendimento frigorífico. Essa particular distribuição geográfica da indústria gera uma espécie de "ilusão paisagística" de que o pampa gaúcho ficou à margem do processo de industrialização.

De fato, Campanha e Fronteira Oeste geraram juntas, no período de 1955 a 2000, fluxo migratório negativo de 16.221 pessoas (JARDIM & BARCELOS, 2005). De acordo com dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego, a variação do emprego formal industrial para o Sudoeste gaúcho (Fronteira Oeste e parte da Campanha) foi de apenas 5,01% de 1996 para 2000 (STULP et alii, 2005), representando insignificantes cerca de 70 novos empregos anuais. Diante desse quadro, os ideólogos do desenvolvimentismo regional querem fazer crer que a atração de indústrias para o coração pampeano poderia ampliar o nível de emprego e estancar o êxodo rural.

Mas não foi isso que ocorreu nos Campos Gerais paranaenses, mesmo com a industrialização acelerada da cidade de Ponta Grossa experimentada a partir da década de 1970. A panacéia da industrialização se desenvolveria por sobre a herança social do latifúndio, cujo maior efeito segundo J. C. Paula (2001, p. 55), era que

(...) o município ficara marcado, desde o nascedouro, por um baixo índice de população rural, quando comparado aos municípios do Norte ou Oeste Paranaense que tiveram na agricultura uma marca fundamental em sua origem. A pecuária, por sinal, irá requerer sempre um número reduzido de escravos, e Ponta Grossa não será exceção a esta tendência. Essa é uma questão que se revela importante ao estudo da evolução do espaço urbano ponta-grossense. Um espaço que passa por pouquíssimos saltos em sua evolução demográfica, tendo em vista o baixo quociente de população rural, além do fato de o município atrair majoritariamente uma população oriunda do próprio estado do Paraná.

Ainda segundo o autor, em 1970 "*dentre os cinco municípios mais populosos do Paraná (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Umuarama), Ponta Grossa era aquele que possuía o menor contingente de população rural, com apenas 11% do total.*" (PAULA, 2001, p. 62).

A partir desse momento, a expansão do sistema de crédito bancário e a presença de capitais agroindustriais permitiram um rápido crescimento da

produção agrícola de exportação da Região Sul; sendo que o *boom* agrícola foi mais diversificado e intenso nos Campos Gerais que nas demais regiões campeiras meridionais. Em 1999, três dos cinco maiores Valores Adicionados do setor primário paranaense - Castro, Ponta Grossa e Carambeí - estavam nos Campos Gerais<sup>102</sup>.

Mas a expansão da produção de grãos nos Campos Gerais articulada a grandes unidades agroindustriais<sup>103</sup> não foi capaz de gerar a anunciada contrapartida da criação de postos de trabalho necessária para acabar com a exclusão social região. Segundo Larocca Junior (2002, p. 95):

(...) as regiões de campo foram agricultadas sob a forma de "industrialização" do setor primário, ou sob a forma de extensas lavouras vitaminadas a insumos químicos, ou ainda como imensos reflorestamentos, e onde a indústria se resume ao processamento massivo dos produtos dessa "secundarização" do primário, com a composição técnica do capital pendendo fortemente para o constante.

O elevado conteúdo tecnológico também estaria fortemente presente nas novas indústrias de bens de consumo que buscaram Ponta Grossa para reduzir custos de produção. Sobre a indústria de bebidas Kaiser, Larocca Junior (2002, p. 81) destaca que

A empresa de bebidas, que alguém descreveu como "grande nave espacial do século XXI (quase) inteiramente automatizada", foi atraída ao Paraná em meio a uma guerra fiscal com Santa Catarina; esse exemplo paradigmático de "enclave" trabalha com malte importado da República Tcheca, França e Inglaterra, embora os campos paranaenses sejam grandes produtores de cevada e haja maltarias de porte em Guarapuava e na Lapa; o lúpulo é importado, o agente de fermentação, as embalagens de vidro e de alumínio, os rótulos, etc., provem todos da

<sup>102</sup>No mesmo ano, o Valor Adicionado do setor primário de R\$ 740 milhões para Ponta Grossa foi em muito superior aos R\$ 506 milhões gerados por Londrina, aos R\$ 357 milhões de Maringá, e aos 160 milhões de Cascavel (LAROCCA JUNIOR, 2002).

<sup>103</sup>A região polarizada por Ponta Grossa "*concentra a maior capacidade de esmagamento de soja e moagem de trigo*" (LOURENÇO & LEÃO, 1995, p. 119), para apenas 18% da área colhida de soja e pouco mais de 10% da área colhida de trigo na média estadual do triênio 1986-87-88. O agrupamento dos dados para área correspondente aos limites do Paraná Tradicional apontou a realização de apenas 8% do Valor da Produção Agrícola estadual em 1985, com valores de produção por hectare equivalentes a menos de metade da média estadual (ROLIM, 1995).

indústria paulista. Ao que consta, a água parece ser ainda de origem local. A instalação da Kaiser em Ponta Grossa coincide temporalmente com o fechamento da tradicional cervejaria Adriatica, fundada em 1919 por Henrique Thielen e adquirida, na década de 50, pela Antártica. Além da perda de mais de 300 empregos, o fechamento da velha empresa e a posterior mutilação de suas instalações, em plena zona central, causou profundo impacto na população.

O novo surto industrializante acolhido por Ponta Grossa a partir da década de 1990 é ainda mais poupador de mão-de-obra quando comparado com as indústrias das outras regiões do estado. A comprovação ainda que de forma indireta ocorre através da variável Valor Adicional Industrial por operário, apresentada na Tabela 8.

TABELA 8 – Valor adicional industrial por operário para os principais municípios do interior do Paraná - 1998/99

<b>Municípios</b>	<b>VA industrial (milhões de reais)</b>	<b>Nº de operários (mil)</b>	<b>VA por operário (mil R\$)</b>
<b>Ponta Grossa</b>	<b>740,7</b>	<b>13,6</b>	<b>54,4</b>
Londrina	506,4	21,9	23,1
Maringá	357,3	20,9	17,1
Cascavel	159,9	10,1	15,8

Org. LAROCCA JUNIOR, 2002.

FONTE: IPARDES, 2000.

Evidente que a tônica do atual processo industrial reside na ampliação intensiva do sobretrabalho e não na ampliação quantitativa de postos de trabalho, e que parece ser implementada com grande eficiência pelas novas indústrias atraídas pelo poder estadual e municipal para Ponta Grossa. Na área polarizada por Ponta Grossa, a variação de pessoal ocupado na indústria entre 1970 e 1991 apresentou média anual de 3,1%, inferior aos 3,5% da média brasileira no período e bastante inferior às médias dos principais centros urbanos estaduais: Curitiba (6%), Londrina (6%) e Maringá (6,1%) (LOURENÇO, 1996).

Assim, a indústria de pneus alemã Continental investiu R\$ 80 milhões em Ponta Grossa para gerar apenas 100 empregos diretos e indiretos. A canadense Casa Blanca Forrest investe R\$ 250 milhões em Lapa para gerar 1.500 empregos diretos e principalmente indiretos (incluindo a enorme área a ser florestada).

Algumas indústrias prometeram gerar um número de empregos extraordinariamente elevado, como a DaGranja que com investimentos de R\$ 106 milhões anuncia 9 mil novos empregos. O jornal *Paraná e Cia*, edição de 10.11.1997, faceiramente alardeou a manchete “A DaGranja vai acabar com o desemprego em União da Vitória”. Empresa e imprensa ocultaram que a maior parte desses projetados empregos em realidade contabiliza a mão-de-obra familiar já ocupada nas pequenas propriedades rurais.

Verdadeiros enclaves industriais, que além de gerarem pouco emprego, são incapazes de tecer solidariedades produtivas regionais substanciais. A análise da Tabela 9 destaca a evolução da concentração industrial paranaense na Região Metropolitana de Curitiba, que salta de 32% em 1975 para quase 60% em 1995. Já a análise da Tabela 10 indica que os Campos Gerais continuam atraindo fundamentalmente unidades industriais ligadas a agricultura e ao florestamento, enquanto que a Região Metropolitana de Curitiba recebe a esmagadora maior parte dos investimentos da indústria de transformação (num sonoro desprezo pela dita “vocação metal-mecânica” de Ponta Grossa)<sup>104</sup>.

TABELA 9 – Distribuição do valor adicional pela indústria de transformação nas principais Microrregiões Homogêneas do Paraná – 1975/1995

Microrregião	1975	1980	1985	1990	1995
Curitiba	32,0%	56,4%	48,5%	55,6%	59,8%
Campo de Lapa	1,5%	0,8%	1,2%	1,6%	1,4%
<b>Campos de Ponta Grossa</b>	<b>14,4%</b>	<b>8,5%</b>	<b>9,0%</b>	<b>7,5%</b>	<b>7,4%</b>
Norte Novo de Londrina	14,5%	9,1%	11,6%	9,1%	8,2%
Norte Novo de Maringá	5,3%	3,2%	4,6%	5,0%	3,0%
Extremo-Oeste Paranaense	5,2%	2,9%	4,3%	4,0%	4,2%

Fonte: TREMEA, N. J. C. Ponta Grossa no contexto econômico do Brasil e do Paraná no final do século XX. Ponta Grossa. Relatório de Pesquisa. UEPG/Dep. de Economia, 2000 apud LAROCCA JUNIOR, 2002.

<sup>104</sup>As indústrias de carpetes Beaulieu e de correias e pneumáticos Continental, instaladas recentemente em Ponta Grossa, contrariam essa da regra geral, mas representam uma pequena fração dos novos investimentos do setor automotivo no Paraná.

TABELA 10 – Investimentos programados nos complexos industriais do Paraná - 1995/1997

Complexo	Valores		Distr. Regional	
	US\$ milhões	%	RMC (%)	INTERIOR (%)
Agroindústria	987,3	22	20	80
Metal-mecânico	2.649,7	55	99	1
Madeira	394,5	8	7	93
Outros	721,9	15	-	-

FONTE: TREMEA, Op. cit. apud LAROCCA JUNIOR, 2002.

Também Larocca Junior (2002, p.94) faz perceber que no “polígono das aglomerações industriais dinâmicas do Brasil”, conforme denominação de Diniz e Crocca (1995), as cidades de Lages, União da Vitória, Guarapuava e Ponta Grossa - "*estranhamente uma quase-criação do Caminho das Tropas dos séculos XVIII e XIX*" -, aparecem como estagnadas na taxa de geração de empregos industriais.

Em suma, a industrialização dos Campos Gerais não logrou deter o fenômeno do êxodo rural e nem mesmo ampliar significativamente a oferta de empregos urbanos na região. A precoce urbanização de Ponta Grossa<sup>105</sup> foi acompanhada desde cedo de índices de favelização incomuns para cidades sulistas de porte médio. Segundo C. Löwen (1988, p. 199 apud LÖWEN, 2001, p. 32):

(...) as favelas não são um fenômeno recente, pois as primeiras surgiram em Ponta Grossa na década de cinquenta. Nas décadas seguintes o crescimento intensificou-se passando a população favelada de 0,8% da população urbana em 1960 para 1,9% em 1970, 6,3% em 1980 e 14% em 1991.

<sup>105</sup>Sobre a precoce urbanização da cidade:

"Na década de 1920, o sonho do progresso estava se realizando. Ponta Grossa já era a mais "próspera" cidade do interior do estado, pois contava com equipamentos incomuns para a época: calçamento, telefone, água encanada, rede de esgoto, hospital e possuía uma vida cultural intensa. O processo de urbanização de Ponta Grossa, nesse período, foi acelerado, em comparação aos demais municípios do Paraná. Segundo IBGE e IPARDES (1993), no ano de 1930, apenas três municípios apresentavam taxas de urbanização superiores a 30%: Paranaguá com taxa superior aos 30%, Curitiba acima dos 50%, e o município de Ponta Grossa com taxa de urbanização que ultrapassava os 75%". (MONASTIRSKY, 2001, p. 44-45).

Por décadas essa prematura favelização representou tão-somente uma transferência geográfica da miséria social que anteriormente reinava dispersa no interior dos latifúndios campeiros. A paisagem urbana proporcionava então maior visibilidade ao fenômeno ao concentrar a miséria, mas não a gerava diretamente. Com a industrialização, a sucessão de crises econômicas e o desemprego industrial fizeram com que a miséria e a favelização nos Campos Gerais se tornassem também fenômenos gerados no meio urbano.

De acordo com os dados da Tabela 11, Ponta Grossa é dentre as cidades médias do estado a que apresenta o maior percentual de população vivendo com renda inferior a meio salário mínimo, e que houve mesmo um crescimento substancial desse estrato entre as décadas de 1980 e 90.

TABELA 11 – Distribuição da população com renda insuficiente nos maiores municípios do interior do Paraná – 1970/1991

Municípios	Percentual da população (%)		
	1970	1980	1991
Maringá	53	17	16
Londrina	54	22	23
Cascavel	71	31	31
<b>Ponta Grossa</b>	<b>52</b>	<b>23</b>	<b>35</b>
Estado do Paraná	75	39	41

FONTE: IBGE, Censos de 1970, 1980 e 1991.  
Org. LAROCCA JUNIOR, 2002.

Os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) na região dos Campos Gerais compreendem, para o ano 2000, os limites entre 0,679 para São João do Triunfo e 0,803 para Ponta Grossa. Sendo que dos 25 municípios da região, 24 deles apresentam médio desenvolvimento humano (Ver Tabela 12). Contudo, a comparação entre as Tabelas 7 e 12, destaca que mesmo para a industrializada Ponta Grossa (posição nº 19 no estado) o IDH-M apurado foi exatamente o mesmo da “desindustrializada” Santana do Livramento localizada no coração do pampa gaúcho.

Observada a média paranaense de 10,83% da população vivendo abaixo da linha de pobreza (até 0,25 Salário-Mínimo por membro da família)<sup>106</sup>, apenas 4 municípios dos Campos Gerais estariam em melhores condições: Porto Amazonas (9,15%), Ponta Grossa (8,62%), Carambeí (7,58%) e União da Vitória (7,94%) (IAPAR, 2003).

TABELA 12 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos Campos Gerais paranaenses - 2000

Município	IDH-M	Posição no estado	Posição no país
Ponta Grossa	0,803	19	494
União da Vitória	0,793	33	726
Carambeí	0,785	50	931
Porto Amazonas	0,774	77	1.209
São Mateus do Sul	0,766	103	1.436
Palmeira	0,763	114	1.515
Mallet	0,761	125	1.561
Lapa	0,754	144	1.757
Irati	0,743	188	2.082
Rio Azul	0,738	205	2.201
Teixeira Soares	0,738	210	2.224
Castro	0,736	218	2.259
Paula Freitas	0,736	222	2.288
Paulo Frontim	0,735	224	2.296
Prudentópolis	0,733	232	2.365
Piraí do Sul	0,730	240	2.424
Ipiranga	0,728	246	2.474
Imbituva	0,727	250	2.493
Rebouças	0,711	296	2.793
Antônio Olinto	0,711	298	2.796
Fernandes Pinheiro	0,711	302	2.807
Guamiranga	0,702	331	2.962
Ivaí	0,701	334	2.968
Tibagi	0,685	371	3.224
São João do Triunfo	0,679	376	3.322

Obs.: Total de 399 municípios no PR.

Fonte: ONU.

<sup>106</sup>O conceito de pobreza na filosofia marxista não guarda relação com as definições sociológicas utilizadas nos estudos técnicos governamentais. Para o marxista húngaro István Mészáros (2003), a sociedade capitalista produz abundância e escassez exatamente por gerar com constância novas necessidades artificiais. Também para o marxista iugoslavo Rudi Supek (1980, p. 31): “O empobrecimento da classe operária é uma noção que requer uma interpretação mais geral, no sentido do empobrecimento real do homem na sua totalidade, isto é, justamente enquanto homem que tem necessidades e capacidades.”

Em 1999, a renda familiar média mensal por domicílio da microrregião de Ponta Grossa de R\$ 771,81, embora próxima da média estadual, era ainda bastante inferior a de Londrina e Maringá, e ainda mais distante da média da Região Metropolitana de Curitiba. Esse fato chama ainda mais a atenção na medida que Ponta Grossa já representava uma exceção diante das outras microrregiões dos Campos Gerais, como Prudentópolis (R\$ 416,24); Irati (R\$ 459,17); São Mateus do Sul (R\$ 494,36); União da Vitória (R\$ 504,13) e Lapa (R\$ 519,23)<sup>107</sup> (IBGE, 2000).

Os indicadores de pobreza dos Campos Gerais somente são superados por municípios dos Campos de Guarapuava e de uma estreita faixa de campos que se estende para o nordeste do estado, justamente regiões que também foram ocupadas por grandes propriedades pecuaristas. Essa espécie de trágica recriação social do Caminho dos Tropeiros tem escapado aos estudos técnicos encomendados pelo Governo do Estado, provavelmente em razão da adoção de recortes regionais com funções estritamente políticas (como por Associações de Municípios).

---

<sup>107</sup>Dados empíricos que apontam para a necessidade de diferenciação conceitual entre lugar e região:

*“Tal distribuição da totalidade de recursos, resulta da divisão do trabalho(...). Este é o vetor que permite à totalidade dos recursos refuncionalizar-se e objetivar-se. Isso se dá em lugares(...). A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros.”* (SANTOS, 1996, p.107).

É também significativo que D. S. Bassan (2000, p. 52), ao estudar a região fumicultora gaúcha de Santa Cruz do Sul, tenha concluído que:

*“(...) a industrialização é responsável pelo crescimento da renda per capita de alguns municípios, mas não é a responsável pelo desenvolvimento da região. Isto porque, grande parte da renda gerada não permanece na região para que se possa fazer investimentos em áreas básicas. Além disso, o alto nível de renda nem sempre significa melhores índices de desenvolvimento, isto porque a renda nem sempre está bem distribuída e aplicada em áreas como educação, saúde e moradia.”*

### 3. A HISTÓRIA DO USO DO PODER PÚBLICO PELA ELITE CAMPEIRA SULISTA

As pesquisas historiográficas destacaram que a extração da renda da terra pelo fracionamento do latifúndio, ocorrida em áreas do planalto médio gaúcho e dos Campos Gerais paranaenses, foi viabilizada por fatores de ordem geopolítica (elevação da densidade populacional), de segurança alimentar (abastecimento público) e até de propaganda (atração de imigrantes para as fazendas cafeicultoras paulistas). Mas por que o fracionamento do latifúndio não vingou no pampa gaúcho se também estavam presentes esses mesmos fatores?

Talvez a ampliação da riqueza da elite pampeana através da produção pecuarista e da extração da renda da terra pelo arrendamento tenha desestimulado a alternativa de fracionamento do latifúndio. A continuidade das condições rentáveis da atividade pecuarista recorrentemente era obtida por meio de "políticas de barganha" pelo acesso privilegiado aos fundos públicos, pelo desenvolvimento de obras públicas de infra-estrutura, e pelo apoio do Estado na atração de capitais estrangeiros.

Essa pressão política das elites campeiras atingiu níveis particularmente perigosos nos momentos mais agudos das "crises da pecuária" (quando a acumulação de capital na atividade pecuarista regional recuava de seu patamar histórico). O estopim das revoltas políticas ocorridas no Rio Grande do Sul e com reflexos além dos limites estaduais era aceso quando da queda das taxas de lucro do setor pecuarista, por colocar em xeque a reprodução daquele segmento politicamente mais mobilizado da sociedade regional: os latifundiários pampeanos. Nesse período, entraram para a história os eventos da Revolução Farroupilha (1835)<sup>108</sup>, da Revolução Federalista (1893)<sup>109</sup> e da Revolução Liberal (1923)<sup>110</sup>,

---

<sup>108</sup>Até hoje os especialistas na temática farroupilha debatem sobre os fins políticos (separatista ou federalista) e sociais (o cumprimento da promessa de libertar os escravos) do movimento, mas há consenso quanto aos fins econômicos de promover a valorização do charque do pampa.

<sup>109</sup>A "Revolução Federalista" (1893-95) deixara um saldo de dez a doze mil mortos ou o equivalente a 1,2% da população gaúcha à época. Para efeitos de comparação, a temível

que de revolucionárias tiveram apenas o nome, mas quando se matava gente quase como o gado<sup>111</sup>. Com a Farroupilha, por exemplo, as charqueadas sul-riograndenses obtiveram do poder central imperial a desejada proteção tarifária contra a produção platina, e com a Federalista estas taxas de importação foram outra vez ampliadas (MONASTÉRIO, 2002).

O aperfeiçoamento do regime republicano, seguramente menos no sentido de maturação de suas instituições democráticas que pela centralização do poder político, as elites campeiras foram obrigadas a reformular suas estratégias de barganha política e apresentar novas roupagens para seus velhos regionalismos. Essa reformatação das estratégias políticas das elites campeiras somente foi possível a partir da manutenção do poder político local notadamente no pampa gaúcho e nos Campos Gerais paranaenses (CHAMMA, 1988; BENEVIDES, 1991). Ao longo do século XX as elites campeiras meridionais demonstraram senso de oportunismo e competência no desenvolvimento de alianças estratégicas com outros grupos políticos e econômicos de forma a continuar influenciando as políticas públicas de âmbito estadual e federal (OLIVEN, 1988; PAULA, 2001).

---

Revolução Francesa com seus dezessete mil mortos representou “apenas” 0,6% do total da população francesa (TARGA, 1996).

<sup>110</sup> Assis Brasil, o líder dos liberais gaúchos e dos estancieiros durante a República Velha, comandou partido político e movimento armando (1923) exigindo eleições para o Governo do Estado e a emissão de papel-moeda para o financiamento da pecuária em crise, além da “*redução das tarifas ferroviárias para enfrentar a concorrência do mercado interno; elevação das taxa de importação para proteger-se da concorrência platina; diminuição dos impostos e criação de um Banco Hipotecário ou de Carteira de Crédito Agrícola.*” (TRINDADE, 1979, p. 156). O liberalismo da elite latifundiária pampeana não se envergonhava em defender a tutela governamental para a pecuária.

O governo estadual em que pese sua orientação positivista (e, portanto, favorável à intervenção do Estado na economia) não apenas deixou de atender as reivindicações dos revoltosos como retirou os saldos do Tesouro estadual inclusive os mantidos no Banco Pelotense (PESAVENTO, 1979). O Banco Pelotense, originado no pampa, era a principal instituição financeira gaúcha, e essa medida do governo contribuiu diretamente para sua falência ao iniciar a década de 1930. Apenas quando Getúlio Vargas assumiu o governo estadual e criou o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, foi disponibilizada linha de crédito agropecuário a juros baixos. Portanto, pode-se dizer que a primeira reengenharia bancária gaúcha representou o desfecho final da Revolução Liberal.

<sup>111</sup> A prática da “degola” entre facções políticas rivais foi reeditada nas guerras civis que voltaram a abalar o estado no início do século XX. Os otimistas podem dizer que ao menos não era utilizado o garrote, instrumento laminar destinado a amputar o animal de um só golpe para imobilizá-lo e, ainda vivo, iniciar o processo de extração de seu couro.

### 3.1. A GEOHISTÓRIA DOS CAMPOS SULISTAS: DA PECUÁRIA AOS PROJETOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO

A reconstituição histórica do movimento do capital nas áreas de campo sulistas permite destacar a modernidade presente desde as origens da ocupação econômica da região. Desta forma, o materialismo histórico representa a oportunidade de instauração de um diálogo fecundo entre disciplinas complementares como história regional, geografia regional e economia comparada para a compreensão da evolução do consórcio entre poder público e elites campeiras ao longo do processo histórico.

#### 3.1.1. A apropriação privada dos campos sulistas

Entre os séculos XVII e XVIII, graças à Colônia de Sacramento (no atual Uruguai), a atividade de caça ao gado selvagem nos campos pampeanos para a extração do couro fazia a fortuna de comerciantes ingleses e franceses sediados no estuário do Prata, após destino aos mercados europeus (BRUM, 1988). Mas a ocupação mais efetiva do pampa gaúcho ocorre em meados do século XVIII, a partir da multiplicação das fazendas ou estâncias de criar gado, primeiro voltadas somente para o couro<sup>112</sup>, e depois também para a criação de animais de transporte para atender a demanda das zonas de mineração brasileiras. A disseminação das fazendas pecuaristas pelos Campos Gerais apresentaria maior morosidade em razão da legislação de exclusividade comercial para a criação de mulas na província do Rio Grande do Sul, pois naquele momento “*A criação legal fora confinada às regiões ao sul do rio Iguaçu pelo governo do Morgado de Mateus (1765-1775), vigorando a medida até a primeira década do século XIX*”<sup>113</sup>.

---

<sup>112</sup>Estima-se que o couro perfazia cerca de 9,8% das exportações coloniais entre 1796 e 1811, perdendo apenas para o açúcar e o algodão (GOULART, 1966).

<sup>113</sup>O Rio Iguaçu estabelece o atual limite entre Paraná e Santa Catarina, mas na época representava a exclusão das elites campeiras dos Campos Gerais paranaenses da atividade criatória de gado muar. Ver, a este respeito: GUTIERREZ, H. **Terras e gado no Paraná tradicional**. São Paulo, Tese (Doutorado em História), FFLCH/USP, 1996, p. 91.

A consolidação da fase de apropriação privada das áreas de campo meridionais brasileiras estimula o tráfico escravo e desencadeia o processo de expropriação territorial que culmina no aprisionamento ou extermínio físico dos povos indígenas (GUTIERREZ, 1996). As freqüentes expedições bandeirantes de captura aos indígenas pampeanos para a escravização na zona açucareira nordestina<sup>114</sup> representaram definitivamente a “*repulsão de um possível povoamento permanente de origem hispânico-jesuítica no sul do país*” (LANDO & BARROS, 1992, p. 34). Já no século XVIII eram registrados nos Campos Gerais paranaenses contatos das missões jesuíticas e de bandeiras paulistas com os Kaingang e Guaranis; enquanto que no pampa gaúcho os vitimados foram os *Charruas*.

Mais tarde, também os camponeses caboclos ocupados na coleta de ervamate e na produção de subsistência seriam expulsos das terras ou transformados em *agregados*. Indígenas remanescentes, caboclos e negros cativos formavam a mão-de-obra da fazenda sulista de criar gado, pois “*A centralização da propriedade fundiária, a sesmaria, agiu como barreira intransponível para o produtor independente que quisesse estabelecer-se no Brasil (...)*” (FIGUEIRA & MENDES, 1977, p.17). Efetivamente, o regime de sesmarias representou desde cedo a presença do Estado colonial na organização da ocupação do território através do desenvolvimento da propriedade privada articulado às necessidades do mercantilismo europeu<sup>115</sup>.

---

<sup>114</sup>A implantação dos engenhos de açúcar era uma empresa financiada fundamentalmente pelo comércio (tráfico de escravos, fornecimento de maquinários para os engenhos, transporte e distribuição da produção até a Europa) e, de forma crescente, por banqueiros (primeiramente de Portugal e Holanda, e depois da Inglaterra). Ver, p. ex.: PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981. Ver também: FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1963.

<sup>115</sup>As sesmarias representaram a estréia efetiva da grande propriedade em terras brasileiras ao assegurar a posse do território e desenvolver a propriedade privada em moldes mercantis. Uma sesmaria tinha 13.068 ha, mas podia alcançar limites até 20 vezes maiores quando do artifício da concessão de títulos de propriedade a membros de uma mesma família. Havia também as datas (272 ha), distribuídas num primeiro momento no litoral gaúcho (próximo da cidade de Rio Grande e no sítio que viria a ser Porto Alegre), e voltadas para a pequena produção de alimentos e para fixar população que eventualmente poderia constituir efetivo para campanhas militares emergenciais na região.

A propriedade privada em bases latifundiárias daria origem e determinaria a evolução inicial de diversos núcleos urbanos nos campos meridionais a partir do desmembramento de áreas antes voltadas para a criação de gado (LAYTANO, 1983)<sup>116</sup>. Mas também daria origem ao fenômeno da fome principalmente assim que concluído o processo de monopolização da terra, que “fechou” em definitivo os espaços marginais de refúgio. Quem desejasse produzir sem ser proprietário de terras deveria agora se sujeitar ao pagamento da renda da terra ou depender do “favor” do senhor de terras. Significativo que em 1848, o então Presidente da Província de São Pedro, General Soares Andréia, declarava na Assembléia Legislativa que

Uns poucos fazendeiros sucessivos fazem deserta uma porção de terreno maior do que a ocupada por alguns dos pequenos Estados da Alemanha (...) [e] as famílias pobres, errantes, a pedir abrigo a um e a outro sem que alguém lhes valha. Deste modo, nunca se desenvolverá a população da Província. (FRANCO, 1959 apud LANDO & BARROS, 1992, p. 37)<sup>117</sup>.

Os latifúndios sulistas eram empreendimentos capitalistas em moldes mercantis cujo fim primeiro e último era gerar lucro ao senhor de terras e escravos. No final das contas, o desenvolvimento do “complexo pecuarista” representava tão-somente a oportunidade de reaver de modo ampliado os investimentos realizados por financistas (banqueiros), grandes comerciantes e proprietários de terras e escravos.

O tráfico de escravos, a exportação de couro e a criação pecuarista eram por certo atividades as atividades mais lucrativas do “complexo pecuarista”, mas também entre os tropeiros – designação dos que transportavam gado bovino e

---

<sup>116</sup>Muitas cidades do pampa gaúcho tiveram origem através de acampamentos militares (daí Campanha), e cujos oficiais eram premiados com sesmarias. Assim, a Coroa brasileira e depois o Império garantiram a posse das terras e do gado selvagem em detrimento dos espanhóis. Vale lembrar que foram os jesuítas que, com a permissão da Coroa espanhola, trouxeram o gado para os aldeamentos indígenas na região, e que se disseminariam a revelia pelos campos naturais da região a partir das Missões.

<sup>117</sup>FRANCO, S. da C. A política de colonização no Rio Grande do Sul. In: **Revista Brasiliense**, São Paulo, n. 25, pp. 76-77, 1959.

mulas das regiões produtoras gaúchas até as zonas de mineração – havia aqueles que se tornaram “banqueiros” ou capitalistas usurários (CALDEIRA, 1997)<sup>118</sup>.

Com o florescimento da economia cafeeira fluminense, rapidamente as áreas de campo sulistas se transformam nas áreas mais dinâmicas de seus respectivos estados. Nesse momento, em razão da expansão do mercado de consumo representado pelos trabalhadores cativos dos cafezais a atividade charqueadora desenvolve-se particularmente na região de Pelotas:

Em 1835 funcionavam trinta e cinco charqueadas de porte, com abate de cerca de 600.000 cabeças que anualmente eram negociadas na tablada, a grande feira de gado que se realizava de 15 de dezembro a 15 de julho. Diariamente, no período, os charqueadores compravam o gado a ser abatido e transformado em charque. No intervalo de 1874-1903 foram sacrificados mais de nove milhões de cabeças nos estabelecimentos charqueadores. Em 1900 a matança na charqueada pelotense alcançou quase 300.000 cabeças, num ritmo que seguiu até alcançar o pico em 1912 com o abate de 804.264 reses. (VIEIRA & RANGEL, 1993, p. 29).

A cidade de Pelotas torna-se grande centro de negócios imobiliários e de consumo de artes, atraindo inclusive companhias teatrais procedentes diretamente da Europa e sem escalas no eixo Rio de Janeiro - São Paulo ou em Porto Alegre. Comparativamente, nos Campos Gerais essa primazia urbana inicialmente foi compartilhada pelas cidades de Lapa (que ainda preserva teatro inaugurado pelo imperador) e Castro, e apenas posteriormente desloca-se para Ponta Grossa quando graças aos serviços da ferrovia a população da região converge para a cidade em busca de comércio e lazer.

A divisão do lucro mercantil correspondia a uma pirâmide social com estratos nitidamente definidos, cujo vértice era ocupado pelos comerciantes e banqueiros europeus, seguido dos "barões do café" fluminenses e, mais distante,

---

<sup>118</sup>A instituição do crédito é indissociável das atividades tropeiras nos Campos Gerais:

*“O tropeirismo, como um comércio de animais entre regiões distantes mais de mil quilômetros entre si, constituiu todo um conjunto de relações creditícias e financeiras entre os agentes das diversas regiões vinculadas nos negócios (...)o longo tempo de maturação dos capitais investidos acarretou a formação de uma rede de empréstimos e de sociedades entre os tropeiros com vistas a compensar as longas ausências”.* (OLIVEIRA, 2000, p. 23 apud CUNHA, 2003, p. 78).

dos fazendeiros pecuaristas sulistas. O reflexo territorial mais evidente foi na produção de dinâmicas urbanas diferenciadas quando comparadas cidades pampeanas e fluminenses no período, especialmente Pelotas e Rio de Janeiro. E o reflexo político e social mais visível no crescimento entre os fazendeiros sulistas da crítica ao governo imperial pelo farto crédito distribuído aos cafeicultores (financiamento da produção e do transporte de mão-de-obra livre imigrada) e pela garantia de remuneração aos capitais estrangeiros investidos nas ferrovias da zona cafeeira (numa notável semelhança com a estrutura jurídica das anunciadas Parcerias Público-Privadas na atualidade), sempre com o aval de capitais ingleses<sup>119</sup>.

A divisão do lucro mercantil era também desigual internamente às regiões campeiras meridionais, especialmente entre fazendeiros de gado e charqueadores quando essas figuras não se fundiam<sup>120</sup>. Mas havia também uma desigual divisão do lucro mercantil entre os próprios fazendeiros sulistas na medida em que por praticamente todo o período colonial vigorou o monopólio da criação de mulas para o Rio Grande do Sul, reservando aos fazendeiros dos Campos Gerais as atividades de invernagem do gado e de financiamento ao tropeirismo (PINTO & GONÇALVES, 1983)<sup>121</sup>.

---

<sup>119</sup>Os capitais ingleses financiaram diretamente a construção das ferrovias na região cafeeira e, indiretamente, financiavam a política de imigração voltada ao fornecimento de mão-de-obra para os cafezais na medida em que cobriam os crescentes déficits governamentais brasileiros.

<sup>120</sup>Por exemplo, em 1851 o governo imperial adotou tarifa de 25% sobre o charque uruguaio ao mesmo tempo em que isentava o gado importado pelas charqueadas gaúchas; medidas claramente destinadas a atender aos interesses dos charqueadores gaúchos em detrimento dos pecuaristas sulistas.

<sup>121</sup>Para a historiadora Aida Mansani LAVALE, em artigo publicado no jornal *Diário dos Campos*, edição de 21.09.1999:

*“Nos livros do Registro do Rio Negro, ficaram gravados os nomes dos tropeiros que ali passaram, entre 1830 a 1853, a quantidade de animais que transportavam, o local onde residiam, sua assinatura. Além disso tinham que apresentar um fiador para o imposto; geralmente isso era feito através de cartas, levadas pelos tropeiros. Os fiadores deviam ser pessoas abastadas e de bom crédito.*

*Os grandes tropeiros e comerciantes de gado eram os que mais se prestavam a servir de fiadores no Registro do Rio Negro. Muitos desses tropeiros e fiadores eram fazendeiros ou moradores dos Campos Gerais, 60% dos que passaram no Registro até 1853, e desses, 10% eram ponta-grossenses.”*

Estranhamente, essa diferenciação regional é explicada por diversos autores por meio de uma suposta “menor competitividade histórica” da pecuária dos Campos Gerais paranaenses em relação ao pampa gaúcho, com argumento na superexploração dos pastos pelo enorme fluxo de animais vindos dos campos gaúchos (OLIVEIRA, 2002 apud CUNHA, 2003)<sup>122</sup> ou na pobreza dos solos da região (WAIBEL, 1979)<sup>123</sup>.

Ora, as explicações das crises históricas da pecuária dos Campos Gerais não residem em singularidades locais, mas decorrem do rebatimento das crises do “complexo pecuarista” pampeano. Conforme Balhana et al (1969, apud CUNHA, 2003)<sup>124</sup>, a expansão das ferrovias na nova zona cafeeira paulista por capitais ingleses a partir da década de 1870 marca o início da desvalorização do muar como meio de transporte. Nesse momento, para Machado (1963, p. 9 apud PINTO & GONÇALVES, 1983, p. 51)<sup>125</sup> o rebatimento na economia da região tornou-se evidente:

A fazenda de criar que nos Campos de Curitiba e nos Campos Gerais se tornou empresa fundamental da economia da comunidade paranaense, distorce a sua finalidade, pois, mesmo crescendo em número de propriedades, de 13 em 1859, sobe para 21 em 1866, decai em número de animais nelas criados: de 20 mil cabeças em 1859, passa a ter 6.200 reses em 1876.

Impossível deixar de notar que essa argumentação centrada em eventos locais reproduz-se também na comparação histórica entre o pampa gaúcho e o uruguaio, seja na pecuária (suposta maior qualidade dos pastos platinos) ou na

---

<sup>122</sup>OLIVEIRA, R. **O silêncio das genealogias: classe dominante e o estado do Paraná (1853-1930)**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp/Ciências Sociais, 2000.

<sup>123</sup>Por certo esse argumento desconsidera os problemas ambientais decorrentes da chamada “desertificação” do pampa gaúcho, onde na Fronteira Oeste em amplas áreas se tem a sensação de estar “andando na lua” tamanha a aridez do solo como efeito do processo de arenização provocado por causas naturais e pelo uso inadequado do solo.

<sup>124</sup>BALHANA, A. et al. **Historia do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

<sup>125</sup>MACHADO, B. P. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 3, 1963.

charqueada (vantagem do trabalho assalariado nos *saladeros*). Assim, para o historiador Décio Freitas (apud DACANAL, 1980), a menor produtividade das fazendas e charqueadas sul-rio-grandenses residiria no escravismo, o que exigiria constantes intervenções militares do Império brasileiro em questões internas dos países platinos.

Ora, em que pese a aparente rusticidade<sup>126</sup> as charqueadas sul-riograndenses nascem enquanto estabelecimentos modernos a julgar pela complexa divisão social do trabalho escravo e composição dos capitais investidos. O boi assim como qualquer outra mercadoria para realizar seu potencial de valorização dependia antes da operação de mãos precisas e do esforço vigoroso e contínuo que da abstrata “liberdade” do trabalhador:

GUTIERREZ (1999, p.180) apresenta um levantamento feito a partir dos inventários de charqueadores pelotenses entre 1810 e 1887. Mostra-se a ocorrência de escravos em dez diferentes tarefas diretamente ligadas ao processo de produção do charque. Havia escravos em outras duas dezenas de atividades diferentes, como de apoio ou em tarefas domésticas. Segundo a autora (1999, p. 182), 53% dos escravos possuíam ofício específico na amostra examinada (apud MONASTERIO, 2003, p. 5)<sup>127</sup>.

Conforme o jornal *Zero Hora*, edição de 04.12.1996, no ano de 1900 bancos ingleses, franceses e italianos, com subsidiárias em Buenos Aires e Montevideu, são atraídos pelos negócios das charqueadas pampeanas, quando decidem instalar representações na cidade de Uruguaiana. É ilustrativo que a *Nova Quarahy*, primeira charqueada construída no município pampeano de Quaraí, por volta de 1890, já demandava o trabalho inclusive de engenheiros provenientes da Bélgica.

---

<sup>126</sup>As charqueadas eram estabelecimentos manufatureiros que operavam com mão-de-obra intensiva para as diversas operações de corte e salga da carne, empregando processos rudimentares como a exposição dos cortes ao sol sobre varais de madeira.

<sup>127</sup>GUTIERREZ, E. J. B. **Barro e sangue: Mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)**. Porto Alegre, 1999. Tese (doutorado em História) - Departamento de História, PUC-RS.

Assim, a vantagem concorrencial dos estabelecimentos platinos parece decorrer antes do maior fluxo de capitais (que inclui os investimentos em infra-estruturas de transporte), ao passo que o *boom* da economia cafeeira brasileira agravou a escassez da mão-de-obra escrava<sup>128</sup> e de fundos públicos agora destinados para financiar apenas a infra-estrutura e a importação de mão-de-obra para os cafezais.

É L. M. Monasterio (2003, p. 3) quem, ao comparar o câmbio e os preços do café e do charque ao longo do século XIX, nota que "*a mesma expansão da cafeicultura que garantiu a demanda pelo charque gerou, também, a sua crise*". Quando o Estado valorizava o câmbio, prossegue o autor, beneficiava o setor exportador cafeeiro e prejudicava os setores voltados para o abastecimento do mercado interno como o "*complexo pecuarista sulista*", projetando uma distribuição da mais-valia social amplamente favorável ao primeiro.

Assim, nos momentos de queda do preço internacional do café (excesso de produção interna, crise de demanda externa e/ou aumento da concorrência externa) o "complexo pecuarista" sulista era particularmente atingido. Afinal, para manter seus lucros, o setor agroexportador era compelido a reduzir continuamente seus custos de produção, repercutindo em menores gastos relativos com gêneros de subsistência da mão-de-obra cafeeira.

E nos períodos de *boom* das exportações de café era o problema da escassez de mão-de-obra que afetava as fazendas e charqueadas sulistas, drenada para o trabalho nos cafezais:

O comércio de escravos de várias áreas do Brasil com aquelas de expansão da lavoura cafeeira fez com que, nas províncias onde a importância do escravo como força de trabalho era menor, o interesse pela

---

<sup>128</sup> Segundo M. C. de Andrade (1988, p. 35), nos períodos de *boom* das exportações de café:

"O comércio de escravos de várias áreas do Brasil com aquelas de expansão da lavoura cafeeira fez com que, nas províncias onde a importância do escravo como força de trabalho era menor, o interesse pela manutenção do sistema fosse diminuindo e a Abolição se antecipasse, como ocorreu com as províncias do Amazonas, do Ceará e do Rio Grande do Sul".

E de acordo com A. Balhana et al (1969, p. 98 apud CUNHA, 2003, p. 102), "*em 1865, firmas paulistas compravam ou arrendavam os escravos do Paraná para cafezais paulistas*", e "*em 1867, o imposto que a Província arrecadava sobre escravos*" superava o próprio valor obtido com a venda de animais.

manutenção do sistema fosse diminuindo e a Abolição se antecipasse, como ocorreu com as províncias do Amazonas, do Ceará e do Rio Grande do Sul. (ANDRADE, 1987, p. 35).

O comércio inter-regional de escravos permite inferir o "*valor marginal do produto do trabalho e as taxas relativas de remuneração do capital (investidos em escravos) que foi empregado nas várias atividades econômicas*" para cada região (LEFT, 1991, p. 21 apud MONASTERIO, 2003, p. 13)<sup>129</sup>. De acordo com a Tabela 13, a redução dos percentuais da população escrava para o Rio Grande do Sul é uma constante bem antes do término da escravidão.

TABELA 13 – População do Rio Grande do Sul segundo a condição social – 1780/1887

Ano	Livre	Escravos	Total	% Escravos
1780	12.821	5.102	17.923	28.47
1814	49.208	21.445	70.653	30.35
1858-1863	240.206	74.938	315.144	23.78
1872	367.037	67.781	434.818	15.59
1883	637.862	62.138	700.000	8.88
1887	936.186	8.430	944.616	0.89

FONTE: WEIMER (1991, p. 33) apud MONASTERIO, 2003.

NOTA: Optou-se por selecionar apenas as observações que o autor considerou confiáveis e calcular a média do período 1858 a 1863. Nesse período existem diferenças de 116 mil habitantes de um ano para o outro. Esses dados devem ser apreciados com muita cautela.

Nos períodos de *boom* cafeeiro, a transferência de capital fixo pelo comércio de homens torna-se extremamente lucrativa para os pecuaristas sulistas. Balhana (1969, p.98 apud CUNHA, 2003, p. 84) aponta que já "*em 1865, firmas paulistas compravam ou arrendavam os escravos do Paraná para cafezais paulistas*", e que "*em 1867, o imposto que a Província arrecadava sobre escravos*" superava o valor obtido com a venda de animais.

Uma das faces nefastas desse tráfico interno de escravos era o despontar de crises alimentares cada vez mais agudas nos campos meridionais. É elucidativo que as Câmaras de Ponta Grossa, Lapa e Castro, em resposta à solicitação do Ministério da Agricultura, em 1857, tenham alegado que a falta de

<sup>129</sup>LEFF, N. H. **Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991.

braços para a agricultura na região ocorria em virtude da necessidade da extração da erva-mate e da atividade pecuarista, bem como pelo fim do tráfico negreiro (PINTO & GONÇALVES, 1983). Na verdade o recado dos pecuaristas era que não destinariam seus escravos para atividades menos lucrativas (caso da agricultura), e que deveria o governo imperial fazê-lo. Assim, a regularização do abastecimento dos mercados urbanos locais teria que esperar vingar os primeiros projetos de colonização no sistema de pequena propriedade familiar.

A crise (de mercado) do “complexo pecuarista” também se intensifica, sentindo duramente o golpe promovido pela revolução dos transportes operada em São Paulo por capitais ingleses: as ferrovias unem as áreas produtoras de café ao porto de Santos e tornam o transporte por mulas obsoleto. Com efeito, a década de 1870 marca o início da intensa desvalorização “do *muar como meio de transporte*” (BALHANA et al, 1969 apud CUNHA, 2003), repercutindo negativamente por todo os campos meridionais<sup>130</sup>.

Em suma, o processo de desvalorização econômica das regiões de campo sulistas não reside na insuficiência de capitais investidos na produção de gado e nem na suposta “mentalidade conservadora” de sua elite campeira, diagnósticos que teimosamente constam, por exemplo, mesmo em documentos oficiais do governo gaúcho como o Projeto RS 2010. A entendimento das causas do processo desvalorização regional remete, isto sim, para um olhar para “além do próprio umbigo” regional; intento que, aliás, a própria elite campeira já alcançara

---

<sup>130</sup>Em 1878, segundo registros de passagem de tropas em Rio Negro e de vendas em Sorocaba, a redução no comércio de muares foi superior a 90% (PADIS, 1980 apud LAROCCA JUNIOR, 2002).

quando por diversas vezes decidiu tentar intervir no processo político brasileiro inclusive pelo uso das armas<sup>131</sup>.

### 3.1.1.1. A organização do mercado de trabalho e a crise da produção

As relações de trabalho mais disseminadas nos campos meridionais brasileiros foram o escravismo e o concurso de agregados, ao menos enquanto perdurou a escassez de mão-de-obra livre<sup>132</sup>. A extração de renda do escravo e da terra (agregados) dessas relações de trabalho era viabilizada no contexto da acumulação mercantil e, portanto, salvo eventuais aspectos formais, nada compartilhavam do modo de produção escravista antigo e do feudalismo.

A tese da "democracia pampeana" (VIANNA, 1933; BARCELLOS, 1960; GOULART, 1985) representa o equivalente regional dos mitos da democracia racial brasileira e da cordialidade do homem tropical, todos afirmando uma "tradição" de perfeita harmonia entre proprietários de terras e trabalhadores rurais. Ideologia conservadora que, para afirmar a igualdade entre peões (negros, indígenas ou brancos pobres) e patrões no pampa gaúcho, recorre a diversos elementos ainda hoje presentes no imaginário social: a reduzida presença de negros na sociedade sulista em comparação com outras regiões brasileiras; a igualdade entre ricos e pobres em razão da rudeza da vida no campo; e a ausência de hierarquias severas diante da cooperação necessária entre patrões e peões especialmente durante as freqüentes guerras, mas também no cotidiano da fazenda (da qual a roda de chimarrão ao fogo-de-chão constituiria prova cabal).

É uma ideologia conservadora porque a essência da relação capital – trabalho é a exploração, a qual não faz referência. Se o patrão bebia mate com seus peões era no espaço do galpão, e não, por exemplo, junto ao fogão à lenha

---

<sup>131</sup>Se a representação política da elite campeira sulista no poder central imperial foi praticamente inexistente, o que explicaria o "esquecimento" da região por parte do poder central (CARDOSO, 1977), os freqüentes conflitos armados visavam compensar essa situação.

<sup>132</sup>Os agregados constituíam aquele contingente da população rural que o proprietário de terras permitia fixar residência e ter um pequeno roçado, em troca do abastecimento da fazenda com gêneros alimentícios e da prestação de serviços na fazenda (e fora dela) quando necessário.

da “casa grande”; e tampouco peão virava general ou patrão lutava como soldado. A lide campeira, por certo, exigia a cooperação entre patrão e peões, mas que desaparecia por completo no momento da apropriação do lucro. Nessas condições, a irmandade apregoada pela “tese” da democracia pampeana lembra antes a passagem bíblica referente a Caim e Abel que qualquer ato de comunhão genuína nas fazendas de criar gado.

Os trabalhadores campeiros mesmo quando a produção do "complexo pecuarista" atingiu seu auge mal alcançavam sua reprodução meramente biológica; e onde quer que fosse operada a produção mercantil em moldes escravistas caracterizava-se pela chaga da violência física em suas formas mais hediondas<sup>133</sup>.

O que mais impressionou os contemporâneos da escravidão foram os traços visíveis da exploração do escravo. Os mais atrozes castigos, as torturas mais infamantes, a fome permanente, a miséria mais abjeta, a doença como estado normal feriram a sensibilidade mesmo dos escravistas mais empedernidos, como Azeredo Coutinho. Tanto os autores contemporâneos, principalmente os dos séculos XVII e XVIII, quanto a historiografia moderna, desde Varnhagen, deixaram-se impressionar profundamente com a violência sempre presente em toda a vida do escravo. (FIGUEIRA & MENDES, 1977, p. 31).

---

<sup>133</sup>O sofrimento era infligido também aos pequenos posseiros, obrigados pela miserabilidade absoluta a ocuparem áreas destinadas a criação de gado:

*“A principio, tais invasões eram limitadas aos vazios que ficavam entre uma e outra sesmaria, isto é, as terras de ninguém, passando depois para as sesmarias abandonadas ou não cultivadas, culminando esse processo na ocupação das terras devolutas e até mesmo das áreas internas do latifúndio. (...) Se atentarmos para as raízes sobre as quais se assenta o regime da pequena propriedade rural, veremos que nelas se encontram os “intrusos e posseiros” que, investindo contra o sistema de direito e o sistema de força da classe latifundiária, procurarão impor-se, pela violência, no processo histórico da gestação da propriedade camponesa”.* (LANDO & BARROS, 1992, p. 38).

É imprescindível distinguir entre grandes e pequenos posseiros. Com a conclusão do processo de ocupação de terras e a valorização dos campos pela pecuária o regime de sesmarias perde sua finalidade e acaba extinto pela Resolução de 17 de julho de 1822. Esse vácuo legal que perdura até o advento da Lei de Terras de 1850 (que estabelece o mercado de terras) acaba legitimando as posses “ilegais” dos grandes pecuaristas. Para alguns pesquisadores, aí estaria também a origem da pequena propriedade nos campos brasileiros; numa interpretação que desconsidera que os pequenos posseiros não tinham recursos para legalizar as terras ocupadas. Os pequenos posseiros dependiam da permissão dos grandes proprietários para continuarem nas terras ou então buscar a reprodução em áreas sempre mais distantes e a partir de certo isolamento social.

Nos períodos de maior demanda, não raramente as jornadas de trabalho de escravos e homens livres nas charqueadas pampeanas<sup>134</sup> se estendiam das 3 horas da manhã até o pôr do sol, para que parte da produção fosse escoada pela ferrovia Uruguaiana-Montevideu para abastecer também a mercados externos (*Zero Hora*, 04.12.1996).

A complexidade da divisão do trabalho alcançada em condições escravistas revela a desnecessidade da implantação do assalariamento naquele momento histórico. Não pode ser esquecida a experiência do francês J. B. Roux que “fracassou, em meados do século XIX, ao instalar, em Pelotas, uma charqueada com o ‘sistema platino’, empregando trabalhadores livres bascos, uruguaios e argentinos”. (BELL, 1998, p. 233 apud MONASTERIO, 2003, p. 5)<sup>135</sup>.

Os pecuaristas sul-rio-grandenses adotaram o sistema de trabalho escravo em suas fazendas dos dois lados da fronteira uruguaio-brasileira. Ao final do terceiro quartel do século XIX o governo uruguaio, inclusive, decreta que

(...) os contratos entre peões e patrões não podiam exceder seis anos e que, quando da entrada de um trabalhador brasileiro no território uruguaio, este deveria apresentar sua “carta de liberdade” e ser instruído acerca da abolição da escravatura no país. Com isso, o governo uruguaio procurou acabar com a escravidão velada que os brasileiros mantinham em suas terras, ao abrigarem seus escravos e assinar contratos fictícios de trabalho por vinte anos (...). (REICHEL & GUTFRIEND, 1995, p. 41).

A mão-de-obra livre e ávida em tornar-se assalariada estava disponível no campo uruguaio também aos fazendeiros sul-rio-grandenses que, entretanto, preferiram continuar utilizando seus escravos. Era a decisão mais lógica para não deixar improdutivo (ocioso) o capital já investido na aquisição dos escravos (capital fixo).

---

<sup>134</sup>É justamente a partir do desenvolvimento das charqueadas sul-rio-grandenses que a “*elite pecuarista enriquecida*” e militarizada reforça a concentração de terras e gado, no que conta com aval da Coroa para uma “*política de redistribuição de terras iniciada a partir de 1780, quando começou o processo de expropriação dos antigos proprietários, como os colonos açorianos ou mesmo os detentores de sesmarias da primeira fase.*” (PESAVENTO, 1986a, p. 32).

<sup>135</sup>BELL, S. **Campanha gaúcha: a Brazilian ranching system, 1850-1920**. Stanford, Califórnia, 1998.

As implicações teóricas são de que a modernidade das elites campeiras sulistas independe das relações de trabalho utilizadas, pois as formas não-assalariadas também são voltadas à extração de mais-valia na agropecuária ou na indústria e, portanto, confrontadas com a forma assalariada no momento em que o capital a juros organiza a produção. Assim, apresentar o rural pampeano e brasileiro como *locus* de atraso econômico e social representa perigosa inversão, porque é justamente sua precoce modernização que explica a crise econômica do “complexo pecuarista” (esgotamento do processo de valorização dos capitais invertidos na economia charqueadora) e a permanência da miséria rural.

### **3.1.2. A industrialização seletiva da "metade sul" gaúcha**

O desenvolvimento da grande indústria nos países subdesenvolvidos visou superar o quadro de instabilidade que se julgava características das economias primário-exportadoras, e constituiu-se no novo núcleo das políticas públicas e da dinâmica territorial brasileira:

O encarecimento de escravos, de transporte e de terras (...) só fez aumentar seu estrangulamento financeiro e o domínio que lhe fazia o capital mercantil, responsável não apenas pela comercialização do café, mas também pelo seu financiamento. Basicamente, esse capital mercantil estava sediado na Guanabara, canalizando para essa região boa parte do excedente da cafeicultura fluminense. (CANO, 1985, p. 58).

O advento do Estado republicano significou um incentivo ao novo padrão de acumulação capitalista no país, elevando as tarifas alfandegárias e taxas de câmbio para encarecer a importação de manufaturados e estimular a produção industrial interna. Mas é a partir da década de 1930, com o reforço do poder executivo, que as políticas de Estado voltam-se à industrialização de modo mais efetivo ao desenvolver a indústria de base e (re)organizar as infra-estruturas de transporte e de energia. Com efeito, a criação de um parque siderúrgico e a atração de grandes montadoras de automóveis representaram a inserção do país na mais dinâmica das indústrias de base da época.

A vontade política estabelecida no corpo da nação é fundamental para explicar o desencadeamento do apoio social ao processo de industrialização brasileiro, mas pouco contribui para determinar as condições objetivas que permitiram sua efetivação. Contudo, tornou-se idéia corrente no pensamento econômico brasileiro destacar a primazia do mercado interno brasileiro para a concretização das chamadas políticas de “substituição de importações”:

Ao longo do período 1947-62, o fator dinâmico do desenvolvimento do País foi o processo de substituição de importações, que permitiu a consolidação do setor industrial a um grau razoável de complexidade. A substituição de importações foi o único fator dinâmico do crescimento e, dentro da fase histórica em que ocorreu, cumpriu seu papel. (ALVES & SAYAD, 1970, p. 103).

A ideologia desenvolvimentista representaria o cimento capaz de unir economistas e planejadores das mais diversas orientações ideológicas, desde João Sayad até Ignácio Rangel, passando por Paul Singer. Os estudos de Singer (1977) são até os dias presentes considerados paradigmáticos para o estudo da história econômica brasileira. Função análoga na geografia brasileira seria preenchida pelo pensamento de Ignácio Rangel, que afirmava que a pauta de importações brasileiras serviria de subsídio para a determinação dos segmentos industriais a serem desenvolvidos internamente.

Entretanto, a tese da industrialização pelo mercado consumidor interno representa a dimensão ideológica das políticas desenvolvimentistas, exatamente porque enfatizando mais as virtudes do trabalho e do consumo que o próprio capital no processo de produção<sup>136</sup>. Ora, o mercado de consumo não pode ser analisado independentemente dos interesses do sistema financeiro em cada parte

---

<sup>136</sup>O geógrafo Milton Santos (1979, p. 18) denunciava:

*“O conceito de mercado limitado, e também, o de capacidade ociosa pertencem à mesma família ideológica e constituem ambos um convite aberto ao capital estrangeiro. (...) A capacidade ociosa representa uma salvaguarda pó parte do monopólio contra a entrada de outras firmas no mercado. Sempre que as indústrias são monopolistas, elas fixam seus próprios preços. (...) Por outro lado, se o mercado é limitado, se as indústrias não trabalham a plena capacidade, a solução é criar alianças regionais e mercados comuns, a fim de aumentar a eficiência e a produtividade das firmas.”*

do mundo. Em outras palavras, o tamanho do mercado de consumo brasileiro sempre foi determinado pela necessidade de produção de mais valor na escala mundial.

A fabricação de um consenso intelectual em torno do Estado desenvolvimentista brasileiro tem dificultado a instauração da crítica política inclusive partidária. De fato, o Estado é agente importante no processo de geração de valor acrescido, pois no momento em que se apropria de um quantum do excedente social para inversão em obras de infra-estrutura e em fundos sociais interfere diretamente na configuração do mercado de consumo. Contudo, no médio e longo prazo o êxito das políticas públicas de desenvolvimento é determinado a partir das condições de mercado.

O próprio desenvolvimento industrial do Sudeste Asiático demonstra empiricamente que na atualidade a preexistência de mercado consumidor interno não representa fator imprescindível para a efetivação de projetos de industrialização em países periféricos. De fato, para Heloisa Conceição Machado da Silva (2004) o processo de industrialização no caso brasileiro também não deve ser concebido sob o exclusivismo da política de “substituição de importações”, pois quase que ao mesmo tempo em que se esgotava a demanda do mercado interno foram ampliados os mercados externos. Esse seria o sentido da política exterior brasileira especialmente a partir da década de 1960:

A partir de então, o parque industrial implantado no Brasil já havia cumprido com sua função original e pressionava por mercados externos, permitindo uma maior flexibilização da política de comércio exterior. (...)Assim, a economia brasileira passaria a ostentar um novo modelo de desenvolvimento, ou seja, o Modelo Substitutivo de Exportações. Esse novo Modelo converteu-se no eixo fundamental do vínculo comércio exterior/desenvolvimento e vigorou, com pequenas variações, de 1961 a 1989. (SILVA, 2004, p. 27)<sup>137</sup>.

---

<sup>137</sup>Prossegue a citada pesquisadora:

*“No período de 1968-1973, estimou-se que cerca de 17% do aumento das vendas industriais foi devido ao incremento das exportações de manufaturados. Estas, por sua vez, foram estimuladas pela política cambial mais realista implementada a partir de meados de 1968 e pelos diversos incentivos fiscais e creditícios às vendas externas que vinham sendo ampliados desde a administração do Presidente Jânio Quadros.”* (SILVA, 2004, p. 29).

Da mesma forma, o sucesso relativo das políticas comerciais do Itamaraty demonstra que a competitividade da indústria brasileira não poderia ter ocorrido se a tecnologia transferida dos países do “primeiro mundo” fosse obsoleta, como fizeram crer à sociedade brasileira os neoliberais defensores da abertura econômica<sup>138</sup>:

Estudos recentes têm demonstrado que o investimento direto e os financiamentos de fornecedores para a importação de máquinas e equipamentos destinados a impulsionar a industrialização brasileira na segunda metade dos anos 1950 devem ser vistos como associados à competição entre indústrias européias e norte-americanas por posições de mercado. (SILVA, 2004, p. 130).

Assim, são os capitais externos associados aos fundos públicos que formaram o ambiente para a industrialização brasileira: trazendo imigrantes para servirem de força de trabalho, criando infra-estruturas de circulação e importando máquinas. Se deu certo em terras tropicais a formação de um "*mercado amplo para alimentos e produtos industriais de consumo corrente, abrindo, dessa forma, excelentes oportunidades de inversão, tanto para o desenvolvimento de uma agricultura mercantil quanto para a indústria*" (CANO, 1975, p. 262)<sup>139</sup>, este foi por assim dizer produto dessa aliança indissociável e promiscua entre poder público e capital financeiro.

Essa discussão de modo algum é abstrata para fins desta tese porque seus argumentos se repetem para o caso dos campos meridionais brasileiros. Embora verdadeiro que nos campos sulistas a histórica concentração da estrutura fundiária limitou severamente a formação de um mercado de consumo de massas (apenas pontualmente constituído em áreas dos campos do planalto médio gaúcho e dos

---

<sup>138</sup>Ainda quando candidato à presidência, Fernando Collor de Mello (1990-1992) fez sucesso ao comparar os automóveis *made in Brazil* a carroças. Em realidade, os sucessivos regimes regulatórios implantados desde a década de 1950 têm garantido condições de extrema competitividade entre as plantas brasileiras das grandes montadoras multinacionais na disputa por fatias do mercado consumidor nacional e mundial.

<sup>139</sup>Florestan Fernandes (1973) destaca a interrupção do tráfico negreiro comandada pela frota de guerra inglesa e a implementação de uma série de leis emancipatórias dos escravos como eventos precursores da "*revolução burguesa brasileira*".

Campos Gerais), isto não explica completamente seu menor desenvolvimento industrial em relação às respectivas regiões metropolitanas estaduais.

Entretanto, a tese da insuficiência do mercado interno regional aparece nos próprios estudos oficialmente encomendados pelos governos sulistas. Significativo que, sobre a “metade sul” gaúcha, em Relatório produzido para o Projeto RS 2010 (1997, p. 9), à pedido do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, se destaque que:

O Sul [metade sul gaúcha], com sua concentração de renda e com uma população mais dispersa, contava com um mercado menos propício para sustentar a continuidade de uma industrialização baseada na produção de bens de pouca sofisticação, com empreendimentos voltados essencialmente para mercados locais. As poucas empresas desse tipo que haviam surgido em algumas cidades do Sul tiveram, em regra, dificuldade para expandir suas escalas de produção, vindo posteriormente a sucumbir, quando com a melhora das redes de transportes e comunicações, desapareceram as barreiras que os protegiam da concorrência de produtores de outras áreas.

Ainda conforme o referido Relatório do Projeto RS 2010 (1997, p. 14):

(...) as mudanças tecnológicas introduzidas, ao longo do tempo, na atividade pecuária, como o cercamento dos campos e a maior subdivisão das áreas de pastoreio, além do crescente uso de bretes e troncos para a contenção dos animais contribuíram para facilitar o manejo dos rebanhos e reduzir o pessoal necessário para o funcionamento das estâncias, diminuindo a capacidade de absorção de mão-de-obra por parte da pecuária.

Verdadeiro absurdo, o documento oficial quer fazer crer que a elevação da produtividade da pecuária gaúcha é responsável pela não-industrialização do pampa... A famosa politização dos gaúchos que inclui inclusive as constantes pressões políticas dos fazendeiros pampeanos parece ter se perdido em algum momento para a nova geração de tecnocratas gaúchos.

A explicação para essa aparente despolitização de grande parte da tecnocracia gaúcha talvez tenha raízes mais profundas. Diversas pesquisas (SINGER, 1977; PESAVENTO, 1983; 1985; 1985a; 1986; MOURE, 1992) se empenharam em demonstrar para a atual geração de pesquisadores que o

processo de industrialização sul-rio-grandense ligava-se principalmente aos capitais comerciais acumulados a partir da agropecuária colonial: “*Dinastias econômicas germano-rio-grandenses como Trein, Ritter, Renner, Mentz, Bromberg, Dreher, Sperb, etc., originaram-se em atividades comerciais e instalaram fábricas importantes posteriormente.*” (MOURE, 1992, p. 100).

Essa espécie de “visão etapista” apregoa que a industrialização gaúcha nasceu a partir de pequenas indústrias voltadas aos mercados consumidores da zona colonial ou de Porto Alegre<sup>140</sup>. A historiadora Sandra Pesavento ressalva que o desenvolvimento do capital comercial ocorreu também na “metade sul” do estado, mais exatamente em Rio Grande e Pelotas, mas não sem frisar que ocorreu provavelmente em escala mais modesta em comparação com a zona colonial e a capital. A acumulação de capital comercial na “metade sul” estaria restrita às casas de importação e exportação, que reuniam subprodutos da pecuária (couro, sebo, lã, chifres e charque). A partir daí, a própria diferenciação dos índices de evolução econômica da zona colonial e da região campeira formaria a prova empírica incontestável acerca da origem do processo de industrialização gaúcho.

Essa dinâmica territorial diferenciada dos capitais comerciais no Rio Grande do Sul e sua relação com o processo industrial regional centra-se também no argumento do caráter perdulário (não-produtivo) dos “aristocráticos” latifundiários pampeanos (PESAVENTO, 1985; MARTINS, 2004)<sup>141</sup>, como supostamente seria

---

<sup>140</sup>Para alguns pesquisadores a origem da industrialização gaúcha seria ainda anterior, residindo na evolução do artesanato. Ver, a este respeito: TEJO, L. Contribuição à crítica da economia rio-grandense. II – Processus Industrial. In: **Província de São Pedro**. Porto Alegre, dez. 1945.

De fato, há casos de fábricas surgidas a partir de cooperativas de pequenos produtores, como a indústria vinícola da zona colonial italiana. Contudo, a generalização do cooperativismo ocorre a partir da década de 1960, quando o estímulo estatal é ampliado por meio da oferta de crédito. Ver, a este respeito: **ÁLBUM COMEMORATIVO DO 75º ANIVERSÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RS**. Porto Alegre: Globo, 1950.

Para a maioria dos estabelecimentos de produção artesanal da zona colonial a concorrência industrial foi nefasta, seja pelas dificuldades inatas de reunir capitais para dar o salto industrial, seja pela concorrência dos produtos industrializados vendidos na própria região a preços cada vez menores. Ver ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

<sup>141</sup>Contraditoriamente, as pesquisas acadêmicas sobre as origens da industrialização gaúcha negligenciaram que a estrutura de consumo familiar dos pequenos proprietários rurais do norte

demonstrado pelos expressivos investimentos imobiliários (especulativos) da elite campeira nas cidades de Rio Grande e Pelotas.

Parece que os pesquisadores da história econômica gaúcha adotaram sem maior questionamento a explicação da não implementação da alternativa industrial para o pampa a partir do modelo que associa elevado consumo perdulário/especulativo e menor grau de capitalização dos latifundiários campeiros.

Entretanto, mesmo simples relatos dos diversos viajantes que se dirigiram a Pelotas no transcurso do século XIX permitem perceber a magnitude da movimentação de riqueza por parte da economia charqueadora, manifestada principalmente no número de casas comerciais existentes na cidade. E apenas uma pequena fração desses estabelecimentos comerciais era dirigida por elementos étnicos alemães, a serviço de matrizes de Porto Alegre (MAGALHÃES, 1993).

Nas décadas de 1870 e 80 a cidade de Pelotas recebia importantes investimentos em infra-estrutura, como a dragagem do Canal de São Gonçalo (que viabilizou a exportação de charque diretamente para os Estados Unidos) e a implantação do sistema de gás encanado e do serviço de bondes (MAGALHÃES, 1993). Nesse momento, os investimentos industriais locais ainda estavam restritos aos subprodutos do couro (curtumes, fábricas de sabão e velas), mas as transações bancárias já destacavam Pelotas como importante praça financeira (PESAVENTO, 1986).

A situação não era diferente na cidade de Rio Grande, localizada a jusante de Pelotas, na desembocadura da Laguna dos Patos com o Atlântico. O banco inglês *London & Brazilian Bank* inaugura filial na cidade em 1863, centralizando seus negócios na exportação de subprodutos da pecuária e no financiamento de

---

gaúcho também apresenta elementos não-produtivos (como o consumo de bens para a subsistência).

obras públicas. O Banco do Brasil, ainda uma instituição privada pertencente ao Barão de Mauá (1851), seguia o mesmo caminho<sup>142</sup>.

Mas ao longo do século XIX foram provavelmente as caixas de depósito as principais instituições financeiras locais. Surgidas nas principais cidades da rede urbana da região campeira gaúcha, as caixas de depósito eram formadas a partir da captação de recursos de pequenos investidores locais, e geralmente associadas a estabelecimentos bancários nacionais e estrangeiros. O economista Eugenio Lagemann (1984) nos fornece preciosa lista dessas casas bancárias, cujos recursos eram aplicados nas atividades charqueadoras, na exportação de subprodutos da pecuária e na prestação de serviços urbanos: Francisco Nunes de Souza (em Pelotas); Mourgues & Castro (em Bagé); Barbara e Filhos (em Uruguaiana); Emilio Guilayn (em Bagé); dentre outras.

A emergência dessas instituições financeiras locais e o aporte de instituições bancárias de fora do estado não tinham nada de prematuro, pois cumpria determinação histórica derivada da natureza altamente capitalizada do próprio “complexo pecuarista” e particularmente da atividade charqueadora, que viabilizavam a reunião de capitais da elite campeira e a participação de capitais estrangeiros. Foi somente a partir dessa estruturação financeira que o empreendimento charqueador alcançou desenvolver-se aceleradamente por toda a área entre os rios Pelotas e São Gonçalo, *locus* privilegiado para a atividade em razão da facilidade de conexão com o porto de Rio Grande como afirma Caio Prado Júnior (1945).

Mas as taxas de lucro em queda da atividade charqueadora gaúcha em razão da concorrência com a carne fresca dos frigoríficos platinos deixaram de viabilizar novos investimentos. Os espertalhões talvez digam que estaria então comprovada a baixa capitalização das elites campeiras sulistas! Quando na verdade a única certeza possível é que essa centralização de capitais exigida para a implantação de frigoríficos no pampa envolvia riscos ainda elevados para ser bancada pelas instituições financeiras privadas que operavam na região.

---

<sup>142</sup>Enquanto instituição pública federal, o Banco do Brasil expande-se pela rede urbana da “metade sul” gaúcha a partir da década de 1920 (LAGEMANN, 1984).

O salto industrial para o processo de cortes frigorificados demonstrava a necessidade de uma transformação também das condições de investimento. Cedo as elites campeiras pampeanas perceberam a nova realidade do mercado e passaram a reivindicar a valorização da indústria pastoril e o estímulo estatal à exportação de carne fresca (ANTONACCI, 1981).

É preciso lembrar que a economia da "metade sul" gaúcha continuava seu processo de franca estagnação, ainda mais quando confrontada com o dinamismo econômico da zona colônia. A Tabela 14 registra ao final do século XIX o recuo da posição econômica da zona pecuarista tanto em razão do crescimento das "exportações" da zona colonial<sup>143</sup> quando da redução quantitativa das "exportações" de couro (ligeira queda em valores monetários entre 1891 e 1894).

TABELA 14 – Exportações do Rio Grande do Sul (em contos de réis) - 1861 e 1894

Principais produtos de criação	1861 (ton) (%)	1894 (ton) (%)
Charque	5.950 (37,7%)	11.663 (28,6%)
Couros	5.856 (37,2%)	5.552 (13,6%)
SOMA	11.796 (74,9%)	17.215 (42,2%)
<b>Principais produtos de lavoura e pequena Criação</b>		
Banha	-	6.183 (15,2%)
Farinha de mandioca	221 (1,4%)	3.419 (8,4%)
Feijão	627 (4,0%)	2.866 (7,0%)
Fumo	-	736 (1,8%)
SOMA	848 (5,4%)	13.204 (32,4%)

FONTES: Relatório apresentado pelo Vice-Presidente da Província. Porto Alegre, 1861; e RODRIGUES, A. F. Notícia histórica e descritiva do Rio Grande do Sul. Rio Grande, 1896. Apud: ANTONACCI (1981, p. 17).

<sup>143</sup>De modo que também "a indústria porto-alegrense, vinculada às necessidades e interesses da zona colonial, utilizava os produtos primários da região para a transformação". (MOURE, 1992, p. 105).

No plano político interno, a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ao poder com a instalação do regime republicano já repercutia os efeitos dessa nova polarização econômica vivida no estado. A presidência de honra da poderosa entidade classista Centro Econômico do Rio Grande do Sul, fundado em 1904, e que abrigava grandes industriais como Alberto Bins, Johann Gerdau, Adolpho Voigt, além de comerciantes e gerentes de bancos estrangeiros, foi delegada justamente a Borges de Medeiros, o sucessor de Júlio de Castilhos na presidência tanto do PRR quanto do governo do estado, cargos que ocupou por grande parte da República Velha.

O governo republicano gaúcho busca arrefecer os ânimos da oposição reunida no Partido Liberal e evitar uma nova “Revolução Federalista”, amparando o projeto de frigorífico nacional<sup>144</sup> (PESAVENTO, 1979) e facilitando a entrada de capitais estrangeiros:

Em 1915, Borges ofereceu uma série de vantagens tributárias a companhias frigoríficas estrangeiras. O principal atrativo era uma isenção de 30 anos de impostos estaduais, uma isenção também aplicada no abate de animais e para carne enlatada e congelada exportada (LOVE, 1977, p.190).

Desta forma, os capitais externos que já instalavam grandes frigoríficos por todo o Pampa Sul-Americano, incluíram também a “metade sul” gaúcha ainda durante a Primeira Guerra Mundial (LAGEMANN, 1992). Entre 1917 e 1918, as empresas inglesas Armour e Anglo instalam plantas industriais em Santana do Livramento, e a norte-americana Swift opta pela cidade de Rio Grande<sup>145</sup>. E as

---

<sup>144</sup>Trata-se do frigorífico da União dos Criadores, implantado com capitais locais: "*Tendo iniciado suas atividades em junho de 1920, em plena depressão do pós-guerra, o frigorífico dos gaúchos não conseguiu operar em larga escala, sendo vendido ao grupo inglês Vestey Brothers no início do ano de 1921.*" (PESAVENTO, 1979, p. 218).

<sup>145</sup>Conforme Martins (2004), parte da favelização da cidade de Rio Grande começa com a instalação do frigorífico Swift em área junto ao porto, atraindo significativo contingente populacional em busca de trabalho.

potencialidades do pampa em atender à crescente demanda do mercado mundial de carnes atraem, ao mesmo tempo, nova onda de bancos estrangeiros:

No final da 1ª Guerra ocorre o afluxo de novos bancos estrangeiros, sendo dois de origem inglesa – British Bank of South América e o Bank of London & South América – e um de capital americano – National City Bank of New York. Sua instalação relaciona-se à penetração do capital internacional na frigorificação da carne e aponta regionalmente, para a reversão do predomínio inglês para o americano, ao nível de economia mundial (LAGEMANN, 1984, p. 105).

Ainda descontentes, os pecuaristas pampeanos decidem pegar novamente em armas ("Revolução de 1923"), reivindicando a ampliação das linhas de crédito e a extinção do imposto sobre a propriedade rural instituído desde 1904 no governo de Júlio de Castilhos e que representava a mais importante fonte de renda governamental entre 1915 a 1918 (LOVE, 1977)<sup>146</sup>. A saída política encontrada pelo governo gaúcho foi criar o Banco do Rio Grande do Sul, em 1928, que acabaria assumindo as funções de liberação de crédito rural e hipotecário, conforme reivindicações de segmentos da própria elite campeira, em especial através da FARSUL (LAGEMANN, 1984)<sup>147</sup>.

As instituições bancárias estaduais também se multiplicaram no período. Em sua dissertação de mestrado, Eugenio Lagemann (1984) faz um diagnóstico das instituições bancárias com sede no Rio Grande do Sul durante o período da República Velha, apontando nove grandes bancos (Ver Quadro 2). Destes apenas um tinha sede na zona pecuarista, mais exatamente em Pelotas, mas justamente o maior dos bancos gaúchos.

---

<sup>146</sup>Embora a era das revoluções pampeanas tenha acabado, passados mais de 80 anos do último conflito, curiosamente os pecuaristas pampeanos continuam mobilizados contra a cobrança do Imposto Territorial Rural. Por sua vez o Governo Federal, que havia federalizado o imposto, agora cogita transferi-lo para a esfera municipal. Era tudo o que os pecuaristas desejavam. Como se vê, certas coisas não mudam!

<sup>147</sup>Conforme Lagemann (1984, p. 98), comentando a importância do novo banco estatal:

*"A carteira hipotecária tem seus momentos mais importantes por ocasião da injeção de recursos para enfrentar as fases agudas das crises vividas pelo setor pecuário nos inícios da década de 30", e ainda "(...)através da carteira econômica, oferecendo um fluxo contínuo de empréstimos de prazo menor tanto à lavoura, principalmente à do arroz, como à pecuária e à indústria do charque."*

A maioria dessas instituições bancárias mantinha agências nos principais centros urbanos da “metade sul” do estado, como Rio Grande e Pelotas, com funções principalmente voltadas à extensão do crédito hipotecário. Essas redes bancárias de âmbito estadual foram estruturadas principalmente a partir da década de 1910, quando os bancos obtêm autorização do poder central para a captação de depósitos individuais (os chamados depósitos populares).

QUADRO 2 – Bancos sediados no Rio Grande do Sul durante a República Velha - 1889/1930

Nome do Banco	Local da sede	Ano de fundação
Banco da Província do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1858
Banco do Comércio de Porto Alegre (Banco Nacional do Comércio)	Porto Alegre	1895
Banco Pelotense	Pelotas	1906
Banco Porto-Alegrense	Porto Alegre	1905
Banco de Crédito Territorial Sul-Brasileiro	Porto Alegre	-
Banco Comercial Franco-Brasileiro	Porto Alegre	1913
Banco Popular do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1919
Banco Pfeiffer	Porto Alegre	1919
Banco do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1928

FONTE: LAGEMANN, E. A experiência de um banco gaúcho: o banco pelotense (1906-1931). Dissertação de Mestrado. CPGE – IEPE/UFRGS

O Banco Pelotense (1906-1931) surge por iniciativa de pecuaristas e charqueadores da região de Pelotas e de comerciantes de Porto Alegre, e transforma-se na mais importante instituição bancária do estado durante a República Velha, alcançando cerca de 20% do patrimônio líquido dos bancos gaúchos em 1911.

O volume de depósitos populares nas agências do Banco Pelotense da zona colonial e da capital era muito superior ao volume de investimentos nas mesmas áreas, ainda que o banco estivesse solidamente representado no setor vitivinícola e fumageiro gaúcho. Na “metade sul” do estado esse padrão da relação depósitos/investimentos se repetia nas agências de Bagé, Dom Pedrito, Itaqui,

Pelotas, Quaraí e São Francisco de Assis, mas nas agências de Alegrete, Santana do Livramento, Rosário do Sul, Rio Grande, Santiago e São Gabriel o volume de investimentos superava em 219% aos depósitos (LAGEMANN, 1984).

Para o biênio 1930-31 os investimentos do Banco Pelotense na região da pecuária foram apenas 6% menores que a captação de depósitos na mesma área, mas foram em negócios fora do estado que os investimentos do banco alcançaram entre 50 e 54% apesar da captação de depósitos pelas agências de fora do estado representar apenas 16% do total (Ver Tabela 15). E não poderia ser diferente diante do caráter não-filantrópico dos investimentos, o que significava na época maior participação em negócios principalmente no setor cafeeiro mineiro e no madeireiro paranaense (inclusive Campos Gerais), concentrados nas agências do Rio de Janeiro, Curitiba e Ponta Grossa (LAGEMANN, 1984).

TABELA 15 – Distribuição espacial das aplicações (1930-31) e dos depósitos (1931) do Banco Pelotense

<b>Área Geográfica</b>	<b>Aplicações (em %)</b>	<b>Depósitos (em %)</b>
Região da Pecuária	35	41
Região Colonial	11 – 15	43
Fora do estado	50 – 54	16

FONTE: LAGEMANN, E. A experiência de um banco gaúcho: o banco pelotense (1906-1931). Dissertação de Mestrado. CPGE – IEPE/UFRGS

Os negócios do Banco Pelotense na região pecuarista gaúcha incluíam o financiamento das operações dos pecuaristas gaúchos mediante hipoteca das terras e gado, participações na Companhia Frigorífica Rio Grande, e intermediação na captação de recursos internacionais para a encampação da *Cie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil* pelo governo gaúcho (Borges de Medeiros). Por essa intermediação o Banco Pelotense obteve a contrapartida de receitas do Estado, da via férrea e do porto de Rio Grande.

A configuração territorial da malha bancária regional durante a República Velha aponta que não havia carência de capitais locais<sup>148</sup> e sim que o reinvestimento desses capitais libertava-se de constrangimentos territoriais ao procurar sempre as melhores oportunidades de ampliar as taxas de lucro. Essa lógica financeira se mostraria dramática para a região pampeana quando da manifestação da tendência de queda da taxa de lucro dos frigoríficos gaúchos recentemente implantados.

O novo problema surgido ao “complexo pecuarista” sulista resultava da concorrência dos mais modernos e lucrativos frigoríficos implantados fora do estado, localizados próximos das novas áreas de expansão da pecuária e dos mercados consumidores do “centro” do país. O diferencial de custo de produção (transportes) viria a se mostrar decisivo no momento da alocação dos novos investimentos no setor frigorífico (MAMIGONIAN, 1976)<sup>149</sup> e, conseqüentemente, na redistribuição da mais-valia social no interior do setor pecuarista.

Com efeito, a partir da década de 1950 as plantas frigoríficas gaúchas dos grupos estrangeiros Swift, Armour e Wilson passaram a sofrer a concorrência de frigoríficos instalados no interior paulista, e também em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e norte paranaense, que dispunham de amplo acesso ao crédito público<sup>150</sup>. Muitas vezes a concorrência vinha desses mesmos grupos estrangeiros

---

<sup>148</sup>A demanda regional por combustível era suprida a partir do processamento de petróleo cru, procedente da Argentina, na Destilaria Riograndense, em Uruguaiana. Demonstrada a existência de mercado e lucro, em 1937, pecuaristas pampeanos e investidores platinos inauguram a Refinaria de Petróleo Ipiranga, na cidade de Rio Grande (PESAVENTO, 1985). A nova planta industrial demonstrou que quando oportunidades de lucro existissem na própria região o “desenvolvimentismo” regional poderia afinal ser estimulado.

<sup>149</sup>Também a indústria têxtil gaúcha, um dos principais ramos industriais da cidade de Rio Grande, mergulhava em grave crise no final da República Velha, enfrentando dificuldades diante da acirrada concorrência nacional (REICHEL, 1979).

<sup>150</sup>Em artigo na *Folha de São Paulo*, de 9.04.2000, a ex-ministra da Fazenda Maria da Conceição Tavares escrevia que:

*“A proclamação da velha República confirmou a hegemonia paulista no pacto de dominação oligárquico (contra os espérnios dos “jacobinos” civis e militares do Rio) e reforçou os nexos da sua burguesia com os centros financeiros internacionais. Daí em diante, cada vez que a ligação se rompe ocorre uma mudança no padrão de financiamento da acumulação de capital que torna necessária a intervenção crescente do Estado Nacional (Caixa de Conversão, Tesouro, Banco do Brasil, BNDE etc.) para repor as condições de valorização da riqueza privada.*”

que foram levados a deslocar investimentos, adquirindo plantas frigoríficas paulistas.

Excetuando-se a "indústria da carne", as indústrias da "metade sul" gaúcha concentravam-se nas cidades portuárias de Pelotas e Rio Grande<sup>151</sup>, mais distantes das regiões interiores e fronteiriças do pampa gaúcho<sup>152</sup>. Tratavam-se também de grandes unidades industriais cuja escala de produção era determinada pela acirrada concorrência nacional (SINGER, 1977). O levantamento historiográfico da origem dos capitais que financiaram a industrialização da zona litorânea do pampa parece apontar um padrão difuso:

Em 1874, em Rio Grande, com Carlos Guilherme Vater, imigrante alemão, e Rheingantz, filho do fundador e organizador da colonização alemã em São Lourenço, teve início realmente a industrialização no Rio Grande do Sul. Eles fundaram a "União Fabril", cuja maior parte do capital investido pertencia ao segundo. Pelotas, a partir de 1881, foi escolhida por Rheingantz para fundar uma fábrica de chapéus. Em 1884, ele desfaz a sociedade com Vater da "União Fabril", amplia o capital de 90 para 600 contos de réis e, dois anos após, possuía três fábricas em Rio Grande (uma de tecido de lã, outra de algodão e a última de aniação) (...). (MOURE, 1992, p. 103)<sup>153</sup>.

---

*As políticas macroeconômicas, sobretudo as cambiais, as monetárias e de ajuste fiscal (...) sempre tentaram levar à prática uma "macroeconomia da riqueza" que evitasse a quebra dos principais bancos privados. Não é por acaso que o patriciado paulista, apesar da acabrunhante derrota política em 32, manteve os prósperos e milionários negócios de sua nova burguesia e indicou o banqueiro Whitaker para ministro da Fazenda do primeiro governo de Vargas (...)."*

<sup>151</sup>Mesmo na atualidade, essas cidades constituem o único eixo industrial gaúcho localizado em sua "metade sul". Os principais ramos industriais localizados nesse eixo são Química, Fertilizantes, Produtos Alimentares (incluindo Produção de Conservas), Couros, Peles e Similares e Produtos Farmacêuticos e Veterinários (PROJETO RS 2010, 1997).

<sup>152</sup>Os políticos gaúchos freqüentemente situam as dificuldades de desenvolvimento do interior pampeano na rigidez das áreas de fronteira como por ocasião da implantação da "Lei de Segurança Nacional" pelo último regime militar. Em recente manifestação do senador gaúcho Pedro Simon (2004, p. 235):

*"Desde os anos 1930, várias leis federais restringiram o estabelecimento de empreendimentos naquela zona, mais especificamente num trecho de cem quilômetros a partir da linha divisória. Surgiu o que se chama de Faixa de Fronteira. Qualquer iniciativa ali teria que ser autorizada pelo poder central. Nunca foi dito claramente, mas a verdade é que essas leis tiveram origem no temor da eclosão de uma guerra para com a Argentina. Temia-se que, havendo um conflito armado, grandes indústrias se transformassem em alvos fáceis. Essas leis restritivas foram sendo renovadas, inclusive com a ampliação da área, em 1937, para cento e cinqüenta quilômetros."*

<sup>153</sup>Como destaca E. Lagemann (1992, p.132), "Rheingantz, filho do comerciante Jacob Rheingantz" também havia se dedicado ao comércio em Pelotas antes de constituir em sociedade a "União Fabril".

Entretanto, nos empreendimentos industriais de larga escala as expectativas de realização de uma determinada taxa de mais-valia servem de pressuposto para a obtenção de recursos financeiros junto ao setor bancário. É nesse contexto que o capital a juros viabiliza as grandes plantas industriais da “metade sul” gaúcha, que puderam competir por algum tempo em igualdade de condições por fatias do mercado consumidor nacional e internacional.

Entretanto, na reorganização do território brasileiro pelo novo padrão de acumulação assentado na indústria, o processo de diferenciação regional é reforçado na medida em que a maior fatia dos novos investimentos produtivos é destinada para empreendimentos nas grandes cidades da Região Sudeste<sup>154</sup>, especialmente do estado de São Paulo<sup>155</sup>. Com efeito, se em 1907 São Paulo detinha 17% da produção industrial brasileira, essa participação evoluiu para 37,5% em plena crise do café de 1929. Mesmo nos gêneros agropecuários os indicadores paulistas já despontavam ainda na década de 1930, produzindo charque na quantidade equivalente à metade da produção gaúcha (CANO, 1985). Mas é na década de 1950, puxada pela indústria automobilística, que se consolida a fase oligopolista da industrialização brasileira, e amplia-se a distância econômica de São Paulo para com as demais regiões (CANO, 1975; 1985; COSTA, 1988).

Nesse cenário ganharia enorme destaque no meio político e na mídia gaúcha a obra *Rio Grande do Sul: um novo Nordeste* (1960), de Franklin de Oliveira, denunciando o agravamento da crise econômica regional diante do "centro econômico" do país. Para o jornalista gaúcho, a "crise regional" se inicia com o governo de Juscelino Kubitschek e sua opção pelo gigantismo industrial, que solapara a base de pequenas e médias empresas da industrialização gaúcha (numa clara menção à estrutura industrial da zona colonial e da capital).

---

<sup>154</sup>O Estado brasileiro também responde pela concentração geográfica dos capitais industriais na medida em que auxiliou diretamente no desenvolvimento pioneiro de uma rede de geração e distribuição de energia elétrica em São Paulo e Rio de Janeiro, fator que proporcionaria significativa redução de custos de produção para aquelas indústrias que buscassem estes estados.

<sup>155</sup>A hegemonia econômica paulista antes da industrialização ocorria pela dinâmica do setor cafeeiro, como historicamente ocorrera com o Nordeste ao tempo do desenvolvimento do setor açucareiro (séc. XVII e XVIII).

De qualquer forma, empresários do “norte” e “sul” gaúchos se ressentiam da perda de mercado para indústrias localizadas em outros estados. Instalou-se um consenso no meio empresarial e político do estado de que a crise da produção industrial regional era de falta de capitais, o que evidentemente exigiria políticas públicas corretivas e “carregadas” em créditos subsidiados.

Em verdade o problema estrutural da economia gaúcha (incluindo as indústrias de Pelotas e Rio Grande) era sua maior vulnerabilidade competitiva que se traduzia na continua diminuição das taxas de lucro<sup>156</sup>. Não é sem outra razão que a “questão regional” emerge como temática central da agenda nacional na medida em que se intensifica o processo de oligopolização da economia brasileira. Ainda que inicialmente associada aos problemas nordestinos, oportunizou no interior das ciências sociais brasileiras um debate intenso sobre a natureza da diferenciação regional. Uma das vertentes do debate era simbolizada pelo sociólogo Francisco de Oliveira (1981), para quem a modernização econômica transformava o regionalismo nordestino numa manifestação “*meramente sócio-cultural com tendência a dissolução*”<sup>157</sup>. A outra vertente era sintetizada pelos argumentos do geógrafo Manuel Correia de Andrade (1988), que também analisara o desenvolvimento sócio-econômico nordestino, mas concluía que as “desigualdades regionais” eram constantemente recriadas pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista, que acentuava a “*dominação das regiões ricas sobre as pobres*”.

Na década de 1970 o planejamento regional atinge seu auge, defendida pelos militares como instrumento ideal para combater os desequilíbrios inter-regionais provocados pelo desenvolvimento industrial. E como veremos no capítulo quarto, abre-se nova arena de disputa por fundos públicos envolvendo as

---

<sup>156</sup>A ciência econômica ajuda a entender parte desse processo quando fala da inelasticidade dos custos de produção, que se tornou fatal para alguns empreendedores industriais gaúchos diante das distâncias a enfrentar para colocar sua produção e/ou obter “*matérias-primas do centro do país*” (MOURE, 1992, p.104).

<sup>157</sup>A obra *Eligia para uma re(li)gião*, de Francisco de Oliveira, situa as funções da Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) na extensão das relações de produção capitalistas do Centro-Sul para o Nordeste (como se a região ainda não estivesse inserida na dinâmica capitalista).

elites campeiras meridionais e seus representantes políticos, inconformadas até hoje de ficarem de fora das benesses dos fundos constitucionais de desenvolvimento regional.

### 3.1.3. A vez da industrialização dos Campos Gerais paranaenses

Para o historiador Horácio Gutierrez (1996) o poder dos latifundiários pecuarista paranaense somente começaria a ser minado entre as décadas de 1860 e 70, quando as ferrovias e uma principiante legislação anti-escravista permitem a instalação na região dos primeiros fluxos imigratórios e o desenvolvimento da pequena propriedade familiar<sup>158</sup>. A execução de projetos de colonização trouxe para os pecuaristas dos Campos Gerais a possibilidade de realização da renda da terra pela venda de parte da propriedade (particularmente das áreas de mata) ao Estado. A Lei de Lavoisier também se aplica no mundo campeiro, onde nada se cria, nada se perde, tudo se vende!

Se muitos desses núcleos coloniais permaneceram estagnados não foi, como se pensa, porque *“a conjuntura não lhes proporcionava mercados para a colocação de seus excedentes, sendo obrigados a reduzir sua atividade agrícola a uma lavoura de subsistência”* (BALHANA et al, 1967, p. 366 apud CUNHA, 2003, p. 52)<sup>159</sup>, mas porque estavam naquele momento à margem dos investimentos em modernas infra-estruturas de circulação (armazenagem, transportes) que lhes possibilitassem a conquista de mercados além da escala local.

A pequena propriedade familiar dos campos paranaenses desenvolvia exatamente o papel que lhe cabia à época, oficialmente contribuir para reduzir a carestia alimentar nas cidades da região e, na prática, reduzir os custos de

---

<sup>158</sup>O fracionamento do latifúndio nos Campos Gerais paranaenses foi muito mais acentuado que na Campanha gaúcha. Alguns exemplos são as colônias de ucranianos (em Prudentópolis), de alemães (em Palmeira), de italianos (em Castro e Palmeira), de holandeses (em Carambeí), e de poloneses (em Ponta Grossa). Para o conjunto da “metade sul” gaúcha projetos de colonização surgiram nas Missões (caso dos poloneses em São Luiz Gonzaga e Guarani das Missões), no entorno do eixo Pelotas-Rio Grande, e em algumas áreas próximas da Campanha (como Jaguari, Mariana Pimentel e Dom Feliciano) (PROJETO RS 2010, 1997), e também (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1996).

<sup>159</sup>BALHANA et al. Op. cit.

reprodução da força de trabalho das atividades agropecuárias e extrativas (inclusive no “Sistema Faxinal”).

A crise da pecuária e o encerramento dos projetos de colonização compelem a classe pecuarista dos Campos Gerais a também adotar estratégias de industrialização. O desenvolvimento de frigoríficos era tarefa mais complicada porque os grandes proprietários de terras paranaenses nunca conseguiram desenvolver por completo o “ciclo pecuarista”, justamente pela primazia das elites campeiras pampeanas. Em compensação, o extrativismo nas áreas de mata que permeavam os latifúndios ensejou estratégias de desenvolvimento de atividades de beneficiamento de madeira e erva-mate na região<sup>160</sup>.

Na economia do mate, o topo da pirâmide social regional era ocupado pelos “*barões do mate*”, representados por grandes industriais e exportadores do produto; os níveis intermediários pelos proprietários de ervais; e a imensa base fundamentalmente por “*simples colhedores de erva*” (YU, 1988, apud CUNHA, 2003)<sup>161</sup>. Na economia madeireira, os lucros pertenciam “*principalmente aos grupos econômicos estrangeiros, argentinos e ingleses, que monopolizavam a industrialização e as cotas de exportação do produto*”, e em menor proporção aos proprietários (funditários) de reservas florestas e proprietários de serrarias (SILVA, 1997, p. 17 apud CUNHA, 2003, p. 51)<sup>162</sup>:

A estratégia da compra de “pinho em pé” não obrigava os grupos à compra da terra onde se encontravam as reservas. Assim, esses grupos não

---

<sup>160</sup>O boom da indústria madeireira paranaense ocorreu na década de 1890 através da destruição das florestas nativas. Já o extrativismo da erva-mate possui importância econômica para o Paraná desde a década de 1720, embora seu apogeu ocorra apenas com a industrialização do produto em 1873 (CAMARGO, 1998). Reconhecendo o papel das exportações de erva-mate para a economia paranaense, Francisco de B. B. Magalhaes Filho (1994, p. 7) lembra que os principais mercados estavam nos vizinhos sul-americanos de “*economia primário-exportadora de segunda ordem, ou seja, seus mercados eram outras economias primário-exportadoras, e não os países industrializados*”.

<sup>161</sup>YU, C. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1988.

<sup>162</sup>SILVA, J. Processos econômicos-sociais regionais e seus impactos sobre a estrutura urbana de Guarapuava – PR. **Revista de Historia Regional**. Ponta Grossa: UEPG/Dpto. de História, v..2, n.1, 1997.

precisavam imobilizar seu capital e, quando raramente o faziam, vendiam a terra imediatamente após a retirada da reserva de pinho. Deste modo, um insignificante capital ficou na região, não foi constituído nada de definitivo, não fixou população e o que restou foi apenas uma área devastada.

Evidente que parte desse capital que circulou na região deve ter permanecido, de maneira que a nova dinâmica econômica regional e a implantação do regime republicano possibilitaram que as elites campeiras paranaenses articuladas em torno das atividades do extrativismo e beneficiamento da madeira e da erva-mate pudessem alcançar o poder estadual, compondo com a burguesia industrial-comercial paranaense (MACEDO, 1989 apud PAULA, 2001)<sup>163</sup>. Assim, a década de 1930 registra novo patamar de consolidação do capital financeiro (capital a juros) na região por meio da atuação de grandes bancos, refletindo também as mudanças sociais em curso na economia local e estadual:

(...) o baronato [ervateiro] curitibano e os terrateniente [descendentes dos bandeirantes paulistas] pontagrossenses fundaram o Banco Comercial do Paraná; pouco depois, surge o Banco Mercantil e Industrial (Bamerindus), com capitais de comerciantes pontagrossenses (inclusive alguns russos-alemães) e dos principais cafeicultores no Norte Velho. A matriz de ambos os estabelecimentos bancários foi estabelecida em Ponta Grossa. (LAROCCA JUNIOR, 2002, p. 62)<sup>164</sup>.

O papel de intermediação financeira, o capital comercial e as ferrovias transformam a paisagem urbana de Ponta Grossa durante as primeiras décadas do século XX, que se torna no período a maior cidade do interior paranaense. A

---

<sup>163</sup>MACEDO, M. M. de. **Notas sobre a relação Estado e Sociedade no Paraná. 1989.** Trabalho (Disciplina Padrões de Intervenção do Estado). Universidade Estadual de Campinas.

Sobre a ligação entre capitais ervateiros e madeireiros:

“Os grandes proprietários dos engenhos de mate são também madeireiros, com braços industriais de apoio ao mate (...) Os maiores são proprietários de edificações urbanas, de fazendas de agricultura, engenhos de arroz, aguardente e mandioca, possuindo, os mais abonados, dezenas de escravos.” (BEGA, 2001, p.92 apud CUNHA, 2003, p. 57). Cf. BEGA, M. **Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e construção da identidade regional.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP/Sociologia, 2001.

<sup>164</sup>O Banco Bamerindus implantaria agências por diversos estados, transformando-se rapidamente numa das principais instituições bancárias privadas do país. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, com a nova regulamentação do setor bancário permitindo o controle por capitais estrangeiros, o banco foi adquirido pelo grupo europeu HSBC.

vida social urbana se amplia com casas comerciais de erva-mate e madeira, curtumes, comércio de ferragens, de tecidos, etc<sup>165</sup>. Ao mesmo tempo, emerge uma diversidade de indústrias de pequeno porte voltadas para a produção de:

(...) doces (Eugênio Gambassi, 1899; Angelo Capri), sabões e velas (Eugênio Bocchi, 1913), serrarias (Theodoro Kluppel, 1906; Lysandro Araújo, 1906 e 1920), massas alimentícias (Domingues Garcia), charque (Antunes Duarte, 1911), tecidos (Vilela, Guimarães e Almeida, 1912), cerveja (Henrique Thielen, 1919), banha (Felipe Justus, 1920) e mesmo uma metalúrgica capaz de produzir “pregos, dobradiças, arruelas, prensas de copiar e brecks”. (HOLZMANN, 1975, p. 32 apud LAROCCA JUNIOR, 2002, p. 62)<sup>166</sup>.

Destaque especial coube ao setor metal-mecânico local, que encontrou campo propício com o desenvolvimento do parque de manutenção do setor ferroviário<sup>167</sup> e sua vasta demanda por serviços. Contribuiu a disponibilidade de mão-de-obra relativamente especializada, formada principalmente por russos-alemães imigrados do Volga, e dos quais muitos desenvolveram um “saber fazer” também a partir da montagem de carrocerias e de pequenos reparos em veículos.

---

<sup>165</sup>Sobre o papel econômico desempenhado pelos russos-alemães que chegaram aos Campos Gerais paranaenses no final do século XIX, E. Holzmann destaca romanticamente o trabalho na construção das ferrovias e na coleta e transporte da erva-mate:

*“Em seus veículos puxados por oito animais, todos do mesmo pêlo, muito bem tratados e arreados com esmero, traziam os sacos e surrões de erva-mate cacheada, do sertão remoto para os exploradores e “engenheiros” de Ponta Grossa, Curitiba e Antonina, levando destas praças para o interior os materiais e mercadorias de consumo. Formavam comboios de vinte ou mais carroções, gastando um mês de viagem de Antonina a Guarapuava. (...)E muitos deles começaram a negociar por conta própria: em seus carros enormes e empoeirados, de tolda pichada, tiveram nascimento grandes firmas comerciais, que se estabeleceram pouco depois nas praças de Guarapuava, Prudentópolis, Imbituva, Ipiranga, Conchas e Ponta Grossa.”* (HOLZMANN, 1966, p. 28-37 apud PINTO & GONÇALVES, 1983, p. 114). Cf. HOLZMANN, E. **5 histórias convergentes**. Curitiba: Oficina Grafica da Papelaria Reguião, 1966.

<sup>166</sup>HOLZMANN, G. **Ponta Grossa: edição histórica**. Curitiba: Graf. Requião, 1975.

<sup>167</sup>A importância regional da ferrovia, sobretudo para Ponta Grossa, repercutia no número de empregos gerados e na expansão urbana e industrial da cidade:

*“Por situar-se na parte intermediária do percurso entre São Paulo e o Rio Grande do Sul e com acesso férreo a Curitiba, Ponta Grossa foi escolhida para a implantação de infra-estrutura que atendeu aos interesses da Companhia (o autor fala da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA): pátios para manobras e armazenamento de comboios, oficinas de locomotivas e vagões, estações de cargas e passageiros, depósitos de vagões, locomotivas e cargas, usinas de tratamento de dormentes e trilhos, além de escolas profissionalizantes, hospital, armazéns e vilas operárias”.* (MONASTIRSKY, 2001, p. 40).

Para muitos pesquisadores paranaenses, essa época é marcada não apenas pelo deslocamento do poder político de Castro para Ponta Grossa, mas também das mãos dos grandes proprietários pecuaristas para as da burguesia comercial com interesses industriais e agropecuários:

Das estéreis disputas políticas do período imperial, que, na prática, se prolongaram até os anos 30, opondo a burguesia curitibana do mate à oligarquia terrateniente dos Campos Gerais (àquela época centrados em Castro, maior cidade do interior), Ponta Grossa emerge, como centro de atração de imigrantes vindos da Europa (e nem sempre bem sucedidos...) e, principalmente (...) [por] ter-se tornado sede paranaense da ferrovia que a fez cidade-encruzilhada, transformando-a, no curso de poucos anos, na segunda maior economia urbana do estado; esses vinte ou trinta anos constituem um intervalo atípico no desenrolar da reiterada alienação de Ponta Grossa em relação ao Paraná e a si mesma, um pequeno poema, que, composto pelos ingleses da ferrovia, foi musicado pelos capitais locais, que, pouco depois, a crise de 1929 calou. (LAROCCA JUNIOR, 2002, p. 83-84).

Mas conforme o olhar é possível destacar que essa mudança da base social e territorial do poder político nos Campos Gerais preservou os interesses da classe latifundiária, que também soube aproveitar as oportunidades de negócio surgidas primeiro com o “ciclo ervateiro-madeireiro”, e depois com a expansão do setor agrícola estadual.

As oportunidades de investimentos financeiros no âmbito da economia estadual também foram ampliadas com o desenvolvimento, a partir das décadas 1940 e 50, de projetos de colonização e de infra-estrutura no norte paranaense. Sob a direção de capitais ingleses, forma-se nova área de cafeicultura e uma forte burguesia agrária:

Essa expansão dá-se com um grande fluxo de imigrantes tanto como força de trabalho para a cafeicultura e outras lavouras a ela associadas quanto para as atividades secundárias e terciárias que a ocupação da região e o beneficiamento, transporte e comercialização das safras exigem. De um lado isso leva a que a população paranaense cresça às taxas mais altas entre as unidades federadas durante duas décadas (5,5% e 7,3% ao ano, respectivamente entre 1940/50 e 1950/60), passando de 1,2 para 4,3 milhões no período. (MAGALHÃES FILHO, 1994, p. 8).

O capital criara quase da noite para o dia uma nova região produtiva inteira no norte do estado<sup>168</sup>. E diante da exibição de tamanha força do capital, as elites campeiras paranaenses cedo perceberam a importância da aproximação das forças políticas que defendiam os interesses financeiro-industriais, alijando a fração de pequenos capitalistas empreendedores locais e apoiando os grandes projetos industriais<sup>169</sup>.

A década de 1960 consolida as mudanças em curso no poder político na região dos Campos Gerais e de modo ainda mais significativo na escala estadual. O governador Ney Braga (1961-65) aprova a criação da *Companhia de Desenvolvimento do Paraná*, que direciona para Ponta Grossa investimentos nas indústrias de refino de óleo vegetal, de laticínios, de produtos químicos, e de fiação e tecelagem (PAULA, 2001), e que resultaria na década seguinte na implantação do Distrito Industrial de Ponta Grossa:

---

<sup>168</sup>E também quase da noite para o dia formou-se gigantesca massa de excluídos, sendo que o êxodo rural no norte paranaense expulsou 2,8 milhões de pessoas entre 1970-91, com pouco mais de meio milhão se deslocando para centros urbanos da própria região.

Aliás, o saldo migratório foi negativo para o conjunto do Paraná Tradicional, que entre 1970-80 expulsou 200 mil moradores da área rural, a maior parte dirigida ao meio urbano (quase 170 mil), e outros 278 mil entre 1980-91 quando menos de metade (115 mil pessoas) deslocou-se para cidades da própria região (ROLIM, 1995).

Comparado com o caso gaúcho, apenas na década de 1960 o êxodo rural direcionou 240 mil pessoas para a região industrializada em torno da capital, e cuja procedência foi relativamente equilibrada entre "metade norte" e "metade sul" do estado. Já na década de 1970 a "metade norte" do estado fornecia maior fluxo migratório, mas o saldo migratório negativo de ambas as regiões saltara agora para 460 mil pessoas (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS, 1996).

Em verdade, o histórico esvaziamento dos campos da "metade sul" gaúcha e do Paraná Tradicional explica seus precoces e elevados índices de urbanização. O Projeto RS 2010 (1997) destaca que já em 1920, a participação da população urbana na população total da "metade sul" gaúcha equivalia a da região mais industrializada do estado. Também Ponta Grossa apresentava já em 1930 uma taxa de urbanização superior a 75% (MONASTIRSKY, 2001), índice que o Brasil somente alcançou em 1991.

<sup>169</sup>Para César Augusto Benevides (1991, p. 17), as bases para a modernização econômica do Paraná (como as melhorias no porto de Paranaguá e a ligação rodoviária entre Curitiba e norte do estado) foram lançadas durante o governo do interventor federal Manoel Ribas, nas décadas de 1930 e 40:

"A documentação relativa ao período insinua que o grande desejo de Ribas era obter a colaboração de capitalistas paulistas, dispostos a multiplicar a riqueza da região norte do Paraná. Pretendia, enfim, que as ricas glebas do Estado fossem cobertas de sementeiras e povoadas de trabalhadores e não de gado."

Embora apontado por alguns como representante da elite campeira (apud WACHOWICHZ, 1988) por proceder da cidade de Lapa, Braga acaba contrariando essa lógica. O café deixava de ser o produto primeiro da economia paranaense, sendo substituído pela soja e, com ele, é implantado todo um modelo de modernização da agricultura paranaense que será marcado por intensa atividade migratória do campo para a cidade, principalmente nas regiões onde o café teve maior desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o estado começava a definir a industrialização como meio de acelerar o desenvolvimento brasileiro, opção que se radicalizaria após 1964. (PAULA, 2001, p. 59).

A industrialização fomentada durante o governo de Ney Braga não alterou a estrutura latifundiária dos Campos Gerais, inclusive o município natal do governador. Ao contrário, pois o estímulo oficial à agroindústria significou justamente a abertura de novas possibilidades de criação de valor acrescido através do latifúndio. Portanto, se houve alguma “ruptura” (PAULA, 2001), de modo algum significou que a elite campeira fosse alijada do processo econômico ou da vida política regional e estadual.

Evidente que o processo de urbanização e de crescimento demográfico encetado pelo desenvolvimento agrícola e agroindustrial traz ao cenário político de Ponta Grossa novas classes e grupos sociais, e que vão rivalizar com o poder da elite campeira. Mas dentro do possível, as elites campeiras também lançaram mão de novas estratégias visando compensar os efeitos da quebra do monopólio do poder político, e que já se traduzia em forma de disputas mais acirradas nas eleições locais.

A década de 1970, com a instalação de grandes unidades agroindustriais, de uma estrutura de armazenagem para soja e trigo, e de fábricas de fertilizantes, principalmente em Ponta Grossa, representa a maturação das políticas públicas nas três escalas político-administrativas (Município, Estado e Governo Federal) no sentido da atração de grandes empresas de capital estrangeiro e da valorização do setor agro-exportador:

Antecipando os movimentos de atração de capital internacional que viriam a caracterizar o “milagre brasileiro” dos 70, já de início lançou-se o governo municipal em subsidiar, mediante a doação de terrenos, obras de terraplanagem e redes de energia elétrica, grandes unidades fabris de agro-indústria, em especial as esmagadoras de soja (Sanbra, depois Ceval e hoje Bunge; Cargill; Anderson Clayton, depois Gessy Lever, hoje Coinbra; Irmãos Pereira, depois Coinbra), cultura que iniciava seu ciclo no Paraná, substituindo não somente o café do Norte com também parte da policultura do Oeste. Ao grupo de empresas (todas de capital estrangeiro) da soja, foram acrescentados estabelecimentos têxteis (Monofil e Kurashiki), produtores de fertilizantes (Quimbrasil, depois Ipiranga, depois Serrana, hoje Bunge; Takenaka, hoje Macrofertil), um grande moinho de trigo serraceno (Mak-Bros, hoje extinto), acompanhados dos armazéns de cereais e oleaginosas de empresas (Sagro, hoje Cooperativa Castrolanda) e das cooperativas regionais (Batavo; Cotia-Sul Paraná; Mista de Ponta Grossa e Coopersul), que povoaram a região sul da cidade, ao longo da rodovia e da ferrovia(...). (LAROCCA JUNIOR, 2002, p. 72).

Larocca Junior destaca da lista de novas empresas o caso da japonesa Kurashiki, para demonstrar o tipo de vinculação dos capitais estrangeiros com o desenvolvimento local-regional: *“Até hoje, sua inserção na vida local se resume à doação, a cada dez anos, de um pequeno equipamento desportivo, ou assistencial, ou cultural, à sociedade local. Constitui-se, afora tal perfumaria, no mais acabado exemplo de “enclave” (...).”* (LAROCCA JUNIOR, 2002, p. 72).

Ao longo da década de 1990 ocorre novo “surto” industrializante nos Campos Gerais, outra vez baseado na atração de grandes investimentos industriais e concentrado em Ponta Grossa. Os elevados custos de produção nas regiões industrializadas do “centro” do país e o acirramento da “guerra fiscal” (favores creditícios e fiscais) entre os estados puderam ser capitalizados na forma de inserção dos Campos Gerais na “geopolítica” dos novos fluxos de investimentos industriais. Pode-se dizer que a construção da proximidade geográfica dos Campos Gerais com os mercados do “centro” do país através da articulação de infra-estruturas pôde finalmente ser aproveitada para a implantação de uma dinâmica industrial não mais vinculada apenas ao desempenho do setor

agropecuário, representando uma novidade histórica nos campos meridionais e para a própria região<sup>170</sup>.

### **3.2. A ATUAL REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E A INSERÇÃO DAS ELITES CAMPEIRAS MERIDIONAIS**

O avanço da globalização da economia através da continua expansão das empresas multinacionais, das redes técnicas e da liberalização dos mercados repercute diretamente no reordenamento produtivo do espaço brasileiro, aprofundando o processo de diferenciação regional.

Milton Santos (1979a) afirma que a partir da década de 1970 o peso da informação<sup>171</sup> passa a ser mais fundamental que da própria indústria na reorganização dos território brasileiro. A universalização da nova infra-estrutura produtiva pelo território nacional ocorre justamente pelas novas tecnologias de gerenciamento empresarial, que reforçam a concentração das funções de comando industrial e financeiro (o controle da informação) em alguns pontos específicos do território, onde o "*novo setor de serviços sustenta as novas classes médias que trabalham nos diversos setores financeiros, nas múltiplas ocupações técnicas, nas diversas formas de intermediação, marketing, publicidade etc.*" (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 269)<sup>172</sup>.

A expansão dos limites da "região concentrada" (Centro-Sul) ocorre a partir dessa nova seletividade territorial imposta pelo adensamento das redes de

---

<sup>170</sup>Apesar de todos os esforços dos últimos governos gaúchos em promover a "metade sul" do estado a condição de "área luminosa" no contexto da geografia industrial do Mercosul, a região não tem evoluído de "corredor de passagem" de mercadorias entre São Paulo e Buenos Aires.

<sup>171</sup>Na matriz interpretativa miltoniana a informação representa o elemento capaz de proporcionar unidade técnica e organizacional ao sistema produtivo.

<sup>172</sup>A primazia do Sudeste e em particular de São Paulo pode ser analisada pelo montante de capital acumulado nos bancos:

*"Do total de depósitos à vista, a prazo, de poupança e outros em dezembro de 1997 no país (382, 23 bilhões de reais), 71,41% estavam na região Sudeste (273 bilhões de reais) e 55,42% no Estado de São Paulo (211,85 bilhões de reais). Rio de Janeiro, representando 11,3 % do total nacional de depósitos, ocupava o segundo lugar, seguido pelo Distrito Federal, com 8,61% do total."* (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 195).

transportes, energia e telecomunicações. Seu significado imediato é a produção de uma relativa "desconcentração concentrada" da produção industrial do entorno de São Paulo para áreas seletas do interior do estado, dos três estados sulistas, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A Tabela 16 permite visualizar que as Regiões Sudeste e Sul, grosso modo a "região concentrada", são as que mais se beneficiaram do crescimento das atividades e empregos industriais no período de 1985 a 2000, apenas com uma ligeira redistribuição da participação entre suas unidades federativas. As regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste tiveram que "dividir" o crescimento de apenas 3,9% em pessoal ocupado e 1,6% em valor da transformação industrial nacional no mesmo período.

Contudo, a nova geografia da produção brasileira influi na distribuição do emprego industrial ao mesmo tempo em que amplia a ociosidade da força de trabalho. A persistência de elevados índices de desemprego da população economicamente ativa por todo o país e em especial em São Paulo e demais regiões metropolitanas representa o lado perverso da implantação dos novos padrões tecnológicos industriais territorialmente desconcentrados e excludentes.

O economista Luis Augusto de Queiroz Ablas (1985, p. XVII) apontou corretamente a raiz do processo de diferenciação regional ao situá-la nos níveis de intensidade de capital entre os diversos setores econômicos: *"Como o total de lucros é igual ao total de excedente gerado pelas atividades produtivas, mesmo em condições de concorrência perfeita, há uma transferência de esforço produtivo entre setores com diferentes graus de capitalização."* Essa diferenciação das atividades produtivas pelo "grau de capitalização" se traduz geograficamente na valorização diferenciada dos lugares (AUED, 2002), e desmonta a ideologia da falta de capitalização alegada pelos que dependem das atividades e regiões desvalorizadas.

TABELA 16 – Distribuição do emprego e da produção industrial por Macrorregiões e Unidades Federativas - 1985/2000

Macrorregiões e UF	Pessoal Ocupado em 31/12 (em %)			Valor da Transformação Industrial (em %)		
	1985	1996	2000	1985	1996	2000
<b>Brasil</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Norte</b>	<b>2,5</b>	<b>2,7</b>	<b>3,0</b>	<b>2,8</b>	<b>4,5</b>	<b>4,5</b>
Rondônia	0,2	0,3	0,4	0,2	0,1	0,1
Acre	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Amazonas	1,2	1,2	1,1	1,8	3,3	3,1
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pará	1,0	1,1	1,2	0,7	1,0	1,3
Amapá	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Tocantins	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
<b>Nordeste</b>	<b>10,0</b>	<b>10,6</b>	<b>11,3</b>	<b>10,0</b>	<b>7,7</b>	<b>8,9</b>
Maranhão	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3
Piauí	0,3	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1
Ceará	1,9	2,2	2,7	0,9	1,2	1,7
Rio Grande do Norte	0,7	0,8	0,9	1,0	0,5	0,6
Paraíba	0,7	0,8	0,8	0,3	0,4	0,4
Pernambuco	2,6	2,5	2,4	1,8	1,6	1,1
Alagoas	0,7	1,2	1,1	0,4	0,6	0,5
Sergipe	0,4	0,4	0,4	0,9	0,3	0,4
Bahia	2,4	2,0	2,2	4,4	2,8	3,9
<b>Sudeste</b>	<b>66,0</b>	<b>61,1</b>	<b>57,2</b>	<b>71,2</b>	<b>68,2</b>	<b>66,1</b>
Minas Gerais	8,2	10,0	10,4	8,6	9,3	9,5
Espírito Santo	1,2	1,3	1,5	1,5	1,3	2,0
Rio de Janeiro	9,7	7,9	6,7	13,2	8,2	9,4
São Paulo	46,9	41,9	38,6	48,0	49,5	45,3
<b>Sul</b>	<b>19,6</b>	<b>22,6</b>	<b>24,5</b>	<b>14,8</b>	<b>17,4</b>	<b>18,3</b>
Paraná	4,4	6,2	6,7	4,3	5,3	5,7
Santa Catarina	5,5	6,8	7,2	3,7	4,3	4,3
Rio Grande do Sul	9,7	9,6	10,6	6,9	7,8	8,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1,9</b>	<b>3,1</b>	<b>4,1</b>	<b>1,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>
Mato Grosso do Sul	0,3	0,5	0,7	0,2	0,4	0,3
Mato Grosso	0,3	0,7	1,2	0,2	0,5	0,5
Goiás	0,9	1,6	1,9	0,7	1,1	1,1
Distrito Federal	0,3	0,3	0,3	0,1	0,2	0,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Anual Empresa – 2000.  
Org. Luis Lopes DINIZ FILHO (2005).

A chamada “teoria das trocas regionais desiguais”<sup>173</sup> tentou explicitar os efeitos da diferenciação de grau de capitalização em cada atividade econômica, mas por vezes acabou “reificando” as formas espaciais ou reduzindo a questão da desvalorização produtiva regional à mera distribuição desigual da massa salarial. Quando em verdade os diferenciais regionais de produtividade (intensiva em técnica ou trabalho) resultam justamente da alocação diferencial dos investimentos financeiros, que no caso brasileiro se traduzem no fenômeno da “desconcentração concentrada” do complexo industrial-financeiro:

Em 1972, 71,6% (5.522) das agências de todo o país pertenciam a bancos privados. E as áreas preferidas pelo setor bancário privado eram, certamente, as de maiores densidades demográficas, técnicas e econômicas, já que as agências bancárias privadas representavam 78,4% das agências do Sudeste e 68,8% das do Sul. Pouco mais da metade das agências bancárias nas regiões Centro-Oeste e Nordeste pertenciam a matrizes privadas (respectivamente 54,7% e 53,2%). Até esse momento, o Norte era pouco atrativo para os capitais privados, que respondiam por apenas 44,3% do total de agências bancárias. Em São Paulo, 85,6% das agências eram de bancos privados. (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p.186)<sup>174</sup>.

<sup>173</sup>Para muitos estudiosos do subdesenvolvimento, a causa do “atraso relativo” de determinadas regiões e nações reside no mecanismo das trocas comerciais com as economias desenvolvidas. Originalmente formulada para explicar a troca entre nações, a teoria de D. Ricardo destaca as diferenças de produtividade como fator fundamental para a comparação entre os valores de troca. Em síntese, Ricardo afirmava que o valor da troca pode ser igual, mas se houver diferenças de tempo de trabalho entre os produtos trocados então há ganhadores e perdedores (SANTOS, 1994). Em um outro trabalho, aplicando pressupostos neo-ricardianos, Luiz Augusto de Queiroz Ablas (1982, p.134) assim explicita a origem das desigualdades regionais:

*“(...) uma região é deficitária quando for especializada em setores de produção organizados a partir de uma mão-de-obra intensiva. Por seu lado, a região será superavitária se a sua especialização ocorrer em ramos produtivos com maior intensidade de capital. (...) a região deficitária é dominada externamente pela região superavitária quando os produtores locais, pequenos e médios, utilizando técnicas tradicionais, trocam os seus produtos em bases desiguais com os produtores da região superavitária, desigualdade essa que se reflete nos preços de produção(...)”.*

Em suma, na análise de Ablas a diferença entre custo e preço explicaria a drenagem de recursos de uma região para outra. Ressalva o pesquisador que nas atuais economias oligopolizadas a drenagem de recursos ocorreria pela própria taxa de lucro:

*“Se se admite, finalmente, uma situação em que prevaleça o capitalismo monopolista, com a diferenciação da taxa de lucro em favor de alguns setores mais oligopolizados e, na maioria dos casos, mais capital intensivo, o mecanismo de apropriação do excedente, via taxa de lucro, fica amplificado em detrimento dos setores mais tradicionais.”* (ABLAS, 1982, p.135).

<sup>174</sup>Os autores apontam que para 1998 exatos 64,83% das agências da Região Sudeste era de bancos privados, índice que baixa para cerca de 40% na média das Regiões Sul, Centro-Oeste e Norte, e para 32,16% no caso do Nordeste.

Na escala da competição entre empresas, a possibilidade de gerar mais valor depende da alteração da composição orgânica do capital produtivo de modo a ampliar o capital fixo na forma de máquinas automáticas e obter maior *quantum* de sobretrabalho. A empresa mais rápida e eficiente ao final do processo de modernização tecnológica poderá usufruir maior fatia da mais-valia social geral e até cobrir os custos decorrentes da elevação da massa salarial dos trabalhadores que permaneceram indispensáveis. Evidente que a prática de qualquer “bondade” capitalista é anulada pela condição geral de regurgitamento dos trabalhadores tornados dispensáveis nos novos processos de automação (AUED, 1999).

Desta forma, dispensando trabalho vivo pela incorporação de inovações tecnológicas, as empresas de uma cidade como São Paulo puderam ampliar sua competitividade ao mesmo tempo em que fizeram engrossas as estatísticas de desemprego. Para tentar contornar o problema, busca-se convencer a opinião pública da necessidade de implementar novas atividades industriais (aeroespacial, armamentista, nuclear, telecomunicações etc.)<sup>175</sup>. No Brasil podem ser citados os casos da Embraer (jatos de porte médio), Avibrás (armamentista), Centro Técnico Aeroespacial (foguetes e satélites), Nuclebrás (energia nuclear) e empresas de telecomunicações, dentre outras, quase todas sediadas no estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

O “conta da carochinha” da retomada do dinamismo econômico e social pela reatualização da máquina produtiva ganha “corações e mentes” não obstante exigir que os minguados recursos públicos sejam direcionados para a criação de novos mercados (compras estatais, créditos subsidiados etc.) para viabilizar a formação desses “*monopólios técnicos geradores de sobrelucros*” (GORZ, 1976, p. 244 apud MAMIGONIAN, 1982, p. 39)<sup>176</sup>.

---

<sup>175</sup>Segundo Jacob Gorender (*Folha de S. Paulo*, 08.02.2003), Rosa Luxemburgo demonstrara pioneiramente que o uso da capacidade produtiva social para a criação de armamentos exigia a participação do orçamento estatal.

<sup>176</sup>GORZ, A. Técnica, técnicos e luta de classes. In: **Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista**. Escorpião, 1976.

Nesse cenário de reorganização do território brasileiro, a inserção da Região Sul ocorre fundamentalmente nos investimentos do setor industrial de bens de consumo duráveis, formando novas “manchas” industriais<sup>177</sup>. No caso gaúcho, as novas indústrias privilegiam o entorno de Porto Alegre e cidades como Caxias do Sul, Pelotas e Rio Grande. No caso paranaense, o entorno de Curitiba e cidades como Maringá, Londrina e Ponta Grossa.

Para as demais macrorregiões, a análise da Tabela 17 destaca o crescimento do Produto Interno Bruto entre 1959 e 1990 mais expressivo que o crescimento da produção industrial registrado na Tabela 16, permitindo inferir, ainda que de forma indireta, que a produção agropecuária representa o principal indutor do crescimento da “periferia” do territorial nacional.

TABELA 17 - Distribuição relativa do PIB por Macrorregiões e Unidades Federativas selecionadas - 1959/1990

<b>Macro Regiões e UFs Selecionadas</b>	<b>1959</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>População total</b>
<b>Sudeste</b>	<b>64,1</b>	<b>65</b>	<b>62,2</b>	<b>56,2</b>	<b>44,8</b>
São Paulo	-	39,4	37,8	32,8	22,46
Rio de Janeiro	-	16,1	13,3	11,4	9,65
Minas Gerais	-	8,3	9,6	10,1	10,81
<b>Sul</b>	<b>17,4</b>	<b>17</b>	<b>17,3</b>	<b>16,8</b>	<b>14,5</b>
Paraná	-	5,5	5,8	6,3	6,3
Rio Grande do Sul	-	8,7	8	7,4	6,25
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2,4</b>	<b>3,8</b>	<b>5,1</b>	<b>5,8</b>	<b>6,9</b>
<b>Norte</b>	<b>2,0</b>	<b>2,2</b>	<b>3,2</b>	<b>4</b>	<b>6,2</b>
<b>Nordeste</b>	<b>14,1</b>	<b>12</b>	<b>12,2</b>	<b>15,8</b>	<b>27,6</b>

Fontes: FGV/IBGE, FEE/RS.

<sup>177</sup> Ao estudarem o desempenho da indústria gaúcha de transformação no período de 1985 a 2002, os economistas Christian Velloso Kuhn e Ronaldo Herrlein Jr. confirmaram a existência no curto prazo de uma dependência do crescimento industrial de fatores como desempenho exportador e taxa de câmbio, e no longo prazo uma correlação da evolução da indústria gaúcha com a dinâmica do mercado paulista:

*“Ainda que, ao longo dos anos 90, como se sabe, o processo de abertura de mercados no Exterior por empresas gaúchas venha sendo cada vez mais acelerado (...), a participação da demanda de outros estados no total produzido pela indústria gaúcha permanece elevada, o que explica, em parte, o comportamento desta ser semelhante ao observado no conjunto desse setor em nível nacional.”* (2005, p. 244).

Com efeito, as fazendas de gado e as lavouras comerciais, depois de conquistarem as áreas de cerrado, avançam pela vastidão amazônica e pelo sertão e agreste nordestino<sup>178</sup>. A emergência de novas elites nas áreas de fronteira agrícola provoca uma redivisão da mais-valia social geral, o que explica o atual desespero provocado pela perda de posições dos estados sulistas no agronegócio:

(...) capitais agrários, mercantis, industriais e financeiros [direcionados para o Centro-Oeste] (...) prejudicam as possibilidades de aumento tanto da vertente extensiva da agroindústria processadora quanto dos fabricantes de insumos e implementos no território paranaense. (LOURENÇO & LEÃO, 1995, p.113).

Segundo Lourenço & Leão (1995, p. 113), a única possibilidade para a agricultura paranaense residiria nas *“inversões em pesquisa, extensão rural e assistência técnica, privilegiando o direcionamento de novas tecnologias e o treinamento de produtores”*. Na proposta, transparece outra vez que caberia ao poder público sustentar a competitividades dos produtores privados!

O desespero atinge particularmente as elites campeiras sulistas a julgar pelas reivindicações por novas inversões de capitais capazes de recompor suas taxas históricas de lucro. As entidades classistas rurais (Farsul, Federasul, Associações Rurais) e as bancadas ruralistas dos estados sulistas defendem o maior estímulo do Estado às *“vocações regionais”* agropecuárias, como a pecuária de corte, os frigoríficos<sup>179</sup>, a ovinocultura e a orizicultura irrigada, mas também

---

<sup>178</sup>Conforme dados do IBGE, em 1990 a participação do Rio Grande do Sul no efetivo bovino e equino nacional não chegava a 10% em cada criação.

Atualmente, mais de 50% do gado abatido nos frigoríficos paranaenses procede de outros estados, o que apenas parcialmente pode ser atribuído à reconversão das áreas de pastagens em áreas de lavoura (IPARDES, 1987).

<sup>179</sup>O fechamento de frigoríficos e a operação de outros com elevado grau de ociosidade acaba repercutindo na baixa do preço do quilo da carne bovina pago ao produtor rural pampeano. Conforme declaração do presidente do Sindicato e da Associação Rural de Bagé, Gedeão Silveira Pereira, *“Eram os frigoríficos que asseguravam o preço mínimo de sustentação do quilo do boi vivo em R\$ 0,60 na safra.”* (Zero Hora, 19.07.1997).

para a vitivinicultura, a fruticultura e o florestamento (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS, 1996).

Especificamente para a pecuária, as entidades rurais classistas defendem que os governos federal e estadual aumentem seus investimentos nos programas de controle da qualidade da carne bovina com vista aos mercados externos, como o controle de doenças (raiva bovina, aftosa, etc.) e rastreabilidade da procedência do gado. Dos governos estaduais cobram ainda favores fiscais, especialmente a redução de ICMS, para ocupar a pleno a capacidade de abate dos frigoríficos.

E assim a história da politização do desenvolvimento econômico das regiões campeiras meridionais vai se repetindo, representando sempre o reforço da grande propriedade rural e da apropriação privada da riqueza gerada a partir da retomada da produção regional. Esse é o caso dos nada novidadeiros programas de florestamento em execução por todo o pampa uruguaio-sul-riograndense e apoiados, respectivamente, pelos governos uruguaio e gaúcho, como será visto no próximo item. Nem é preciso esperar para saber dos efeitos da implantação da economia florestal no pampa gaúcho, bastando observar a trajetória dos Campos Gerais paranaenses, onde a atividade imobilizou capitais privados e públicos para gerar um reduzido número de empregos em ocupações de baixa qualificação.

### **3.2.1. E disse o capital: “Faça-se as florestas!”**

Estimulado pela demanda externa, a exemplo de tantos outros produtos do extrativismo e da agropecuária brasileiras, o plantio de espécies exóticas como pinus e eucalipto transformou-se na principal atividade silvícola<sup>180</sup>. A ampla oferta de terras e a elevada produtividade (Ver Tabela 18) têm atraído para o Cone Sul

---

<sup>180</sup> Segundo relatório do BRDE sobre o desenvolvimento da atividade de florestamento no país e na Região Sul:

*“O comércio internacional de produtos florestais no ano de 2001 foi de US\$ 290 bilhões e a participação brasileira foi de apenas 1,4%. Há um espaço amplo para crescimento no mercado internacional, dependendo de fatores como agregação tecnológica e inovação, maior capacidade organizacional da iniciativa privada e aporte de recursos financeiros em condições adequadas às características do setor, dentre outros.”* (BRDE, 2003, p. 11).

O pinus e o eucalipto são utilizados para fins industriais (serrarias, fábricas de papel e celulose, fábricas de móveis) e energéticos (siderúrgicas). As exportações brasileiras no segmento envolvem produtos como painéis de madeira, compensados, madeira serrada, papel, celulose e móveis.

do continente grandes investimentos de poderosos grupos privados com foco na produção para o mercado mundial<sup>181</sup>.

TABELA 18 – Produtividade silvícola em países selecionados

País	Produtividade (em m <sup>3</sup> /ha/ano)
Finlândia	5
Portugal	10
EUA	15
África do Sul	18
Brasil	20 – 30

Fonte: BRDE. Florestamento na Região Sul do Brasil. Set/2003.

No Uruguai, as transnacionais Botnia e Ence controlam vastas áreas de florestas plantadas com pinus e eucaliptos, e iniciam a implantação junto ao rio Uruguai, na fronteira com a Argentina, de duas grandes plantas industriais de celulose. O governo uruguaio de centro-esquerda colocou-se prontamente ao lado desses grupos privados para refutar as pretensões da chancelaria argentina em incluir as áreas de fronteira de ambos os países nos estudos de impacto ambiental para a implantação das indústrias de celulose, além de reprimir os protestos dos grupos ambientalistas locais (*Correio do Povo*, 21.01.2006)<sup>182</sup>.

<sup>181</sup> Alega-se como outra vantagem da produção florestal brasileira a maior exigência ambiental mundial quanto à certificação florestal (o “selo verde”), que garantiria a diminuição da pressão econômica sobre as florestas naturais. Contudo, o Sistema Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR) ainda está em fase de lenta implementação, dificultando um maior controle sobre a atividade madeireira nas regiões de floresta natural.

O Protocolo de Kyoto também estimularia o florestamento nos países subdesenvolvidos financiado pelos países industrializados como forma de repassarem suas cotas referentes ao seqüestro de carbono.

<sup>182</sup> O grupo europeu Stora Enso também se utiliza arditosamente da condição fronteiriça da região pampeana entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul, adquirindo terras em ambos os lados da fronteira para barganhar com os governos uruguaio e gaúcho a localização dos investimentos em nova planta de celulose. Que o capital não tem pátria vale duplamente no caso das regiões de fronteira, como sabemos desde o despontar da atividade pecuarista e charqueadora na região durante os séculos XIX e início do XX.

No Brasil, a atividade de florestamento historicamente foi estimulada a partir de incentivos fiscais do governo federal (dedução de 50% no Imposto de Renda para pessoas jurídicas). E o Fundo de Incentivo Setorial, entre 1966 e 1987, marcou o primeiro período áureo dos investimentos no plantio de florestas. Nessa fase, por exemplo, o Paraná pode desenvolver a maior área plantada de pinus dentre os estados brasileiros<sup>183</sup>.

Para que o Paraná alcançasse, em 2000, os 672 mil hectares de florestas plantadas também foi importante a implantação do Sistema Estadual de Reposição Florestal Obrigatória, que exige dos consumidores de matéria-prima florestal (na primeira transformação) a obrigatoriedade de efetuar reposição florestal equivalente ao consumo (BRDE, 2003).

Entre as décadas de 90 e a atual ocorre uma redução da importância dos incentivos fiscais<sup>184</sup> e um crescimento dos investimentos diretos das grandes empresas de celulose e papel. Estima-se que mais de 75% das áreas plantadas nos últimos anos no país estejam vinculadas diretamente à indústria, percentual que tende a elevar-se principalmente com o desenvolvimento de projetos no sul do Brasil. A empresa sueco-finlandesa Stora Enso, maior produtor de papel do mundo, deverá confirmar uma fábrica de celulose na Campanha gaúcha, provavelmente próxima a Uruguaiana. O grupo Aracruz anunciou a implantação de nova unidade de celulose no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2015, em Guaíba, município da Região Metropolitana de Porto Alegre e onde já opera planta adquirida do grupo Klabin. Finalmente, também o grupo Votorantim anunciou que instalará unidade industrial provavelmente entre Rio Grande e Pelotas.

---

<sup>183</sup>O Grupo Klabin inicia suas atividades nos Campos Gerais em 1934, com a aquisição de 144 mil hectares em Tibagi. Doze anos depois, construiria uma fábrica no mesmo município através de recursos do Banco do Brasil. Atualmente, o grupo é proprietário de 200 mil hectares no município de Telêmaco Borba, desmembrado de Tibagi (PIQUET, 1998).

<sup>184</sup>Entretanto, o estímulo estatal ao setor florestal continua. A partir de 2002, o governo federal relança mecanismos de incentivo fiscal à atividade de florestamento, como o PRONAF – Floresta (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), e o PROPFLORA (Programa para o Plantio de Florestas). O PRONAF – Floresta é gerido pelo Banco do Brasil, e libera recursos de até 6 mil reais para pequenos proprietários. O PROPFLORA é gerido pelo BNDES, e libera quantias de até 150 mil reais. O BRDE opera em ambos como repassador de recursos aos produtores rurais.

Cada um desses projetos promete investimentos em torno de 1,3 bilhão de dólares, exatamente o equivalente ao custo da unidade baiana do grupo Stora Enso, modelo de padronização da produção de celulose na economia globalizada<sup>185</sup>. Todos os três grupos citados já investem pesado na aquisição de terras e na formação de florestas no Rio Grande do Sul, em especial nos municípios da “metade sul” do estado. Estima-se que a área plantada com florestas no estado deverá subir dos atuais 360 mil hectares para algo em torno de 1 milhão de hectares ou mais.

E uma vez mais os fundos públicos acabam capturados pelos grandes grupos privados. Significativo disso é o acordo realizado em 2005 entre o governo gaúcho e a empresa Votorantim para a viabilização do plantio de florestas na “metade sul” do estado. Ficou acertado entre as partes que a Caixa RS - agência pública de fomento do estado –, através do PROPFLORA, financiaria 18,5 mil hectares de floresta para uso industrial, com média de 60 hectares por contrato. Esse volume de financiamento representa menos de 2,9% do total da área a ser florestada, mas demonstra que o consórcio Estado - agentes privados continua mais atual que nunca. Também o Grupo Aracruz, que anunciou que não utilizaria nem um centavo dos programas de incentivo Fundopem e Integrar-RS, solicitou ao governo gaúcho compromisso de investimentos na manutenção da navegabilidade do Rio Jacuí (com dragagens constantes), na duplicação da BR 116 até Guaíba, no reforço da subestação de Guaíba pela CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica), e na doação de terreno junto ao porto de Rio Grande para a construção de um terminal especializado, dentre outras obras viárias (*Zero Hora*, 30.06.2006)<sup>186</sup>.

---

<sup>185</sup>A Stora Enso é sócia da brasileira Aracruz na unidade de Eunápolis (BA), onde produz cerca de 900 mil toneladas anuais de celulose branqueada de eucalipto (*Correio do Povo*, 25.09.2005). Como se percebe, os planos da gigante empresarial no Brasil privilegiam a exportação da matéria-prima (celulose) para a fabricação de papel em outras plantas do grupo espalhadas pelo mundo, mais próximas dos mercados consumidores de maior poder aquisitivo.

<sup>186</sup>É interessante destacar ainda a vinculação entre capital e desenvolvimento técnico-científico no setor florestal. O grupo nacional Votorantim articulou parceria com a Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade de Friburgo Albert-Ludwigs para o desenvolvimento de um sistema de monitoramento a ser utilizado nas florestas de eucalipto da “metade sul” gaúcha (*Correio do Povo*, 23.11.2005).

Especificamente sobre a atuação do BRDE, esta é apagada no apoio a expansão do setor florestal entre os pequenos proprietários familiares, uma vez que o PRONAF – Floresta apresenta um tempo de carência de 12 anos, considerado insuficiente para que a floresta atinja a qualidade necessária para a indústria moveleira, quem estabelece os melhores preços (BRDE, 2003).

A Ageflor (Associação Gaúcha de Empresas Florestais) estima a geração de até 200 mil novos empregos diretos com a expansão projetada da base florestal gaúcha (*Zero Hora*, 06.12.2005). O que se esquece de dizer é que a maior parte desses empregos diretos concentrar-se-á nos dois primeiros anos (fase de implantação da floresta) e depois apenas no ano de corte. Mas o eucalipto leva 7 anos e o pinus de 9 a 10 para ser utilizado pela indústria de papel e celulose, período no qual os trabalhadores rurais também precisam sobreviver. Por sua vez, os projetos das plantas de celulose são extremamente modernos, absorvendo baixo número de operários. No caso da unidade baiana do consórcio Stora Enso/Aracruz foram gerados apenas 3 mil empregos diretos, mas no anunciado projeto gaúcho da Aracruz devem ser gerados apenas 250 empregos nas linhas de produção (outros 1 mil homens serão necessários para a manutenção da base florestal regional). A maior geração de empregos ocorre na indústria moveleira, que, contudo, localiza-se principalmente na “metade norte” gaúcha e em Santa Catarina, ou seja, parte importante do número de empregos gerados deverá ser fora da região do pampa<sup>187</sup>.

Em compensação, para as elites campeiras os programas de florestamento em curso permitem novas possibilidades de obtenção de renda da terra ou de realização do lucro mediante investimentos produtivos. Para os empreendedores florestais o pampa oferece custos de produção competitivos não apenas pelas condições naturais apropriadas, mas pelas enormes possibilidades de desenvolvimento de logística (sistema hídrico, terminais portuários especializados, rodovias, etc.), permitindo a projeção de grandes lucros. Ao Estado, claro, resta

---

<sup>187</sup>De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), em 2002, 60% das exportações brasileiras de móveis saíram de Santa Catarina, 26% do Rio Grande do Sul e 7% do Paraná (BRDE, 2003).

continuar bancando as infra-estruturas necessárias para a viabilização da reconversão de parte das pastagens em florestas, garantindo a renda dos proprietários fundiários e o lucro dos investidores industriais.

### 3.2.2. Os clusters industriais e agroindustriais

Em 2004 e 2005, produto da cooperação entre o BRDE e o governo paranaense para a criação da Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), foram criados uma série de clusters em diversas regiões do estado e voltados para produtos de madeira (União da Vitória), móveis de metal e sistemas de armazenagem (Ponta Grossa), laticínios (Ponta Grossa, Carambeí e Palmeira), e malhas (Imbituva). Lamentavelmente todas representando a valorização de atividades intensivas em matérias-primas e de baixa agregação de conteúdo tecnológico.

E na medida em que o desenvolvimento agrícola e agroindustrial demonstra seus limites, fala-se cada vez mais nos Campos Gerais da necessidade de fomento aos *clusters*<sup>188</sup> madeireiro e metal-mecânico e suas “redes” de pequenas empresas locais. Para Larocca Junior (2002), se o despontar do setor metal-mecânico em Ponta Grossa, baseado em pequenas indústrias locais, não fosse obliterado pelo projeto de atração de grandes unidades industriais iniciado na década de 1970 e com aval das elites políticas campeiras, talvez emergisse na região um quadro econômico e social menos concentrado e mais justo<sup>189</sup>.

Num esforço crítico, o autor acaba por reconhecer que o processo de terceirização do trabalho em muitas dessas empresas significou uma volta ao

---

<sup>188</sup>O *cluster* é a situação de aglomeração industrial que permite a redução de custos de produção através do uso compartilhado de capital fixo e mão-de-obra.

<sup>189</sup>O entroncamento rodo-ferroviário de Ponta Grossa (conhecida regionalmente como a “capital dos caminhões”) surge a partir da ligação das áreas agrícolas da região e inclusive do Paraguai com o porto de Paranaguá, possibilitou o desenvolvimento de diversas pequenas oficinas e indústrias na cidade. São empresas voltadas ao reparo de veículos e fabricação de cabines, carrocerias e reboques, além de materiais de escritório como móveis de aço: o “*desenvolvimento endógeno ancorado no conhecimento operário difuso na atmosfera local*” (LAROCCA JUNIOR, 2002, p. 84).

Já em 1970 esse “*tecido social*” de pequenos empreendedores representava para Ponta Grossa cerca de 10% da produção total da indústria metal-mecânica paranaense. Ver, a este respeito: NORONHA, A. A. **Distrito Industrial de Ponta Grossa**. Rio de Janeiro: s.n. Antonio A. de Noronha Serviços de Engenharia S/A, 1975 apud Larocca Junior, 2002.

padrão do “taylorismo sanguinário”, ou seja, reproduzindo um modelo de exploração intensiva do trabalho. Reside aí talvez a verdadeira e única base sólida da “especialização flexível” do setor metal-mecânico pontagrossense!

Contudo, sem constrangimentos Larocca Junior (2002, p. 44) volta a defender que, diante da falta de interesse do mercado, o Estado deva ser chamado a assumir o financiamento da nova classe regional de pequenos burgueses produtores:

Ao que parece, a possibilidade de inovação para aglomerados de pequenas e médias empresas, crucial para a sobrevivência e para direcionar o caminho para a “via alta”, não nasce de suas relações (um tanto quanto hierarquizadas) com a grande empresa: passa pelo papel do Estado enquanto promotor de pesquisa (Zonenschair, 1993, p. 33), especialmente através da universidade pública(...).

O autor ainda lança mão ainda do principal teórico brasileiro da economia solidária para justificar o apoio estatal ao modelo de “especialização flexível”:

(...) se como afirma Singer, “na pequena produção de mercadorias não há acumulação. Mas [como] Marx já mostrou que a acumulação é a alma da empresa capitalista”, então a pequena empresa, especialmente se unida a iguais em entes federados, estaria a decretar o fim do capitalismo? (LAROCCA JUNIOR, 2002, p. 37).

Ora, a realização de acumulação capitalista independe do porte da empresa, pois seu cerne é a exploração de sobretrabalho. Por menor que possa ser o empreendimento industrial, caracteriza-se por reunir a oposição capital x trabalho. Diante disso, as pequenas empresas do setor metal-mecânico pontagrossense até podem nos fazer lembrar e idealizar a epopéia operária do início do século passado, mas não portam qualquer conteúdo social novo para a história regional.

O neoliberalismo, ao transferir parcialmente o *locus* do sentimento de comunidade do nacional para o lugar, exerce forte influência sobre o pensamento acadêmico e político no sentido da transformação de todos numa espécie de

“intelectuais orgânicos do lugar”. Mas o recrudescimento de estratégias localistas e seu funcionalismo para a globalização em curso não fazem senão ampliar o fosso da diferenciação dos lugares: “*Os sistemas de produção flexível criam pólos de crescimento altamente concentrados, e alguns locais são beneficiados, enquanto outros são deixados para trás.*” (STORPER, 1990, p. 143).

A ideologia desenvolvimentista regional pode aparecer de formas inesperadas, e nesse sentido o modelo de “especialização flexível” do setor metal-mecânico pontagrossense lembra mais uma tentativa desesperada diante da dramaticidade da situação regional decorrente da ociosidade da produção das grandes indústrias (principalmente agroindústrias) e da escassez de empregos.

Desespero que invariavelmente se traduz na responsabilização do poder público, aliás, velha estratégia conhecida das elites campeiras meridionais. Se há ou não desenvolvimento industrial o culpado é sempre o Estado. Assim, o deputado estadual Glênio Lemos, que se auto-intitula ferrenho defensor dos interesses da “metade sul” do estado, pode tranqüilamente discursar a seus colegas parlamentares:

Entregue à sanha deletéria dos banqueiros, alimentando seus lucros escorchantes, através de sucessivos Governos, não foi possível, aos que trabalham a terra e nela produzem, sonhar com o desenvolvimento audacioso de numa agroindústria significativa ou uma indústria de transformação com alguma solidez. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS, 1996, p. 40).

Das bandeiras desenvolvimentistas os trabalhadores deveriam manter uma prudente equidistância! Pois a defesa da produção e do emprego somente aparece na boca da elite campeira quando em seu benefício particular, como recentemente nos demonstrou outra vez a reivindicação dos pecuaristas pampeanos contrária à taxaço da exportação de couro<sup>190</sup>. A visão de políticas públicas da elite campeira não é a visão do conjunto da sociedade campeira.

---

<sup>190</sup>Em 2000, o governo federal inclinou-se em favor da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) e passou a taxar o couro *wet blue* (recém-tratado), provocando nova mobilização das entidades classistas pecuaristas.

#### 4. O CONSÓRCIO ESTADO – ELITES CAMPEIRAS NAS AÇÕES DO BRDE

Existe uma espécie de “zona indefinida” entre os regionalismos políticos e a solidariedade institucional criada em torno dos subaparelhos de Estado regional (RICQ, 1983; ALBUQUERQUE, 2001), o que adquire suma importância diante da articulação entre agentes privados e poder público estabelecida para a reprodução da sociedade regional. Com efeito, a própria identidade regional pode ser incorporada e manipulada para fins de reforço das reivindicações regionais de determinados grupos sociais hegemônicos.

De forma semelhante, a perspectiva “institucional” exige que se navegue com cautela pelos mares agitados do processo histórico das relações entre poder central e poderes regionais. Afinal, a história brasileira demonstra que regionalismos políticos de um lado, e decisões políticas centralizadas de outro, não necessariamente opuseram elites regionais e Estado, senão justamente o contrário quando estabeleceram entre si “alianças estratégicas” pela inserção no contexto mais amplo das novas materialidades produtivas.

E mais especificamente, o mesmo cuidado é necessário quanto às abordagens institucionalistas quando centradas na compreensão dos mecanismos de cooptação do poder central para afirmar sua hegemonia multidimensional sobre o território e a sociedade brasileira<sup>191</sup>. Na maioria das vezes não é tanto a análise institucional em si, mas as leituras adjacentes que trazem perigosas interpretações “reificadoras” do ator estatal no processo histórico. Assim, por exemplo, para Peter Houtzager (2004, 185-186), a modernização da agricultura brasileira ocorrida durante o regime militar de 64, quando o poder corporativo estatal se estende às

---

<sup>191</sup> O cientista político Norberto Bobbio (1991, p. 957) define poder político estatal pela “*monopolização da força no âmbito de determinado território e relativas a um determinado grupo social*”. E cujas características seriam:

- a) exclusividade: os detentores do poder político não permitem a formação de grupos armados independentes no âmbito de seu território;
- b) universalidade: capacidade exclusiva dos detentores do poder político de tomar decisões legítimas para toda a coletividade; e
- c) inclusividade: capacidade de instituir um conjunto de normas primárias destinadas aos membros do grupo e normas secundárias destinadas a funcionários especializados.

relações de trabalho rurais (fortalecimento financeiro dos sindicatos, estabelecimento de direitos trabalhistas e proteção social), se traduz na melhoria dos indicadores sociais do homem rural e no solapamento das bases do poder local e clientelístico das oligarquias regionais:

A base da coligação do Estado e do regime alterou-se de uma "aliança acomodatória" entre uma elite urbana modernizante e as oligarquias rurais, para uma "aliança tripla" entre a elite estatal e o capital nacional e internacional(...).

Em contrapartida, as oligarquias rurais, entre os patrocinadores mais eloqüentes do golpe, encontraram-se mais distantes dos salões do poder do que nunca haviam estado antes – até mesmo na área das políticas agrícolas os interesses urbano-industriais prevaleciam.

Quando em verdade a (nova) modernização das relações de trabalho no campo brasileiro durante o regime militar somente foi possível (e necessária) a partir da ampliação dos fluxos de capital para a agricultura brasileira, demonstrando que a ação estatal é tão importante quanto a dinâmica dos mercados para explicar a evolução dos indicadores sociais do campo e para a inserção competitiva das elites regionais. O próprio Houtzager (2004, p. 192) acaba por reconhecer, ainda que indiretamente, a importância dos elementos estruturais norteadores da ação dos aparelhos (e subaparelhos) de Estado e das elites regionais:

Por um lado, partes das oligarquias de base agrária do Brasil voltaram-se em direção ao Estado, ou aceitaram a forma de modernização agrícola altamente subsidiada que era promovida, ou ocuparam posições estratégicas dentro do Estado desenvolvimentista em expansão.

Efetivamente, o debate teórico quanto à natureza e limites do Estado encerra grande complexidade, apresentando várias nuances entre a visão liberal<sup>192</sup> e a visão marxista<sup>193</sup>; mas parece terreno mais tranquilo afirmar que a

---

<sup>192</sup>Para Hobbes (1994) e Locke (1998), o Estado é uma força que "paira" sobre os interesses individuais para domesticar a natureza belicosa primitiva humana. E em Rousseau (1991), o

interpenetração entre as dimensões econômica e política das relações sociais somente pode ser compreendida no contexto do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, Edgar Morin (2004, p. 105) recorda que

A politização do econômico tinha começado, certamente, nos séculos precedentes, com o colbertismo, o bloqueio continental, o protecionismo aduaneiro. Ela se ampliou no século XX, no controle dos mecanismos da concorrência (leis antitrust), dos planos de desenvolvimento, até chegar à politização generalizada, no comunismo soviético. Há, certamente, um refluxo do político e uma liberalização do econômico nos últimos anos, mas justamente, nos sistemas liberalizados, a política parece dedicar-se principalmente à orientação e ao estímulo do crescimento econômico.

O autor na realidade nos fala da função reguladora do Estado no desenvolvimento capitalista<sup>194</sup>, antes e depois do aparecimento dos gigantes corporativos privados. É desta forma, que para I. Mèzàros (2003), o Estado contemporâneo deixa de ser uma instituição meramente de superestrutura jurídica

---

Estado representa o contrato social que delega a partir dos indivíduos o poder de representação política. Portanto, nada mais lógico para Hegel (1992) que ver na forma constitucional o triunfo da Razão sobre o caos (representado pelo feudalismo e pela debilidade do regime monárquico).

Os filósofos políticos de matriz liberal explicitaram determinadas funções políticas, sociais e econômicas do Estado, mas, no geral, exageram em sua autonomia (a presença do Estado na economia é julgada como negativa) e neutralidade em relação à sociedade (considerada positiva). Contudo, o liberalismo ignora que a criação e funcionamento dos mercados é um fato eminentemente político, dependentes de uma série de instituições “*que desempenham funções regulatórias, estabilizadoras e legitimadoras*” (RODRIG, 2002, p. 33).

<sup>193</sup>Jean Lojkin (1981) identificou quatro momentos essenciais na análise do Estado a partir da teoria marxista:

- a) Estado como forma desenvolvida da socialização das “*condições gerais de produção*”;
- b) Estado como distribuidor social e espacial dos meios de consumo coletivo;
- c) Estado como organizador do consenso social (concessões às classes dominadas em virtude do acirramento da luta de classes);
- d) Estado como alvo da contra-hegemonia (“*ascensão de uma classe dominada ascendente*”).

<sup>194</sup>Para Paul Claval (1979), o Estado têm a capacidade de regular não apenas aspectos político-institucionais, como também aspectos da vida econômica, social e cultural de seus cidadãos. Também Navarro de Britto (1986, p. 10), destaca a função reguladora do Estado já que

“*Enquanto sociedade global, portanto, cabe ao Estado regulamentar e combinar as relações existentes no seio dos grupos políticos que o cercam*”; e para tanto possui a potência do poder “*Para isso, diz Max Weber, ele (...) reivindica com sucesso, por sua própria conta, o monopólio da violência física legitimada*’.”

Na década de 1970, Muller e Neussuss lançaram a hipótese da imprescindibilidade do Estado também pelo fato de que os capitalistas individuais dependeriam da resolução da questão da reprodução da força de trabalho (apud LAVINAS, 1994).

e política, para integrar-se mais diretamente à infra-estrutura econômica, de modo a acentuar as contradições sociais em todas as escalas geográficas.

V. I. Lênin e Rosa Luxemburgo já haviam estudado a expansão mundial do capitalismo pelo fenômeno do imperialismo, apresentado como estágio de “extensificação” do capital para os países periféricos sempre que limitadas sua condição histórica de “intensificação” nos países centrais de origem (tendência de queda da taxa de lucros média)<sup>195</sup>. Contemporaneamente, Samuel Huntington (1999) fala de uma espécie de “diretório mundial” formado por uns poucos países centrais do Hemisfério Norte. E também Robert Kurz (2001, p. 11-15) destaca a existência de um “*circulo dominante de cunho já global, formado por poderes centrais altamente desenvolvidos e altamente armados*”<sup>196</sup>.

E também no plano interno aos Estados nacionais, a promiscuidade representada pela composição ou consórcio de interesses envolvendo poder público e esfera privada acaba redefinindo constantemente o próprio sentido da ética política nas sociedades nacionais. O alegado caráter patrimonial na origem do Estado brasileiro (FAORO, 1958; SCHWARTZAN, 1988)<sup>197</sup>, extensivo também à história da estruturação do poder na sociedade sul-rio-grandense (CARDOSO, 1977; HEIDRICH, 2000), deve ser compreendido exatamente no contexto dessa aliança ao mesmo tempo moderna e espúria entre Estado e elites regionais.

---

<sup>195</sup>Por essa razão, para Neil Smith (1988, p.196-197) os territórios tornaram-se meras escalas geográficas cuja função seria apenas de “*organizar e integrar os diferentes processos envolvidos na circulação e na acumulação de capital*”.

<sup>196</sup>Robert Kurz (2001, p. 12) considera que a centralização de capitais necessária para bancar o “*armamento tecnológico do aparelho total de produção*” representa obstáculo intransponível para que os países periféricos “*recuperem o tempo perdido*” em relação aos países centrais industrializados. Com efeito, o século XIX gerou a primeira safra de países que alcançaram executar “*modernizações reparadoras*”, casos da Alemanha, Itália e Japão. Contudo, no século XX a formação de uma segunda safra, entre países socialistas e algumas ditaduras desenvolvimentistas do Hemisfério Sul, fracassou quase que por completo no desenvolvimentismo.

Prossegue o pensador, afirmando também a inviabilidade das propostas que visam relacionar concepções marxistas de desenvolvimento das forças produtivas materiais com “*elementos da doutrina econômica keynesiana (interferências parciais do Estado e flaqueamento social-estatal do capitalismo etc.)*” (KURZ, 2001, p. 17). Com certeza, um golpe direto contra a proposta do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2001, p. 16), de “*defesa da civilização keynesiana contra a marcha triunfal do neoliberalismo*”.

<sup>197</sup>O patrimonialismo é uma espécie de mecanismo de cooptação política através da distribuição de cargos públicos e privilégios de toda ordem.

A origem burocrática e centralizadora do Estado brasileiro republicano não significou a destruição do poder político e econômico das chamadas “oligarquias regionais”. Da mesma forma, o conceito de neopatrimonialismo e a continuidade do processo de centralização do poder político (agora pela via fiscal) devem fugir à aparência fenomênica de manifestações sócio-políticas arcaicas para se concentrar no aspecto essencial que é a tradição de apropriação privada da *coisa pública* em terras brasileiras como condição para a inserção do país nas novas dinâmicas dos fluxos comerciais e financeiros internacionais<sup>198</sup>. A transposição de categorias funcionais do tipo weberiano para a realidade brasileira não pode desconsiderar que as elites regionais “rurais” continuaram encontrando espaço de influência política e econômica até os dias de hoje, como demonstra o uso das políticas públicas de desenvolvimento rural e regional (instituições estatais de crédito, de pesquisa e extensão agrícola, de financiamento ao comércio exterior, etc)<sup>199</sup>.

A busca de um *ethos público* para explicar o “padrão brasileiro” das relações entre público e privado é de antiga tradição no pensamento político-social nacional, geralmente amparada em elementos de representações culturais presentes no senso comum do brasileiro. Esse parece ser o caso das obras de Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freire e Roberto DaMatta, ou ainda de Simon Schwartzman, Fernando Henrique Cardoso e Raymundo Faoro:

O privatismo, a cordialidade, o paternalismo, a dádiva, o familismo, a incivilidade, o intimismo, a aversão ao conflito, a insolidariedade, o particularismo, a passividade e tantas outras características semelhantes – algumas decerto mais “pitorescas” como a

---

<sup>198</sup>É justamente a partir das necessidades ilimitadas de reprodução social contra um capitalismo cada vez mais centralizado que se torna compreensível a constatação de Schwartzman (1988, p. 23) de que o Estado brasileiro “(...) parece ter cada vez menos capacidade de atender às demandas que lhe são feitas, ou os interesses dos grupos de dele participam ou a ele se associam”.

<sup>199</sup>Assumindo sua tradição weberiana, Simon Schwartzman (1988, p. 14) afirma que o “(...) Brasil tem se caracterizado através dos séculos, por sua burocracia estatal pesada, todo-poderosa, mas ineficiente e pouco ágil (...)”. Mas talvez o crescimento do Estado brasileiro não represente um “inchaço” e sim uma necessidade histórica do processo de modernização capitalista em seu esforço de reconversão das estruturas de produção em cada região.

"malandragem", o "jeitinho" ou a "moleza" – exprimem a lógica do ethos enquanto prevalência de diversas formas de realização do privado sobre o público, e, sem dúvida, têm sido e são passíveis de usos e abusos nas mais diversas argumentações para explicar distintos problemas da vida e do espaço público no Brasil. (LAVALLE, 2004, p. 154).

Terreno movediço extremamente perigoso, porque a idéia de *ethos público* pode ser facilmente reapropriada para fins conservadores, utilizando o senso comum que o brasileiro faz de si mesmo para defender a tese do atraso da esfera pública brasileira diante dos modelos de modernização (o liberalismo democrático) emanados da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos<sup>200</sup>. Em outras palavras, a apropriação conservadora da idéia de *ethos público* reforça o estereótipo de que o padrão da relação público-privado no Brasil é sintomático de um atraso social e político afirmativo da anti-modernidade nacional<sup>201</sup>. E sua função ideológica está exatamente no ocultamento das formas de apropriação privada das normas e instituições públicas recorrentes ao longo da história brasileira e do capitalismo mundial.

O desenvolvimento capitalista ocorre pela articulação entre capital financeiro privado e "*Estado do endividamento*", de modo a absorver "*o excedente de capital e trabalho*" na forma de "*investimentos públicos e privados de longo prazo em instalações, infra-estruturas físicas e sociais etc.*" (HARVEY, 1993, p. 169). A realização da máquina produtiva capitalista ocorre quando o "*sistema de*

---

<sup>200</sup>Nesse sentido, a crítica de Milton Santos (2003, p. 113), desferida contra a maioria dos economistas e planejadores, pode ser estendida a toda uma geração de pensadores do "subdesenvolvimento brasileiro", uma vez que

*"A história dos países subdesenvolvidos foi considerada como uma versão retardada da história universal (ver Perloff e Wingo, 1961), quando, na realidade é resultado do impacto seletivo das inovações nascidas, desde as primeiras fases do sistema capitalista, na Europa e nos Estados Unidos. "*

<sup>201</sup>Concordamos com Lavallo (2004, p. 161) quando afirma que "*Uma vez introduzido o ethos, a primeira operação repõe as feições do espaço público, por definição pré-modernas, enquanto a invocação da anomalia repõe o modelo cívico que, pelo contrário, é inerentemente moderno.*"

É preciso outra vez lembrar do óbvio. O escravismo e a oligarquia rural não foram especificidades brasileiras, ocorrendo por toda a América Latina, Caribe e sul dos Estados Unidos. Assim como, em certo sentido, viria a ocorrer mais tarde com a disseminação dos regimes militares (autoritários e centralizadores por definição) por todo o conjunto latino-americano, geralmente com o beneplácito do governo norte-americano, a maior nação liberal-democrática do mundo.

*crédito e a formação de capital fictício, sustentados pelo poder fiscal, monetário e, quando preciso, militar do Estado, se tornam vitais influências mediadoras"* (HARVEY, 1993, p. 173).

A competição capitalista ampara-se crescentemente na adoção de inovações tecnológicas, que por sua vez exigem uma centralização de capitais nunca vista na história (ARROYO, 1995)<sup>202</sup>, ao mesmo tempo em que ampliam a exclusão social (AUED, 1995; KURZ, 2001)<sup>203</sup>. O desenvolvimento tecnológico, portanto, está também no cerne do processo de diferenciação regional (depreciação de capitais operantes), e acaba por justificar a intervenção do Estado na criação das condições econômicas e jurídicas necessárias ao “ambiente inovador” (reestruturação econômico-territorial, novas tecnologias e infra-estruturas).

Ainda que o capital financeiro sabidamente não tenha compromisso patriótico, o Estado sim na medida em que reivindica a recriação da máquina produtiva para a geração de renda e empregos. Mas na prática, o estímulo estatal ao desenvolvimento se traduz na garantia de (re)territorialização de investimentos produtivos para a extração da mais-valia mediante a exploração do trabalho (GALVAN, 1996). É desta forma quase trágica que se imiscuem os pólos financeiro e produtivo, as dimensões privada e pública, e as escalas mundial e do lugar<sup>204</sup>.

---

<sup>202</sup>Como afirma Arroyo (1995, p. 492):

*"A incorporação do conhecimento tecnológico e organizacional aparece como a condição necessária para o aumento da produtividade e do crescimento econômico.(...) As novas tecnologias, sobretudo no campo da microeletrônica, imprimem um salto qualitativo no processo de produção e de gestão e organização do trabalho.(...) As tecnologias de informação (microeletrônica, informática, telecomunicações) revelam-se como um fator essencial na articulação desse novo padrão industrial."*

<sup>203</sup>A atual reestruturação da sociedade burguesa a partir da nova base técnico-científica da eletrônica e da biologia se traduz em elevadas taxas de desemprego estrutural (menos Estados Unidos) e de criminalidade (incluindo Estados Unidos).

<sup>204</sup>Para F. Chesnais (1994) a regulação do capitalismo atual ocorre por meio de uma espécie de “*diretório mundial*”, formado pelos governos das nações economicamente mais fortes e pelas instituições de governança global.

De fato, a dimensão mundial do mercado é sustentada pelo novo arranjo normativo do sistema financeiro internacional, representado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial (BIRD), e cada vez mais também por fundos de investimento (principalmente fundos de pensão) e

#### 4.1. A EMERGÊNCIA DE UMA ESTRUTURA DE PLANEJAMENTO NOS CAMPOS SULISTAS

A década de 1930 ("Revolução de 30" e "Estado Novo") traz uma maior centralização do poder político nacional e inauguram uma nova fase da fusão entre público e privado e de articulação entre capital financeiro e capital produtivo. A mudança de paradigma reside no fato de que a engenharia institucional para o planejamento da atividade econômica nacional passa a ser gerenciada por uma esclarecida elite tecnoburocrática:

Com efeito, as economias de industrialização tardia e periférica tiveram de recorrer ao crédito governamental para financiar sua industrialização, o que se deu através de bancos públicos de desenvolvimento. No Brasil, esse papel foi desempenhado, de início, pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, e depois pelo BNDES, além dos bancos regionais e estaduais de desenvolvimento, como o BRDE e o BADESUL, dentre outros. (CORAZZA, 2001, p. 5)<sup>205</sup>.

Especificamente para as regiões agropecuárias, o Banco do Brasil lança em 1937 uma Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, oferecendo linhas de crédito para os produtores rurais, marco pioneiro do processo de especialização do sistema de crédito nacional. Em 1965, o Estado brasileiro reforça a vinculação do setor agropecuário ao sistema financeiro através do Sistema de Crédito Rural, com a concomitante expansão da rede de agências do Banco do Brasil pelas áreas rurais:

A doação de crédito tinha alvos bem pensados: colheitas para exportação e para as indústrias eram favorecidas em detrimentos de colheitas para alimentação, maiores produtores em detrimento de

---

bancos privados. Por exemplo, o Banco Mundial impõe aos países que desejam recursos certas condições como a abertura econômica para a competição externa, a redução do tamanho do Estado, e a eliminação de subsídios e de mecanismos de controle de preços (IANNI, 1993).

<sup>205</sup>O BADESUL foi incorporado ao Banrisul em 1973. E na década de 90, a reconcentração dos tributos em mãos da União (anulando as conquistas da Constituição de 1988) foi acompanhada de pressão para que também os governos estaduais adotassem o receituário econômico privatista do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, significando para o governo gaúcho a privatização do Banrisul. A estratégia gaúcha foi transformar o Banrisul em entidade comercial, e criar a Agência de Fomento Caixa RS para absorver as funções de planejamento do banco.

menores, e a metade sul do país em detrimento do resto. (HOUTZAGER, 2004, p. 67).

Quanto à construção do moderno sistema estatal de planejamento regional, a Constituição de 1946 traz pela primeira vez uma menção explícita aos desequilíbrios regionais, no contexto da remoção dos entulhos autoritários da Constituição de 1937 (“Estado Novo”) e da reemergência das oligarquias regionais no controle direto do poder político. A nova carta magna implanta a política de fundos constitucionais regionais, estipulando 3% da receita tributária federal para as Regiões Norte (Fundo de Valorização Econômica da Amazônia) e Nordeste (Fundo de Valorização do Vale do São Francisco). De forma que em fins da década seguinte surgiria a primeira experiência de vulto em termos de planejamento regional no país através da criação da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste)<sup>206</sup>.

Entretanto, os esforços de planejamento regional eram anulados e mesmo revertidos pelo padrão espacial concentrado dos investimentos públicos na indústria de base, principalmente na siderurgia (CSN e Usiminas) e no setor petrolífero (refinarias de petróleo), na infra-estrutura (sistemas de transporte e energia elétrica), e pela concentração dos investimentos das transnacionais da indústria automobilística em São Paulo<sup>207</sup>. Como afirma o geógrafo Wanderley

---

<sup>206</sup>Para uma sucinta descrição das experiências de planejamento regional no período, sob a perspectiva da economia política, Ver BARROS, José Mendonça de. A experiência regional de planejamento. In: LAFER, B. M. (org). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970, pp. 111-137.

<sup>207</sup>Para Wilson Cano (1985, p. 299) o relativo fracasso das políticas de desenvolvimento do Nordeste ocorreu por basearem-se na “*substituição regional de importações*” enquanto que “*o processo de industrialização do país já dera seus passos fundamentais em São Paulo*”. Além do mais, acrescenta o economista, o caráter oligopolizado da industrialização pesada sob a égide do capital estrangeiro implicava que “*o processo de acumulação de capital na indústria tinha agora determinantes maiores que não se submeteriam a uma política de interesses especificamente regionais*”. Nesse sentido, conclui o autor:

*“O processo de integração gerou três efeitos diferentes. Os de bloqueio, no sentido de que a periferia não pode repetir o processo histórico do desenvolvimento de São Paulo. Este efeito pode ser parcialmente contornado, via decisões macro-políticas de inversão, tomadas pelo governo federal. Os de destruição, que se manifestam através da concorrência que empreendimentos mais eficientes implantados pelo capital do pólo passam fazer aos similares periféricos, que operam com técnica obsoleta ou outro tipo de desvantagem concorrencial. Os de estímulo, que se manifestam*

Messias da Costa (1988, p. 54), embora o "Plano de Metas" de Juscelino Kubitschek (1957-60) não contivesse qualquer referencia explicita sobre planejamento regional "*seus efeitos sobre a estrutura territorial global do país dificilmente seriam ultrapassados*"<sup>208</sup>.

A estrutura de planejamento econômico em escala nacional é reforçada em 1952 com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), sediado no Rio de Janeiro, e que transforma-se rapidamente na principal instituição de fomento ao desenvolvimento econômico, movimentando recursos do Tesouro Nacional e de captações externas<sup>209</sup>. Atualmente, os fundos do BNDES (ganhou um "S" de Social) são constituídos de recursos do PIS/Pasep (Programa de Integração Social), do Fundo do Amparo ao Trabalhador e de captações externas.

---

*através da ampliação do grau de complementariedade (agrícola e/ou industrial) inter-regional.*" (CANO, 1985, p. 302).

Analogamente, o economista Jaime G. Trintin (1993, p. 77), analisando o clássico da literatura desenvolvimentista paranaense "*Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*", de Pedro Calil Padis (1981), apontara que o fio condutor da obra é a impossibilidade do desenvolvimento paranaense "*na medida em que os fatores endógenos de expansão estejam vetados*":

*"Primeiro, pelo esgotamento do processo de industrialização substitutiva de importações no plano nacional; segundo, pela integração do mercado nacional, que impõe barreiras ao desenvolvimento industrial; e terceiro, pelo crescente domínio do mercado nacional pela indústria que se desenvolve no sudeste do país, que contribui para a não diversificação do aparelho produtivo paranaense, assim, restando a esta economia permanecer e se especializar na produção primário-exportadora e, portanto, bloqueada para um desenvolvimento capitalista mais avançado."*

<sup>208</sup>O geógrafo W. Messias da Costa (1988, p. 13) situa o campo das políticas territoriais nas "*atividades planejadoras do Estado, voltadas ao enfoque regional específico*" e também de "*qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, uma dada concepção de espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas*". Esquemáticamente, os impactos territoriais contidos na ação estatal ocorrem por meio da:

- produção de bens públicos (saúde, infra-estrutura de transportes, educação);
- regulação (infra-estrutura de transportes, comunicações e energia);
- planejamento econômico;
- financiamento público (incentivos e isenções fiscais);
- produção de bens;
- política cambial e comercial.

<sup>209</sup>O objetivo inicial do BNDE era a viabilização de repasses de recursos do Banco Mundial destinados ao financiamento da infra-estrutura segundo os acordos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1950). Do montante de 500 milhões de dólares prometidos na ocasião, foram efetivamente repassado apenas 63 milhões.

As elites regionais meridionais cedo perceberam a necessidade de também obter privilégios dessa nova “malha de gestão” que afirmava o papel crescente do crédito para o padrão oligopolista industrial (FONSECA, 1988). Seu principal objetivo era a incorporação da Região Sul à estrutura de planejamento regional e nacional em franca ascensão, aproveitando-se do relativo consenso no meio político nacional acerca da ampliação da diferenciação regional com o avanço da industrialização<sup>210</sup>. Havia uma percepção generalizada no país de que o estado de São Paulo era o grande beneficiado pela oligopolização da economia brasileira, concentrando a maior parte dos investimentos industriais (CANO, 1985).

A década de 60 reforça outra vez o planejamento regional com a criação de instituições específicas voltadas ao fomento do desenvolvimento regional, como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco da Amazônia S/A (BASA), e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Com efeito, foi no efêmero governo de Jânio Quadros (sucedâneo de Juscelino Kubitschek) que o governo federal pôde mostrar-se mais receptivo as novas demandas das elites regionais, afinal a modernização do campo pela industrialização havia consolidado sua articulação à burguesia industrial<sup>211</sup>.

É nesse clima político que, em 15.06.1961, os governadores Leonel Brizola (RS), Ney Braga (PR) e Celso Ramos (SC) assinam convênio na capital paranaense criando o Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul (CODESUL) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), com o propósito de reunir recursos para fornecimento de crédito de médio e longo prazo para a produção regional. Evitando a oposição das demais bancadas regionais no Congresso Nacional, os governadores sulistas articularam-se diretamente com o Executivo da República, e em 5.12.1962, o Decreto Federal N°

---

<sup>210</sup>Karl Marx (1984, p. 172-184) já desvelara o processo pelo qual a concorrência inter-capitalista leva ao assombroso desenvolvimento das forças produtivas, com a conseqüente "*depreciação parcial de capitais em funcionamento*". A concorrência capitalista representa o rompimento com qualquer idéia de "*equilíbrio espacial*" por trazer a continua diferenciação entre as estruturas produtivas regionais (SMITH, 1988).

<sup>211</sup>Especificamente para a Região Sul, essa aliança existia desde o “positivismo” de Borges de Medeiros para o caso gaúcho, e estava em gestação com o “desenvolvimentismo” de Ney Braga para o caso paranaense.

51.617, assinado pelo novo presidente João Goulart (sucedâneo de Jânio Quadros), reconhecia o BRDE como instituição financeira pública de fomento ao desenvolvimento econômico e social da Região Sul, em caráter complementar ao BNDE (FONSECA, 1988).

Organizado como autarquia interestadual, o BRDE é dotado de autonomia financeira e administrativa e personalidade jurídica própria, com capital e patrimônio compartilhados igualmente entre os Estados-Membros (BRDE, novembro de 2002). A estrutura administrativa original do BRDE é basicamente a atual: cada capital sulista recebendo uma agência, e concentrando em Porto Alegre a função de superintendência. O CODESUL representa o fórum para os governadores acertarem as diretrizes das políticas de desenvolvimento regional do banco.

Até 1964 os recursos do BRDE originavam-se em sua totalidade de repasses dos próprios estados sulistas, chamados a reservar 1% da receita orçamentária anual (onde apenas o RS seguiu a risca essa determinação) a ser aplicada em seus respectivos estados. Em 1964 a União destinou 10% do produto do Acordo do Trigo firmado com os Estados Unidos para a criação de um fundo no BRDE (a importação de trigo norte-americano fora acertada com a contrapartida de investimentos em projetos de desenvolvimento econômico no país)<sup>212</sup>. A partir de 1965 o BNDE e o Banco do Brasil, através de seus fundos industriais (FINAME, FIPEME e FUNDECE), tornam-se os principais repassadores de recursos ao

---

<sup>212</sup>No governo militar de Geisel, a meta de desconcentração geográfica era incluída no planejamento econômico nacional. Nesse momento, o IIº Plano Nacional de Desenvolvimento destinava ao Rio Grande do Sul a implantação de um pólo petroquímico, no que representa sua mais importante indústria de base até hoje. O Paraná e o Rio Grande do Sul receberiam também uma refinaria da Petrobrás cada (em 1992, a Refinaria de Araucária respondia por mais de 20% do PIB industrial paranaense, valor superior ao representado pelas tradicionais indústrias de alimentos).

O regime militar criaria também os "pólos de desenvolvimento" no Centro-Oeste, os "programas de integração nacional" baseados em grandes eixos rodoviários pelo Norte, e a SUFRAMA (Superintendência para o Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus), esta última inspirada pela "Teoria dos Pólos de Desenvolvimento" de François Perroux. Na década de 70, os militares desenvolvem complexa estrutura institucional de planejamento regional, preservando a SUDENE e criando a SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), SUDECO (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste) e SUDESUL (Superintendência para o Desenvolvimento do Sul).

BRDE<sup>213</sup>. Desse período até 1981, 57% dos créditos do BRDE já representavam repasses do BNDE (FONSECA, 1988).

A orientação inicial ao BRDE foi de focar sua atuação no financiamento de pequenas e médias indústrias de bens de produção e de consumo voltadas ao beneficiamento de matérias-primas locais<sup>214</sup>; ainda que o mercado fosse cada vez mais dominado por grandes empreendimentos (FONSECA, 1988). A bem da verdade, para determinadas frações da burguesia regional, essas linhas de crédito puderam representar oportunidade de manter posição regional ou alcançar fatias do mercado consumidor nacional dominado pelos oligopólios.

Desde 1965 o BRDE atua no setor primário, e ao longo da década de 70 passa a atuar também nos setores de infra-estrutura urbana e de transportes, além de atividades como turismo, pesca e atividade florestal. A partir de 1975 o enfoque do banco é oficialmente deslocado dos empreendimentos individualizados para aqueles vinculados a programas de desenvolvimento setorial e, ao mesmo tempo, reafirmada a função “social” dos projetos. Nessa época, o setor industrial absorvia 50%, o setor primário 15% e o setor terciário 34% dos financiamentos do banco (FONSECA, 1988).

Em meados da década de 80 o BRDE se torna o maior beneficiado com repasses do BNDE. Entretanto, a Constituição Federal de 1988 frustra as expectativas sulistas ao reservar os fundos constitucionais de fomento regional apenas para as áreas periféricas ao Centro-Sul, diferenciando o BRDE de seus similares BASA e Banco do Nordeste. A situação dos Estados parece se agravar a partir da década de 90, quando ocorre uma reconcentração da receita tributária nacional em mãos da União, esvaziando a capacidade de investimentos por parte dos governos estaduais.

---

<sup>213</sup>Em 1969 era incluída à lista um fundo tecnológico (FINEP).

<sup>214</sup>Os primeiros grupos de trabalho do BRDE privilegiaram os setores coureiro-calçadista, frigorífico, indústria pesqueira, eletromecânica e de equipamentos agrícolas. Os primeiros contratos de financiamento foram firmados com empresas de material elétrico, curtume, metalurgia e máquinas e equipamentos de refrigeração.

Para piorar a situação, o BRDE corre o risco de intervenção do Banco Central ao final da década de 80 e início dos anos 90, e de ser dissolvido entre 1997 e 1998<sup>215</sup>. No biênio 1998-99, a instituição havia acumulado prejuízos de quase 89 milhões de reais (BRDE, dezembro de 2002), o que levou ao corte dos repasses do BNDES.

Para superar a crise conjuntural da instituição, ainda em 1999 os governadores dos estados sulistas (Jaime Lerner/PR, Esperidião Amim/SC, Olívio Dutra/RS) se reúnem com o propósito de fortalecer o BRDE, determinando à diretoria a formulação de um plano de revitalização financeira (Resolução CODESUL nº 695, de 14 de maio de 1999). O Plano para o Fortalecimento Financeiro do BRDE é aprovado em nova reunião do CODESUL (Resolução nº 715, de 21 de fevereiro de 2000).

#### **4.2. AS “NOVAS” CONCEPÇÕES ESTRATÉGICAS DO BRDE PARA O SÉCULO XXI**

Ao iniciar a atual década, a política de crédito do BRDE enfatiza a recuperação de dívidas e um maior rigor quanto aos novos empréstimos. A taxa de inadimplência, após atingir em fevereiro de 2000 o pico de 28,5%, recua para 3,4% em dezembro de 2004 (Relatório de Administração do BRDE, 2004). Entre 2001 e 2004 o lucro líquido do banco retoma a trajetória ascendente: R\$ 30,1 milhões (2001), R\$ 46,6 milhões (2002), R\$ 61,7 milhões (2003) e R\$ 79 milhões (2004).

João M. C. Mendes, em dissertação de mestrado, destaca que atualmente para o BRDE *“a seleção de projetos se centra muito em cima dos resultados esperados em termos de retornos para os empresários e as instituições credoras receberem seus investimentos”* (2002, p. 79), o que resulta na eliminação de diferenciações entre as políticas de instituições privadas e de fomento ao desenvolvimento. A orientação do banco para o mercado de crédito contraria sua

---

<sup>215</sup>Os temores regionais eram grandes em virtude do antecedente do Banco Sulbrasileiro, instituição privada criada em 1973, com sede em Porto Alegre, e cuja rede de agências estava concentrada na Região Sul. Em 1985, após forte mobilização política dos gaúchos, o governo federal decide recapitalizar a instituição (chamada ao final do processo de Banco Meridional) evitando sua quebra e afastando os riscos de rebatimento da crise no sistema produtivo regional.

própria política de avaliar os projetos pela capacidade de geração de renda e emprego. Esse fato também é corroborado a partir da amostragem de clientes pesquisada por João Mendes (2002), uma vez que os contratantes de crédito entrevistados apontaram a geração de postos de trabalho como dado importante para a aprovação de seus projetos junto ao banco.

Com efeito, a concorrência na esfera da produção industrial leva o capital financeiro (capital a juros), seja privado ou público, a selecionar aqueles projetos que incorporem novas tecnologias de automação, e que acaba resultando no “enxugamento” de empregos no setor industrial (KURZ, 2001; GORZ, 1995). O mesmo ocorre na produção agropecuária, onde os projetos de modernização que incorporem maquinários tendem a elevar a produtividade e gerar mais riqueza, mas dispensando trabalhadores rurais. Desta forma, o BRDE esperar que os projetos reúnam dimensão mercadológica e função social tende a tornar-se mera manifestação de retórica.

Apenas para citar alguns casos investigados no período coberto pela presente tese (2001-04), assim ocorreu, por exemplo, em 2002, quando a Macrofértil Indústria e Comércio Ltda, de Ponta Grossa, viabilizou a compra de equipamentos para seu novo projeto de expansão e modernização da produção de fertilizantes com recursos tomados ao BRDE, e cujo apoio financeiro vêm desde 1986.

E em 2003, quando o BRDE e o banco privado Unibanco firmaram parceria para financiar R\$ 65 milhões do total de R\$ 100 milhões investidos pela empresa pontagrossense Ibema (Companhia Brasileira de Papel) na compra de nova máquina produzida em território nacional pela Voith. O equipamento industrial instalado na fábrica de Guarapuava permite ajustar automaticamente as diferenças de produção do papel-cartão, sem qualquer “interferência” (leia-se necessidade!) de operadores.

E também em 2004, com a ampliação da estrutura de armazenagem de grãos da Cooperativa Batavo, em Ponta Grossa, que consumiu a maior parte dos R\$ 12 milhões investidos pela empresa naquele ano, mas foi capaz de gerar

apenas 20 empregos diretos em razão do elevado grau de automação do projeto<sup>216</sup>.

Da mesma forma, o Programa de Financiamento à Modernização Tecnológica das Empresas da Região Sul (Finimp), lançado pelo banco em 2006, e voltado fundamentalmente à importação de máquinas e equipamentos destinados ao setor coureiro-calçadista, promete auxiliar na superação da grave crise que atravessa o segmento com a valorização do real e a concorrência chinesa, mas na prática deverá apenas repassar os problemas para os trabalhadores em razão da aceleração da automação do processo produtivo.

Torna-se mais difícil apontar casos similares no campo, em razão do sigilo da relação de mutuários particularmente para os proprietários rurais. Mas para todo o período pesquisado o BRDE esteve assiduamente presente nas principais feiras agropecuárias regionais, ofertando linhas de crédito para aquisição de máquinas agrícolas, como nos casos da Expointer (Esteio-RS) e da Exposição Feira Agropecuária Industrial – Efapi (Ponta Grossa-PR). É preciso destacar que recentemente a instituição passou também a atuar como repassadora de recursos das linhas de crédito do BNDES voltadas para a importação de máquinas e equipamentos agrícolas (e apesar da grave crise do setor de máquinas e implementos agrícolas da Região Sul).

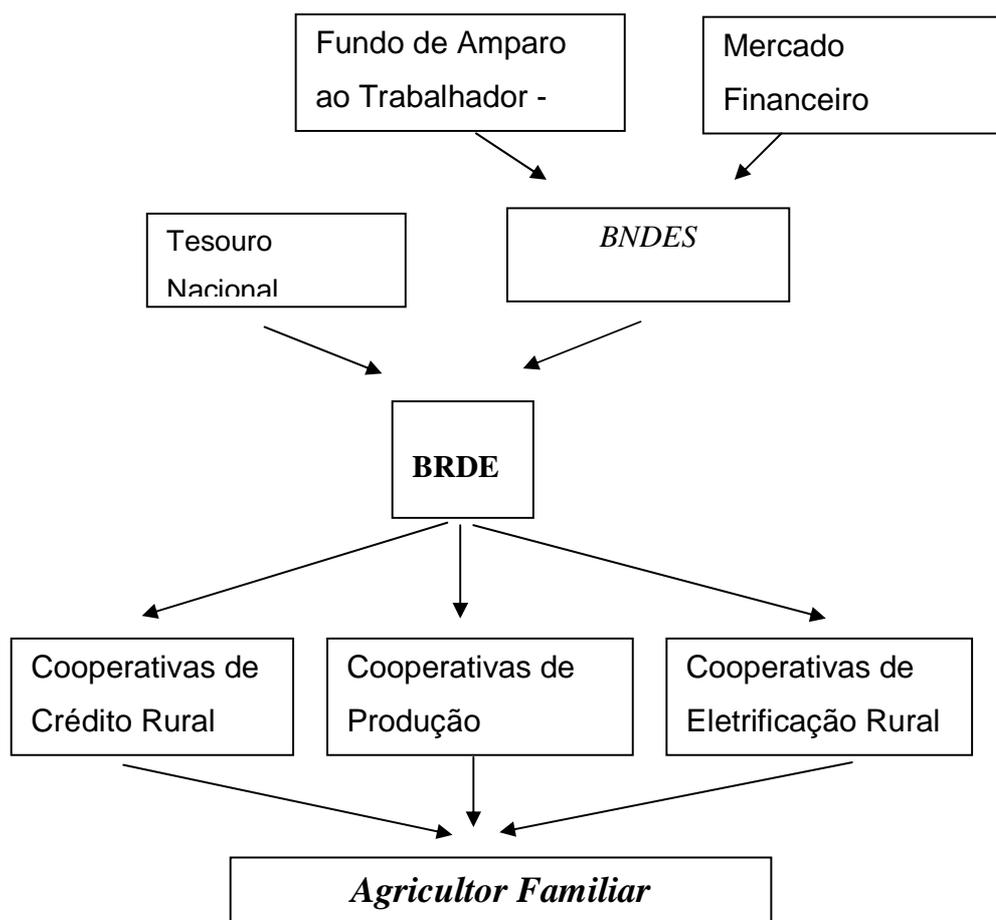
Embora amplamente conhecidos os efeitos da mecanização da agricultura na redução do contingente da força de trabalho agrícola e na geração do êxodo rural, não tomamos conhecimento de nenhum estudo encaminhado pelo banco no sentido de encetar discussões quanto ao tipo de agricultura e de organização social da produção (e da propriedade rural) que a meta institucional da geração de empregos exigiria. O caso é mais grave na medida em que a atual década também significa para o BRDE a intenção de priorização da pequena agricultura familiar (Resolução BRDE nº 1.948, de 01 de fevereiro de 2001) e do cooperativismo agropecuário enquanto formas de geração de renda e trabalho. A estratégia traçada pela instituição visava inicialmente ampliar as captações junto

---

<sup>216</sup>Disponível em <<http://www.diariodamanha.com.br/edicoesanteriores/031010/economia1.htm>>. Acessado em 12.04.2006.

ao BNDES - Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e ao Tesouro Nacional via RECOOP (Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária), este último mantido apenas até março de 2003 (Ver Esquema 1)<sup>217</sup>.

#### ESQUEMA 1 – O BRDE e as operações de crédito à agricultura familiar



FONTE: Informativo BRDE, novembro de 2002.

O objetivo de se aproximar das cooperativas de crédito e de produção é estabelecido na esperança de que o crédito chegue de forma mais eficiente aos pequenos produtores agropecuários, afinal as cooperativas estão presentes em mais de 600 municípios sulistas. Contudo, a capilaridade sócio-territorial das

<sup>217</sup>Nesse mesmo ano, o banco lança também o Programa BRDE/Microempresa (Resolução nº 1.965, de 26 de julho de 2001).

cooperativas de agricultores familiares aparece timidamente ou mesmo inexistem nas regiões campeiras meridionais, salvo nos Campos Gerais paranaenses; fato também totalmente desconsiderado pelos estudos do banco apesar de alegar empenhar seu apoio ao desenvolvimento da “metade sul” gaúcha.

De longa data, o BRDE defende para a “metade sul” gaúcha as atividades de reconversão produtiva (citricultura, avicultura, suinocultura, florestamento, criação de camarão e piscicultura), além das tradicionais bovinocultura, ovinocultura e orizicultura, consideradas as mais adequadas à estrutura fundiária local e suas "vocações" produtivas<sup>218</sup>.

Contudo, uma consulta aos Relatórios de Administração do BRDE de 2001 a 2004 aponta que discurso e prática nem sempre andam juntos, pois não indicam que tenha ocorrido uma redistribuição significativa do crédito para atividades de reconversão produtiva. Para o conjunto da Região Sul, as atividades de Pesca e Aqüicultura representaram 0,04% (R\$ 120 mil) dos valores liberados pelo banco em 2001 e 1,35% (R\$ 5,8 milhões) em 2002. As atividades de Silvicultura e Exploração Florestal participaram com igualmente modestos 0,04% (R\$ 137 mil) e 0,09% (R\$ 386 mil), respectivamente em 2001 e 2002. E o PROFRUTA aparece apenas em 2003, ainda assim somente com 1,4% de participação no crédito contratado (R\$ 7,2 milhões). Mesmo que esses recursos tenham sido em sua totalidade direcionados para as regiões campeiras meridionais, o que obviamente não deve ter ocorrido, não parecem indicar um apoio institucional decisivo no sentido da reconversão produtiva da “metade sul” gaúcha.

Não obstante, o BRDE constitui-se no mais importante agente regional de fomento a atividade econômica pelo montante de recursos manipulados, respondendo por 15.491 milhões de dólares contratados na região no período de 1962 a 2000 (Relatório de Administração do BRDE, 2000).

---

<sup>218</sup>O então vice-presidente do BRDE, Gilberto Mossman, em depoimento à Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul para o Desenvolvimento da Metade Sul (1996), destacou ainda as possibilidades de financiamento especial para a industrialização do plástico na “metade sul” do estado e em complemento às atividades do Pólo Petroquímico de Triunfo, promessa desde então sempre renovada nos discursos da direção do banco. Esquece-se o diretor que, embora localizado na borda da ampla área geográfica da “metade sul” do estado, o Pólo de Triunfo associa-se à dinâmica industrial de Porto Alegre, com efeitos quase nulos para a região do pampa em virtude das maiores distâncias envolvidas.

A Tabela 19 vale mais por indicar o peso total dos agentes financeiros públicos em relação aos agentes privados para a Região Sul, pois naquele ano (2000) o BRDE ainda estava iniciando a implementação de seu programa de recuperação financeira: os recursos liberados pelo banco alcançaram apenas R\$ 194 milhões diante do total de R\$ 35,8 bilhões destinados pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) aos estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Mas a ampliação dos valores das liberações de crédito do BRDE torna-se uma constante desde então: R\$ 284 milhões em 2001, R\$ 415 milhões em 2002, R\$ 438 milhões em 2003, R\$ 647 milhões em 2004, até atingir a marca histórica de R\$ 1 bilhão em 2005 (Relatórios de Administração do BRDE 2001, 2002, 2003, 2004)<sup>219</sup>.

TABELA 19 – Distribuição das operações de crédito entre UFs selecionadas - 2000

	RS		PR		SP	
	Valor (milhões de reais)	% do total nacional	Valor (milhões de reais)	% do total nacional	Valor (milhões de reais)	% do total nacional
Banco do Brasil	3.936	6,3	4.129	6,6	8.445	13,5
Caixa Econômica Federal	6.578	8,8	4.357	5,8	15.113	20,2
Privado	5.859	3,0	9.024	4,6	147.092	75,2
Total SFN	18.319	5,3	17.561	5,0	173.956	50

FONTE: Banco Central apud CORAZZA, 2001.

Outra evidência empírica de que a centralização de capitais é processo fundamental não somente para a ativação da produção regional, mas também para garantir a apropriação da renda particularmente naquelas regiões mais dependes do concurso do crédito público:

<sup>219</sup>Em 2001 o BRDE foi o 16º agente repassador de créditos do BNDES ou 1,8% do total, e nos três anos seguintes essa participação subiu para, respectivamente, 2,24%, 2,30% e 2,92% (Relatórios de Administração do BRDE, 2001; 2002; 2003; 2004). Mas em 2005, o R\$ 1,008 bilhão de créditos contratados pelo BRDE representava um retorno à casa dos 2,14% do total de cerca de R\$ 47 bilhões movimentados pelo BNDES (*Correio do Povo*, 29.12.2005).

Em conclusão, pode-se dizer que, enquanto os bancos privados, através de seus depósitos e operações de crédito, reforçam a concentração [geográfica] da atividade econômica, através da concentração dos recursos financeiros, os bancos públicos como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal atuam no sentido contrário, redistribuindo melhor seus recursos financeiros entre os Estados da Federação considerados na análise. (CORAZZA, 2001, p. 23).

A julgar pela composição das operações do Sistema Financeiro Nacional e por sua distribuição entre São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná, destaca-se que a centralização de capitais na esfera pública representa uma parte maior do quantum de capitais investidos justamente naquelas regiões e atividades onde o potencial de realização de mais valor não pode ser plenamente atendido pelos capitais privados. Desta forma pode-se entender mais claramente de que forma o sistema financeiro aproxima as diversas regiões e atividades econômicas em termos de taxa média de lucro ao mesmo tempo em que aprofunda o processo de diferenciação entre as regiões de um mesmo país (MARX, 1862; AMADO, 1999).

#### **4.2.1. As ações do BRDE no período do “boom” do agronegócio**

O período estudado de 2001 a 2004 não apenas é marcado pela recuperação financeira do BRDE como ocorre num momento de grande dinamismo do agronegócio mundial, estimulando o crescimento dos volumes e valores exportados pelo país e pela Região Sul. Nesse contexto, a retomada do agronegócio é visível também na orientação do crédito da instituição através do repasse de recursos das linhas de financiamento integrantes da Política Agrícola do Governo Federal, como o MODERAGRO, PRODECOOP, PRONAF, FINAME Agrícola e FINAME Moderfrota, dentre outros (Relatório de Administração do BRDE, 2003; 2004).

A orientação ao setor agropecuário se confirma através da análise da carteira do banco para o período 2001-04, quando o setor primário desbanca os setores industrial e terciário. A análise da Tabela 20 indica ainda que esses recursos ofertados ao setor primário apresentaram relativa pulverização, uma vez que as operações contratadas tiveram valores médios de R\$ 27,6 mil no biênio

2001-02 e de R\$ 40,1 mil no biênio seguinte, em nítido contraste com os máximos apurados de R\$ 739,3 mil para o setor terciário no biênio 2001-02 e R\$ 962,6 mil para o setor secundário no biênio 2002-04.

TABELA 20 – Valor total contratado ao BRDE por setor de atividade - REGIÃO SUL - 2001/2004

SETOR DE ATIVIDADE	2001-2002			2003-2004		
	Nº OPER	VALOR R\$ MIL	VALOR MÉDIO R\$ MIL	Nº OPER	VALOR R\$ MIL	VALOR MÉDIO R\$ MIL
PRIMÁRIO	9.520	262.951 (34,2%)	27,6	12.194	489.393 (40,7%)	40,1
SECUNDÁRIO	433	260.743 (33,9%)	602,2	482	463.985 (38,6%)	962,6
TERCIÁRIO	331	244.717 (31,9%)	739,3	338	247.770 (20,7%)	733
TOTAL	10.284	768.411 (100%)	74,7	13.014	1.201.148 (100%)	92,3

FONTE: Relatório de Administração, 2001, 2002, 2003, 2004 – BRDE.

Mas quando a análise é por gênero de atividade econômica, informação que aparece discriminada apenas nos Relatórios de Administração do BRDE de 2001 e 2002, observa-se que a pecuária ficou com 11,4% (R\$ 343,2 milhões) dos cerca de R\$ 3 bilhões financiados no período (incluso refinanciamentos)<sup>220</sup>. E, sabidamente, a pecuária extensiva praticada em grandes propriedades é ainda dominante na Região Sul.

Especificamente para os Campos Gerais paranaenses, o setor primário assume a liderança no valor total contratado junto ao BRDE apenas no biênio 2003-04. Naquela ocasião, as operações contratadas apresentaram valor médio de R\$ 168 mil, algo cerca de 4 vezes superior aos R\$ 40,1 mil de média apurados para a Região Sul, indicativo de uma maior concentração do crédito em benefício de contratantes locais (Ver Tabela 21). Também para o setor secundário o valor médio das operações nos Campos Gerais manteve-se cerca de 2 vezes acima do

<sup>220</sup>Numa interpretação mais ampla do agronegócio, de modo a contemplar os setores de produtos alimentares e bebidas, couro e calçados, produtos de madeira, celulose e papel, fabricação de móveis, etc., o financiamento (e refinanciamento) do BRDE ao setor atingiria a expressiva marca de R\$ 1,560 bilhão ou 52% do total no biênio 2001-02 (Relatório de Administração do BRDE, 2001; 2002).

verificado no conjunto da Região Sul, igualmente apontando uma maior concentração desse crédito público entre contratantes da região.

TABELA 21 – Valor total contratado ao BRDE por setor de atividade – Campos Gerais paranaenses - 2001/2004

SETOR DE ATIVIDADE	2001-2002			2003-2004		
	Nº OPER	VALOR R\$ MIL	VALOR MÉDIO R\$ MIL	Nº OPER	VALOR R\$ MIL	VALOR MÉDIO R\$ MIL
PRIMÁRIO	79	5.723 (15,6%)	72,4	109	18.310 (55,2%)	168
SECUNDÁRIO	15	20.691 (56,5%)	1.379,4	8	13.632 (41,1%)	1.704,0
TERCIÁRIO	4	10.193 (27,9%)	2.548,2	4	1.241 (3,7%)	310,3
TOTAL	98	36.607 (100%)	373,5	121	33.183 (100%)	274,2

FONTE: Superintendência de Porto Alegre, BRDE (Tabelas em Anexo).

Para a Campanha gaúcha o montante de crédito ao setor primário não atingiu metade do valor destinado aos Campos Gerais paranaenses. Entretanto, os valores médios das operações com o setor primário local também foram cerca de 1,5 e 3 vezes, respectivamente para os biênios 2001-02 e 2003-04, superiores à média da Região Sul (Ver Tabela 22).

No período pesquisado, a diferenciação interna às regiões campeiras quanto a destinação do crédito do BRDE foi ainda mais significativa em relação aos valores financiados ao setor secundário, com os pouco expressivos R\$ 300 mil (2001-02) e R\$ 600 mil (2003-04) destinados à Campanha contrastando visivelmente com os R\$ 20,691 milhões e R\$ 13,632 milhões, respectivamente, contratados para os Campos Gerais, bem como de forma indireta indica comparativamente a menor expressão da atividade industrial pampeana<sup>221</sup> (Ver Tabelas 21 e 22). Aliás, o próprio setor terciário ficou à frente do industrial na Campanha gaúcha em termos de valor total de crédito contratado no período de

<sup>221</sup>É verdade que o fato da atividade industrial da região pampeana gaúcha concentrar-se no eixo Pelotas – Rio Grande, já na zona litorânea, explica parcialmente essa diferenciação inter-regional na destinação dos fundos públicos do BRDE. Contudo, também em termos de valores totais contratados pelo BRDE para a Campanha gaúcha o resultado ficou muito aquém dos Campos Gerais paranaenses no mesmo período.

2001 a 2004: foram apenas R\$ 900 mil para o setor secundário contra R\$ 2,393 milhões para o setor terciário.

TABELA 22 – Valor total contrato ao BRDE por setor de atividade – Campanha gaúcha - 2001/2004

SETOR DE ATIVIDADE	2001-2002			2003-2004		
	Nº OPER	VALOR R\$ MIL	VALOR MÉDIO R\$ MIL	Nº OPER	VALOR R\$ MIL	VALOR MÉDIO R\$ MIL
<b>PRIMÁRIO</b>	54	2.168 (83,2%)	40,1	61	7.568 (72,6%)	124,1
<b>SECUNDÁRIO</b>	3	300 (11,5%)	100	2	600 (5,8%)	300
<b>TERCIÁRIO</b>	2	137 (5,3%)	68,5	2	2.256 (21,6%)	1.128,0
<b>TOTAL</b>	59	2.605 (100%)	44,2	65	10.424 (100%)	160,4

FONTE: Superintendência de Porto Alegre, BRDE (Tabelas em Anexo).

Outra consideração importante é que a atual dinâmica do agronegócio já não pode ser captada pela tradicional abordagem em setores econômicos, base do planejamento e da análise de dados pelo BRDE. Determinadas atividades arroladas como industriais (caso da agroindústria, máquinas e implementos agrícolas, insumos agrícolas, etc.) ou de serviços (como as atividades comerciais e bancárias em pequenas cidades de regiões agrícolas) aparecem diretamente vinculadas à dinâmica da agropecuária local.

Diversos exemplos dentre tantos outros possíveis podem ser exibidos indicando também para as regiões campeiras meridionais a irrelevância da classificação dos financiamentos do BRDE por setor econômico. Assim, em 2003 foi contratado junto ao banco um empréstimo de R\$ 1,9 milhão para a modernização administrativa da prefeitura de Bagé (RS), município quase que inteiramente dependente da pecuária e da agricultura. Em 2004, foram liberados R\$ 3,5 milhões para duas unidades de beneficiamento de arroz na cidade de Pelotas (RS), a maior delas voltada à produção de arroz parboilizado (empresa Efege) e a outra para a produção de subprodutos do arroz (empresa Cercalle Indústria e Comércio de Cereais). Esses financiamentos da atividade de beneficiamento do arroz são computados no setor industrial apesar de

representarem forte estímulo ao desenvolvimento da orizicultura (e, em decorrência, beneficiando a elite latifundiária regional através do pagamento da renda da terra pelo arrendamento).

#### 4.2.2. Os donos do crédito público (BRDE) nos campos meridionais

A produção de valor acrescido através do processo produtivo depende diretamente do grau de capitalização do produtor (seja industrial ou agrícola), e que por sua vez é crescentemente determinado pela possibilidade de acesso ao crédito (MARX, 1844; AUED, 1999). Essa assertiva pode ser demonstrada empiricamente através do Censo Agropecuário do IBGE de 1995-96, que aponta que para cada real investido nos estabelecimentos rurais gaúchos outros 56 centavos foram liberados na forma de financiamentos, sendo que especificamente para a Campanha gaúcha cada real investido tinha a contrapartida de impressionantes 85 centavos em financiamentos (Ver Tabela 23). No mesmo período, para os municípios pampeanos de Itaqui, Quaraí, São Borja e Uruguaiana o valor dos financiamentos superou o montante dos próprios investimentos!

TABELA 23 – Valor dos investimentos, financiamentos, despesas e receitas por município da Campanha gaúcha - 1995

<b>Município</b>	<b>Investimentos (mil reais)</b>	<b>Financiamentos (mil reais)</b>	<b>Despesas (mil reais)</b>	<b>Receitas (mil reais)</b>
Alegrete	14.100	12.841	51.533	81.951
Bagé	9.818	2.478	24.976	46.796
Dom Pedrito	16.978	7.543	38.835	65.328
Itaqui	7.379	15.140	62.057	89.031
Lavras do Sul	1.978	197	3.958	10.239
Manoel Viana	1.472	1.036	5.788	8.317
Quaraí	2.338	2.382	10.708	19.651
Rosário do Sul	10.635	5.553	27.238	42.528
São Francisco de Assis	2.781	871	6.102	13.479
São Borja	4.847	14.080	44.229	60.253
São Gabriel	16.910	12.172	41.246	65.932

Santana do Livramento	8.714	3.184	25.912	44.771
Uruguaiana	10.518	15.258	90.403	130.014
<b>Total regional</b>	<b>108.468</b>	<b>92.735</b>	<b>432.985</b>	<b>678.290</b>
<b>Total RS</b>	<b>893.060</b>	<b>497.737</b>	<b>3.157.233</b>	<b>5.132.178</b>

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996.

No caso paranaense essa relação aparece ainda mais elevada, pois de cada real investido nos estabelecimentos rurais do estado era gerado uma contrapartida em financiamentos de 65 centavos, e para os Campos Gerais os investimentos geravam outro real e mais três centavos (Ver Tabela 24). O caso de Ponta Grossa é ainda mais emblemático na medida em que o valor financiado correspondeu no mesmo ano simplesmente ao dobro dos investimentos realizados pelos estabelecimentos rurais do município!

TABELA 24 – Valor dos investimentos, financiamentos, despesas e receitas por municípios dos Campos Gerais paranaenses - 1995

<b>Município</b>	<b>Investimentos (mil reais)</b>	<b>Financiamentos (mil reais)</b>	<b>Despesas (mil reais)</b>	<b>Receitas (mil reais)</b>
Tibagi	5.152	7.410	36.373	56.051
Piraí do Sul	3.380	2.795	19.148	33.420
Castro	12.615	15.912	76.419	171.215
Ivaí	1.104	529	3.436	9.912
Ipiranga	1.353	2.351	8.587	18.244
Prudentópolis	2.929	1.926	10.093	35.948
Imbituva	3.011	1.607	10.870	22.624
Teixeira Soares	2.294	1.607	10.089	29.109
Ponta Grossa	5.811	10.538	39.532	61.479
Irati	1.636	1.098	8.150	19.066
Palmeira	5.274	3.883	26.920	54.648
Porto Amazonas	865	149	2.653	2.586
Rio Azul	1.459	378	4.786	11.713
Rebouças	942	597	3.957	7.902
São João do	1.047	1.686	4.227	9.832

Triunfo				
Lapa	3.728	4.623	20.763	42.343
Mallet	1.245	617	4.487	11.124
São Mateus do Sul	1.770	1.537	10.451	18.771
Antonio Olinto	873	410	3.116	7.983
União da Vitória	879	59	2.685	4.899
Paula Freitas	893	454	1.867	14.397
Paulo Frontin	966	647	4.029	7.488
<b>Total regional</b>	<b>59.226</b>	<b>60.813</b>	<b>312.638</b>	<b>650.754</b>
<b>Total PR</b>	<b>741.811</b>	<b>484.139</b>	<b>2.960.329</b>	<b>5.086.517</b>

Obs.: Não disponíveis os dados dos municípios de Carambeí, Guamiranga e Fernandes Pinheiro.  
Fonte: Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996.

Demonstrada a importância do financiamento na ativação da produção agropecuária da Região Sul em geral e das regiões campeiras meridionais em particular, agora resta determinar a exata contribuição do BRDE. O que chama inicialmente a atenção na análise dos dados dessa instituição é a preocupação com a “maquiagem” estatística, na medida em enaltecem determinados aspectos e ocultam outros. Quando examinados os Relatórios de Administração do BRDE transparece que a partir de 2003 passam a enfatizar o crescimento do número de contratos com mutuários de micro, pequeno e médio porte, mas omitem a distribuição dos valores dos financiamentos por porte do mutuário. Evidente que essa manipulação enfatizando apenas o crescimento do número de “pequenos mutuários” permite destacar o compromisso da instituição empenhado junto ao segmento dos pequenos produtores rurais. Empenho que cai por terra quando, a partir da Tabela 25, conclui-se que, em termos de valores contratados junto ao banco em 2001 e 2002, os pequenos “empreendedores” não foram os principais favorecidos!

TABELA 25 – Contratações por porte do mutuário - Região Sul - 2001/2002

Classe de renda – anual	2001		2002	
	Valor R\$ MIL	Valor Relativo - %	Valor R\$ MIL	Valor Relativo - %
<b>Rural</b>				
Até R\$30.000,00	30.716	9,03	25.808	6,03
+R\$30.000,00	26.425	7,77	48.148	11,24
<b>Urbano (Renda</b>				

<b>Operacional Bruta)</b>				
Até R\$1.200.000,00	18.066	5,31	24.639	5,75
+R\$1.200.000,00	265.011	77,89	329.599	76,97
<b>TOTAL</b>	<b>340.217</b>	<b>100</b>	<b>428.194</b>	<b>100</b>

Fonte: Relatórios de Administração do BRDE, 2001 e 2002.

No biênio referido foram justamente os produtores rurais da Região Sul com rendimentos anuais superior a R\$ 30.000,00 – e, portanto, fora das categorias de miniprodutor e pequeno produtor rural utilizadas pela própria instituição - que ficaram com mais de metade do crédito contratado ao BRDE, correspondendo a R\$ 74,5 milhões do montante total de R\$ 131 milhões destinado ao setor primário. Aliás, entre os empreendedores “urbanos” essa concentração do crédito público foi ainda maior, com os grandes operadores (Renda Operacional Bruta anual superior a R\$ 1.200.000,00) obtendo 77,89% e 76,97% do total dos valores contratados para os anos de 2001 e 2002, respectivamente.

A situação reproduz-se na escala dos Campos Gerais paranaenses, onde o crédito contratado ao BRDE pelos pequenos produtores rurais no acumulado entre 2001 e 2004 foi de apenas R\$ 528 mil contra os R\$ 7,2 milhões destinados aos produtores rurais de maior porte (Ver Tabela 26). Isto significa que o volume de recursos destinado aos pequenos agricultores locais foi cerca de 13 vezes menor! Analogamente, os empreendedores “urbanos” locais de maior porte também concentraram mais de  $\frac{3}{4}$  do total do crédito contratado junto ao banco para o setor industrial e de serviços no período.

TABELA 26 – Contratações por porte do mutuário - Campos Gerais paranaenses - 2001/2004

Classe de renda – anual	2001	2002	2003	2004
	Valor R\$ MIL (Valor relativo - %)			
<b>Rural</b>				
Até R\$30.000,00	100 (0,47)	65 (0,43)	212 (1,18)	151 (0,99)
+R\$30.000,00	287 (1,34)	1.556 (10,26)	3.882 (21,58)	1.493 (9,82)
Urbano (Renda Operacional Bruta)				

Até R\$1.200.000,00	311 (1,45)	50 (0,33)	275 (1,53)	267 (1,76)
+R\$1.200.000,00	20.747 (96,74)	13.486 (88,98)	13.615 (75,71)	13.288 (87,43)
<b>TOTAL</b>	21.445 (100)	15.157 (100)	17.984 (100)	15.199 (100)

Fonte: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre, BRDE.

Os dados da Tabela 27 apontam que no período examinado a situação repete-se também para a Campanha gaúcha, com a destinação pelo BRDE de R\$ 9,28 milhões aos produtores rurais de maior renda e de módicos R\$ 54 mil para os mini e pequenos produtores rurais. O atual significado da famosa frase proferida 250 anos atrás pelo líder guarani missioneiro Sepé Tiaraju de que “*essa terra tem dono!*” fica claramente estabelecido quando se considera que essa diferença é de 172 vezes em favor dos produtores de maior porte, e que o crédito destinado ao setor primário local foi quase 3 vezes superior ao somatório dos valores destinados aos setores secundário e terciário da economia pampeana.

TABELA 27 – Contratações por porte do mutuário - Campanha gaúcha - 2001/2004

Classe de renda – anual	2001	2002	2003	2004
	Valor R\$ MIL (Valor relativo - %)			
<b>Rural</b>				
Até R\$30.000,00	16 (2,29)	4 (0,21)	15 (0,20)	19 (0,63)
+R\$30.000,00	326 (46,57)	1.823 (95,64)	4.446 (60,25)	2.686 (89,50)
Urbano (Renda Operacional Bruta)				
Até R\$1.200.000,00	58 (8,29)	79 (4,15)	809 (10,96)	-
+R\$1.200.000,00	300 (42,86)	-	2.109 (28,58)	296 (9,86)
<b>TOTAL</b>	700 (100)	1.906 (100)	7.379 (100)	3.001 (100)

Fonte: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre, BRDE.

É significativo que o pesquisador João Mendes (2002, p. 71) tenha concluído a partir de entrevista com 27 mutuários gaúchos que “*nas respostas dos clientes do BRDE, mesmo que o retorno tenha se destacado, as garantias foram apontadas, em primeiro lugar no rol das exigências do banco*”. É ainda mais

significativo que a propriedade da terra continue, especialmente na Campanha gaúcha, representando a garantia principal de acesso ao crédito público pela elite latifundiária campeira (CARDOSO, 1977; HAESBAERT, 1988).

O sociólogo Octávio Ianni (1977, p. 304) acerta quando lembra que o planejamento econômico no Brasil considera historicamente apenas a estrutura econômica e deixa intocada a estrutura de poder: *“Antes de mais nada, o que está em jogo é a preservação do regime, isto é, das relações e estruturas de dominação e apropriação vigentes.”* Estrutura de poder que no caso dos campos meridionais conjuga concentração fundiária e de renda com formas agroindustriais e industriais, além de doses nada homeopáticas de uso privilegiado do crédito público.

Não que a classe política e a tecnocracia não estejam bem intencionadas quando direcionam políticas públicas e fundos públicos para os pequenos produtores rurais, mas ocorre que

As formas correntes de ação em áreas rurais ajustam-se neste esquema geral. Programas oficiais garantem empréstimos a pequenos proprietários de terra para a compra de sementes, fertilizantes, equipamento etc. e encorajam a comercialização e a administração modernas. Isto é feito sob o pretexto de ajudar a solucionar problemas de abastecimento de alimentos e de pobreza rural, mas a finalidade verdadeira é modernizar a economia rural e aumentar a composição técnica e orgânica do capital na agricultura. Obviamente, qualquer alteração técnica na agricultura é seguida por uma modificação na propriedade da terra que é, ela própria, uma forma: uma forma jurídica mas também espacial. (SANTOS, 1979, p. 190).

Assim, no ano de 2000, a instituição “co-irmã” BASA pôde destinar 70% dos recursos para cooperativas e pequenos agricultores (CORRÊA, 2002) porque era a ampliação da produção mineral e da transformação industrial amazônica que exigia maior oferta de alimentos para o abastecimento da força de trabalho nas cidades e enclaves da região.

Em contrapartida o BRDE insiste em justificar que o limite de crédito aos pequenos agricultores familiares é determinado pelo fato de que *“Por ser banco, está submetido às especificidades da dinâmica concorrencial e regulatória do setor”* (BRDE, dezembro de 2002, p. 5). A direção do BRDE não deveria esquecer

que além de banco guarda funções de agência de planejamento regional, e que reúne capacidade técnica para determinar nichos de mercado para a produção familiar. Além do mais, se o banco pode rogar-se no direito de deixar que “*a dinâmica concorrencial e regulatória do setor*” caia sobre as cabeças dos pequenos produtores rurais, a bem da coerência, deveria então fazer o mesmo em relação à agricultura comercial altamente tecnificada. Mas não é em absoluto o que ocorre quando o banco continua financiando orizultores do pampa apesar do enorme endividamento que já acumulam com as instituições públicas. Que a regulação da concorrência é também fato político resta concluir pelo óbvio, apesar dos discursos institucionais em contrário.

#### **4.3. PLANEJAMENTO REGIONAL E DINÂMICA CAPITALISTA**

Outra concepção errônea acerca do desenvolvimento regional é de ainda ser “*usualmente entendido como planejamento econômico à escala regional*” (SOUZA, 1992, p. 124), como se não estivesse intimamente ligado ao planejamento econômico nacional (MESSIAS DA COSTA, 1988) e ao comportamento do mercado mundial (KURZ, 2001). Todavia, as concepções e ações de planejamento regional continuam com foco na escala local e na dimensão setorial, como se a dinâmica da economia moderna coubesse em compartimentos estanques.

Ainda que a elaboração de um planejamento integrado esbarre em limitações evidentes diante da impossibilidade de controle político sobre a dinâmica capitalista (OLIVEIRA, 1981), seria de se esperar ao menos esforços no sentido da elaboração de diretrizes mais claras quanto ao inter-relacionamento de variáveis produtivas, ambientais e sociais (educação). A vontade política é ainda tênue no que se refere à coordenação e obtenção de sinergias entre as linhas de financiamento das agências públicas de fomento econômico e promoção social.

Afinal, que coerência esperar das políticas públicas quando falam em reforma agrária nas regiões de concentração fundiária (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e estimulam ao mesmo tempo e no mesmo espaço

atividades produtivas que favorecem a extração da renda da terra pelos grandes proprietários fundiários (Banco do Brasil, BRDE)?!

Podemos recorrer ainda a exemplos de descolamento entre políticas agro-extrativas e políticas ambientais e sociais também para a região da Campanha gaúcha. O manejo inadequado do solo na bacia do Alto Uruguai (região agrícola entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina) intensifica o processo de erosão e, em decorrência, o assoreamento à jusante e a intensificação do flagelo social com as freqüentes enchentes do rio Uruguai que assolaram as cidades da Fronteira Oeste gaúcha nas últimas décadas.

Na própria Campanha gaúcha o manejo inadequado do solo intensifica os processos de arenização e de voçoracamento, que já respondem por 3,97% e 2,48%, respectivamente, das áreas das bacias do Miracatu e do Caraguataí (SUERTEGARAY, 1998). Diante da gravidade do quadro seria de se esperar que fossem criadas oportunidades concretas para que técnicos das instituições governamentais, pesquisadores ambientais, proprietários de terras e empreendedores florestais pudessem sentar juntos para discutir os rumos das políticas públicas em curso e o cenário desejado.

A própria atividade de planejamento acaba limitada pela forma atual de apresentação dos dados estatísticos por instituições como o BRDE, uma vez que a circunscrição dos financiamentos aos limites municipais representa simplificação inaceitável do movimento real da riqueza pelo território. Afinal, na intrincada trama territorial das redes de produção agropecuária e industrial moderna a importância do município receptor do investimento produtivo para a realização do valor acrescido é extremamente variável (AUED & ALBUQUERQUE, 2004).

Esse argumento pode ser explicitado através da decomposição da complexa geografia da riqueza do grupo Maggi. De acordo com C. A. Silva (2005), "*O diferencial do Grupo André Maggi frente a outros conglomerados transnacionais se dá através da captação de recursos financeiros a baixo custo no exterior e do repasse de crédito a juros mais baixos do que o mercado cobra*". O controle da informação (cotações das bolsas de valores internacionais e estimativas da safra nas regiões de produção) e as possibilidades financeiras de

arcar com os custos de produção de terceiros permitem ao grupo lucros elevados. A função de intermediação entre capitais internacionais e produtores agrícolas parceiros determina a própria geografia da (des)valorização produtiva dos lugares em que o grupo atua, definida ainda pela logística e localização das plantas industriais.

A geografia da riqueza do grupo Maggi também é produzida a partir do consórcio entre Estado e elites campeiras, no contexto da indiferenciação entre crédito público e privado para a organização dos mercados agrícolas (de produção e consumo). É novamente Silva (2005) quem destaca o importante estímulo inicial representado pelo financiamento do BRDE na década de 70 à expansão da matriz do grupo localizada em São Miguel do Iguazu (PR), com taxas de juros abaixo da inflação. Três décadas depois e o volume de recursos necessários para manter a perspectiva de valorização dos ativos do grupo Maggi exigia novos consórcios agora com grandes grupos financeiros privados e públicos de caráter nacional (Bamerindus, Bradesco e Banco do Brasil) e internacional.

A promiscuidade assentida entre público e privado e a fusão entre o financeiro e o produtivo garantiram a expansão do grupo Maggi pelo cerrado mato-grossense e goiano, permitindo a ampliação de sua própria rede de solidariedade produtiva sobre os escombros das tradicionais “solidariedades produtivas locais” (ARROYO, 2003). É assim que as complexas relações territoriais estabelecidas pela Empresa Sementes Maggi Ltda – atualmente com sede em Rondonópolis (MT) – com os produtores de soja do cerrado envolvem também diversas fábricas de adubos localizadas nos Campos Gerais, mais especificamente as unidades localizadas em Ponta Grossa e Castro.

Ponta Grossa cumpre ainda funções importantes na estratégia de circulação e armazenagem (a logística) do grupo Maggi ao permitir a redução de custos de produção com os “fretes de retorno”, pois o comboio de trens que transporta adubo dos pátios da empresa Serrana (Ponta Grossa) até as áreas produtoras do cerrado é o mesmo que traz grãos para o esmagamento em unidades industriais da região ou para a exportação em bruto até o porto de Paranaguá.

#### 4.4. O PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO REGIONAL ATRAVÉS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS “SOCIAIS” DO BRDE

O financiamento total de cerca de R\$ 31 milhões ao cooperativismo dos Campos Gerais paranaenses e da Campanha gaúcha entre 2001 e 2004 foi apropriado por apenas 8 cooperativas. De acordo com os dados apresentados nas Tabelas 28 e 29, os empréstimos contratados pelas cooperativas das regiões campeiras estudadas representaram individualmente valores no mínimo próximos aos R\$ 2 milhões, isso apesar da imagem no senso comum de que o cooperativismo equivale a pequenos negócios.

Embora a conduta do BRDE seja de manter sigilo sobre os mutuários, sua página eletrônica faz questão de informar que a Cooperativa Castrolanda contratou empréstimo de R\$ 6,89 milhões junto ao banco em 2006 para uma fábrica de ração em Piraí do Sul e uma unidade de processamento de batata frita em Castro, ambas na região dos Campos Gerais paranaenses<sup>222</sup>. Aliás, as operações da Cooperativa Castrolanda com o BRDE já ultrapassaram os R\$ 100 milhões desde 1981. Também a Cooperativa Batavo, sediada em Carambeí (PR), ampliava em 2004 suas instalações em Imbaú, Tibagi e Ponta Grossa com financiamento do banco (cerca de 70% dos R\$ 12 milhões investidos).

Na Campanha gaúcha, apenas uma cooperativa obteve financiamento do BRDE durante o período pesquisado (governo federal de Fernando H. Cardoso e estadual de Olívio Dutra). No biênio seguinte (governo estadual de Germano Rigotto) o valor total destinado pelo banco à região superou em mais de 4 vezes ao biênio anterior, mas a parte correspondente ao cooperativismo caiu a zero (Ver Tabela 28).

TABELA 28 – Participação das cooperativas no crédito contratado ao BRDE na Campanha gaúcha - 2001/2004

DISCRIMINAÇÃO DO MUTUÁRIO	VALOR DO CONTRATO
<b>2002</b>	
COOP. H	1.998.968,00
<b>TOTAL REGIONAL DAS COOPERATIVAS</b>	1.998.968,00
<b>TOTAL ESTADUAL DOS INVESTIMENTOS CONTRATADOS 2001-2002</b>	2.605.000,00

<sup>222</sup>Disponível em <<http://www.brde.gov.br>>. Acessado em 10.04.2006.

<b>TOTAL ESTADUAL DOS INVESTIMENTOS CONTRATADOS 2001-2004</b>	<b>13.029.000,00</b>
---	----------------------

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.  
Org: MOCELIN, Maurício.

Mas para os Campos Gerais paranaenses, a análise da Tabela 29 aponta que no biênio 2003-04 (governo federal de “Lula” e estadual de Roberto Requião) as cooperativas da região receberam do BRDE volume de recursos quase 4 vezes superior ao biênio anterior (governo federal de Fernando H. Cardoso e estadual de Jaime Lerner). Simplesmente, as cinco maiores cooperativas exportadoras do Paraná contavam com financiamentos do banco.

TABELA 29 – Participação das cooperativas no crédito contratado ao BRDE nos Campos Gerais paranaenses - 2001/2004

<b>DISCRIMINAÇÃO DO MUTUÁRIO</b>	<b>VALOR DO CONTRATO</b>
<b>2001</b>	
COOP. A	3.083.500,00
<b>2002</b>	
COOP. B	3.681.000,00
<b>TOTAL REGIONAL DAS COOPERATIVAS 2001-2002</b>	<b>6.764.500,00</b>
<b>TOTAL ESTADUAL DOS INVESTIMENTOS CONTRATADOS 2001-2002</b>	<b>36.607.000,00</b>
<b>2003</b>	
COOP. C	1.718.959,00
COOP. D	1.920.000,00
COOP. E	6.890.000,00
<b>2004</b>	
COOP. F	7.913.040,00
COOP. G	3.925.491,00
<b>TOTAL REGIONAL DAS COOPERATIVAS 2003-2004</b>	<b>22.367.490,00</b>
<b>TOTAL ESTADUAL DOS INVESTIMENTOS CONTRATADOS 2003-2004</b>	<b>33.183.000,00</b>
<b>TOTAL REGIONAL DAS COOPERATIVAS 2001-2004</b>	<b>29.131.990,00</b>
<b>TOTAL ESTADUAL DOS INVESTIMENTOS CONTRATADOS 2001-2004</b>	<b>69.790.000,00</b>

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.  
Org: MOCELIN, Maurício.

Com o apoio do Estado e de capitais privados, o crescimento experimentado por algumas cooperativas paranaenses foi expressivo nas décadas recentes, como demonstra novamente o caso da Cooperativa Agropecuária Batavo, sediada em Carambeí. O grupo Batavo atua fundamentalmente nos

municípios dos Campos Gerais e entorno (Castro, Ponta Grossa, Tibagi, Piraí do Sul, Ibaití, Telêmaco Borba,,etc.), e recentemente, a Cooperativa Batavo expandiu-se também pelo Nordeste brasileiro graças a um *pool* interestatal que disponibilizou fundos públicos e capitais externos:

(...) a cooperativa paranaense Batavo vem implantando um projeto de US\$ 100 milhões no sul do Maranhão, no município de Balsas. O programa é resultado de um convênio com a empresa nipo-brasileira Companhia de Promoção Agrícola (Campo) e contempla a exploração agrícola da região mediante a instalação de fazenda experimental, infraestrutura de educação e saúde e agroindústrias.

A primeira fase do projeto inclui a aquisição de 10 mil ha de terras para o cultivo de grãos – por cerca de 40 agricultores oriundos de Castro (PR) -, a correção dos solos e a construção de casas e armazéns. A viabilização financeira do empreendimento abarcou recursos da Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do governo do Maranhão. (LOURENÇO, 2002, p. 59).

Nem mesmo a recente falência do grupo multinacional Parmalat, sócio controlador da Cooperativa Batávia, foi golpe forte o suficiente para fazer refluir os negócios da cooperativa. Curiosamente, ainda em 2004 a direção paranaense do BRDE acenava com a possibilidade de intermediação de novos financiamentos para viabilizar a retomada do controle da Batávia pelos cooperados. Entretanto, quem acabou assumindo o controle da Batávia foi o grupo Perdigão, ampliando ainda mais sua presença no agronegócio da Região Sul.

Paralelamente, a ampliação da diferenciação social no interior das cooperativas torna-se processo sempre mais evidente, como na Cooperativa Castrolanda onde embora todos os cerca de mil habitantes do município-sede se vinculem de alguma forma à cooperativa, pertencem nitidamente a grupos bastante diferenciados entre produtores cooperados, funcionários da cooperativa e trabalhadores rurais nas fazendas associadas (RICKLI, 2004).

Da mesma forma, ao privilegiar as grandes cooperativas as ações do BRDE mesmo nos Campos Gerais paranaenses parecem antes encetar uma diferenciação interna ao próprio movimento dos cooperados (entre quem tem acesso ao crédito público e quem dele está alijado) que promover um modelo mais

eqüitativo de distribuição da renda regional<sup>223</sup>. Basta ver que o apoio institucional e financeiro do BRDE a formas de economia solidária na região dos campos meridionais restringe-se até o momento a um único projeto-piloto voltado à capacitação de parceiros para a difusão dos conceitos de economia solidária na região de influência de Ponta Grossa. Em termos de economia solidária parece que tanto as porteiras das fazendas campeiras quanto as portas dos bancos públicos estão cerradas!

---

<sup>223</sup>O site do BRDE anuncia com destaque que as cooperativas paranaenses contratantes beneficiam cerca de 190 mil membros (850 mil se considerada a média familiar de 5 pessoas).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fase de ocupação econômica dos campos meridionais brasileiros resultou na produção de uma paisagem relativamente homogênea a partir dos campos naturais e da grande propriedade pecuarista, permitindo inclusive afirmar uma dinâmica econômica comum ao Pampa Sul-Americano. Ao longo do século XX também a agricultura comercial foi sendo disseminada pelo Pampa, principalmente através da soja, mas também do arroz (Campanha) e do milho (Campos Gerais). Esses processos econômicos produziram enorme riqueza, mas também ampla miséria social ao manterem a histórica concentração da propriedade privada e a apropriação privada da renda regional.

Mas mesmo com a formação de verdadeiros mosaicos paisagísticos e de uma diferenciação interna aos campos meridionais, sobretudo, puxada pela grande indústria, a presença de certas “rugosidades” (especialmente associadas ao latifúndio pastoril) continua a impregnar o imaginário social. Certas leituras estreitas misturam esses elementos de permanência de traços naturais e culturais do universo pastoril com o universo da psicologia literária regional, assentada na exploração da temática dos sentimentos de letargia e rudeza que marcam a vida pampeana, para afirmar a “tese do atraso das regiões campeiras”.

Foi exatamente essa implosão da homogeneidade paisagística e das solidariedades produtivas regionais (ARROYO, 2003) que trouxe a possibilidade de recomposição da “unidade regional” histórica ao terreno mitológico; e este é exatamente o sentido oculto dos movimentos de afirmação identitária dos valores histórico-culturais dos “tropeiros” e dos “farroupilhas”, tão caras aos intelectuais orgânicos do lugar que transformam a história paranaense e gaúcha em mercadoria para o bem do lucro da atividade turística e da indústria cultural (OLIVEN, 1990).

O imaginário social regional também alimentou e se nutriu dos mitos do arcaísmo dos processos socioeconômicos locais, da falta de capitalização dos pecuaristas, e do isolamento geográfico das regiões campeiras, formando o amplo substrato ideológico que corrobora as reivindicações das elites campeiras

meridionais por políticas públicas e fundos públicos (OLIVEN, 1988; HAESBAERT, 1988; HEIDRICH, 2000). Afinal, se o reclame dos antepassados farroupilhas já não cola mais, agora existe a possibilidade de jogar a culpa dos problemas das sociedades campeiras no suposto atraso econômico regional causado fundamentalmente pela insuficiência do mercado e ausência do Estado.

Mas a promiscuidade entre Estado e mercado é fundamento universal e global da reprodução do capitalismo, inclusive nos campos meridionais brasileiros ao longo da história regional (apropriação privada dos campos pelo regime de sesmarias, implantação de ferrovias, atração de frigoríficos). Nos campos meridionais brasileiros e mundo afora, “laissez-faire” e “intervencionismo estatal” representam ontem e hoje duas faces da mesma moeda chamada liberalismo. Portanto, a precoce politização do processo de desenvolvimento regional aponta justamente para a modernidade das elites campeiras e de suas relações de produção (políticas, jurídicas, de trabalho, comerciais, etc.).

Maquiavelicamente alheias a essas características históricas do desenvolvimento econômico regional, as elites campeiras continuam a defender a superação da “crise regional” (desvalorização produtiva) pela ampliação do crédito público para a agricultura e a indústria, quando foram justamente investimentos produtivos passados que provocaram as sucessivas crises sociais e econômicas regionais ao concentrar sempre mais a renda regional. Autêntica reconstituição das tragicomédias gregas, simplesmente porque esse discurso desenvolvimentista regional de início do século XXI é incapaz de superar a ladainha de fins do século XIX ao desconsiderar que a chamada “crise de capacidade ociosa” da estrutura produtiva regional não está na carência de capitais, mas na implacável concorrência capitalista impetrada a partir das novas regiões produtoras.

Na ativação da produção regional as elites campeiras meridionais não são heroínas, mas vilãs. O aumento da produção representa mera externalidade para as elites campeiras, pois a produção de mate, madeira, arroz, soja, carne ou industrializados interessa apenas na medida em que possa gerar valor acrescido para fins de apropriação privada. Mas os grandes proprietários de terras se beneficiam das políticas públicas de desenvolvimento inclusive pela valorização de

atividades econômicas (orizicultura, florestamento, etc.) que permitem a valorização da “atividade” de extração da renda da terra pela via do arrendamento. As elites campeiras igualmente não pensam uma segunda vez ao empregarem meios condenados moral ou legalmente para apropriar-se da renda regional como demonstra a sonegação de impostos ontem (contrabando de fronteira) e hoje (abate clandestino, adulterações do Imposto Territorial Rural).

O exame da aplicação das políticas do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) realizado na tese demonstrou essa incapacidade das instituições públicas, apesar de reunirem capacidade técnica e financeira, em navegar com destreza pelas contradições provenientes de uma sociedade regional fragmentada em interesses particularistas. A pesquisa sobre o uso dos fundos públicos do BRDE para o período de 2001 a 2004 apontou que os produtores rurais de maior rendimento e as grandes empresas foram os maiores beneficiários dos recursos do banco. Mas demonstrou também que a arena de disputa política pelos fundos públicos do BRDE contribui ainda para cindir os movimentos de pequenos produtores rurais e de cooperados ao criar uma divisão de interesses entre quem têm acesso ao crédito público e quem dele permanece excluído

Essa nova dinâmica social fomentada pela expansão do crédito produtivo torna necessário ampliar a abrangência da definição de elites campeiras para além dos latifundiários pecuaristas, de modo a incluir todos aquelas segmentos sociais mobilizados em torno de alguns dos elementos seguintes:

- i) capacidade de reunir grandes extensões de terras (através da tradicional propriedade individual, mas também na forma de cooperativas agropecuárias ou pela via do arrendamento);**
- ii) exploração de sobretrabalho nas atividades agropecuárias e agroindustriais;**
- iii) possibilidade de extração da renda da terra;**
- iv) inclusão privilegiada nas políticas públicas de desenvolvimento (especialmente o acesso aos fundos públicos);**
- v) construção do consenso social geral (legitimidade) em torno de suas bandeiras reivindicatórias (uso do poder simbólico ou ideológico).**

No passado as políticas públicas de desenvolvimento pareciam mais coerentes na formulação de cenários de crescimento econômico com expansão do

mercado de trabalho, mas com a imposição universal do fenômeno técnico expresso na automação do processo industrial a ampliação da produção desvincula-se da multiplicação dos empregos (AUED, 1999). Entretanto, as políticas de concessão de crédito do BRDE continuam a insistir na valorização do homem através da valorização do moribundo mundo do trabalho, buscando desesperadamente unir aquilo que o mercado e a concorrência teimam em separar: produção e emprego.

Mas apenas satanizar a elite campeira proprietária de terras não resolverá o problema, pois os donos dos campos meridionais não se reduzem aos proprietários jurídicos da terra. A apropriação da riqueza produzida nas fazendas ou que circula nas regiões campeiras envolve também os grandes grupos agroindustriais, industriais e que atuam na logística e no comércio, e ainda os investidores com posições no mercado financeiro (bancos e quem sabe até de fundos de pensão), afinal as formas mais acabadas de propriedade privada do capital não podem ser reduzidas à escala da região.

A escrita da “história regional” das áreas do pampa destacou mais a trajetória dos pecuaristas, quando também apresenta grande importância o movimento de reconversão de frações dessas elites pecuaristas para atividades agrícolas, industriais e de posições no mercado financeiro. A aparente precocidade do desenvolvimento deste último na forma de instituições financeiras nas cidades pampeanas expressa tanto essa urgência das reconversões econômicas para a reprodução da sociedade regional, quanto novas oportunidades de realização de lucro para os investidores capitalistas internacionais.

O uso das políticas de desenvolvimento, e do dinheiro público em particular, permitiu sempre ampliar a produtividade da pecuária e a reconversão econômica quando preciso (assim como a inserção de novos atores sociais quando possível e politicamente desejável), demonstrando que não há glamour ou nostalgia na escrita desse “capítulo pampeano” da história capitalista de fusão entre Privado e Público. Nessas condições, como esperar que o BRDE seja um instrumento economicamente eficiente e socialmente justo de planejamento regional?

## REFERÊNCIAS

- ABLAS, L. A. Q. **Intercâmbio desigual e subdesenvolvimento regional no Brasil**. São Paulo: Pioneira/FIPE, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Disparidades entre regiões e intercâmbio desigual: proposições metodológicas com base em um enfoque neo-ricardiano**. Tese de Livre-Docência. São Paulo, FEA/USP, 1982.
- AGUILAR, R. P. **Extranjerizacion de las tierras nacionales**. Montevideo: Ed. Proyección, 1987.
- ALBUQUERQUE, E. S. de. O resgate da geografia regional por meio de um conceito político de região. In: **GEOUSP**, São Paulo, nº 9, junho 2001, pp.63-77.
- ALENCAR, J. M. de. **O gaúcho**. São Paulo: Saraiva, 1964 (1870).
- ALONSO, J. A. F. & AMARAL, R. Q. Desigualdades intermunicipais de renda no Rio Grande do Sul: 1985 – 2001. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, Número Especial, maio 2005, pp. 171-194.
- ALVES, D. O.; SAYAD, J. O Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970). In: LAFER, B. M. (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970, pp.91-109.
- AMADO, A. Moeda, sistema financeiro e trajetória de desenvolvimento regional desigual. In: LIMA, G.T. et al (orgs.). **Macroeconomia moderna Keynes e a economia contemporânea**. São Paulo: Campus, 1999.
- ANDRADE, M. C. de. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1988.
- ANTONACCI, M. A. **RS: as oposições e a revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- AREND, M. & CARIO, S. A. F. Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da Teoria Institucional de Douglass North. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, Número Especial, maio 2005, pp. 63-94.
- ARROYO, M. A espacialidade do futuro... além das fronteiras nacionais? In: **Ensaio FEE/RS**, 1995, (16)2, pp.491-509.
- \_\_\_\_\_. Uma geografia do comércio exterior brasileiro a partir do território. In: **Anais do V Encontro Nacional da ANPEGE**, Florianópolis, 2003, pp.184-193.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Comissão Especial para o Desenvolvimento da Metade Sul** (O que é a metade sul e o que fazer para desenvolvê-la). Porto Alegre, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Metade Sul: prioridades e propostas**. Relatório Final da Comissão Especial para o Desenvolvimento da Metade Sul. 1996a.
- AUED, I. M. Marxismo e Geografia. In: ALBA, R. S. et alii. **O ensino da Geografia no novo milênio**. Chapecó: Argos, 2002. pp.13-58.
- \_\_\_\_\_. Capital e emancipação humana: o ser social. In: AUED, B.W. (org.) **Educação para o (des)emprego**. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 109-132.
- \_\_\_\_\_. **Estratégias e contradições na construção da sociedade socialista soviética: socialismo de menos, capitalismo de mais (1917-1929)**. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 1995.

- AUED, I. M. & GRADE, M. O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra: fabricando uma nova sociedade. In: Desafio. **Revista de Economia e Administração**. UFMS, 2000, v. 1, n°1, pp.21-35.
- AUED, I. M. & ALBUQUERQUE, E. S. de. O método da desconstituição do capital e a Geografia. In: **Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Goiânia, jul 2004.
- AMIN, S. La logique du capitalisme. Nord contre Sud. In: LÉVY et al. **Le monde: espace et systèmes**. Paris: PNFSP e Dalloz, 1992, pp. 105-108.
- AVE-LALLEMANT, R. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia, EDUSP, 1980.
- BARCELLOS, R. de. **Estudos Rio Grandenses: motivos da história e da literatura**. Porto Alegre: Globo, 1960.
- BASSAN, D. S. Desenvolvimento econômico e desigual na região do Vale do Rio Pardo. **Revista Estudos do CEPE**. Santa Cruz do Sul, n°11, jan/jun 2000, pp. 07-57.
- BAUMANN, R. Uma visão econômica da globalização. In: BAUMANN, R. (org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus-SOBEET, 1996.
- BECKER, B. **Frente Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília, Rio de Janeiro: UnB, UFRJ, 1990.
- BENEVIDES, C.A.C. Terra sem passado: um estudo do Paraná contemporâneo. **Tese de Doutorado**. São Paulo. FFLCH/USP, 1991.
- BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. In: Boletim Geográfico, n° 171;172. Rio de Janeiro: CNG, nov/dez. 1962; jan/fev. 1963.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB; Linha Gráfica Editora, v. 2., 1991.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BRDE**. Relatório de Atividades 2000. Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. Relatório de Administração 2001. Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. Relatório de Administração 2002. Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. Relatório de Administração 2003. Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. Relatório de Administração 2004. Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. Balanço da Administração 1999/2002. Crescer Especial. Porto Alegre, dez. 2002.
- \_\_\_\_\_. Brde: a ampliação de canais de distribuição gerando mais desenvolvimento. Porto Alegre, nov. 2002.
- \_\_\_\_\_. Florestamento na Região Sul do Brasil. Set. 2003. arq. PDF.
- BREITBACH, A. C. de M. **Estudos sobre o conceito de região**. n° 13, Porto Alegre, FEE/RS, ago. 1988.
- \_\_\_\_\_. A dimensão espacial nos estudos de economia regional, no Brasil: temas e interrogações recentes. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.25, n° 1, abr.2004, pp.171-202.
- BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CASSETI, V. **Contra a correnteza**. Goiania: Kelps, 1999.

- CALDEIRA, J. **Historia do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- CAMARGO, J. B. de. **Geografia Física, Humana e Econômica do Paraná**. Maringá: Clichetec, 1998.
- CANDIDO, G. (org.). **Situação e perspectiva da agricultura brasileira**. Brasília: Senado Federal, 2000, pp.17-24.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. Rio de Janeiro: Global Editora, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Tese de Doutorado. IFCH/Unicamp, Campinas, 1975.
- CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravista do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARLOS, A. F. A. A Geografia brasileira hoje: algumas reflexões. In: Revista **Terra Livre**. AGB-Nacional, 2002, v.18, nº1, pp. 161-178.
- CASTRO, I. E. de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1992.
- CHAMMA, G. V. F. **Ponta Grossa: o povo, a cidade, o poder**. Ponta Grossa: SMEC, 1988.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã Ed., 1996 (1994).
- CLAVAL, P. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- \_\_\_\_\_. **A Geografia Cultural**. Florianópolis; EdUFSC, 2001.
- CORAZZA, G. **Sistema financeiro (e desenvolvimento) do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE/RS, 2001.
- CORRÊA, R. R. BASA: seis décadas de mudança institucional. In: MENDES, A. D. (org.). **A Amazônia e o seu banco**. Manaus: Editora Valer/BASA, 2002, pp. 347-404.
- COSTA, W. M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto; Editora da USP, 1988.
- COUTINHO, L. & FERRAZ, J. C. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas: Papyrus; Editora da Unicamp, 1995.
- CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná Tradicional**. Tese de Doutorado. CPDA/UFRRJ, Seropédica, 2003.
- DACANAL, J. H. et alii (orgs.). **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- DINIZ, C. C. & CROCCA, M. A. **Reestruturação produtiva e novos distritos industriais no Brasil: o novo mapa da indústria brasileira**. Curitiba: Iparides, 1995.
- DINIZ FILHO, L. L. Contribuições e equívocos das abordagens marxistas na Geografia Econômica: um breve balanço. In: **Terra Livre**. AGB-Nacional, v.1, nº18, 2002, pp. 143-160.
- \_\_\_\_\_. A nova geografia da industrialização brasileira. In: ALBUQUERQUE, E. S. de (Org.). **Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Globo, 2005, pp. 63-100.
- DORFMUND, L. P. **Geografia e historia do Paraná**. São Paulo: FTD, 1977.

- DUARTE, A. C.; MARICATO, A. T. Atividades agrárias. In: **Geografia do Brasil. Grande Região Sul**. Vol. IV, Tomo II, IBGE, 1968.
- DUARTE, N. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- ENGELS, F. **Socialismo utópico e socialismo científico**. São Paulo: Atena, (1892).
- FAORO, R. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1958.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FERRANDO BADIA, J. **El Estado Unitario, el Federal y el Estado Autonomico**. Madrid: Tecnos, 1986.
- FIGUEIRA, P. A. & MENDES, M.M.C. Estudo preliminar. In: BENCI, J.S.I. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos (Livro brasileiro de 1700)**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- FONSECA, P.D. **BRDE: da hegemonia à crise do desenvolvimento**. Porto Alegre: BRDE, 1988.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1963 (1959).
- GALVAN, C. G. Fênix do capital fictício e ficções do capital: a Geografia morreu – Viva a Geografia. In: **Anais do 10º Encontro Nacional de Geógrafos**. Recife, 1996.
- GERTEL, S. Globalização e meio técnico-científico: o nexo informacional. In: SANTOS, M. et alii. **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2002, pp. 188-200.
- GOLIN, T. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.
- GORZ, A. Trabalho necessário e racionalidade econômica. In: **Novos Rumos**. Instituto Astrojildo Pereira, nº 24, São Paulo, 1995.
- GORENDER, J. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- GOULART, J. A. **Brasil do boi e do couro**. Rio de Janeiro: Edições GDR, 1966.
- GOULART, J. S. **A formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro; Caxias do Sul: Educs, 1985.
- GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, nº 15, jun.1997, pp. 41-95.
- GUTIERREZ, H. **Terras e gado no Paraná tradicional**. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 1996.
- HAESBAERT, R. **RS latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- \_\_\_\_\_. Rio Grande do Sul: uma proposta de regionalização. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº 10/11, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Gaúchos no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade**. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 1995.
- HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFGRS, 2000.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992, 2v.

- HOBBSAWN, E. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (1977).
- \_\_\_\_\_. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBBS, T. **Leviata ou matéria, forma e poder de uma sociedade eclesiástica e civil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994.
- HOUTZAGER, P. P. **Os últimos cidadãos**. São Paulo: Globo, 2004.
- HUNTINGTON, S. The lonely superpower. In: **Foreign Affairs**, New York, vol. 78, n°2, March/April 1999.
- IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- IBGE. **Geografia do Brasil – Região Sul**. v.2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro. CD-ROOM.
- IAPAR. **Mapeamento da pobreza no Paraná**. Situação segundo municípios e Associações de Municípios do Paraná, ano 2000. Londrina, 2003.
- IPARDES. **Cenários econômicos paranaenses 1987-91**. Curitiba: 1987.
- \_\_\_\_\_. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 2000**. Curitiba, 2000.
- JARDIM, M. L. & BARCELLOS, T. M. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Coredes. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, Número Especial, maio 2005, pp. 143-170.
- KUHN, C. V. & HERRLEIN JR., R. Dinâmica de crescimento da indústria de transformação do Rio Grande do Sul: verificação de algumas hipóteses convencionais para o período 1985-02. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, Número Especial, maio 2005, pp.221-248.
- KURZ, R. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Marx Lesen**. Frankfurt; Main: Eichborn, 2001.
- LACOSTE, Y. **Países subdesenvolvidos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.
- LAGEMANN, E. Imigração e industrialização. In: LANDO, A. M.; DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (orgs.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A experiência de um banco gaúcho: o banco pelotense (1906-1931)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, IEPE/UFRGS, 1984.
- LANDO, A. M. & BARROS, E.C. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, A. M.; DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (orgs.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- LAROCCA JUNIOR, J. **Desenvolvimento industrial em Ponta Grossa (PR): avaliação e perspectivas**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, Centro Sócio-Econômico/UFSC, 2002.
- LAUTERT, V. A dinâmica da concentração geográfica da indústria no Rio Grande do Sul: 1872 a 2000. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, Número Especial, maio 2005, pp. 37-62.
- LAVALLE, A. G. **Vida pública e identidade nacional**. Sao Paulo: Globo, 2004.
- LAVINAS, L. et alii (orgs). **Integração Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

- LAVINAS, L. & MAGINA, M. A. O Brasil e as desigualdades regionais – os debates na revisão constitucional. In: **Ciência Hoje**, SBPC, mar. 1995, pp.30-43.
- LAYTANO, D. de. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.
- LIPIETZ, A. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.
- \_\_\_\_\_. The national and the regional: their autonomy vis-à-vis the capitalist world crisis. In: PALAN, R.; GILLS, B. (orgs.) **Transcending the state-global divide**. Boulder: Lynne Rienner, 1994, pp. 23-44.
- LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LOJKINE, J. A análise marxista do Estado. **Espaço e Debates**, v.1, n°1, 1981.
- LOURENÇO, G. M. & LEÃO, I. Z. C. Tendências da economia brasileira e paranaense – 1995-2005. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n°86, set/dez 1995, pp.101-121.
- LOURENÇO, G. M. Atração de empresas e concentração industrial no Paraná. In: **Análise Conjuntural**, v.18, n°11-12, nov/dez 1996.
- \_\_\_\_\_. **A inserção do Paraná na reorganização inter-regional da economia brasileira nos anos 90**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, Engenharia de Produção/UFSC, 2002.
- LOWEN, C. L. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M. & LOWEN, C. L. (orgs.) **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2001, pp. 13–36.
- LOVE, J. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- MAACK, R. Notas preliminares sobre clima, solos e vegetação do Estado do Paraná. In: **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, n°84, 1950, pp.1401-1487.
- MAGALHÃES FILHO, F. de B. B. O Paraná em Revista. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n°82, maio/ago 1994, pp.5-16.
- MAGALHÃES, M. O. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Editora Ufpel; Livraria Mundial, 1993.
- MAGNOLI, D. O Estado em busca do seu território. **Terra Brasilis**. Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil. Rio de Janeiro, n° 4-5, 2003-2004, pp.27-44.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (1844).
- \_\_\_\_\_. **O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, Col. Os Economistas, 1982 (1862).
- \_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (1867).
- \_\_\_\_\_. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1973. (1859).
- MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002 (1845).
- MAMIGONIAN, A. Notas sobre os frigoríficos do Brasil central agropecuário. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n°51, AGB, São Paulo, junho 1976, pp. 7-14.

- \_\_\_\_\_. Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista. In: **Revista de Ciências Sociais**, UFSC, nº2, 1982, pp.38-48.
- MARKUSEN, A. Regionalismo: um enfoque marxista. In: **Espaço e Debates** 2(1). São Paulo: Cortez, 1981.
- MARQUETTI, A. A.; BÊRNI, D. A.; MARQUES, A. M. Determinantes dos diferenciais das taxas de crescimento sub-regionais do Rio Grande do Sul nos anos 90. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, Número Especial, maio 2005, pp. 95-116.
- MARTIN, A. R. Novas regiões, velhos regionalismos? In: **Resumos dos Anais do V Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Curitiba: AGB, 17 a 22 de julho de 1994.
- MARTINS, R. **Historia do Paraná**. Curitiba: Farol do Saber, 1995 (1899).
- MARTINS, J. de S. **A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido pela reforma agrária**. Rio Claro: Unesp/IIº Enga, 1979.
- MARTINS, S. F. **A produção do espaço em uma cidade portuária através dos períodos de industrialização: o caso do município do Rio Grande – RS**. Tese de Doutorado. UFSC, Florianópolis, 2004.
- MATTOS, C. A. de. La crisis de la enseñanza urbano-industrial y la evolución de las teorías del crecimiento econômico. **II Encontro de Posgradados sobre Desarrollo y Políticas Territoriales y Urbanas de los Países del Cono Sur**. Montevideu, 1997.
- MELO, M. S. de. Controle geológico geomorfológico da vegetação dos Campos Gerais do Paraná. In: **Boletim de Resumos da III Jornada Científica de Geografia da UEPG**. Ponta Grossa, Editora da UEPG, 2001.
- MENDES, J. M. C. **Seleção e encaminhamento de projetos de investimentos: caso Sebrae-RS. BRDE e CRP**. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2002.
- MESSIAS DA COSTA, W. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Hucitec/USP, 1992.
- \_\_\_\_\_. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto/Edusp, 1988.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas: Editora da Unicamp/Boitempo, 2003.
- MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- \_\_\_\_\_. O sertão: um "outro" geográfico. In: **Terra Brasilis**. Rio de Janeiro, nº4-5, 2002-2003, pp.11-26.
- MOREIRA, R. Um mundo experimentado por inteiro. **Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Curitiba, 1994, pp.571-578.
- MOREIRA, I. et al. **Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- MOREIRA, I. & HAESBAERT, R. **Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- MONASTERIO, L. M. A decadência das charqueadas gaúchas no século XIX: uma nova explicação. **Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política**. Florianópolis, SBEC, jun. 2003. CD-ROOM.

- \_\_\_\_\_. **Capital social e a Região Sul do Rio Grande do Sul**. Curitiba, UFPR, 2002. (Tese de Doutorado).
- MONASTIRSKY, L. B. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M. & LOWEN, C. L. (orgs.) **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2001, pp. 37 – 52.
- MOURE, T. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: LANDO, A. M.; DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (orgs.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- MORIN, E. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Em busca dos fundamentos perdidos – textos sobre o marxismo**. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- NAVARRO DE BRITTO, L. (1986). **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986.
- OLIVEN, R.G. o Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. In: PPG Antropologia Social/UFRGS, Porto Alegre, nº 11, jul. 1988.
- \_\_\_\_\_. “O maior movimento de cultura popular do mundo ocidental”: o tradicionalismo gaúcho. In: **Cadernos de Antropologia**, nº 1, Porto Alegre, IFCHL/UFRGS, 1990.
- OLIVEIRA, A. U. de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1991.
- OLIVEIRA, F. de . **Eligia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- ORTEGA Y CASSET, J. **A rebelião das massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PAULA, J. C. M. de. Poder local em Ponta Grossa: algumas considerações sobre sua evolução. In: DITZEL, C. de H. M. & LOWEN, C. L. (orgs.) **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2001, pp. 53 – 63.
- PESAVENTO, S. J. **Agroindústria colonial e industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- \_\_\_\_\_. República Velha gaúcha: Estado autoritário e economia. In DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- \_\_\_\_\_. **História da Indústria Sul-RioGrandense**. Porto Alegre: Riocell, 1985.
- \_\_\_\_\_. Rio Grande do Sul, 1890-1930: a idéia da indústria. In: **Análise Econômica**, Ano 4, nº 7. Porto Alegre: FCH/UFRGS, nov. 1986, pp. 3-20.
- \_\_\_\_\_. **Pecuária e indústria**. Porto Alegre: Movimento, 1986a.
- POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- PIQUET, R. **Cidade-empresa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- PINTO, E. A.; GONÇALVES, M. A. C. **Ponta Grossa: um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: UEPG, 1983.
- PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- PRADO JUNIOR, C. **Historia econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981(1945).

- PROJETO RS 2010.** Núcleo Desequilíbrios Regionais. Secretaria de Coordenação e Planejamento do RS; Fundação de Economia e Estatística do RS. Porto Alegre, jun. 1997.
- \_\_\_\_\_. Núcleo Desequilíbrios Regionais. Fundação de Economia e Estatística do RS; Fapergs/Metroplan, Porto Alegre, 1998.
- RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. In: **Revista de Economia Política**. V. 1. São Paulo: Centro de Economia Política, out/dez 1981.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993 (1980).
- REICHEL, H.J. & GUTFRIEND, I. **Fronteiras e guerras no Prata**. São Paulo: Atual, 1995.
- REICHEL, H.J. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RICQ, C. La région, espace institutionnel et espace d'identité. In: **Espaces et Sociétés**, n° 42. Paris, 1983, pp. 65-78.
- RICKLI, J. F. Religião e parentesco na colônia Castrolanda. In: **Revista de Antropologia**, vol. 47, n°2, São Paulo, Jul/Dez. 2004.
- RODRIGUES, C. V. Regionalismo cultural e variação lingüística no Rio Grande do Sul. Estudos de uma possível coincidência entre regiões culturais e áreas lingüísticas. **CPG Letras**, UFRGS, 1989.
- RODRIG, D. Estratégias de desenvolvimento para o novo século. In: ARBIX, G. et alii (Orgs.). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois**. São Paulo: Unesp/Edusp, 2002, pp.43-78.
- ROLIM, C. F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n° 86, set/dez 1995, pp.49-99.
- ROUSSEAU, J-J. **O contrato social e outros escritos**. São Paulo: Cultrix, 1991.
- RÚCKERT, A. A. A construção tardia do território do norte do Rio Grande do Sul – o caso do antigo município de Passo Fundo. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, n° 21, Porto Alegre, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense – 1930/1990**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Reforma do Estado e tendências de reestruturação territorial – cenários contemporâneos no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2001.
- SÁBATO, J. F. **La Pampa pródiga: claves de una frustración**. Buenos Aires: CISEA, 1980.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821**. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1974.
- SANTOS, R. Sistema de propriedade e de relações de trabalho no meio rural paraense. In: COSTA, M. J. M. (org.). **Amazônia: desenvolvimento e ocupação**. Rio de Janeiro: IPEA, 1979.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

- \_\_\_\_\_. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 54, São Paulo, jun. 1977.
- \_\_\_\_\_. Alguns problemas atuais da contribuição marxista à Geografia. In: SANTOS, M. (org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982, pp. 131-139.
- \_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997(1994).
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999 (1996).
- \_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997a.
- \_\_\_\_\_. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. In: RATTNER, H. (org.) **Brasil 1990, caminhos alternativos do desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1979a, pp.143-160.
- \_\_\_\_\_. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2003 (1979).
- SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.
- SILVA, J. G. da. A estrutura agrária do Estado do Paraná. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, nº 87, IPARDES, jan/abr 1996, pp.175-195.
- SILVA, L. O. Três capítulos importantes da história do BASA. In: MENDES, A. D. (org.). **A Amazônia e o seu banco**. Manaus: Editora Valer/BASA, 2002, pp. 405-424.
- SILVA, M. A. R. Meio século de mineração na Amazônia. In: MENDES, A. D. (org.). **A Amazônia e o seu banco**. Manaus: Editora Valer/BASA, 2002, pp. 189-212.
- SILVA, C. A. F. da. A transnacionalização do grupo André Maggi a partir do cerrado mato-grossense. In: **Revista geo-paisagem** (on-line), Ano 4, nº 7, 2005.
- SILVA, H. C. M. da. **Da substituição de importações à substituição de exportações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SIMON, P. **Inclusão da Metade Sul e Previdência para os pobres**. Brasília: Senado Federal, 2004.
- SOUZA, M. A. A. de. Conexões geográficas: um ensaio metodológico. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 71: 113-127, 1992.
- SOUZA, M. L. Planejamento integrado de desenvolvimento: natureza, validade e limites. In: **Revista Terra Livre**, nº 10, jan./jul. 1992, pp.123-139.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOJA, E. **Geografias pós-modernas: reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

- SPOSITO, E. S. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. In: **Terra Livre**, AGB, São Paulo, nº 16, 2001, pp. 99-112.
- STORPER, M. A. In: LAVINAS, L. et alii (orgs.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- \_\_\_\_\_. A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In: VALLADARES, L.; PRETECELLE, E. (orgs.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990.
- STULP, V. J.; OLIVEIRA, F. A. L. de.; SAWITZKI, S. A variação do emprego nos setores da economia do Rio Grande do Sul. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, Número Especial, maio 2005, pp. 195-220.
- SUERTEGARAY, D. M. A. **Deserto Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- SUPEK, R. A época da automação vista por Marx. In: MARX, K. **Conseqüências sociais do avanço tecnológico**. São Paulo: Edições Populares, 1980. (Obras escolhidas).
- TARGA, L. R. P. Violência revolucionária e fundação do Estado burguês. In: **Gaúchos e paulistas: dez escritos de historia regional comparada**. Porto Alegre: FEE, 1996.
- TRINDADE, H. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- TRINTIN, J. G. Desenvolvimento regional: o caso paranaense. In: **A Economia em Revista**. Maringá, Departamento de Economia/UEM, nº 2, 1993, pp.73-91.
- VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: *Ética, planejamento e construção democrática do espaço*. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, v. I, 2001, pp. 140-151.
- VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública**, v.30, nº 2, 1996, pp.5-43.
- VIANNA, O. **Populações meridionaes do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.
- VIEIRA, E. F. & RANGEL, S. S. **Geografia Econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sagra, 1993.
- WACHOVICHZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1988.
- WAIBEL, L. Princípios da colonização européia do sul do Brasil. In: **Capítulos de geografia urna e tropical**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, pp.225-277.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Claret, 2003 (1904-1905).

## ANEXO

TABELA 30 – Uso do solo por pastagens e lavouras nos municípios dos Campos Gerais paranaenses – 1995

Município	Área total (ha)	Lavouras (ha)	Pastagens (ha)
Tibagi	270.522	73.357	93.558 (34,58%)
Piraí do Sul	112.722	29.248	34.151 (30,30%)
Castro	234.858	70.855	76.146 (32,42%)
Ivaí	51.393	23.895	7.382 (14,36%)
Ipiranga	73.625	24.932	17.614 (23,92%)
Prudentópolis	171.729	50.033	25.620 (14,92%)
Imbituva	65.984	27.732	10.125 (15,34%)
Teixeira Soares	94.016	30.054	14.316 (15,23%)
Ponta Grossa	156.771	60.501	41.663 (26,57%)
Irati	71.532	27.794	11.100 (15,52%)
Palmeira	98.998	39.324	29.636 (29,93%)
Porto Amazonas	13.191	4.382	4.484 (34%)
Rio Azul	38.911	14.921	6.630 (17,04%)
Rebouças	31.557	14.770	4.419 (14%)
São João do Triunfo	45.682	10.090	8.964 (19,62%)
Lapa	128.549	33.950	34.129 (26,55%)
Mallet	47.020	13.425	6.586 (14%)
São Mateus do Sul	96.669	26.870	10.246 (10,6%)
Antonio Olinto	30.143	9.871	4.581 (15,2%)
União da Vitória	48.304	7.471	12.446 (25,76%)
Paula Freitas	24.825	6.726	5.907 (23,79%)
Paulo Frontim	25.727	9.837	4.334 (16,85%)
Total regional	1.901.171	610.038	464.037 (24,41%)
Total PR	15.946.632	5.100.509	6.677.313 (41,87%)

Obs.: A área total não atinge 100% porque não foram computadas as áreas de matas naturais e plantadas e as áreas de lavoura em descanso.

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE.

TABELA 31 – Uso do solo por pastagens e lavouras nos municípios da Campanha gaúcha - 1995

<b>Município</b>	<b>Área total (ha)</b>	<b>Lavouras (ha)</b>	<b>Pastagens (ha)</b>
Alegrete	730.489	61.252	591.125 (80,92%)
Bagé	452.694	22.055	367.751 (81,23%)
Dom Pedrito	462.380	50.606	354.215 (76,60%)
Itaqui	426.797	83.995	268.410 (62,89%)
Lavras do Sul	214.297	4.229	185.629 (86,62%)
Manoel Viana	123.505	13.353	96.117 (77,82%)
Quaraí	282.903	9.568	247.386 (87,44%)
Rosário do Sul	402.069	32.542	317.290 (78,91%)
São Francisco de Assis	203.533	18.852	154.458 (75,88%)
São Borja	298.527	91.520	153.373 (51,38%)
São Gabriel	539.157	57.225	424.215 (78,68%)
Santana do Livramento	645.454	235.542	556.432 (86,21%)
Uruguaiana	618.042	96.037	428.575 (69,34%)
Total regional	5.399.847	564.676	4.144.976 (76,76%)
Total RS	21.800.887	5.635.362	12.792.034 (58,68%)

Obs.: A área total não atinge 100% porque não foram computadas as áreas de matas naturais e plantadas e as áreas de lavoura em descanso.

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE.

TABELA 32 – Estabelecimentos com uso de assistência técnica por município da Campanha gaúcha - 1995

Município	Informantes	Estab. c/ declaração de uso de assist. téc.
Alegrete	2.732	1.162
Bagé	1.975	937
Dom Pedrito	1.554	778
Itaqui	823	542
Lavras do Sul	818	205
Manoel Viana	503	208
Quarai	879	358
Rosário do Sul	1.933	574
São Francisco de Assis	2.016	437
São Borja	1.211	649
São Gabriel	2.232	557
Santana do Livramento	2.154	593
Uruguaiana	1.209	764
Total regional	20.039	7.764 (38,7%)
Total RS	429.957	205.503 (47,8%)

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE.

TABELA 33 – Estabelecimentos com uso de assistência técnica por município dos Campos Gerais paranaenses - 1995

Município	Informantes	Estab. c/ declaração de uso de assist. téc.
Tibagi	1.312	592
Piraí do Sul	1.346	531
Castro	3.367	1.082
Ivaí	1.816	512
Ipiranga	1.790	1.483
Prudentópolis	7.956	1.173
Imbituva	2.469	1.498
Teixeira Soares	1.201	586
Ponta Grossa	1.503	689
Irati	2.692	604
Palmeira	1.787	1.372
Porto Amazonas	70	38
Rio Azul	1.621	1.400
Rebouças	1.508	728
São João do Triunfo	1.417	888
Lapa	2.950	872
Mallet	1.512	579
São Mateus do Sul	2.940	855
Antonio Olinto	1.030	262
União da Vitória	816	195
Paula Freitas	588	179
Paulo Frontim	963	517
Total regional	42.714	16.635 (38,94%)
Total PR	369.875	148.945 (40,27%)

Obs.: Não disponíveis os dados dos municípios de Carambeí, Guamiranga e Fernandes Pinheiro.  
Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE.

TABELA 34 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setor da economia – Municípios dos Campos Gerais - 2001

Município	PRIMARIO		SECUNDARIO		TERCIARIO		GERAL
	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Cont. (%)
GUAMIRANGA	24.200,00 (3)	0,11		0,00		0,00	0,11
IMBITUVA	45.122,00 (4)	0,21	90.000,00 (1)	0,42		0,00	0,63
IRATI		0,00		0,00	10.000.000,00 (1)	46,62	46,62
IVAI	1.860,00 (1)	0,01		0,00		0,00	0,01
LAPA	64.521,30 (3)	0,30	1.500.000,00 (2)	6,99		0,00	7,29
PONTA GROSSA	138.850,00 (3)	0,65	4.247.005,22 (4)	19,80	100.000,00 (1)	0,47	20,91
PRUDENTOPOLIS	133.330,70 (14)	0,62		0,00		0,00	0,62
SAO MATEUS DO SUL	12.843,40 (2)	0,06		0,00	93.297,00 (2)	0,43	0,49
UNIAO DA VITORIA		0,00	5.000.000,00 (2)	23,31		0,00	23,31
Total	420.727,40 (30)	1,96	10.837.005,22 (8)	50,52	10.193.297,00 (4)	47,52	100

(x) = Número de Contratos

Obs.: Não fornecidos os dados de Carambeí.

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício

TABELA 35 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setor da economia – Municípios dos Campos Gerais - 2002

Município	PRIMARIO		SECUNDARIO		TERCIARIO		GERAL
	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Cont. (%)
CASTRO	3.681.000,00 (1)	24,28		0,00		0,00	24,28 (1)
GUAMIRANGA	158.928,40 (11)	1,05		0,00		0,00	1,05 (11)
IMBITUVA	20.289,80 (4)	0,13	50.000,00 (1)	0,33		0,00	0,46 (5)
IPIRANGA	271.320,00 (4)	1,79		0,00		0,00	1,79 (4)
IVAI	35.170,00 (4)	0,23		0,00		0,00	0,23 (4)
LAPA	14.800,00 (1)	0,09		0,00		0,00	0,09 (1)
PALMEIRA	32.400,00 (1)	0,21		0,00		0,00	0,21 (1)
PONTA GROSSA	849.716,00 (12)	5,61	7.830.948,00 (4)	51,67		0,00	57,28 (16)
PORTO AMAZONAS	48.000,00 (1)	0,32		0,00		0,00	0,32 (1)
PRUDENTOPOLIS	175.634,49 (8)	1,16		0,00		0,00	1,16 (8)
RIO AZUL	15.000,00 (2)	0,10		0,00		0,00	0,10 (2)
UNIAO DA VITORIA		0,00	1.974.000,00 (2)	13,02		0,00	13,02 (2)
Total	5.302.257,31 (49)	34,98	9.854.948,00 (7)	65,02		0,00	100

(x) = Número de Contratos

Obs.: Não fornecidos os dados de Carambeí.

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício.

TABELA 36 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setor da economia – Municípios dos Campos Gerais - 2003

Município	PRIMARIO		SECUNDARIO		TERCIARIO		GERAL
	Valor Contrato	Valor Contr. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Cont. (%)
CASTRO	8.853.699,00 (5)	49,23		0,00		0,00	49,23
GUAMIRANGA	120.590,89 (12)	0,67		0,00		0,00	0,67
IMBITUVA	85.960,00 (5)	0,48		0,00		0,00	0,48
IPIRANGA	23.040,00 (2)	0,13		0,00		0,00	0,13
IRATI	15.660,00 (1)	0,09		0,00		0,00	0,09
IVAI	79.700,00 (5)	0,44		0,00		0,00	0,44
LAPA	1.920.000,00 (1)	10,68		0,00	275.000,00 (1)	1,53	12,21
MALLET	74.290,00 (8)	0,41		0,00		0,00	0,41
PALMEIRA	39.600,00 (1)	0,22		0,00		0,00	0,22
PIRAI DO SUL	19.300,00 (2)	0,11		0,00		0,00	0,11
PONTA GROSSA	1.125.162,00 (10)	6,26	424.324,00 (1)	2,36	600.000,00 (1)	3,34	11,96
PRUDENTOPOLIS	210.661,60 (10)	1,17		0,00		0,00	1,17
REBOUCAS	34.240,00 (1)	0,19		0,00		0,00	0,19
RIO AZUL	94.466,00 (4)	0,52		0,00		0,00	0,52
TEIXEIRA SOARES	7.065,00 (1)	0,04		0,00		0,00	0,04
UNIAO DA VITORIA		0,00	3.981.706,00 (1)	22,14		0,00	22,14
Total	12.703.434,49 (68)	70,64	4.406.030,00 (2)	24,5	875.000,00 (2)	4,87	100

(x) = Número de Contratos

Obs.: Não fornecidos os dados de Carambeí.

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício.

TABELA 37 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setor da economia – Municípios dos Campos Gerais - 2004

Município	PRIMARIO		SECUNDARIO		TERCIARIO		GERAL
	Valor Contrato	Valor Contr. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Cont. (%)
ANTONIO OLINTO	46.850,00 (2)	0,31		0,00		0,00	0,31
CASTRO	3.925.491,00 (1)	25,82		0,00		0,00	25,82
GUAMIRANGA	26.750,00 (1)	0,17		0,00		0,00	0,17
IMBITUVA	30.850,00 (2)	0,20		0,00		0,00	0,20
IPIRANGA	94.210,00 (4)	0,62		0,00		0,00	0,62
IRATI	64.000,00 (2)	0,42	140.000,00 (2)	0,92		0,00	1,34
IVAI	56.700,00 (5)	0,37		0,00		0,00	0,37
MALLET	20.200,00 (1)	0,13		0,00		0,00	0,13
PALMEIRA		0,00	89.775,00 (1)	0,59		0,00	0,59
PAULO FRONTIN	76.562,40 (1)	0,5		0,00		0,00	0,5
PIRAI DO SUL	117.400,00 (1)	0,77		0,00		0,00	0,77
PONTA GROSSA	682.941,00 (4)	4,49	8.996.307,00 (3)	59,19	366.222,00 (2)	2,41	66,09
PRUDENTOP OLIS	176.339,00 (7)	1,16		0,00		0,00	1,16
REBOUCAS	28.800,00 (1)	0,19		0,00		0,00	0,19
RIO AZUL	131.860,00 (5)	0,87		0,00		0,00	0,87
SAO JOAO DO TRIUNFO	65.946,00 (1)	0,43		0,00		0,00	0,43
SAO MATEUS DO SUL	30.260,00 (2)	0,20		0,00		0,00	0,20
TEIXEIRA SOARES	31.584,00 (1)	0,21		0,00		0,00	0,21
Total	5.606.743,34 (41)	36,86	9.226.082,00 (6)	60,7	366.222,00 (2)	2,41	100

(x) = Número de Contratos

Obs.: Não fornecidos os dados de Carambeí.

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício.

TABELA 38 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setor da economia – Municípios da Campanha gaúcha - 2001

Município	PRIMARIO		SECUNDARIO		TERCIARIO		GERAL
	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Cont. (%)
BAGE	28.025,00 (5)	4,00	299.600,00 (3)	42,79	58.019,00 (1)	8,29	55,08
MANOEL VIANA	29.600,00 (1)	4,23		0,00		0,00	4,23
QUARAI	21.375,00 (1)	3,05		0,00		0,00	3,05
ROSARIO DO SUL	30.537,00 (2)	4,36		0,00		0,00	4,36
SANTANA DO LIVRAMENTO	170.049,00 (13)	24,29		0,00		0,00	24,29
SAO FRANCISCO DE ASSIS	36.495,00 (5)	5,21		0,00		0,00	5,21
SAO GABRIEL	14.319,00 (1)	2,05		0,00		0,00	2,05
URUGUAIANA	12.071,00 (1)	1,72		0,00		0,00	1,72
Total	342.471,00 (29)	48,92	299.600,00 (3)	42,79	58.019,00 (1)	8,29	100

(x) = Número de Contratos

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício.

TABELA 39 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setor da economia – Municípios da Campanha gaúcha – 2002

Município	PRIMARIO		SECUNDARIO		TERCIARIO		GERAL
	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Cont. (%)
ALEGRETE	363.475,00 (5)	19,07		0,00		0,00	19,07
DOM PEDRITO	150.000,00 (1)	7,87		0,00		0,00	7,87
ITAQUI	24.478,00 (1)	1,28		0,00		0,00	1,28
SANTANA DO LIVRAMENTO	12.700,00 (1)	0,67		0,00		0,00	0,67
SAO BORJA	54.000,00 (1)	2,83		0,00		0,00	2,83
SAO FCO. DE ASSIS	3.725,00 (1)	0,20		0,00		0,00	0,20
SAO GABRIEL	641.400,00 (4)	33,65		0,00		0,00	33,65
URUGUAIANA	577.051,00 (11)	30,28		0,00	79.200,00 (1)	4,16	34,43
Total	1.826.829,00 (25)	95,84		0,00	79.200,00 (1)	4,16	100

(x) = Número de Contratos

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício.

TABELA 40 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setor da economia – Municípios da Campanha gaúcha – 2003

Município	PRIMARIO		SECUNDARIO		TERCIARIO		GERAL
	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Cont. (%)
ALEGRETE	98.000,00 (1)	1,33		0,00		0,00	1,33
BAGE	181.000,00 (2)	2,45		0,00	1.960.000,00 (1)	26,56	29,01
DOM PEDRITO	508.000,00 (4)	6,88		0,00		0,00	6,88
SANTANA DO LIVRAMENTO	1.150.000,00 (6)	15,58	600.000,00 (2)	8,13		0,00	23,72
SAO FCO. DE ASSIS	3.000,00 (1)	0,04		0,00		0,00	0,04
SAO GABRIEL	1.704.970,00 (16)	23,11		0,00		0,00	23,11
URUGUAIANA	1.174.045,00 (3)	15,91		0,00		0,00	15,91
Total	4.819.015,00 (33)	65,31	600.000,00 (2)	8,13	1.960.000,00 (1)	26,56	100

(x) = Número de Contratos

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício.

TABELA 41 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por setor da economia – Municípios da Campanha gaúcha - 2004

Município	PRIMARIO		SECUNDARIO		TERCIARIO		GERAL
	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Cont. (%)
BAGE	116.811,00 (2)	3,84		0,00		0,00	3,84
DOM PEDRITO	811.607,00 (11)	26,65		0,00		0,00	26,65
ROSARIO DO SUL	150.000,00 (1)	4,93		0,00		0,00	4,93
SAO GABRIEL	1.270.700,00 (12)	41,72		0,00	296.400,00 (1)	9,73	51,46
URUGUAIANA	399.920,00 (2)	13,13		0,00		0,00	13,13
Total	2.749.038,00 (28)	90,27		0,00	296.400,00 (1)	9,73	100

(x) = Número de Contratos

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício.

TABELA 42 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios dos Campos Gerais - 2001

Município	MINI E PEQ. PRODUTOR		OUTROS PRODUTORES		EMPRESAS COM FATURAMENTO ANUAL BRUTO DE ATÉ R\$1.200.000,00		EMPRESAS COM FATURAMENTO ANUAL BRUTO SUPERIOR A R\$1.200.000,00	
	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)
GUAMIRANGA	15.200,00 (2)	0,07	9.000,00 (1)	0,04		0,00		0,00
IMBITUVA	5.272,00 (1)	0,02	39.850,00 (3)	0,19	90.000,00 (1)	0,42		0,00
IRATI		0,00		0,00		0,00	10.000.000,00 (1)	46,62
IVAI	1.860,00 (1)	0,01		0,00		0,00		0,00
LAPA		0,00	36.930,00 (2)	0,17	27.591,30 (1)	0,13	1.500.000,00 (2)	6,99
PONTA GROSSA		0,00	138.850,00 (3)	0,65	100.000,00 (1)	0,47	4.247.005,22 (4)	19,8
PRUDENTOPOLIS	78.785,70 (8)	0,37	54.541,00 (6)	0,25		0,00		0,00
SAO MATEUS DO SUL	4.979,20 (1)	0,02	7.864,20 (1)	0,04	93.297,00 (2)	0,43		0,00
UNIAO DA VITORIA		0,00		0,00		0,00	5.000.000,00 (2)	23,31
Total	99.786,60 (13)	0,5	287.035,20 (16)	1,34	310.888,30 (5)	1,45	20.747.005,22 (9)	96,72

(x) = Número de Contratos

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício.

TABELA 43 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios dos Campos Gerais - 2002

Município	MINI E PEQ. PRODUTOR		OUTROS PRODUTORES		EMPRESAS COM FATURAMENTO ANUAL BRUTO DE ATÉ R\$1.200.000,00		EMPRESAS COM FATURAMENTO ANUAL BRUTO SUPERIOR A R\$1.200.000,00	
	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)
CASTRO		0,00		0,00		0,00	3.681.000,00 (1)	24,28
GUAMIRANGA	39.098,40 (6)	0,26	119.830,00 (5)	0,79		0,00		0,00
IMBITUVA	14.089,80 (3)	0,09	6.200,00 (1)	0,04	50.000,00 (1)	0,33		0,00
IPIRANGA		0,00	271.320,00 (4)	1,79		0,00		0,00
IVAI		0,00	35.170,00 (4)	0,23		0,00		0,00
LAPA		0,00	14.800,00 (1)	0,1		0,00		0,00
PALMEIRA		0,00	32.400,00 (1)	0,21		0,00		0,00
PONTA GROSSA		0,00	849.716,00 (12)	5,61		0,00	7.830.948,00 (4)	51,67
PORTO AMAZONAS		0,00	48.000,00 (1)	0,32		0,00		0,00
PRUDENTO POLIS	7.224,49 (1)	0,05	168.410,00 (7)	1,11		0,00		0,00
RIO AZUL	5.000,00 (1)	0,03	10.000,00 (1)	0,06		0,00		0,00
UNIAO DA VITORIA		0,00		0,00		0,00	1.974.000,00 (2)	13,02
Total	65.412,69 (11)	0,43	1.555.846,00 (37)	10,17	50.000,00 (1)	0,33	13.485.948,00 (7)	88,97

(x) = Número de Contratos

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício.

TABELA 44 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios dos Campos Gerais - 2003

Município	MINI E PEQ. PRODUTOR		OUTROS PRODUTORES		EMPRESAS COM FATURAMENTO ANUAL BRUTO DE ATÉ R\$1.200.000,00		EMPRESAS COM FATURAMENTO ANUAL BRUTO SUPERIOR A R\$1.200.000,00	
	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)
CASTRO		0,00	244.740,00 (2)	1,36		0,00	8.608.959,00 (3)	47,87
GUAMIRANGA	81.745,39 (11)	0,45	38.845,50 (1)	0,21		0,00		0,00
IMBITUVA	8.000,00 (1)	0,04	77.960,00 (4)	0,43		0,00		0,00
IPIRANGA		0,00	23.040,00 (2)	0,13		0,00		0,00
IRATI		0,00	15.660,00 (1)	0,09		0,00		0,00
IVAI	4.000,00 (1)	0,02	75.700,00 (4)	0,42		0,00		0,00
LAPA		0,00	1.920.000,00 (1)	10,68	275.000,00 (1)	1,53		0,00
MALLET	35.040,00 (5)	0,19	39.250,00 (3)	0,22		0,00		0,00
PALMEIRA		0,00	39.600,00 (1)	0,22		0,00		0,00
PIRAI DO SUL	10.000,00 (1)	0,05	9.300,00 (1)	0,05		0,00		0,00
PONTA GROSSA		0,00	1.125.162,00 (10)	6,26		0,00	1.024.324,00 (2)	5,69
PRUDENTO POLIS	44.999,60 (3)	0,25	165.662,00 (7)	0,92		0,00		0,00
REBOUCAS		0,00	34.240,00 (1)	0,19		0,00		0,00
RIO AZUL	28.766,00 (3)	0,16	65.700,00 (1)	0,36		0,00		0,00
TEIXEIRA SOARES		0,00	7.065,00 (1)	0,04		0,00		0,00
UNIAO DA VITORIA		0,00		0,00		0,00	3.981.706,00 (1)	22,14
Total	212.550,99 (25)	1,16	3.881.924,50 (40)	21,58	275.000,00 (1)	1,53	13.614.989,00 (6)	75,70

(x) = Número de Contratos

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício.

TABELA 45 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios dos Campos Gerais - 2004

Município	MINI E PEQ. PRODUTOR		OUTROS PRODUTORES		EMPRESAS COM FATURAMENTO ANUAL BRUTO DE ATÉ R\$1.200.000,00		EMPRESAS COM FATURAMENTO ANUAL BRUTO SUPERIOR A R\$1.200.000,00	
	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Val. Cont (%)
ANTONIO OLINTO		0,00	46.850,00 (2)	0,31		0,00		0,00
CASTRO		0,00		0,00		0,00	470.853,00 (1)	3,10
GUAMIRANGA		0,00	26.750,00 (1)	0,18		0,00		0,00
IMBITUVA	30.850,00 (2)	0,20		0,00		0,00		0,00
IPIRANGA	11.000,00 (1)	0,07	83.210,00 (3)	0,55		0,00		0,00
IRATI		0,00	27.000,00 (1)	0,18	177.000,00 (3)	1,16		0,00
IVAI	46.700,00 (4)	0,31	10.000,00 (1)	0,07		0,00		0,00
MALLET		0,00	20.200,00 (1)	0,13		0,00		0,00
PALMEIRA		0,00		0,00	89.775,00 (1)	0,60		0,00
PAULO FRONTIN		0,00	76.562,40 (1)	0,50		0,00		0,00
PIRAI DO SUL		0,00	117.400,00 (1)	0,77		0,00		0,00
PONTA GROSSA		0,00	682.941,00 (4)	4,49		0,00	12.817.165,00 (5)	84,33
PRUDENTO POLIS	19.289,00 (2)	0,13	157.050,00 (5)	1,03		0,00		0,00
REBOUCAS		0,00	28.800,00 (1)	0,19		0,00		0,00
RIO AZUL	43.040,00 (3)	0,28	88.820,00 (2)	0,58		0,00		0,00
SÃO JOÃO DO TRIUNFO		0,00	65.946,00 (1)	0,43		0,00		0,00
SÃO MATEUS DO SUL		0,00	30.260,00 (2)	0,20		0,00		0,00
TEIXEIRA SOARES		0,00	31.584,00 (1)	0,21		0,00		0,00
Total	150.879,00 (12)	0,99	1.493.373,40 (27)	9,82	266.775,00 (4)	1,76	13.288.018,00 (6)	87,43

(x) = Número de Contratos

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício.

TABELA 46 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios da Campanha gaúcha - 2001

Município	MINI E PEQ. PRODUTOR		OUTROS PRODUTORES		EMPRESAS COM FATURAMENTO ANUAL BRUTO DE ATÉ R\$1.200.000,00		EMPRESAS COM FATURAMENTO ANUAL BRUTO SUPERIOR A R\$1.200.000,00	
	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Val. Cont (%)
BAGE	9.600,00 (2)	1,37	18.425,00 (3)	2,63	58.019,00 (1)	8,29	299.600,00 (3)	42,79
MANOEL VIANA		0,00	29.600,00 (1)	4,23		0,00		0,00
QUARAI		0,00	21.375,00 (1)	3,05		0,00		0,00
ROSARIO DO SUL		0,00	30.537,00 (2)	4,36		0,00		0,00
SANTANA DO LIVRAMENTO		0,00	170.049,00 (13)	24,29		0,00		0,00
SAO FRANCISCO DE ASSIS	6.415,00 (2)	0,92	30.080,00 (3)	4,30		0,00		0,00
SAO GABRIEL		0,00	14.319,00 (1)	2,05		0,00		0,00
URUGUAIA NA		0,00	12.071,00 (1)	1,72		0,00		0,00
Total	16.015,00 (4)	2,29	326.456,00 (25)	46,63	58.019,00 (1)	8,29	299.600,00 (3)	42,79

(x) = Número de Contratos

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício.

TABELA 47 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios da Campanha gaúcha - 2002

Município	MINI E PEQ. PRODUTOR		OUTROS PRODUTORES		EMPRESAS COM FATURAMENTO ANUAL BRUTO DE ATÉ R\$1.200.000,00	
	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)
ALEGRETE		0,00	363.475,00 (5)	19,07		0,00
DOM PEDRITO		0,00	150.000,00 (1)	7,87		0,00
ITAQUI		0,00	24.478,00 (1)	1,28		0,00
SANTANA DO LIVRAMENTO		0,00	12.700,00 (1)	0,67		0,00
SAO BORJA		0,00	54.000,00 (1)	2,83		0,00
SAO FRANCISCO DE ASSIS	3.725,00 (1)	0,20		0,00		0,00
SAO GABRIEL		0,00	641.400,00 (4)	33,65		0,00
URUGUAIANA		0,00	577.051,00 (11)	30,28	79.200,00 (1)	4,16
Total	3.725,00 (1)	0,20	1.823.104,00 (24)	95,65	79.200,00 (1)	4,16

(x) = Número de Contratos

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício.

TABELA 48 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios da Campanha gaúcha - 2003

Município	MINI E PEQ. PRODUTOR		OUTROS PRODUTORES		EMP. C/ FAT. ANUAL BRUTO DE ATÉ R\$1.200.000,00		EMP. C/ FAT. ANUAL BRUTO SUPERIOR A R\$1.200.000,00	
	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Val. Cont (%)
ALEGRETE		0,00	98.000,00 (1)	1,33		0,00		0,00
BAGE		0,00	181.000,00 (2)	2,45		0,00	1.960.000,00 (1)	26,56
DOM PEDRITO		0,00	150.000,00 (1)	2,03	209.000,00 (2)	2,83	149.000,00 (1)	2,02
SANTANA DO LIVRAMENTO		0,00	1.150.000,00 (6)	15,58	600.000,00 (2)	8,13		0,00
SAO FRANCISCO DE ASSIS	3.000,00 (1)	0,04		0,00		0,00		0,00
SAO GABRIEL	12.500,00 (1)	0,17	1.692.470,00 (15)	22,94		0,00		0,00
URUGUAIANA		0,00	1.174.045,00 (3)	15,91		0,00		0,00
Total	15.500,00 (2)	0,21	4.445.515,00 (28)	60,25	809.000,00 (4)	10,96	2.109.000,00 (2)	28,58

(x) = Número de Contratos

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício.

TABELA 49 – Distribuição dos valores contratados ao BRDE por porte do mutuário – Municípios da Campanha gaúcha - 2004

Município	MINI E PEQ. PRODUTOR		OUTROS PRODUTORES		EMP. C/ FAT. ANUAL BRUTO SUPERIOR A R\$1.200.000,00	
	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Valor Cont. (%)	Valor Contrato	Val. Cont (%)
BAGE		0,00	116.811,00 (2)	3,84		0,00
DOM PEDRITO	63.100,00 (7)	2,08	748.507,00 (4)	24,58		0,00
ROSARIO DO SUL		0,00	150.000,00 (1)	4,93		0,00
SAO GABRIEL		0,00	1.270.700,00 (12)	41,72	296.400,00 (1)	9,73
URUGUAIANA		0,00	399.920,00 (2)	13,13		0,00
Total	18.730,00 (7)	2,08	2.685.938,00 (21)	88,20	296.400,00 (1)	9,73

(x) = Número de Contratos

FONTE: Arquivos da Superintendência de Porto Alegre/BRDE.

Org: MOCELIN, Maurício.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)